

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)

N.^{os} 29 e 30 - 1.º e 2.º semestres de 2005 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 2005/2006

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
2.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
1.º Tesoureiro: Manuel Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Carlos Alberto Soares dos Reis Martins
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Manuel Paulino
1.º Secretário: Maria Lêda de Moraes Chini
2.º Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Carlos Jorge Airoso Branco

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO
Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA
Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*
Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE
Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Francisco Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva (Diretor Executivo)
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozório Rodrigues
Jayr Calhau
José Pereira de Andrade
Ricardo Cavaliere
Walmírio Macedo

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ
Internet: www.lucerna.com.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - Centro
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 - Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

I COLÓQUIO INTERNACIONAL
A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO DA LUSOFONIA

28 de março a 1º de abril de 2005
Salão Nobre do Liceu Literário Português
Rio de Janeiro – RJ

**Comemorativo da criação do Curso de Especialização em Língua Portuguesa
e do centenário de nascimento do lingüista Joaquim Mattoso Câmara Jr.**

SUMÁRIO

	Pág.
ABERTURA	
I Colóquio Internacional	7
(DR. ANTÔNIO GOMES DA COSTA)	
Razões do I Colóquio Internacional: a língua portuguesa no mundo da lusofonia	11
(EVANILDO BECHARA)	
Resumos das Atividades do Colóquio	15
Sessão 1 – 28 de março	
A Língua Portuguesa no Mundo Contemporâneo	27
(ANÍBAL PINTO DE CASTRO)	
Sessão 2 – 28 de março	
Políticas para a Língua	39
(DR. ANTÔNIO GOMES DA COSTA)	
Sessão 3 – 29 de março	
A Lingüística e o ensino da Língua Portuguesa no Brasil: uma visão crítica	43
(CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA)	
Pressupostos para o Estudo Histórico da Pronúncia Brasileira	57
(RICARDO CAVALIERE)	
De Amadeu Amaral, o Saber Pluralizado	69
(MARIA EMÍLIA BARCELLOS DA SILVA)	
Sessão 4 – 29 de março	
A Lingüística e o ensino da Língua Portuguesa em Portugal	83
(JORGE MORAIS BARBOSA)	
A Lusografia Africana	91
(JEAN-MICHEL MASSA)	
Leitura e Escrita na Língua Materna: uma Tarefa Multidisciplinar	99
(JOSÉ CARLOS DE AZEREDO)	

A disciplina História da Língua Portuguesa em debate	113
(ROSALVO DO VALLE)	

Sessão 5 – 31 de março

Crítica Textual – matéria básica na formação dos pesquisadores e professores de Letras	125
(MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA)	
Vozes de Cultura Clássica na Lira de Manuel Bandeira: II – Da sua formação latina aos ritmos “inumeráveis”	151
(SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO)	
Estrangeirismos: Questão Lingüística e Ideológica	175
(TEREZINHA DA FONSECA PASSOS BITTENCOURT)	

Sessão 6 – 31 de março

A Variação Lingüística: Contribuições da Sociolingüística para o Ensino da Língua	185
(DINO PRETI)	
Lexicografia de corpus e a dicionarística contextualista	193
(MAURO DE SALLES VILLAR)	
Literatura e Ensino da Língua Portuguesa	205
(LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO)	

Sessão 7 – 1º de abril

Variação e variantes nas edições de Princípios de Lingüística Geral de Mattoso Câmara Jr: questões filológicas e lingüísticas	221
(NILDA CABRAL)	
A Morfologia na Obra de Mattoso Câmara	239
(PROF. HORÁCIO ROLIM)	
A Sintaxe de J. Mattoso Câmara Jr.: Novas Considerações	249
(VALTER KEHDI)	

Sessão 8 – 1º de abril

Lembranças do convívio com o Prof. Matoso Câmara	255
(MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA)	
Mattoso Câmara e o Ensino da Língua Portuguesa	267
(CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA)	
Mattoso Câmara e a História da Língua Portuguesa	279
(ROSALVO DO VALLE)	
Discurso de Encerramento	287
(DR. FRANCISCO GOMES DA COSTA)	

ABERTURA

I COLÓQUIO INTERNACIONAL

Dr. Antônio Gomes da Costa
Real Gabinete Português de Leitura

Na ausência, por motivos profissionais, do senhor presidente do Liceu Literário Português, as nossas primeiras palavras são para dar as boas vindas, em nome da instituição, a todos aqueles que participam deste Colóquio Internacional, denominado “A língua portuguesa no mundo da lusofonia” e agradecer, de modo especial, aos professores e aos especialistas que, originários de vários Estados do Brasil e de outros países, nos distinguem com sua presença e enriquecem a iniciativa com sua contribuição pedagógica.

Para o Liceu Literário Português é uma honra receber, para além daqueles que, vivendo no Rio de Janeiro, estão mais perto desta Casa e partilham com frequência de nossas atividades, os mestres e participantes que vieram de longe, de Portugal e da França, de Angola e de Moçambique, de Cabo-Verde e de Timor-Leste, ou, então, da cidade de Santo Nome de Deus de Macau, atendendo ao convite que lhes foi dirigido pela Comissão Organizadora do Colóquio, para que, durante alguns dias, não só refletíssemos, em conjunto, sobre a situação da língua portuguesa no mundo contemporâneo, mas também tratássemos dos grandes desafios que persistem para o seu ensino e a sua expansão no espaço que lhe deveria ser cativo. Isso para já não falarmos dos temas específicos – da lingüística e da crítica textual, da sintaxe e da lexicografia, das variações e das variantes do idioma, que serão objeto de debates e exposições por parte dos coordenadores e dos conferencistas do Colóquio.

Este evento realiza-se numa altura em que o Liceu Literário Português inicia um novo e importante ciclo de sua história. Criado em 1868, ainda no tempo do Brasil-Império, para oferecer instrução e ensino de uma arte ou de um ofício aos emigrantes portugueses que vinham realizar seus projetos de vida, o Liceu, ao correr de sua existência, foi-se adaptando a novas realidades do país e perseguiu objetivos cada vez mais amplos em seu funcionamento. Assim, alinhou-se nos programas republicanos da alfabetização de crianças e de adultos; manteve e mantém cursos supletivos do 1º e 2º grau; desenvolveu

cursos profissionais em diversas áreas, como as da administração de empresas, de contabilidade e de secretariado; organizou cursos de pós-graduação de cultura portuguesa, os primeiros sob a direção de Afrânio Peixoto e de Pedro Calmon – e, a partir dos anos 90, com a criação do Instituto de Língua Portuguesa e do Instituto de História Luso-Brasileira, procurou transformar-se num centro de excelência para os estudos do Idioma e para a pesquisa da História dos dois países.

No ano passado, reconhecido pelas autoridades brasileiras competentes, começou a funcionar o curso de Especialização em nível de pós-graduação da Língua Portuguesa. Foi a abertura, em termos de magistério, de um novo tempo: já não perdura a preocupação de assegurar ao emigrante a melhoria do nível de conhecimentos ou a aprendizagem de uma profissão, como acontecia no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, mas corporifica-se o propósito de transformar esta Casa numa matriz de referência do ensino e da investigação da Língua e da História.

Da Língua, porque é um patrimônio comum a nossos povos e representa o que as nossas culturas têm de mais essencial. Defendê-la e enriquecê-la em sua diversidade, é mais do que defender e enriquecer as nossas culturas, como escreveu Claude Hagège, porque é defender a nossa vida. Da História, porque o processo de sua ideologização acabou por nos levar ao abandono das fontes de maior legitimidade e a um enquadramento assimétrico e perverso do passado, procurando-se fazer quase sempre dessa História a memória das “coisas que se faziam erradas”, para usarmos a expressão da *Crônica do Condestável*, mas omitindo-se, quase sempre, os “valentes e nobres feitos”, os legados positivos e as virtudes, os acertos e os protagonistas que foram capazes de construir, ao correr dos séculos, o futuro da nacionalidade. E não podemos esquecer, referindo-nos aos povos da lusofonia, que grande parte da História de cada um dos nossos países está escrita e faz também parte da História dos outros, em passagens heróicas ou em testemunhos de fraternidade.

Vamos conseguir fazer do Liceu Literário Português essa matriz referencial, porque, quando os homens acreditam no sonho, o sonho acontece. E, de qualquer forma, podemos desde logo dizer, como o clássico Antônio Ferreira, que ficamos contentes de servir nosso Rei e nossa gente.

A parte final deste Colóquio é também uma homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Júnior, lingüista e filólogo brasileiro, cujo centenário de nascimento está a ser comemorado. O seu magistério e a sua obra levam-nos a evocar a sua memória e a render-lhe o tributo de nossa admiração. Mas levam-nos também a avaliar o quanto devemos a essa plêiade de mestres brasileiros que durante toda a sua vida se dedicaram ou dedicam a defender e a valorizar a cultura e a língua portuguesa. Ontem, Mattoso Câmara; hoje, Evanildo Bechara;

ontem, Sílvio Elia; hoje, Leodegário de Azevedo Filho; ontem, Cecília, hoje, Cleonice; ontem, João do Rio, Afrânio Peixoto, Gilberto Freyre, Pedro Calmon e tantos outros, hoje, todos aqueles que se iniciaram na devoção da lusofonia e nunca mais perderam o gosto de investir e de enaltecer o Portugal ecumênico e humanista.

Como na definição saussuriana, é escutando os outros que aprendemos a nossa língua materna. Pois também aprenderemos muito – duvidar quem há de? – ao longo deste Colóquio se soubermos ouvir as lições e os depoimentos daqueles que o vão dirigir e enriquecer. Quando ele terminar, todos estaremos mais firmes na convicção de que a Língua Portuguesa, cuja esteira atravessa vastos territórios, não é um vestígio da memória, empobrecido pelas cambiantes ou pela diversidade, pelo envelhecimento ou pelos embalos artificiais. Pelo contrário. A Língua Portuguesa para nossos povos é e será sempre geradora de vida e de seiva da própria nacionalidade.

Que assim seja!



Da esquerda para a direita

1ª fileira: Nilda Cabral, Aníbal Castro, Therezinha Bittencourt, Adriano Kury, Horácio Rolim, Profa. Albertina Cunha, Leodegário Azevedo, Antônio Gomes da Costa.

2ª fileira: Luiz Martins, Victor Kajibanga, Evanildo Bechara, Maximiano de Carvalho, Jorge Rangel, José Lobo do Amaral.

3ª fileira: Sebastião Pinho, Manuel Semedo, Francisco Gomes da Costa, Ricardo Cavaliere, Paulo Pires, Rosalvo do Valle, Antônio Martins, Walmírio Macedo, Carlos Eduardo Uchôa.

RAZÕES DO I COLÓQUIO INTERNACIONAL: A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO DA LUSOFONIA

Evanildo Bechara

Três foram as principais razões pelas quais a Direção superior do Liceu Literário Português teve a idéia de tornar realidade este I Colóquio Internacional, que se vem somar às muitas realizações de congressos e encontros que se levaram a efeito até aqui no decurso dos anos que marcaram o início das atividades no âmbito especial da promoção e difusão do estudo e do ensino da Língua Portuguesa neste Liceu: a passagem dos 15 anos da criação do Instituto de Língua Portuguesa (ILP); a criação do curso de Especialização em nível de pós-graduação *lato sensu*, destinado ao aperfeiçoamento técnico-pedagógico dos graduados em Letras e, finalmente, a passagem do 1º centenário de nascimento de Joaquim Mattoso Câmara Jr, introdutor da Lingüística Geral no Brasil e em Portugal.

A criação do ILP, em 1990, assinala um marco histórico nas atividades científicas e educacionais promovidas desde o início do Liceu Literário Português no recuado ano de 1869 com os cursos de Náutica, na presença assídua de Sua Majestade D. Pedro II, e com os cursos de alfabetização e de nível primário, oferecidos aos emigrantes portugueses que chegavam ao Brasil para partilhar com os naturais da terra o destino histórico da jovem nação americana, aos quais também se ministravam as primeiras noções de ler, escrever e contar.

As atividades do Liceu se expandiram no âmbito da educação e da cultura na criação do Instituto de Estudos Portugueses, sob a batuta de notáveis intelectuais e administradores portugueses e brasileiros. Aí eram oferecidos à sociedade, a especialistas e aos estudantes de nível superior cursos e conferências sobre os variados temas culturais e científicos.

Por sua vez, o antigo curso primário e de artes e ofícios se estendeu às classes de nível secundário, por onde se formaram numerosos alunos que depois se notabilizaram no comércio, no empresariado e em carreiras profissionais liberais.

A expansão da rede noturna pública e da iniciativa privada pelos bairros foi diminuindo, por motivos os mais diferentes, a matrícula de alunos que estu-

davam no centro da cidade, fenômeno que acabou por atingir os cursos oferecidos gratuitamente pelo Liceu.

Foi quando a operosa e dinâmica administração superior da instituição, tendo na sua presidência um homem de largo descortínio, o Dr. Antônio Gomes da Costa, pôs em prática a criação de institutos de nível superior, agora para reunir profissionais universitários na discussão de temas de sua especialidade, e ainda para oferecer aos professores de ensino fundamental e médio egressos das faculdades a oportunidade de retornar aos estudos com a finalidade não só de reforçar sua graduação universitária, mas também de enveredar pelo estudo e pesquisa de temas apenas aflorados no decurso de sua formação profissional, inclusive em face das realidades lingüísticas na área da lusofonia. Dentro deste *idearium* criaram-se, em 1990, o Instituto de Língua Portuguesa e o Instituto de História Luso-Brasileira, e para planejar e dirigir cujos destinos foram convidados os doutores Sílvio Elia e Arno Wehling, respectivamente.

Para trabalhar consigo na concretização das tarefas a serem desenvolvidas pelo ILP, Sílvio Elia convida os doutores Antonio Basílio Rodrigues, Evanildo Bechara, Gladstone Chaves de Melo e Maximiano de Carvalho e Silva.

Foram as primeiras preocupações do ILP abrir um corredor para discussão de temas e questões de linguagem junto a estudantes e ao público não especializado. Para tanto, foi criada no periódico *O Mundo Português* uma seção semanal intitulada *Na ponta da língua* e também uma série de cursos temáticos de atualização sobre língua portuguesa, latim, grego, leitura e interpretação de textos e, mais recentemente, francês e dramaturgia luso-brasileira.

Para atender a professores de língua portuguesa, foi criada a revista semestral *Confluência*, em cujas páginas se iriam discutir temas do nosso idioma, contemplando as diversas variedades praticadas na extensa área geográfica e cultural da lusofonia.

Nos quinze anos de atividade do ILP, foram redigidos perto de setecentos artigos da série *Na ponta da língua* (agora recolhidos cronologicamente em sete volumes); foram oferecidos cerca de cento e vinte cursos de Atualização, com freqüência que variava de cinquenta a cem inscritos em cada um. Da *Confluência* saíram trinta números, incluindo os dois últimos destinados a estes *Anais*.

De uns tempos a esta parte os cursos de formação de professores de língua portuguesa começaram a privilegiar, com ênfase quase exclusiva, a Teoria da comunicação e as disciplinas mais voltadas ao estudo do texto e das situações comunicativas (Análise do discurso, Lingüística textual, Pragmática), ao mesmo tempo que a Sociolingüística abria o caminho para a correta compreensão da língua oral no estudo e ensino da língua materna.

Como sói acontecer com as novas idéias e conceitos (ou antigos, mas revestidos de nova roupagem e exposição mais orgânica), a verdade é que a nova rota desviou a atenção e o conhecimento dos futuros professores da descrição gramatical e do uso padrão fundamentado na tradição da língua literária. O problema da correção idiomática, que já tinha sido equacionado com clareza entre nós, por estudiosos do porte de um Said Ali, João Ribeiro, Sousa da Silveira e Antenor Nascentes, recebeu o aval teórico de lingüistas da importância de Mattoso Câmara, Eugenio Coseriu e Herculano de Carvalho, especialmente de Coseriu.

Na atividade do ILP este movimento facilmente já tinha ganho corpo à medida que os professores que atuavam no Instituto desde sempre se haviam filiado a esse corpo de idéias e de doutrinas, idéias e doutrinas expostas em encontros, congressos, cursos e artigos promovidos com a chancela do Liceu Literário Português.

Longe de repetir os excessos do antigo *magister dixit*, o corpo de idéias e doutrinas expostas no ILP reconhece a pertinência e validade das diversas variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas da língua portuguesa, mas também não deixa de reconhecer a função cultural e social da língua exemplar e seu adequado lugar no exercício da competência lingüística dos falantes como realidade idealmente *standard* nas manifestações especiais dirigidas a toda a comunidade e a toda a nação.

Dever-se-ia, entretanto, estabelecer um elo mais direto entre o ILP e os egressos das faculdades de Letras que se destinam ao ensino da língua materna. Este elo é o curso de Especialização em Língua Portuguesa, em nível de pós-graduação *lato sensu*, cujo início comemoramos neste I Colóquio. A este curso não poderiam faltar disciplinas fundamentais como Introdução aos estudos lingüísticos e Crítica textual.

A terceira razão deste I Colóquio é ainda o ensejo de assinalar a passagem do 1º centenário de nascimento de Joaquim Mattoso Câmara Jr., cujo magistério de sala de aula e de livros é uma referência permanente de todos nós que hoje somos responsáveis pelo destino do ILP. À Administração superior do Liceu queremos, os integrantes do ILP e os alunos do curso de Especialização, testemunhar nosso profundo agradecimento pela efetivação da idéia deste Colóquio.

RESUMOS DAS ATIVIDADES DO COLÓQUIO

Dia 28 de março (segunda-feira)

Sessão 1 – Tema: Presença da língua portuguesa no mundo contemporâneo

ANÍBAL PINTO DE CASTRO (Univ. de Coimbra)

A língua portuguesa no mundo contemporâneo

Partindo da situação actual da Língua Portuguesa, como idioma de comunicação e de criação estética e património comum a todos os Países Lusófonos, o autor enuncia os vários problemas que o seu uso, a sua ilustração e a sua defesa levantam e aborda as soluções mais adequadas à garantia do seu futuro como expressão dos diversificados valores culturais característicos de cada um desses Países e de quanto, nessa diversidade, lhes é comum.

Nessa perspectiva, considera questões relativas à história da língua, ao seu ensino, ao seu confronto com outras línguas no contexto da globalização e na competição que decorre do actual predomínio dos meios de comunicação audio-visual, à importância de uma adequada e sensata uniformidade gráfica, que tenha em conta a história da fonética e das descrições sincrónicas do sistema actual, ao relevante papel da criação literária em todos os Países dessa comunidade, mas sobretudo nos de expressão oficial portuguesa situados no Continente Africano, e sem esquecer o seu lugar nos grandes espaços onde vivem e trabalham as grandes colónias de falantes do português, tanto na Europa como na América.

Finalmente sublinhará a urgente necessidade de uma verdadeira política da língua que vise a definição e aplicação de meios concretos de actuação concertada por parte dos Países Lusófonos.

Sessão 2 – Temas: Políticas para a Língua

DR. ANTÔNIO GOMES DA COSTA (LLP)

Dia 29 de março (terça-feira)

Sessão 3 – Temas: Lingüística Portuguesa

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA (LLP / UFF)

A Lingüística e o ensino da língua portuguesa no Brasil: uma visão crítica

Depois de sua institucionalização como disciplina académica, a Lingüística ganhou um real interesse em nosso meio universitário. Nos dias atuais, o

desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil se apresenta como incontestável, com base em fatos objetivos. Mas o ensino da Língua Portuguesa mostra-se, em geral, insatisfatório, improdutivo. Assiste-se, pois, ainda hoje, a um claro descompasso entre o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas e o baixo rendimento médio revelado pelos alunos na disciplina Língua Portuguesa. Discutem-se as causas deste descompasso, para, a seguir, proceder-se à análise crítica do papel que a universidade brasileira vem desempenhando na formação lingüística do professor de língua materna.

RICARDO STAVOLA CAVALIERE (LLP / UFF)

Pressupostos para o estudo histórico da pronúncia do português do Brasil

Os que estudam as bases fonéticas e prosódicas do português do Brasil facilmente conseguem identificar os falares regionais em face de um padrão urbano que se vem disseminando pelas principais regiões metropolitanas do País, sobretudo devido à força universalizadora e homogeneizadora do rádio e da televisão. No entanto, ao confrontar essa modalidade genérica com as variantes regionais, via de regra atribui-se maior ênfase aos fatos fonêmicos, em detrimento dos fatos prosódicos, não obstante as distinções mais evidentes hoje pareçam estar justamente nesses últimos. Com efeito, pouco se diz acerca das variantes prosódicas decorrentes de fatores supra-segmentais, como a quantidade vocálica e o acento, que em múltipla combinação, criam padrões mais marcantes do que os de ordem fonêmica. Este texto busca estabelecer uma estratégia de pesquisa sobre as variáveis da pronúncia brasileira, de tal sorte que se possa explicar as causas dessa diversidade tanto no plano fonêmico quanto no prosódico.

MARIA EMÍLIA BARCELLOS (UERJ / UFRJ)

De Amadeu Amaral, o saber pluralizado

A apresentação tratará de uma abordagem sucinta da vida e obra de Amadeu Amaral, destacando a sua importância para a inauguração de novas linhas de estudo no Brasil, especialmente no que se refere à Dialetologia. Desenham-se, nesta oportunidade, as faces literária e jornalística desse autor, que, pela sua incessante busca científica foi “um universitário” quando não havia ainda universidades no País e, por seu fazer múltiplo, comportou-se como um verdadeiro semeador dos caminhos a trilhar pela intelectualidade nacional.

Sessão 4 – Temas: Lingüística Portuguesa

JORGE MORAIS BARBOSA (Univ. de Coimbra, PT)

A Lingüística e o ensino da língua portuguesa em Portugal

Não se pretendendo aqui historiar o ensino da língua portuguesa nas escolas, porque tal não seria relevante no âmbito deste colóquio, mencionar-se-ão as grandes linhas que o informaram até meados do século XX: ele visava a aquisição pelos alunos de um saber dirigido para a prática correcta da comunicação, sobretudo escrita mas também oral.

A partir de certa altura, especialmente dos anos setenta daquele século, tal concepção do ensino da língua portuguesa veio a ser substituída por propósitos de reflexão metalingüística mal orientada, a qual teve desastrosas conseqüências no “saber fazer” dos alunos. A isso acresceu o predomínio da pedagogia sobre a matéria a que deveria aplicar-se, e de tudo resultaram evidentes prejuízos, ainda não de todo sanados.

Embora a situação esteja hoje em vias de retornar, creio que se não conseguiu até agora o justo equilíbrio entre os ensinamentos da lingüística e as necessidades de um ensino eficaz da língua.

Se é certo que, de qualquer modo, continua predominando no ensino do português a gramática tradicional, coloca-se a questão de saber o que pode ser mais apropriado no estado atual das coisas: se partir da lingüística para a gramática, se desta para aquela.

JEAN-MICHEL MASSA (Univ. de Rennes, FR)

Lusografia africana

A base do presente trabalho são as nossas pesquisas sobre a África de língua portuguesa e os três dicionários que publicamos nos últimos anos sobre as peculiaridades da língua portuguesa escrita, repito escrita, na Guiné Bissau, em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. São também dicionários enciclopédicos. A análise lingüística, cultural, literária permitiu também esclarecer diferenças notáveis entre os referidos países, os Cinco domo se chamam definição que preferem a PLOP. Atualmente preparamos um quarto dicionário sobre Moçambique, e, se Deus quiser, depois um quinto sobre Angola.

O ponto de partida da nossa pesquisa baseia-se num paralelismo entre o itinerário do Brasil do século XIX e o da África portuguesa, ambos independentes. Nasceu a afirmação de uma diferenciação lingüística em relação à Metrópole. A partir de alguns exemplos e em aplicação duma política lingüística ou ausência de política, de preferências dos escritores, da presença ou ausência

de crioulo, de línguas africanas, de gíria etc... vamos procurar definir algumas características próprias à África e esboço de tipologias, delinear alguns aspectos da Língua Portuguesa nesses países.

JOSÉ CARLOS DE AZEREDO (LLP / UERJ / UFRJ)

A quem compete ensinar a leitura e a escrita?

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “Ao longo dos oito anos do ensino fundamental, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado.” Objetivos tão ambiciosos não podem ser alcançados em tão pouco tempo, e muito menos nos limites de uma dada área de conhecimento – no caso, a língua portuguesa e as respectivas literaturas – porque a “solução dos problemas da vida cotidiana, o acesso aos bens culturais e a participação plena no mundo letrado” resume tudo que se espera da educação formal ao longo da vida de uma pessoa. A recepção de informações e sua transformação em conhecimento se processam como aperfeiçoamento de nossas capacidades de compreensão e de expressão, de nossas habilidades de penetrar nos textos alheios e de construir os próprios textos. A leitura e a expressão são habilidades que embasam e permeiam a construção do conhecimento em todas as áreas do saber. Historiadores, geógrafos, matemáticos, biólogos, astrônomos, arquitetos, filósofos, cronistas esportivos, teólogos, antropólogos, juristas, políticos, economistas etc., etc. só se destacam/destacaram nas respectivas áreas e desfrutam de prestígio na sociedade em geral porque foram/são bons leitores e estavam/estão aptos a expressar o que pensavam/pensam e sabiam/sabem com desenvoltura, clareza e propriedade verbal. Por isso, é imprescindível que em todas as disciplinas que dependem da leitura de textos os professores orientem seus alunos na leitura, comentem o vocabulário pertinente à respectiva área de conhecimento, analisem os procedimentos com que o autor sustenta um ponto de vista ou assegura legitimidade às informações que difunde. Propiciar o desenvolvimento intelectual, emocional, político, técnico e cultural dos estudantes, mediante atividades orientadas de leitura e de expressão, é tarefa da escola como um todo e, portanto, de todos os professores.

ROSALVO DO VALLE (LLP / UFF)

A disciplina História da Língua Portuguesa em debate

A disciplina Língua Portuguesa, no curso superior de Letras, desde os anos sessenta, privilegia os estudos descritivos, de natureza sincrônica, com quase total esquecimento dos estudos históricos, de natureza diacrônica. A moderna orientação lingüística substituiu a antiga, filológica, considerada “tradicional”, até então hegemônica. Observam-se, porém, por volta dos anos oitenta, sinais de renascimento dos estudos diacrônicos, aqui e em Portugal, segundo modelos estruturais, e ultimamente gerativistas, com a incorporação de enriquecedoras conquistas da Sociolingüística. Este promissor ressurgir dos estudos diacrônicos revela que, afinal, parece “ultrapassada e superada a incompatibilidade entre sincronia e diacronia”. E põe-se a questão, fundamental, que nunca devera ser esquecida: a língua é um objeto histórico e, como tal, é ao mesmo tempo permanência e mudança – na verdade, uma “permanência” dinâmica e uma inelutável mudança.

Dia 30 de março (quarta-feira)

Sessão 5 – Tema: Língua e cultura

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA (LLP / UFF)

Crítica Textual – matéria básica na formação dos pesquisadores e professores de Letras

Apresenta o autor, após uma série de considerações sobre a importância e o alcance das atividades compreendidas no âmbito da Crítica Textual, as razões pelas quais no seu entender é absolutamente incompreensível que as instituições de ensino e pesquisa de letras, com raras e honrosas exceções, não incluam em seus currículos de graduação e de pós-graduação esta disciplina básica no grupo das obrigatórias, sendo ela indispensável como um valor em si mesma e como auxiliar dos estudos de língua e literatura, a que presta relevantes serviços, principalmente através das boas edições e edições críticas e comentadas já publicadas até agora pelos nossos filólogos. Vale-se o autor da sua experiência de professor de Língua Portuguesa e de Crítica Textual na Universidade Federal Fluminense, de 1957 a 1989, da sua experiência posterior no Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, até a presente data, e da sua experiência de preparador e editor de textos, para demonstrar como é de extrema utilidade aos alunos do curso de Letras o conhecimento dos princípios e da prática da Crítica Textual, que os habilita para o desempenho de outras tarefas além das do magistério, como as de revisores críticos, preparadores de originais para o trabalho de editoração e preparadores de textos, de que tanto necessita o mercado editorial.

SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO (Univ. de Coimbra, PT)

Língua e cultura latinas na obra de Manuel Bandeira

A presença da cultura clássica greco-latina na obra de Manuel Bandeira é de uma singular e extrema evidência e assume um particular significado e interesse para a sua devida análise e segura crítica literária. Tal presença não é apenas de carácter histórico, mitológico ou de conteúdo literário ou retórico. É também de âmbito linguístico. O conhecimento do grego e do latim, que ele havia adquirido durante a sua formação humanística no Colégio Pedro II, permitiu-lhe a leitura directa das fontes fundamentais da cultura ocidental e extrair delas uma vasta e rigorosa informação e um domínio linguístico de que se serviu largamente na própria criação literária.

No que toca à língua de Homero, lembremos que Bandeira confessa que o verso que lhe ficou indelevelmente gravado na memória e que o perseguiu a vida inteira foi haurido num dos mais belos passos da *Ilíada*, por ele citado em grego; e que o topónimo Pasárgada, de tão feliz fortuna dentro da sua inspiração poética, foi colhido na leitura e no estudo de textos gregos, como ele revela. Desta influência helénica na obra do nosso Poeta já tivemos oportunidade de escrever em outra ocasião e lugar.

Nesta comunicação pretendemos falar acerca da sua formação latina, que não foi menor, e da influência que também esta exerceu na sua escrita. O bom conhecimento do latim demonstrado por Bandeira possibilitou-lhe a sua utilização para variados efeitos de erudição, na correspondência e sobretudo nas crónicas, com o frequente recurso a vocabulário latino quer em expressões e fraseologia de aplicação prática, quer no uso e transcrição de textos latinos clássicos, medievais e bíblicos para fins de crítica literária, quer ainda em comentários de rigorosa análise linguística que revelam uma especial preocupação filológica por parte do poeta de Pasárgada. Mas a presença de latinismos e da própria língua latina revela-se também no campo da teoria e da criação poéticas, como acontece, por exemplo, com o conceito de “ritmos inumeráveis” no poema “Poética” do livro *Libertinagem*, ou o título da colecção de poesias “Ritmo Dissoluto”, e com certo vocabulário particularmente expressivo de configuração latina no poema “Cântico dos Cânticos”.

TEREZINHA DA FONSECA PASSOS BITTENCOURT (LLP / UFF)

Estrangeirismos: questão lingüística e ideológica

Tratar do tema relativo aos empréstimos lingüísticos implica necessariamente invadir dois campos que se devem manter bem distintos: o campo da ideologia e o campo da ciência. Por envolver questões de natureza ideológica e questões de

natureza lingüística, constitui-se em verdadeira *vexata quaestio* quer para os usuários da língua quer para os que refletem acerca de seu uso, pois todos, falantes e lingüistas, se julgam com o direito legítimo de opinar acerca da linguagem. Decorrem daí as acusações inflamadas, quando se vai discutir o tema, de nacionalismos, xenofobias, purismos etc. O conflito coloca, de um lado, aqueles que julgam constituir enriquecimento para o idioma a incorporação de vocábulos oriundos de outras terras e, de outro, aqueles que julgam não apenas empobrecimento mas até ameaça à soberania nacional a circulação de termos não vernáculos. Ao ouvirem-se os argumentos apresentados pelas duas facções, tem-se a sensação de que ambas estão corretas em seus pontos de vista, embora as razões apresentadas para sua defesa sejam diametralmente opostas.

Neste trabalho, pretendemos discutir a questão dos estrangeirismos, considerando as duas perspectivas, que, a rigor, consubstanciam a visão do falante – ponto de partida de qualquer explicação acerca da linguagem – e a visão do lingüista – ponto de chegada da referida explicação –, a fim de tentar desfazer a aparente contradição estabelecida entre os dois pontos de vista.

Sessão 6 – Tema: Língua e cultura

DINO PRETI (PUC-SP / USP)

A variação lingüística: contribuições da Sociolingüística para o ensino da língua

A palestra trata da variação lingüística, situando-a, de início, no plano histórico, para mostrar que, já na antiguidade clássica, mencionava-se o problema, embora sob um enfoque retórico, estilístico, literário.

Em seguida, examina-se a posição de Saussure, lembrando suas idéias a respeito das relações língua e sociedade e acentuando a posição de outros lingüistas da época (Meillet e Bakhtin, por exemplo).

Passa-se, então, aos primeiros autores da Sociolingüística, mostrando como viam a influência dos fatores sociais sobre a língua.

Num segundo momento, mostra-se como essas idéias influenciaram os pesquisadores brasileiros e o resultado de sua chegada ao ensino, no curso secundário.

Por último, fala-se sobre a equivocada aplicação das teorias lingüísticas ao ensino, que levaram à classificação de variantes lingüísticas de menor prestígio social como formas incorretas, desconsiderando-se os fatores sociais que incidem sobre elas e a própria situação de comunicação em que são usadas.

MAURO VILLAR (ABF / IAH)

Lexicografia de corpus, frasemas, pragmatemas e a dicionarística contextualista

Sabe-se hoje que as palavras associam-se no discurso em seqüências combinatórias restritas e preferenciais que funcionam como elementos pré-fabricados – os frasemas, semifraseas e pragmatemas. Sabe-se também que as unidades léxicas descritas pelos dicionários têm muito menos sentidos do que geralmente eles assinalam. A lexicografia de *corpus* veio trazer luz sobre estes e outros fenômenos alterando a forma de registrar as palavras para a feitura de dicionários mais eficazes e corretos. Mas como andam os nossos dicionários?

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO (ABF / UERJ / UFRJ)

Literatura e ensino da língua portuguesa

Considerando-se que a filologia é o estudo da língua como instrumento de uma literatura, a conferência pretende defender a tese de que há uma relação de intersecção entre a língua e a literatura nela expressa, de tal forma que a crítica filológica e a crítica literária são, necessariamente, complementares. De forma objetiva e comprobatória da tese, será analisado um poema de um autor angolano e um poema de um autor brasileiro, para demonstrar que a implantação da Língua Portuguesa em Angola e no Brasil seguiu caminhos diferentes. O texto, portanto, insere-se no tema geral do Colóquio *A Língua Portuguesa no Mundo da Lusofonia*. E defende a idéia de que o ensino da língua deve ser feito a partir de textos literários, preferencialmente.

Dia 1º de abril (sexta-feira)

Sessão 7 – Tema: Vida e obra de Mattoso Câmara Jr.

NILDA CABRAL (LLP / UFF)

Variação e variantes nas edições de Princípios de Lingüística Geral, de Mattoso Câmara Jr.: questões filológicas e lingüísticas

O pressuposto que norteou a proposta de preparação e organização de uma edição crítica e comentada de *Princípios de Lingüística Geral*, de Mattoso Câmara Jr. foi o de que a aplicação do método e das técnicas da Crítica Textual a textos não literários, como os textos de natureza científica, não só figura entre suas tarefas fundamentais, mas também confirma seu papel interdisciplinar entre as ciências. Valendo-se delas para a consecução do seu objetivo final de

editoração crítica, a elas oferece esse seu produto derradeiro, como uma nova e instigante fonte para investigações particulares e específicas.

A sistematização filológica proposta, que registra rigorosamente as muitas modificações textuais nitidamente apreensíveis no percurso editorial de *Princípios*, se por um lado favorecerá a compreensão da evolução do pensamento lingüístico de Mattoso Câmara, por outro, em virtude do papel privilegiado que o autor e sua obra ocupam na bibliografia de Língua Portuguesa das ciências da linguagem, contribuirá certamente de forma ímpar para a compreensão e o registro mais exatos das condições concretas da origem e divulgação acadêmica dos princípios da lingüística geral entre nós e da renovação que promoveu nos estudos e no ensino de nossa gramática.

O exame das mudanças introduzidas em *Princípios*, das quais apresentamos aqui apenas uma brevíssima amostragem, permitem algumas considerações sobre o processo de construção dessa obra.

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS (LLP / UERJ)

Os estudos de Morfologia na obra de Mattoso Câmara

A obra de Mattoso Câmara se destaca pela constante renovação das idéias aplicadas aos estudos de vários campos da língua portuguesa, aliada a um domínio ímpar de bibliografia especializada, propiciando ao autor contribuir para um conhecimento preciso do sistema de nosso idioma. É notória a ampliação feita por Mattoso Câmara do critério de Bloomfield entre formas livres e formas presas, a que Mattoso acrescentou formas dependentes.

Na análise mórfica nominal, nenhum outro critério proposto superou ou retificou o enfoque lingüístico das categorias de gênero e número descritas por Mattoso Câmara. Já em *Princípios de Lingüística Geral*, apresentou uma visão estruturalista na formação de gênero, demonstrando serem pífios os critérios antes utilizados, tanto o *vital*, dividindo os seres em animados e inanimados, como o *peçoal*, separando pessoas e coisas, e o *sexual*, criando o gênero masculino e feminino.

Na análise mórfica verbal destacou a importância real do reconhecimento da vogal temática dentro do sistema atual da língua, sem ilações históricas, como fazia a gramática tradicional. Demonstrou pertencerem à mesma conjugação os verbos *ter*, *pôr* e *vir*.

Também na formação parassintética não espousa o critério ainda hoje aplicado por muitos autores que incluem nesse processo palavras como *aclarar*, *aterrar*, *embarcar*, por não apresentarem realmente dois afixos derivacionais.

Destaca uma visão sincrônica no processo de aglutinação, só levando em conta as palavras em que se possam deprender as formas aglutinadas. Caso contrário, tratar-se-á de vocábulo primitivo.

VALTER KEHDI (USP / ABF)

A sintaxe de J. Mattoso Câmara Jr.

Embora claramente estruturada e operatória, a sintaxe mattosiana permanece praticamente desconhecida em nossos meios acadêmicos.

É nosso objetivo, aqui, apresentar os aspectos centrais (com a respectiva articulação) dessa sintaxe, ressaltando as influências de G.Gougenheim, F.Brunot, H.Keniston e, sobretudo, F.Mikus.

Esperamos, assim, contribuir para que se tenha uma visão mais abrangente das investigações lingüístico-gramaticais do autor.

Sessão 8 – Tema: Vida e obra de Mattoso Câmara Jr.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA (LLP/ UFF)

Lembranças do convívio com o Prof. Matoso Câmara

O autor registra num singelo depoimento como conheceu pessoalmente em 1948 o professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior, na condição de aluno-ouvinte da pequena turma de dois alunos regulares apenas do Curso de Letras Clássicas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no exato momento que assinala o retorno do grande lingüista e filólogo ao ensino universitário, continuando em sua trajetória de pioneiro no trabalho de apresentar e difundir no Brasil os fundamentos da teoria da linguagem e a aplicação dos mesmos aos estudos superiores de Língua Portuguesa. Aponta ainda o autor como uma das características marcantes da atuação magisterial de Mattoso Câmara a sua preocupação de acompanhar e incentivar o progresso dos seus antigos alunos, alguns dos quais, trabalhando com ele mais de perto, puderam testemunhar o que foram as suas modelares atividades docentes e as atividades que desenvolveu incansavelmente de pesquisador e divulgador não apenas dos seus próprios estudos de lingüística geral e de Língua Portuguesa, mas também dos estudos mais importantes realizados no país e no estrangeiro.

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA (LLP / UFF)

Mattoso Câmara e o ensino da Língua Portuguesa

O ensino da Língua Portuguesa manifesta-se como uma preocupação na bibliografia de Mattoso Câmara. As suas obras didáticas: alguns comentários selecionados. O posicionamento do lingüista brasileiro em relação a alguns problemas centrais do ensino língua, explicitado em alguns de seus ensaios. Os objetivos fundamentais do ensino do idioma na sua visão.

ROSALVO DO VALLE (LLP / UFF)

Mattoso Câmara e a História da Língua Portuguesa

O Professor J. Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) tem inquestionavelmente um lugar especial e definitivo na historiografia lingüística luso-brasileira, além de outros títulos na área das ciências da linguagem, por ser o introdutor do estruturalismo lingüístico no Brasil, e o “inaugurador do ensino da lingüística geral” em Portugal. No magistério superior de Lingüística e de Língua Portuguesa, bem como no ensino médio de Português, sempre foi um pioneiro e um inovador, preocupado com novos conceitos teóricos e metodológicos.

Como sincronista, estabeleceu critérios seguros para a descrição gramatical do português, intimamente associada à lingüística sincrônica; como diacronista deixou muitos trabalhos sobre a história externa e a história interna da língua, os quais, afinal, se consolidaram na *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, sua última obra e primeira em Língua Portuguesa em moldes estruturais. Com a publicação dos *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.*, agora em 3ª edição revista e ampliada, organizada por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, seu discípulo e primeiro assistente, tornou-se mais fácil estabelecer o *corpus mattosianum* sobre a história da Língua Portuguesa.

SESSÃO 1 – 28 DE MARÇO

Tema: *Presença da Língua Portuguesa
no Mundo Contemporâneo*

Coordenador: Jean-Michel Massa (Univ. de Rennes, FR)

A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Aníbal Pinto de Castro
Universidade de Coimbra, PT

As minhas primeiras palavras são naturalmente de agradecimento muito comovido aos queridos Colegas e Amigos responsáveis pela organização deste Colóquio, pelo generoso convite que me dirigiram para estar hoje com tantos e tão qualificados representantes dos Países de Língua Portuguesa, neste encontro de fraternidade lusíada em Terras de Santa Cruz e nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Venho da outra margem deste *Mare Atlanticum nostrum*, onde Cabo Verde, a Guiné, Angola e S. Tomé e Príncipe marcam espaços importantíssimos desta comunidade imensa de línguas e culturas congregadas no *sermo* comum que herdamos da madre latina, mas sem esquecer que, na contra-costa oriental, Moçambique estabelece com estes países o abraço lusófilo ao Grande Continente Africano, e que, mais longe, para as bandas de onde nasce o sol, Timor, depois de ter pugnado heroicamente pela independência política, aposta agora, com a mesma tenacidade, na adesão a esse espaço, guardando ainda uma ternura especial para aquelas comunidades que, na Costa do Indostão, em Macau, no *papiá cristão* de Malaca e até para aqueles pequenos núcleos sefarditas que guardam como relíquias venerandas um domínio deste idioma, mesmo se, por vezes, reduzido a uma reminiscência de culto.

Mais do que como filólogo, venho, pois, para comungar convosco nesta mesa lusíada, fazendo desse modo jus à minha condição de Sócio Honorário desta Casa, cuja essência coincide, numa singular simbiose, com o tema e com os objectivos deste nosso Colóquio, pois oferece um nobilíssimo exemplo de trabalho desenvolvido, de parceria com o Real Gabinete Português de Leitura,

e outras instituições similares semeadas pela amplidão deste Brasil abençoado, no Recife, na Bahia, em São Paulo e em tantos outros lugares, mercê do esforço abnegado dos nossos emigrantes, que sabiam aliar o seu labor material a essa causa da defesa e ilustração da sua língua maternal.

Gostaria ainda de, ao mesmo tempo, prestar a minha homenagem de Português, e de falante do Português à Escola Filológica brasileira, onde refulgem nomes como os de Augusto Magne, Antenor Nascentes, Said Ali, Sousa da Silveira, Serafim de Silva Neto, Celso Cunha, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo e Mattoso Câmara, cujo centenário estamos também a comemorar, entre muitos outros felizmente ainda vivos.

É, pois, por esse imperativo da inteligência, da emoção e da gratidão que não podia de modo algum faltar ao vosso chamado!

Não vou, naturalmente, fazer aqui a história do progressivo alargamento do espaço ocupado pela língua portuguesa como idioma de comunicação, ou sequer definir a sua situação específica, em relação a cada País e no seu conjunto, nem aduzir números ou estatísticas acerca dos falantes que, em cada um dos nossos países e no conjunto que eles formam, hoje recorrem ao português como meio de comunicação oral e escrita. Esses são, na verdade, conhecimentos ou dados de que todos dispõem. Pareceu-me mais útil e oportuno enunciar algumas questões que o seu uso, difusão e defesa levantam, apontando para elas algumas soluções possíveis ou que se me afiguram mais adequadas à garantia do seu futuro como expressão dos diversos valores culturais próprios de cada um dos Países dessa nossa comunidade e de quanto, nessa diversidade, lhes é comum.

A história da Língua Portuguesa, se conta com estudos e sínteses de grande qualidade científica para a época medieval, apresenta-se com uma preocupante pobreza para as épocas posteriores, justamente aquelas que assumem maior interesse para a difusão no mundo, a partir do século XV, como o movimento dos Descobrimentos. Prova clara desse facto é a própria *História da Língua Portuguesa* elaborada nos anos 50 do século passado pelo saudoso, e nunca demais lembrado, Prof. Serafim da Silva Neto.

Muito importará por isso desenvolver esses estudos, no sentido de demonstrar como foi pelo comércio, pela presença política e, sobretudo, pela acção dos missionários, que essa difusão se operou, daí decorrendo todas as outras formas de relação social, incluindo as amorosas, para as quais a comunicação oral se tornava indispensável, criando assim uma situação de bilingüismo, da maior importância para o conhecimento específico das variantes que o sistema ainda hoje apresenta, relativamente à forma européia. E isto a vários níveis, desde o ensino humanístico ministrado na rede dos colégios Jesuítas, de Macau

a Goa e daqui à Bahia, a São Paulo, ao Rio e a Olinda, às escolas das missões do Japão, de Malaca, de Angola, de Moçambique e do Brasil, onde, para alfabetizarem os catecúmenos, os missionários começavam por aprender as línguas nativas, recorrendo depois às *cartinhas* que o próprio Poder político lhes remetia do Reino.

Parece-me fora de dúvida que o melhor caminho para preservar a unidade dessa língua de tantas (e todas elas legítimas!) variantes ou modulações nacionais será, não procurar eliminá-las, tendo em vista uma impossível e ilegítima pseudo-unidade, que a ciência lingüística e as actuais condições políticas de modo algum permitem, mas conhecê-las e valorizá-las, para que se interpenetrem e mutuamente se revigorem no enriquecimento do sistema geral que as integra.

É neste sentido que a história da expansão da língua portuguesa adquire a sua verdadeira dimensão e a sua plena relevância para bem conhecermos e melhor gerirmos ou prepararmos, hoje, os seus destinos no futuro.

A este conjunto de problemas a que eu chamaria *internos*, no espaço da chamada lusofonia, outros, porém, se juntam, suscitados pelo imenso fenómeno da globalização que hoje envolve todo o mundo e todas as formas de cultura que nele a História veio criando e desenvolvendo ao longo dos séculos, graças aos poderosíssimos meios de comunicação social comandados pela cibernética, que tudo uniformizam, tudo simplificam, tudo desfeiam e a tudo roubam a qualidade e o cunho do individual que o devir histórico ofereceu como o mais sólido fundamento às marcas distintivas das comunidades, fossem nacionais, fossem de outra índole.

Mal se podem imaginar ainda as gravíssimas perturbações que aos sistemas lingüísticos causa o recurso à comunicação por mensagens curtas, orais ou escritas, não apenas através da televisão, mas através dos telemóveis ou celulares, num permanente atentado às normas mais elementares, sejam elas gráficas, fonéticas, morfo-sintácticas ou semânticas. Assim o *que*, independentemente do seu valor morfológico ou sintáctico, é reduzido, nessas formas de escrita, ao simples grafema do *k*; a forma verbal *quero* é escrita *kero*; a saudação carinhosa de alguém que envia a outro *beijinhos* vê-se reduzida a *jinhos*; e assim por diante...

E tudo isto com a agravante de ser usado pelas camadas mais jovens de falantes, que não só não tiveram meios nem tempo de fazerem uma aprendizagem completa da língua, como perdem assim o gosto de virem a adquiri-la, através da leitura e da escrita, na simples expressão dos seus sentimentos mais pessoais e íntimos!...

Cumpre, por outro lado, não esquecer que, por múltiplas razões que será desnecessário analisar neste momento, essa globalização abre as portas a ambições de hegemonia a certos países, numa imparável ambição de projecção das suas línguas, cujo impulso parece difícil de controlar. Refiro-me, antes de mais ao inglês, cuja expansão se vê em cada dia mais favorecida pelo recurso às suas linguagens técnicas e científicas, pela mobilidade dos indivíduos graças ao turismo e, sobretudo, à cibernética.

E até a circulação comercial não deixa de contribuir para este fenómeno, pois as próprias embalagens dos produtos de um país vendido noutra, ou a publicidade a que se recorre para essa comercialização, mormente nos que estão integrados na União Europeia, aparecem escritas na língua dominante, em total detrimento da língua dominada.

Um dos sinais mais significativos desta crescente hegemonia do inglês sobre as demais línguas europeias é a profunda alteração que nas duas últimas décadas se verificou na presença das línguas estrangeiras em Portugal. Todos sabemos que, no século XIX, a primazia cabia ao francês. Basta recordarmos o texto de Eça de Queiroz intitulado *O Francesismo*, e a história que, a respeito de si próprio nele inseriu:

“Quando cheguei da diligência a Coimbra, para fazer o exame de Lógica, Retórica e Francês, o presidente da mesa, professor do Liceu, velho amável e miudinho, de batina muito asseada, perguntou logo às pessoas carinhosas que se interessavam por mim:

– Sabe ele o seu francês?

E quando lhe foi garantido que eu recitava Racine tão bem como o velho Talma, o excelente velho atirou as mãos ao ar, num imenso alívio.

– Então está tudo ótimo! Temos homem!

E foi tudo ótimo: recitei o meu Racine como se fosse Luís XIV fosse lento, apanhei-o meu nemine...”¹

Hoje a situação inverteu-se e ainda há dias, na discussão do programa do novo Governo na Assembléia da República Portuguesa, o Primeiro Ministro anunciava o carácter obrigatório do inglês logo a partir do primeiro ano do Ensino Básico.

Notarei de passagem que este afunilamento da aprendizagem das línguas secundárias no sistema de ensino português não deixa de trazer aos nossos alunos um flagrante empobrecimento cultural, literário e lingüístico, porque lhes

¹ *Obras*, Porto, Lello & Irmão, vol. II, pág. 815.

fecha as portas a campos do conhecimento humanístico verdadeiramente imprescindíveis para a completa formação dos jovens, mesmo quando eles se sintam atraídos por carreiras profissionais de índole técnica. Regi, durante mais de vinte anos, a cadeira de Estudos Camonianos na Universidade de Coimbra e sempre procurei habilitar os meus alunos com uma bibliografia criticamente selecionada, que incluía obras nas principais línguas europeias. E foi com crescente preocupação que ouvia os alunos, com uma frequência cada vez maior, dizer-me, a respeito de obras em italiano, espanhol ou francês, que as não podiam ler porque não conheciam essas línguas...

Como acontece relativamente a outras línguas, assistimos deste modo a uma progressiva substituição do português pelo inglês ou à criação de um jargão híbrido, espécie de *portinglês*, que nos arrepia a sensibilidade e nos deixa culturalmente mais pobres aos olhos desses novos colonizadores, postergando o conhecimento e (porque não dizê-lo?) o culto da nossa própria língua, enquanto nos vamos assim privando da capacidade e da autoridade para continuarmos a mantê-la como um organismo vivo de comunicação, de relação intercultural e de criação estética.

Além disso, a língua constitui, sem sombra de dúvida, uma força poderosíssima de coesão nacional, sobretudo quando, como aconteceu no Brasil e se verifica hoje nos Países africanos, ela lhes ofereceu, durante séculos de colonização, ou oferece no presente, o factor de coesão que tornou possível a evolução das sociedades nacionais, à medida que a idéia de colectividade nacional se veio sobrepondo à diversidade de índole tribal, sustentada pelas línguas autóctones. E assim se compreende que, mesmo quando lutavam contra a potência colonizadora, os povos desses novos países apostassem na aprendizagem da língua do colonizador. O mesmo fenómeno, aliás, se passou nos outros territórios africanos de colonização francesa ou inglesa.

A necessidade de afirmação da língua como expressão de uma comunidade cultural e, dentro dela, de uma unidade nacional para a sua mais convincente projecção no interior e no exterior das fronteiras de cada um dos países que a compõem, parece-me tão evidente, que seria tautológico acentuá-la. Basta para isso pensarmos que todas as outras formas de expressão, sejam elas plásticas, sonoras ou rítmicas se revestem de características universais, independentes de configurações fônicas, formais ou semânticas específicas, enquanto o criador literário, ao utilizar um determinado idioma, que é quase sempre o seu, não pode atingir de imediato a universalidade da compreensão de que beneficiam os criadores de outras artes. Nem a tradução que, se for boa, há-de, ao fim e ao cabo, ser em maior ou menor grau, uma recriação, o que pode salvar dessa limitação. E até a divulgação do pensamento, das artes, da história, numa palavra, da memória dos povos, para aqueles que não falam a sua língua ou a falam

com diferentes graus de competência, ficará sempre dependente do conhecimento dessa língua e, em parte não menor, da capacidade que ela oferecer para exprimir, com correção e propriedade, todos esses ou outros conteúdos.

Não cometia, pois, qualquer exagero Américo Cortez Pinto, há mais de meio século, considerava a língua como “a mais importante constituição política de uma nação”.

Isso não significa – note-se bem – que as línguas nacionais, mesmo quando, como no nosso caso, sejam partilhadas por outros países para além daquele em que se formaram, se acastem num individualismo chauvinistas e fechado à crescente importância da comunicação entre os povos e as culturas com que tem, quer queira, quer não, de conviver, nesta imensa aldeia que é hoje o mundo. Vale a pena lembrar, a este propósito, as considerações do meu Velho Colega e Amigo, Vitor Manuel de Aguiar e Silva, no prefácio ao livro de Fernando Paulo do Carmo Baptista, *Tributo à Madre Língua*, publicado em 2003:

“Neste limiar do século XXI, a língua, com a sua memória dinâmica, a corporeidade da sua música e do seu ritmo, o horizonte plural dos seus sentidos, as formas de vida e de cultura que exprime e comunica, é a âncora primordial da identidade das sociedades e das culturas face à homogeneidade totalitária da globalização e às derivas e desgarras gerados nas sociedades pós-tradicionais, mas esta âncora identitária, na modernidade reflexiva, pós-nacional e pós-colonial em que vivemos, tem de ser o ponto de partida e o capital simbólico inicial para a construção de um mundo polifônico [...] de fronteiras porosas, com múltiplas pontes entre as diversas sociedades e culturas, isto é, um mundo que preserve uma diversidade não-conflitual, sob o signo de uma solidariedade aberta e do reconhecimento e cumprimento de direitos universais”.

Urge, pois, que aos nossos próprios olhos e aos dos falantes de outras línguas que com a nossa competem, o português surja capaz de oferecer meios de expressão falada e escrita que lhe confirmem dignidade, uma capacidade expressiva moderna e adequada à comunicação que as relações entre os homens e os povos hoje exigem, na prática diária, na atividade comercial, nas aquisições técnicas e tecnológicas, na investigação científica, nas relações políticas e na criação poética, que o futuro tornará tanto mais necessária quanto maior for a estandardização da vida.

E aqui é que assumirá papel de maior relevo a força indiscutível que, no plano cultural, econômico e até estratégico, os Países de Língua Portuguesa, sobretudo se considerados no seu conjunto, terão por força de desempenhar no mundo futuro, dadas as potencialidades que em todos esses campos oferecerão à comunidade internacional. O domínio de uma língua viva, moderna e

adequada às necessidades de comunicação que o futuro há-de exigir cada vez com mais urgência, só pode contribuir para a defesa dos interesses dos povos que a falam para além do território, mesmo assim imenso, que ocupam nos quatro continentes do globo.

Mas para que assim suceda, será fundamental que o seu próprio domínio dessa língua seja sólido, consciente e cientificamente preparado. E para isso a pedra verdadeiramente angular de todo o edifício há-de por força ser o seu ensino – um ensino moderno, eficaz e aberto aos tempos que vivemos.

Um ensino que dê, antes de mais, uma bagagem cultural que assente numa imprescindível base humanística segundo a qual se possam formar homens simultaneamente especializados e cultos que, por sua vez, serão o fermento fecundador de um progressivo alargamento dessa força de renovação e afirmação da identidade de cada um dos povos, na justa dimensão da sua própria história.

Ora, na base dessa formação terá forçosamente de estar o ensino do português, como língua nacional de cada um dos nossos países.

E aqui parece-me que muito importará considerar três situações fundamentais.

A primeira é a de Portugal e do Brasil, espaço onde tal tarefa conta já com uma longa experiência didática e pedagógica no ensino da língua materna que, como sistema próprio, se vem afirmando, nas suas linhas gerais, desde o século XVI.

A segunda configura-se nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor, onde esse sistema se implantou em épocas bastante mais tardias e numa rede bastante mais irregular, quase sempre em situações de bilingüismo, onde o português funcionava, e em muitos casos ainda funciona, como língua secundária, competindo com os idiomas primários de inúmeros grupos falantes, ou até com os crioulos que entretanto se tinham vindo a formar.

Finalmente a terceira ocorre naqueles territórios como o antigo estado da Índia, Macau e outros espaços, onde o português apenas sobrevive em pequenas bolsas de falantes que ainda persistem, após o processo que os levou à integração noutras realidades de muito maior expressão geográfica e de maior projeção política no presente e no futuro.

Caso à parte oferece a necessidade de continuarmos este ensino nas comunidades de falantes do português emigrados em vários países da Europa, da América do Norte e da República da África do Sul, onde se contam larguíssimos milhares de emigrantes, europeus e africanos, que teimam em permanecer fieis à nossa língua comum, freqüentando escolas e outras instituições de natureza cultural ou associativa.

Tal não significa, porém, que esse interesse mantenha a mesma força nas gerações mais novas de emigrantes, para quem a frequência de escolas portuguesas ou de cursos de Português no esquema curricular do ensino oficial dos países onde vivem constitui por vezes estigma de depreciação social, que as autoridades diplomáticas portuguesas pouco ou nada fazem por eliminar, ou sequer diminuir.

Vejam, no entanto, o que se passa em matéria do ensino da língua materna em Portugal e no Brasil; permitam-me, no entanto, que reduza as minhas considerações ao caso de Portugal que, por obrigação e devoção, conheço melhor.

As modificações de índole conceptual e metodológica verificadas ao longo dos últimos cinquenta anos no campo dos estudos lingüísticos e literários, sobretudo quando, como entre nós, foram apressadamente adotadas, sem uma ponderação crítica mínima, num psitacismo acéfalo e numa confrangedora indiferença pela formação dos alunos, trouxeram ao ensino das línguas um empobrecimento e uma ineficácia altamente responsáveis pelo estado atual dessa questão, apesar da sua fundamental importância como base de toda a cultura, da preparação profissional e da própria consciência cívica e política das gerações mais novas.

E foi deste modo que uma preocupação pseudo-científica postergou a relevância da visão histórica da língua em favor de uma análise sincrônica do seu momento atual; esqueceu o latim como matriz da sua formação e evolução; matou a gramática como arte de bem escrever; desprezou a norma em favor da realização que a ignorou ou dela se alheou; deixou-se seduzir pelas especulações teóricas ou teorizantes da Lingüística, em prejuízo do conhecimento concreto da língua como realidade viva; desvalorizou a estilística literária e quebrou a íntima simbiose entre a Língua e a Literatura, para, com um simplismo confrangedor, apostar apenas nos registros comuns da linguagem de comunicação, remetendo o uso dos registros cultos ou específicos da criação estética para uma espécie de museu de velharias que cheiram a mofo e que, por conseguinte, não convêm desenterrar para não assustar os alunos, nem lhes exigir grandes esforços num sistema de ensino que irremediavelmente se deixou atrair por um sentido lúdico da vida que começa logo na mais tenra infância.

Esta realidade, em que a Universidade tem gravíssimas culpas, por ação e por omissão, constitui para mim um ponto fulcral na reflexão que se nos impõe como uma das mais urgentes e seguras medidas do tema que neste Colóquio nos reuniu.

Queixamo-nos muito em Portugal da desvalorização da Literatura nos programas do Ensino Básico e Secundário. Autores como Gil Vicente, Ca-

mões, Garret, Camilo ou Eça de Queiroz, tidos ao longo de séculos como modelos de estilo e como vias privilegiadas de acesso tanto ao conhecimento como à fruição estética da língua, estão hoje riscados dos programas ou vêm-se neles reduzidos a posições tão breves, fragmentárias e acidentais, que os alunos, muitas vezes, acedem às Universidades (mesmo quando se destinam às Faculdades de Letras!...) sem sequer saberem em que época viveram ou escreveram.

Do caráter formativo, em todos os aspectos, da linguagem literária não há que duvidar. É que o escritor, para poder realizar o seu ato de criação, não dispõe de outro material que não seja a língua, em que ele plasma a sua obra, a qual, uma vez lançada ao público, depois de ter passado pelo crisol do seu gênio, se converte, por sua vez, em nova expressão viva dessa capacidade significativa, para se transformar numa outra existência permanente, viva e atualizada desse riquíssimo patrimônio espiritual que a todos pertence.

Disse-o um dia Miguel Torga, consciente da responsabilidade que lhe cabia como escritor e, portanto, como obreiro dessa dinâmica, ao receber um prêmio que consagrava a sua obra:

“Soube sempre, desde a hora temerária do começo, que escrever é um ato ontológico, que compromete perpetuamente quem o pratica. Que nenhum outro implica tanta responsabilidade e tanto risco, pois que ainda hoje a humanidade tem no banco dos réus quantos se abalançaram a pegar na pena em nome dela. E também não há maior honra nem maior dignidade do que pertencer ao rol desses penitentes à espera do veredito de cada geração.”

Como compreender que os agentes do ensino, quem elabora os programas que eles próprios têm de cumprir, quem faz as leis que regem o seu trabalho, desproveitem este manancial puríssimo e riquíssimo para o ensino da língua, trocando-o por textos de jornais pessimamente escritos ou por frases de teor publicitário onde a gramática sofre tratos de polé?

Urge, pois, repensar as bases, os métodos, as matérias específicas e os livros adotados no ensino do Português, mas para isso é essencial pôr de parte este fosso que ineptamente se foi abrindo entre a Lingüística e os Estudos Literários ou entre a Lingüística e a própria Língua, numa fratura que, em certas Universidades portuguesas, a começar pela minha, continua a ter tendência para cavar-se, em vez de se encher. Para isso talvez bastasse não descurar o ensino da gramática normativa e retomar o velho conceito de Filologia, não apenas no sentido etimológico da palavra de “amor pelo *logos*”, mas segundo uma simbiose em que na Língua convergissem todas as preocupações, e para o conhecimento dela se dirigissem, todos os esforços de quantos detenham por missão aprendê-la para melhor a ensinarem e para melhor a

ensinarem a ensiná-la. Haja, por isso, mais filólogos que conheçam e amem a Língua e menos lingüistas que teorizem longe dela e sem a conhecerem!...

Claro está que essa mesma tarefa não é exclusiva da Escola, pois cabe igualmente, embora revestindo diversas formas de intervenção, a outras instituições como as Academias, os Centros de pesquisa, as várias formas de Comunicação Social e a própria família. De uma coisa, porém, podemos estar certos: o sistema de ensino, nos seus vários escalões, terá de ser sempre o pólo dinamizador do trabalho de todos os outros e a realidade a quem cabe a responsabilidade de os preparar para bem cumprirem a sua missão, neste como em outros campos.

Pelo que toca ao Brasil, pediria licença para lembrar a fundamental necessidade de entre nós reforçarmos os elos seculares de ligação lingüística e de estudos literários, não deixando diminuir o espaço concedido nos programas de português aos clássicos portugueses, que brasileiros são também, pois neles está a fonte perene do mais puro vernaculismo. Não para nos acantonarmos num purismo que se reveja numa caça passadista aos infratores da norma, por pecados de barbarismos ou de solecismos, mas para aí retemperarmos as energias e sobretudo a salutar disciplina a observar na adoção de neologismos, mesmo que de estrangeirismos se trate, absolutamente indispensáveis à modernização de Língua que partilhamos e do sistema em que ela se organiza, de modo especial no que toca a novos conceitos e realidades da vida, cujo curso não pára, ou ao vocabulário científico e técnico.

Do lado português, será a todos os títulos necessário reforçar o lugar da Literatura Brasileira nos programas das nossas Faculdades de Letras e aumentar a representação de autores brasileiros nos manuais e seletas usados no Ensino Preparatório e Secundário.

O mesmo se diga quanto aos autores das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, com representação crescente, à medida que se forem apurando os valores estéticos na produção textual, até agora tantas vezes ditada apenas por motivos centrados numa preocupação ideológica enviesada, ou em objetivos de uma propaganda anticolonialista que nem sempre tem primado pela objetividade e até pela justiça.

A situação dos Países Africanos apresenta-se-nos algo diferente, porque a sistematização do sistema de ensino segundo padrões próprios é de data mais recente, e tem sido naturalmente perturbada por dolorosas situações de guerra interna subseqüentes às respectivas independências, e porque as línguas de origem africana são e continuarão ainda a ser o veículo primário de comunicação.

Muito importará por isso desenvolver aí, como noutros campos, e com a máxima urgência, planos concertados de atuação, segundo programas didático-

pedagógicos e de difusão cultural cuidadosamente sistematizados e apoiados, não só na escola, considerada em todos os seus graus, mas também nos grandes meios de comunicação, em especial do rádio e da televisão, e sem esquecer convênios de apoio a celebrar entre as autoridades desses Países irmãos e os sistemas, apesar de tudo, mais coesos e experientes do Brasil e de Portugal. Não com quaisquer intuítos de um neo-colonialismo que, além de ilegítimo, seria contraproducente, mas indo ao encontro dos interesses culturais desses povos e dos seus Governantes que, como já sublinhei, terão sempre o maior interesse em fazer da língua portuguesa o cimento aglutinador da variedade étnica que os caracteriza, em nações coesas e progressivas. Longe de querermos colonizá-los, estaremos, com esse apoio, que, aliás, lhes devemos a muitos títulos, a contribuir para a consolidação e afirmação da sua consciência nacional, através de uma cultura que, sem de modo algum perder a riqueza das suas raízes ancestrais, lhes permitirá assumir, no cenário internacional, um papel dinamizador de longa projeção no seu reconhecimento, numa valorização das suas riquezas, que inequivocamente se repercutirá no seu bem-estar e no seu desenvolvimento; numa palavra, para lhes permitir a ação que deverão exercer na melhor compreensão e no entendimento mais perfeito da Humanidade do futuro em que o grande Continente Africano se há-de afirmar como uma realidade pujante.

Estas serão, por certo, as grandes (ou, pelo menos, algumas das mais fortes) linhas de uma verdadeira e operante política da Língua Portuguesa que, em vez de se deixar embalar pela toada repetitiva dos discursos oficiais ou officiosos com que desde há mais de um século nos vimos entretendo, se mostre possuída de uma forte dinâmica, voltada primordialmente para um ensino renovado e capaz de vencer todas as dificuldades, porque animada do entusiasmo que dá a subjetiva afeição a todas as realidades que só se conhecem a fundo quando se amam...

Se assim pensarmos essa política e a soubermos pôr em prática, venceremos o perigo que corremos perante as instâncias da União Européia, seja qual for o seu futuro, de vermos o Português reduzido a uma língua de minorias, apenas calculada pelos seus dez milhões de falantes espirituais e materiais, deduzidos dos 200 milhões que somos; deixará de ser, como disse Torga, apenas uma “pátria exígua territorialmente”, para se afirmar numa imensa pátria que “essa língua proteica alargou aos cinco continentes, luzitanizando oceanos, terras e almas”, transformando-a, no respeito pela individualidade de cada uma das nacionalidades que a partilham, num património comum valiosíssimo, que já não é apenas seu, porque da sua propriedade exclusiva abdicou, para a partilhar com todos esses Países que hoje a usam como forma de expressão e como instrumento de novas criações do espírito.

E à medida que, saradas as feridas dos encontros e desenhontros da História, nos pudermos sentar fraternalmente, como filhos dessa mesma Língua, à farta Mesa Lusíada, poderemos entoar em unísono, no orgulho de sermos Portugueses, Brasileiros, Angolanos, Moçambicanos, Guineenses, Cabo Verdeanos, Sãotomenses, Timorenses ou de quantos vivam e labutem no mais escondido recanto que o Português palmilhou, pois “Se mais mundo houvera lá chegara”, aquele belo grito de afirmação lusíada, que Manuel Bandeira esculpiu nas palavras de bronze desta página da *Cinza das Horas*:

“Quando n’alma pesar de tua raça
A névoa da apagada e vil tristeza,
Busque ele sempre a glória que não passa,
Em teu poema de heroísmo e de beleza.

Gênio purificado na desgraça,
Tu resumiste em ti toda a grandeza:
Poeta e soldado... em ti brilhou sem jaça
O amor da grande pátria portuguesa.

E enquanto o fero canto ecoar na mente
Da estirpe que em perigos sublimados
Plantou a Cruz em cada Continente,

Não morrerá sem poetas nem soldados
A língua em que cantaste rudemente
As armas e os barões assinalados.”

Deus permita que, fugindo aos erros do passado e apostados na crença e na esperança do presente, sejamos capazes de construir esse futuro para essa bendita língua que mamamos, como dela disse o Judeu Samuel Usque.

SESSÃO 2 – 28 DE MARÇO

Tema: *Intervenções dos Representantes dos Países Lusófonos
Angola, Moçambique, Cabo Verde, Macau e Timor-Leste*

Coordenadores: Dr. Francisco Gomes da Costa e Evanildo Bechara

POLÍTICAS PARA A LÍNGUA

Dr. Antônio Gomes da Costa
Real Gabinete Português de Leitura

Além dos filólogos e professores do Brasil e de outras partes do mundo que participaram do I Colóquio Internacional promovido pelo Liceu Literário Português, a Comissão Organizadora houve por bem convidar representantes de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde, de Timor-Leste e de Macau para participarem da iniciativa, com o objetivo de juntar às apresentações sobre assuntos técnicos constantes do programa do Colóquio, a cargo de especialistas, uma visão do estado da Língua Portuguesa em cada um dos países – e ao mesmo tempo, darem a conhecer as políticas que os respectivos governos estão a seguir para melhorar o ensino e a difusão do vernáculo.

As intervenções desses representantes despertaram bastante interesse, como era natural. Primeiro, por terem apontado os desafios que o Idioma enfrenta em cada lugar, desafios esses que vão desde o ensino nas escolas à resistência dos dialetos, ou das peculiaridades da situação de Macau, mais visíveis com a transferência da administração do território para a China, ao empenho singular das autoridades de Timor-Leste, que, não obstante as duas décadas da ocupação pela Indonésia e de haver uma geração que não aprendeu a falar Português, resolveram eleger e adotar como Língua oficial da jovem república o idioma de Camões.

Por outro lado, as análises desses representantes deixaram bem claro dois aspectos dos quais depende, em grande parte, o futuro da Língua em cada território. Um, é a vontade política dos governos e em que grau se manifesta. É que se não houver o empenho dos responsáveis em investir no ensino da Língua, se não se ampliar o número das escolas, se não se facilitar a edição e distribuição dos livros, se não houver professores e metodologias apropriadas a

cada estágio de desenvolvimento – corre-se o risco, pelo menos em alguns países, de não se alargar o império da Língua e até o de vermos cada vez mais reduzido ou contaminado por causas endógenas e exógenas. Tem de existir uma firme determinação dos governos no sentido de estabelecer políticas de valorização e defesa do Idioma, meios de o prestigiar e formas de o enriquecer com as variáveis específicas de cada país. No fundo, estarão a vincar um traço da identidade nacional, talvez o mais profundo e permanente.

O segundo aspecto que foi bem sublinhado nas intervenções dos representantes dos vários países lusófonos foi a necessidade de ampliar, por parte do Brasil e de Portugal, a cooperação para poderem expandir o ensino da Língua, a sua prática e o seu uso. Tanto os países africanos como Timor-Leste enfrentam problemas complexos para o desenvolvimento. E os seus dirigentes têm prioridades nacionais, que vão desde o combate à pobreza até à criação de empregos, da construção de infra-estruturas à fixação de famílias no interior. Daí que, muitas vezes, problemas como o do ensino do idioma ou estratégias para travar o avanço de língua e culturas estrangeiras e a distorção causada pelos dialetos locais, fiquem relegados para segundo plano. E existe ainda a idéia em muitas das novas repúblicas emergentes, como ficou claro nas críticas apresentadas, que as questões e as responsabilidades maiores relacionadas com a Língua devem ser assumidas por Portugal e pelo Brasil.

Mesmo que caiba às jovens repúblicas fazer a sua parte, não há dúvida que na situação atual perderemos muito se não houver a disposição de brasileiros e portugueses de investir, quer em recursos humanos, quer em meios materiais, num grande projeto que tenha como centro e como foco a Língua Portuguesa e a sua dimensão universal.

Conferencistas – Representantes de Portugal:

Aníbal Pinto de Castro
Jorge Moraes Barbosa
Sebastião Tavares de Pinho

Conferencista – Representante de Moçambique:

Antonio Manuel de A. B. Aresta

Conferencista – Representante de Cabo Verde:

Manuel Brito Semedo

Conferencista – Representante de Angola:

Victor Kajibanga

Conferencistas – Representantes de Macau:

José Lobo do Amaral (Vice Presidente Inst. Internacional de Macau)

Jorge Rangel (Presidente Inst. Internacional de Macau)

Conferencistas – Representantes de Timor-Leste:

Paulo Pires

Domingos de Souza



Da esquerda para a direita

Jorge M. Barbosa, Albertina Cunha, Leodegário Azevedo, Dirce Carvalho e Silva, Nélia Bastos, Antônio Gomes da Costa.

SESSÃO 3 – 29 DE MARÇO
Tema: *Linguística portuguesa*
Coordenador: Horácio Rolim de Freitas (LLP/UERJ)

A LINGÜÍSTICA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL:
UMA VISÃO CRÍTICA

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
(ILP do Liceu Literário Português/UFF)

1. Introdução

Uma das diretrizes estabelecidas pela Comissão Organizadora deste 1º Colóquio Internacional: A Língua Portuguesa no Mundo da Lusofonia, promovido pelo Liceu Literário Português, foi a de valorizar, em sua programação, as disciplinas que compõem o currículo do seu recém-criado Curso de Especialização em Língua Portuguesa. Entre elas está evidentemente a Linguística, tanto em seus fundamentos teóricos quanto em sua aplicação ao ensino da língua. Cremos, efetivamente, que não se pode prescindir, no ensino de uma língua, do conhecimento de noções lingüísticas consistentes, sedimentadas e de alcance pedagógico para os alunos alcançarem uma compreensão satisfatória do mundo da linguagem.

Por estar, neste atual semestre, lecionando justamente a disciplina *A Linguística e o ensino da língua*, optei por esboçar, apenas esboçar, aqui uma visão crítica da contribuição que as pesquisas lingüísticas têm trazido para o professorado de Língua Portuguesa entre nós, nos níveis fundamental e médio de ensino.

2. Os estudos lingüísticos no Brasil

A Linguística, desde que foi introduzida como disciplina obrigatória nos nossos Cursos de Letras, no ano letivo de 1963, desenvolveu-se muito significativamente, não se podendo deixar de mencionar a importância do pioneirismo exercido por Joaquim Mattoso Câmara Jr. para a sua consolidação, quer através de sua ação docente ininterrupta da disciplina, a partir de 1948, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, quer através, sobretudo, de

sua valiosa produção acadêmica, iniciada mais expressivamente no limiar dos anos 40, com destaque para os estudos no campo da Lingüística Teórica e no da Lingüística Descritiva do Português.

Na verdade, depois de sua institucionalização como disciplina acadêmica, a Lingüística ganhou um real interesse em nosso meio universitário, logo manifestado na fundação, em 1969, de uma associação nacional, idealizada ainda por Mattoso Câmara, a Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), na criação de cursos de pós-graduação (final dos anos 60) e no aparecimento de revistas especializadas, como a pioneira *Estudos lingüísticos* (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada) do Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yáziqi (São Paulo), periódico de efêmera duração (66 a 68), com apenas quatro números publicados, que teve como diretores Mattoso Câmara, Aryon D. Rodrigues e Francisco Gomes de Matos. Nela aparecem importantes artigos, como os de Mattoso Câmara sobre o gênero e os verbos irregulares em português e o de Aryon D. Rodrigues sobre tarefas da Lingüística no Brasil.

Nos dias atuais, o panorama dos estudos lingüísticos em nosso país reflete o prestígio sempre crescente por eles alcançado no universo acadêmico, mormente nas duas últimas décadas do século passado, numa estreita conexão com o que vem acontecendo em boa parte do mundo.

Disciplinas tradicionais, a Fonética, a Fonologia, a Morfologia, a Sintaxe e a Semântica, ganharam novos enfoques, que traduzem ou o aperfeiçoamento de estudos já iniciados há algum tempo, como o caso da Fonética Acústica, ou a contribuição de correntes teóricas que aqui foram aportando após o estruturalismo, como o gerativismo, a sociolingüística quantitativa laboviana e os funcionalismos. Ademais, outras áreas de estudo, como a Psicolingüística, a Lingüística Textual e a Lingüística Aplicada, têm já uma larga contribuição a oferecer, ocupando lugar de destaque entre os estudiosos das universidades brasileiras. De modo que se ampliaram e se diversificaram, em nosso país, os estudos de Lingüística Portuguesa sobre os níveis fônico, morfológico, sintático, semântico e textual, em suas modalidades escrita e falada, com maior ênfase para esta última, como conseqüência natural, parece-me, do interesse, numa sociedade preponderantemente audiovisual, de documentar e analisar formas e construções nela ocorrentes e, também, as estratégias do intercâmbio lingüístico desta modalidade, propiciando o surgimento de pesquisas num novo campo, o da Análise da Conversação. Recorde-se de que o estudo da língua falada, em largo período do século passado, se restringiu à Dialetoлогия, no registro mais de itens lexicais e sua realização fonética, em zonas rurais especialmente.

Outras disciplinas tradicionais, como a própria Dialetoлогия e a História da Língua, conheceram também grandes desenvolvimentos.

A crescente produção de trabalhos no campo dialetal, o interesse pela realização de atlas regionais e, agora, pela realização do atlas lingüístico do Brasil mostram a vitalidade dos estudos de Dialetologia em nosso país. (Cardoso, 1999: 253)

Sobre a segunda disciplina, a História da Língua, depois de um período de desprestígio acadêmico, ela voltou à cena da Lingüística brasileira de nossos dias, com estudos voltados, prioritariamente, ao português brasileiro, com orientações predominantes da Lingüística contemporânea, de modo especial a da Sociolingüística quantitativa ou variacionista. (Silva, 1999: 147-166)

Não se pode omitir aqui, ao se reportar aos estudos lingüísticos desenvolvidos atualmente no Brasil, a um campo de pesquisa que hoje ocupa um espaço próprio na ciência lingüística entre nós: o das nossas línguas indígenas.

No que pesem as dificuldades, a Lingüística Indígena experimentou um grande desenvolvimento no Brasil nos últimos anos. Houve um aumento quantitativo e qualitativo na produção acadêmica relacionada às línguas indígenas e na formação de pesquisadores para o trabalho de investigação dessas línguas e cresceu consideravelmente o número de línguas estudadas em maior ou menor grau. (Seki, 1999:286)

O desenvolvimento da Lingüística no Brasil se apresenta, pois, como incontestável neste limiar de século, pelas diferentes áreas de atuação a que se dedicam os professores universitários, pelo acervo bibliográfico acumulado no tocante a elas, pelos periódicos existentes, a partir dos anos 70, alguns com já expressiva trajetória, pelos inúmeros cursos de pós-graduação que se criaram nas várias regiões do país, pelos projetos coletivos, alguns interuniversitários, de pesquisa e pela promoção, enfim, de freqüentes encontros científicos, muitos deles de âmbito nacional e mesmo internacional.

Já se criou até, no final dos anos 90, um Grupo de Trabalho, junto à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), intitulado Historiografia da Lingüística Brasileira, nascido justamente da consciência de que já se fazia necessário, pelo levantamento e estudo do material documentado existente, proceder-se a uma ampla pesquisa de descrever e explicar como se produziram e se desenvolveram os vários saberes sobre a linguagem entre nós para uma compreensão mais fundamentada das continuidades e descontinuidades dos estudos feitos.

Que fique claro o meu propósito nesta parte da exposição: o de apenas enfatizar o crescimento, com base em fatos objetivos, do interesse que os estudos lingüísticos vêm suscitando entre nós. Não é do meu propósito, e não teria condições para tal, consideradas as inúmeras áreas de pesquisa em que a Lin-

güística contemporaneamente se desdobrou, sequer esboçar uma avaliação crítica desse panorama dos estudos lingüísticos no Brasil, aqui delineado em linhas muito gerais. O meu posicionamento crítico se manifestará, ao passar, agora, ao tema central deste texto, ou seja, a situação atual do ensino da Língua Portuguesa no Brasil e o papel que a Lingüística vem exercendo sobre ele e, pois, sobre a formação do professor de língua materna.

3. A situação atual do ensino da Língua Portuguesa no Brasil

O ensino da Língua Portuguesa, é praticamente um consenso no meio educacional brasileiro, apresenta-se, em geral, insatisfatório, improdutivo, não propiciando a formação de leitores e produtores textuais proficientes, afinal, o seu objetivo central. Que interesse, que estímulo pode ter, então, tal ensino para professores e alunos? A não ser para professores que se rejubilem, se sintam realizados, só porque suas turmas estão classificando com acerto, por exemplo, as orações coordenadas, numa prática, não obstante, freqüentemente mecânica. Fica, assim, em evidência, em casos tais, o grave desconhecimento, pelos docentes, do objetivo fundamental de sua atuação pedagógica, ao priorizarem, como um fim em si mesmo, o domínio de uma metalinguagem, cujo valor se restringe, tantas vezes, aos limites da sala de aula. A análise gramatical, que deve constituir a atividade fundamental das aulas de gramática, continua a deter-se, no entanto, como se pode constatar ainda, mesmo em séries didáticas que tentam apresentar novos rumos para o ensino da língua, no reconhecimento da forma ou função de uma unidade lingüística. Assim, a simples presença de um *mas*, numa frase, conduziria o aluno ao emprego do termo gramatical correspondente: oração coordenada adversativa. Trata-se, evidentemente, de uma análise que, se bem que útil como meio de comprovação, mostra-se insuficiente, redutora, muitas vezes, na apreensão do sentido da oração na frase em que ocorre. Procedendo, deste modo, teríamos análises idênticas para a oração coordenada em frases como *Ele agrediu o vizinho, mas foi por justa causa* e *Foi por justa causa, mas ele agrediu o vizinho*, quando, na verdade, a estruturação semântica das duas é oposta, porque os pontos de vista argumentativos são opostos. Uma análise gramatical plena deve apreender sempre o intento, o sentir do falante, de maneira a distinguir acepções textuais ou sentidos diversos, como no caso do *mas*, em enunciados com as mesmas unidades lingüísticas.

Convive-se, desta maneira, com um ensino que, em geral, não cultua a prática reflexiva da língua, o seu domínio, em suas variedades e em seus modos diversos de dizer, que não motiva, assim, o gosto pelo seu estudo, pela leitura compreensiva de seus textos e pela produção constante destes, compartimentado em aulas de redação, aulas de exercícios de gramática normativa, ou descritiva, e aulas de leitura, que parece longe, cada vez mais, de contribuir, por

exemplo, para o florescer do sentimento poético dos estudantes, tão fundamental na formação de uma cidadania integral. De sorte que uma avaliação crítica do ensino do vernáculo entre nós – através do contato permanente com muitos professores, em situações diversas, e do exame de séries didáticas –, nos conduz à conclusão de que ele não possibilita, ao longo do processo escolar, que os alunos venham a compreender que é a língua o instrumento essencial para o desenvolvimento de todo cidadão, como ser cognoscente e como ser social.

Sem surpresa, por conseguinte, lemos os resultados da pesquisa a que Neves (1990) chegou, através de questionários e entrevistas, com seis grupos de professores de Língua Portuguesa de 1º e 2º graus (a partir da 5ª série do 1º grau) da rede oficial de quatro cidades do estado de São Paulo, num total de 170 docentes. Embora a pesquisa esteja direcionada especificamente para o ensino da gramática, pode-se, com segurança, estender tais resultados ao ensino da língua em geral, sabida a falta de interesse dos alunos pelas chamadas aulas de redação, em que não são estimulados a valorizar o que escrevem, porque a escola não parece mesmo interessada em valorizar o que eles pensam e sentem, o mesmo acontecendo com as aulas de leitura, atividade, freqüentemente, burocrática, acrítica. O principal problema detectado por Neves foi, justamente, o enfado que atividades dessa disciplina causam em alunos e professores. Lamentável tal situação, quando se tem a compreensão de a linguagem ser imprescindível para a definição do homem. Possuidor da palavra é que o homem torna-se senhor do mundo da natureza e do mundo dos espíritos, como enfatiza o instigante lingüista italiano Antonino Pagliaro, ou, como assevera Coseriu, a linguagem é o primeiro fenômeno da liberdade do homem e, como atividade interativa, é a base do social e forma essencial da historicidade do homem. O mundo vive em um mundo lingüístico que ele mesmo criou como ser histórico. Pode-se ter objeto mais fascinante de estudo?

As causas de um ensino da língua materna improdutivo, por isso mesmo desestimulante, ultrapassam o espaço da sala de aula, bem o sabemos. Não só aqui no Brasil, mas em vários outros países, mesmo os do chamado primeiro mundo (como França, Alemanha e Estados Unidos), há queixas constantes contra a deficiência, em aspectos diversos, na prática da língua materna: o não saber expressar-se com coerência, o não domínio da variedade culta e as inadequações, em certas circunstâncias de fala, no uso da língua. Este problema insere-se, pois, como educadores de várias nacionalidades já salientaram, no contexto amplo das características culturais em que vive o homem contemporâneo, como a da hipervalorização da cultura audiovisual e a da crescente presença da tecnologia eletrônica, com a explosão de novas formas de expressão.

Na situação particular do Brasil, os problemas evidentemente se agravam muito, pelas conhecidas e perversas desigualdades sociais, aliadas à vigência

de um sistema educacional reconhecidamente fracassado. Em recente pesquisa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o número de estudantes brasileiros na faixa de 15 anos de idade classificados como analfabetos funcionais alcança o triste percentual de 67%. Diria que o fracasso de tal sistema começa pela falta de incentivo de toda ordem, cada vez maior, ao magistério, de maneira que os que ingressam, no caso, nos Cursos de Letras, se situam entre os de pior desempenho no vestibular, constituindo um dos grupos de mais baixo nível sociocultural da Universidade. Diante de tal situação histórica só aqueles que respondem a um apelo interior forte para o magistério – que ainda existem, mas não são muitos – e outros mais numerosos, que ali estão por não terem encontrado outra alternativa, procuram atualmente fazer o curso superior de Letras. (Silva, 1984: 122)

Em sua pesquisa, Neves, a partir das entrevistas, ante este quadro de desânimo constatado, ouviu do grupo de professores as seguintes explicações para tal situação, todas denunciadoras das precárias condições em que exercem o magistério: ganham mal; trabalham muito (em geral, dois períodos do dia em sala de aula); trabalham em mais de uma escola; não têm tempo de estudar, ler, nem de exercer alguma atividade cultural; não se consideram respeitados nem pelo governo nem pela sociedade nem pelas famílias dos alunos, além de a escola perder-se na burocracia, não ter papel aglutinador ou orientador, não valorizar o professor, não lhe oferecer condições para uma continuidade de trabalho, favorecendo a fragmentação dos programas.

Já as principais solicitações do grupo de professores pesquisado, “para uma melhor formação que propicie desempenho mais adequado”, referem-se a: cursos sistemáticos e contínuos (de especialização, por exemplo); material didático mais seguro e adequado; orientação direta para o desenvolvimento de atividades. Logo, tais solicitações revelam que os professores se sentem desassistidos, conscientes de sua deficiente formação lingüística e pedagógica, querendo, por isso mesmo, receitas prontas, como material para aplicação direta em sala de aula.

É verdade que já decorreram quinze anos da publicação dos resultados da pesquisa de Neves. Não se pode deixar de reconhecer, neste período, a preocupação expressivamente crescente, documentada em obras, revistas especializadas, artigos e trabalhos de pós-graduação, de muitos estudiosos em relação à pesquisa e ao processo de reflexão sobre o ensino da língua materna. Na verdade, quase todos os trabalhos apontam para a negação do ensino reconhecido como tradicional, cuja orientação básica seria a centralização no normativismo e na abordagem gramatical metalingüística, e para a defesa da mudança na concepção deste ensino, que se vê questionado tanto em seus pressupostos teóricos quanto em termos metodológicos. São numerosos os textos, alguns de

ótimo nível e de inegável validade no repensar o ensino, que têm a intenção de influir nos conteúdos e métodos do ensino da alfabetização, da leitura, da produção textual, da gramática, da variação lingüística e do léxico, além dos que se detêm na avaliação do material didático e programas de ensino.

Infelizmente, no entanto, estes trabalhos alcançam um grupo muito limitado de professores de Português por este Brasil afora, sendo em menor número ainda os que têm oportunidade de discuti-los – o que seria o desejável – com um professor mais habilitado.

Os livros didáticos, por sua vez, freqüentemente a única obra com que conta o professor de língua materna em sua ação pedagógica, mostram-se ainda, a julgar por trabalhos recentes em que têm sido avaliados (Marcuschi, 1997; Dionísio e Bezerra, 2003), bem deficientes, em imprecisões conceituais, em comentários equivocados, em omissões prejudiciais, na proposição de atividades improdutivas e na concretização do seu próprio plano de ensino, em que seus autores pretendem apresentar uma nova concepção do que seja “ensinar língua materna”. Estamos, a meu ver, mais ante compêndios experimentais do que ante propostas coerentes e amadurecidas de redimensionar o ensino. Julgo, no entanto, relevante a observação de Marcuschi (1998: 142), que corrobora posição que defendo:

Suponho ser uma grande ilusão imaginar que um **bom manual didático** (seja lá o que for isso) resolva o problema [o mau padrão de ensino]. Mais razoável seria investir na boa formação do profissional (o professor) já que ali reside o grande problema do ensino.

O certo é que se assiste, ainda hoje, a um claro descompasso entre o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas, mesmo as concernentes ao ensino, e o baixo rendimento médio apresentado pelos alunos na disciplina Língua Portuguesa, ao longo dos ensinamentos fundamental e médio. Segundo dados (2003) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 42% dos alunos que estão concluindo o ensino médio se encontram nos níveis “crítico” e “muito crítico” no tocante à leitura, ou seja, conseguem apenas ler os textos simples, e só 5% estão em condições de entender textos mais complexos, com conhecimento razoável da língua.

Já disse, e repeti algumas vezes, em outras oportunidades: não é apenas o ensino de Português que vai mal. Vai mal o ensino em geral, a escola, a sociedade, o Estado brasileiro. Estamos, assim, ante um problema, a meu juízo, fundamentalmente político: a desvalorização antiga da educação, sobretudo a do magistério, a afetar, de maneira mais constatável e grave, no ensino, a prática da língua pelos estudantes, pela sua maior visibilidade social e por ser a atividade lingüística o instrumento social que rege a nossa vida mental e a nossa vida social.

Como professor de Lingüística, preocupado com os rumos do ensino do vernáculo, só posso deter-me em focalizar o problema, já em si bastante complexo, da formação lingüística do professor de Português, uma vez convencido da sua relevância para a atividade pedagógica de todo professor de língua.

4. A Lingüística no Curso de Letras e o seu papel na formação do professor de Língua Portuguesa

Não me parece que a universidade brasileira, em geral, venha cumprindo com o objetivo de dar aos que vêm frequentando os Cursos de Letras, com o intuito de se tornarem professores de língua materna, uma formação lingüística eficiente, como se pode atestar, com facilidade, por exemplo, pelos que chegam aos cursos de especialização, mesmo aos cursos de pós-graduação “*stricto sensu*”, e pela procura e interesse suscitados pelos eventos acadêmicos, como possíveis oportunidades de ouvirem palavras orientadoras que lhes possam ser de alguma valia na mudança de sua prática pedagógica.

Ao fazer, já ao final do curso de graduação, indagações aos alunos sobre aspectos básicos do fenômeno lingüístico, tinha, freqüentemente, surpresas desagradáveis (no tocante à variação lingüística, por exemplo, a gíria ser identificada como linguagem desleixada, ou com a fala de quem não tem bom domínio da língua). Como é profundamente constrangedor, já ressaltai em outro texto (Uchôa, 2000: 65), ouvir um professor de Português opinar sobre assuntos lingüísticos correntes como se leigo fosse, através, por exemplo, de julgamentos metalingüísticos como “o português é uma língua complexa e de aquisição difícil”.

Não julgo também fácil dizer que lingüística ensinar num curso de formação, não de lingüistas – função esta dos programas de pós-graduação –, mas de professores de língua com atuação nos níveis fundamental e médio de ensino. Que princípios básicos escolher para explicação da natureza da linguagem e para a análise das línguas, tendo em vista o objetivo a ser alcançado? Garantir a escolha de suporte teórico consistente aos futuros professores para que tenham um domínio fundamentado, seguro, de conceitos que serão pertinentes ao ensino da leitura, da produção textual, da gramática, da variação lingüística e do léxico, parece-nos tarefa imprescindível. Assim, só o conhecimento da problemática da disciplina Gramática poderá fornecer aos alunos de graduação a necessária visão para virem a encarar com propriedade os problemas que o ensino de tal disciplina apresenta. Deste modo, os distintos conceitos de gramática (questão, muitas vezes, reduzida a diferenciar gramática normativa de gramática descritiva), os seus diversos planos ou níveis de estudo (o teórico, o descritivo e o da análise), o papel da metalinguagem, os componentes da descrição gramatical, são noções que não podem deixar de ser focalizadas e de-

batidas com vista à formação lingüística básica do professor de língua no concernente ao ensino gramatical.

Sei que a diversidade de posições teóricas atualmente existente no campo da pesquisa lingüística, por que se distribuem os professores da disciplina, enriquecedora, é certo, para o debate acadêmico, constitui, no entanto, um fator complicador para a programação do curso. Por isso, torna-se indispensável que, em cada instituição, se tente chegar a certo consenso e definição mais precisa de uma política de ensino que, independentemente da linha de pesquisa e da produção acadêmica de cada docente, possa ser transferida com êxito, ou seja, viabilizada pedagogicamente para o trabalho do futuro professor nas escolas de ensino fundamental e médio.

A realidade dos Cursos de Letras, em geral, até onde a alcanço, através de conhecimento próprio de alguns deles e através de relatos de vários colegas sobre outros, está longe de refletir uma preocupação maior, ou uma preocupação mais continuada com o ensino da língua materna. Eis o ponto central a ser neste texto enfatizado. Preti (2001: 11-12) explicita, a esse respeito, o seu testemunho, que traduz a minha própria avaliação:

A presença da universidade, dos seus níveis de excelência, no ensino secundário vem-se tornando cada vez mais distante. Infelizmente, os docentes têm vergonha, nas faculdades de Filosofia, de falar que estão formando professores secundários, tal o nível de desmoralização a que chegou essa profissão. Hoje, quase só se fala em pesquisa, em pós-graduação, como se todos os alunos universitários tivessem condições de ser pesquisadores. Ou como se a pesquisa, no Brasil, chegasse a ser mesmo uma profissão. Defendo um ensino universitário voltado primariamente para a formação do professor secundário, tendo em vista a própria realidade brasileira dos nossos cursos médios. É claro que a pesquisa, a investigação científica, a discussão de teorias em alto nível faz parte dessa formação. Mas não pode sobrepor-se aos interesses de um curso voltado para dar ao professor, uma vez diplomado, condições de lecionar para seus alunos, sem ter de tornar-se um mero repetidor de livros didáticos (quase sempre lamentáveis).

Preti, com vários outros lingüistas brasileiros, reconhece, pois, como há pouco já o fiz, que o desejado diálogo entre pesquisas acadêmicas e práticas pedagógicas a serem desenvolvidas na sala de aula não ocorre, em geral, a não ser em casos em que esta ou aquela escola é mero objeto de uma dada pesquisa, o que, evidentemente, não configura um diálogo.

Acho, então, que a Universidade vem falhando de maneira grave em sua responsabilidade social de formar professores de língua materna. No próprio

plano da Lingüística Teórica, da Lingüística Pura, não tem garantido uma fundamentação consistente do fenômeno lingüístico, problema já denunciado, e incisivamente, ainda nos anos 80, por Franchi, sob o rótulo de futurismo:

O futurismo pede socorro a noções e conceitos mal assimilados de um determinado quadro teórico da lingüística contemporânea, para suprir de novidades o vazio deixado pela falta de condições para uma reflexão séria. É o terrorismo contra o passado: buscam-se idéias inéditas, teorias nunca vistas, técnicas ultramodernas, cada um com a sua, em uma atividade furiosa e inconseqüente. Nessa ansiedade, os conceitos nem chegam a constituir-se e já se distribuem para o consumo drogado do modismo intelectual. Assim, no mesmo embrulho textual, podem-se encontrar a “dupla articulação” de Martinet, a “função poética” de Jakobson, as “figuras e funções” de Hjelmslev, as “isotopias” de Greimas, tagmemas, semantemas, literaturemas, código e canais, chegando enfim à “competência” de Chomsky que acaba reduzindo-se a algumas arborescências e diagramas. (Franchi, 1987: 6-7)

Conclui Franchi as suas considerações, ponderando que, se a mediação entre teoria lingüística e a prática pedagógica já é difícil, porque já é difícil de estabelecer, porque são atividades de propósitos radicalmente diferentes, “Que dizer dessa lingüística de retalhos?”.

Vê-se, assim, que a presença da Lingüística, no currículo universitário, não tem sido garantia de uma orientação eficaz para fundamentar o ensino da língua, o que tanto se almejava antes da inclusão da Lingüística no Curso de Letras.

De modo que teorizar só não basta, quando se tem em vista a formação do professor de língua, que não é professor de teoria lingüística ou de filosofia da linguagem. Ao se pensar nesta formação, é importante considerar quais as necessidades e interesses reais do professor, no seu dia-a-dia na sala de aula; por isso, em qualquer intercâmbio entre a universidade e a escola, o professor, com atuação nos níveis fundamental e médio, devia ter sempre a oportunidade de falar para que ele e o professor universitário juntos debatam os problemas e procurem soluções viáveis. De que adianta, o exemplo é de Fávero (1999: 12), “o professor universitário apresentar aos seus colegas do ensino fundamental e médio uma série de teorias e autores que tratam da importância do estudo da língua falada quando esses mesmos professores nunca viram ao menos uma transcrição de um texto falado?”.

A própria Fávero, que teve larga vivência como professora de Prática de Ensino de Língua Portuguesa na PUC/SP, enfatiza com razão (1999: 12):

... é preciso dizer que o ensino fundamental e médio não pode ser para nós, professores universitários, um lugar em que temos oportunidade de aplicar as nossas pesquisas. Para muitos de nossos colegas, o diálogo se resume nisso.

E pouco adiante, ao defender a importância dos cursos de especialização, por permitirem, segundo ela, aos professores do ensino fundamental e médio atualizarem-se com vistas ao ensino, pondera (1999: 13):

Deve-se esclarecer, também, que esses cursos exigem de nós, professores universitários, um preparo especial, já que não se trata de jogar para a clientela os “maravilhosos” resultados de nossas pesquisas e quanto mais “maravilhosas” e herméticas elas forem, mais iremos deixar embasbacados nossos colegas. Isso não leva a nada, isso não é diálogo, nem envolvimento, nem integração.

Também no nível idiomático da língua portuguesa, não é difícil constatar, junto aos alunos do curso de graduação e também aos de pós-graduação, a falta de preparo para lidarem com os fatos da língua ocorrentes nos textos. Estarão os professores universitários de Português, a quem compete desenvolver os estudos lingüísticos descritivos, trabalhando, com frequência, com os recursos de textos variados? Não estará atualmente o estudo de texto sendo prática pouco freqüente na Universidade, de modo especial o do texto literário, de ontem e de hoje, após um longo período em que o ensino da língua, em todos os níveis escolares, se descurava da variedade de textos veiculantes na sociedade, para se apoiar quase que exclusivamente na leitura de textos literários? Não se estaria, agora, minimizando, na formação do professor, o estudo lingüístico apurado de tais textos? Afinal, como arte, a linguagem literária é a realização da plenitude funcional de uma língua histórica, conforme, com argumentação consistente, defende Coseriu. Um ensino de língua, justamente num curso de formação de professor de língua, que quase deixe de lado o estudo da língua literária não será um ensino redutor, contribuindo para uma formação pois redutora no que concerne ao conhecimento da língua, à análise dos fatos idiomáticos?

Partindo da observação que ouço, reiteradamente, há tanto tempo, e de tantos professores, de não saberem o que fazer, no ensino de Português, com a Lingüística que aprenderam (será mesmo que aprenderam?), as sugestões a apresentar, com vista a um ensino de Lingüística que possa sanar, em parte, tal problema, são mais ou menos evidentes, embora a experiência venha mostrando não serem de viabilização fácil.

Não se pode, para começar, deixar de enfatizar que o domínio de conceitos lingüísticos é fundamental para o ensino/aprendizagem de uma língua. Assim, a compreensão de um conceito amplo e consistente de competência lingüística é imprescindível no direcionamento da ação pedagógica do professor

de língua, a exemplo da de tantos outros, como os de criatividade, semanticidade e alteridade, para me ater a uns poucos conceitos básicos do universo teórico da Lingüística, que não podem ser desconhecidos pelo professor de língua com vista a um ensino que se almeja fundamentado cientificamente.

Mas como solucionar o problema da programação de Lingüística em face da diversidade teórica que, atualmente, a disciplina apresenta, cada corrente com a sua compreensão do fenômeno lingüístico? Penso que os cursos introdutórios devem, em cada universidade, representar certo consenso entre os professores, consenso este que se tem mostrado difícil na prática. Consenso quanto aos conteúdos programáticos. Não se pretende apagar as divergências de posicionamento teórico adotado pelos diversos docentes. Não se apregoa aqui a neutralidade teórica, na verdade, impossível. O que se defende é que os que atuam no setor de Lingüística, após os debates desejáveis, decidam: que conteúdos não podem deixar de figurar numa iniciação à Lingüística? Que, no setor de Lingüística, convivam os estruturalistas, os gerativistas, os funcionalistas de várias correntes, os variacionistas, os seguidores da análise do discurso desta ou daquela linha teórica... Mas que a formação lingüística inicial, de caráter bem geral, não fique à mercê da linha teórica de cada professor. Vive-se na universidade um momento em que muitos professores só conseguem achar que a lingüística que praticam é que é a Lingüística e não abrem mão do monopólio de sua posição, talvez até por desconhecerem a fundamentação de outras correntes. Como se esta ou aquela perspectiva teórica pudesse ser a única “verdadeira”, numa atitude científica nada recomendável. Vejo como prejudicial à formação lingüística do aluno, nos cursos introdutórios, ter ele, ao passar de um semestre para outro, a sua trajetória de estudo inteiramente alterada, simplesmente por ser o seu novo professor de outra corrente lingüística. Um dos objetivos das ementas optativas ou eletivas é de os alunos poderem escolher, a partir de certo momento do curso, na grade curricular da instituição, o que mais lhes despertar interesse no amplo campo da Lingüística: um curso de Lingüística Textual ou de Semântica, por exemplo, disciplinas cujo objeto de estudo já tenha sido então delineado nos semestres iniciais. Nestes cursos sim, que o professor tenha como base o ideário lingüístico que adota.

Mas teorizar só não basta, já se disse: o lidar sempre com os fatos da língua, fatos ocorrentes nos mais variados textos, escritos e falados, se faz indispensável, pois é, através deles, que a língua vai se concretizar. O divórcio, habitual em nossas universidades, entre os setores de Lingüística e de Língua Portuguesa, tem dificultado, e muito, uma programação com responsabilidades mais definidas. Muitos alunos reclamam, por exemplo, da excessiva teorização nas aulas de Língua Portuguesa. Marcuschi (1998: 59), em artigo a propósito justamente da função da Lingüística na área de Letras, conclui, a meu ver, com acerto:

Certamente, o melhor currículo de Lingüística será aquele que possibilitará o aluno de Letras a situar-se criticamente diante de sua atividade profissional, seja ela no ensino básico ou universitário, *nas questões relativas aos fatos da língua.* (grifei)

Os professores universitários – eis as palavras-chave do nosso texto – precisam passar a considerar seriamente como uma responsabilidade da mais alta importância social que o ensino de Lingüística, ao lado do de Língua Portuguesa, deve propiciar uma formação básica aos futuros professores de língua materna. Para alcançar tal finalidade, é imprescindível um planejamento pedagógico adequado a tal objetivo, através do qual se dê maior atenção a esta formação, aproximando, efetivamente, Universidade e conteúdos programáticos do ensino fundamental e médio. Dentro desta orientação, que deve ser uma prioridade dos professores universitários ao longo do curso de licenciatura, tornar obrigatório um semestre destinado especificamente a tal fim é de extrema importância, com um programa de leituras selecionadas, com a avaliação de manuais didáticos e com aulas direcionadas a um balanço e a um exame crítico de idéias populares e correntes sobre a linguagem e as línguas, como a questão da correção na linguagem ou da relação entre língua e cultura. O plano de pesquisa de um docente universitário pode estar voltado para o diálogo da Universidade com o seu Colégio de Aplicação ou com alguma escola a ser selecionada com base em critérios bem determinados. O professor contaria com a colaboração de bolsistas de iniciação científica ou mesmo de alunos da pós-graduação engajados nesta linha de pesquisa.

O mais importante, creio eu, é que os alunos, ao final de seu curso de licenciatura, tenham alcançado novas e fundamentadas atitudes em relação à linguagem, caracterizadas por coerência teórica, libertação de preconceitos e do argumento da autoridade, enfim, que eles possam valer-se de um espírito crítico já mais exercitado, para que, como professores de língua materna, venham a contribuir para a integração social e o desenvolvimento intelectual dos seus alunos. Uma e outro guardam uma estreita relação com a capacidade de expressão e compreensão verbal. Por esta razão, o ensino da língua materna deve ocupar o lugar principal entre as disciplinas dos níveis escolares fundamental e médio. O cultivo da expressão e da compreensão na língua materna é, na verdade, a função mais importante do ensino nesses níveis.

A Universidade brasileira não pode, portanto, tratar a tarefa de formar professores de Língua Portuguesa como objeto secundário, sem prejuízo, evidentemente, de sua indispensável atividade de pesquisa do amplo e complexo fenômeno que é o mundo maravilhoso da linguagem verbal.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Dialectologia no Brasil: perspectivas. *Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo: EDUC, vol. 15 – nº especial, 1999, p. 233-256.
- DIONÍSIO, Angela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Entrevista da Profa. *Linha d'Água*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, nº 14, julho 1999, p. 11-16.
- FRANCHI, Carlos. Criatividade e gramática. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas: UNICAMP/IEL, nº 9, 1º semestre 1987, p. 5-45.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Concepção de língua falada nos manuais de Português de 1º e 2º graus: uma visão crítica. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas: UNICAMP/IEL, 30, jul/dez 1997, p. 39-79.
- _____. Currículo mínimo na área de Letras: o lugar da Lingüística. *Boletim da ABRALIN*. Florianópolis: Imprensa Universitária, nº 22, junho/98, p. 52-59.
- _____. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino da língua. *Revista da ANPOLL*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, nº 4, 1998, p. 137-156.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.
- PRETI, Dino. Entrevista do Professor. *Linha d'Água*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, nº 15, setembro/2001, p. 11-14.
- SEKI, Lucy. A Lingüística Indígena no Brasil. *Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo: EDUC, vol 15 – nº especial, 1999, p. 257-290.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Orientações atuais da Lingüística Histórica Brasileira. *Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo: EDUC, vol. 15 – nº especial, 1999, p. 147-166.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Fundamentos lingüísticos e pedagógicos para um ensino abrangente e produtivo da língua materna. *Confluência* (Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, nº 19), 1º semestre de 2000, p. 62-75.

PRESSUPOSTOS PARA O ESTUDO HISTÓRICO DA PRONÚNCIA BRASILEIRA

Ricardo Cavaliere
(LLP/UFF)

Os que estudam as bases fonéticas e prosódicas do português do Brasil facilmente conseguem identificar os falares regionais em face de um padrão urbano que se vem disseminando pelas principais regiões metropolitanas do País, sobretudo devido à força universalizadora e homogeneizadora do rádio e da televisão. No entanto, ao confrontar essa modalidade genérica com as variantes regionais, via de regra atribui-se maior ênfase aos fatos fonêmicos, em detrimento dos fatos prosódicos, não obstante as distinções mais evidentes hoje pareçam estar justamente nesses últimos. Assim, reconhece-se o falar sulista pela marca das vogais átonas finais mediais, em contraponto com as correspondentes altas do linguajar padrão; no caso do falar nordestino, sempre se refere às consoantes oclusivas dentais perante /i/, em confronto com as variantes africadas que imperam na modalidade padrão. Pouco no entanto, se diz acerca das variantes prosódicas decorrentes de fatores supra-segmentais, como a quantidade vocálica e o acento, que em múltipla combinação, criam padrões mais marcantes do que os de ordem fonêmica. A mesma estratégia se repete na investigação sobre as origens da pronúncia brasileira: muita atenção aos fatos fonêmicos e bastante desconsideração de fatos prosódicos – sobretudo quando se compara o padrão brasileiro com o lusitano –, de tal sorte que o confronto parece circunscrever-se indevidamente a um mero inventário de alofones ou metaplasmos.

Esse é o caminho trilhado por velhos e novos estudos, decerto porque na exposição do sistema fonológico de uma língua se consegue mais facilmente descrever os padrões fonêmicos do que os prosódicos. Essa descrição restrita, por vezes, apresenta falsas aparências ao pesquisador: a despalatalização em *muyé*, a metátese em *drumi*, a apócope em *chegá* podem facilmente vincular a pronúncia popular brasileira a raízes arcaicas, sem que se verifique (e devemos reconhecer a extrema dificuldade de fazê-lo) se as curvas melódicas pertinentes às várias modalidades do português brasileiro corroboram tal vinculação. Em seu conhecido e competente estudo sobre a língua do Brasil, Gladstone Chaves de Melo chega a tocar o problema da entonação do português ameri-

cano (MELO, 1975:121) para reforçar a tese de que temos deste lado do Atlântico um falar próximo do padrão entonacional dos quinhentos – pauta-se no conhecido testemunho de Fernão de Oliveira: “nós falamos com grande repouso, como homens assentados” –, mas suas preocupações sobre o tema não vai além de alguns parágrafos.

Uma questão preliminar, que deve ser necessariamente vencida no estudo histórico da pronúncia brasileira, diz respeito aos pressupostos metodológicos que balizarão o veio condutor da investigação. O especialista, na verdade, enfrenta de início duas questões relevantes no tratamento desse intrigante tema, infelizmente ainda pouco esclarecidas em nossa bibliografia especializada. A primeira diz respeito à dicotomia *permanência* – *novidade* no que tange às bases genéricas do falar brasileiro, no sentido de que ou se há de acatá-las como um legado do português quinhentista ou como uma criação autóctone, decorrente da ordem fonético-prosódica firmada pelo intenso contato lingüístico que se estabeleceu em solo americano a partir do Descobrimento. A segunda está na pseudo-unidade fonêmica com que se costuma tratar a pronúncia tanto do português brasileiro quanto do português lusitano, de tal sorte que concepções e generalizações são indevidamente atribuídas a toda uma gama de diversificado desempenho verbal na boca do falante nativo, seja d’aquém ou d’além mar.

A segunda questão, a meu juízo, decorre de uma percepção unificada do falar brasileiro que se presta perfeitamente para descrever traços fonéticos da chamada língua padrão oral atual, mas revela-se inidônea como parâmetro de investigação sobre as origens do português no Brasil. Ao tratar do tema em sua excelente *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Serafim da Silva Neto atesta que “a pronúncia brasileira, em geral, repousa sobre um sistema fonético muito antigo e de aspecto urbano (o que vale dizer, sem regionalismos)”, conclusão a que chega em face de uma distinção fundamental entre a pronúncia culta do Rio de Janeiro (carioca), que considera padrão, e as várias pronúncias regionais. Considera Serafim que a modalidade do Rio de Janeiro deve ser tomada como referência de um falar brasileiro generalizado por ser “a que mais se difunde por todo o País”, a par de ser “a mais rápida e conseqüentemente a mais incisiva de todas; ela é a de maior musicalidade; ela é a mais elegante e mais urbana das pronúncias brasileiras” (SILVA NETO, 1986:147).

É pautado, pois, numa concepção de pronúncia brasileira circunscrita ao falar carioca que Serafim entrevê a permanência no Brasil de um sistema fonético herdado ao padrão lusitano dos séculos XVI e XVII, de aspecto urbano (o que vale dizer, sem regionalismos). Pauta nosso filólogo suas conclusões no fato de a pronúncia carioca não apresentar “nem as antigas africadas, nem as

apicais, que muito provavelmente já não existiam ou estavam em franca desagregação nas principais cidades portuguesas nos séculos XVI e XVII” (SILVA NETO, 1986:147). Em outros termos, chega-se aqui a uma conclusão de ordem histórica – o português do Brasil tem pronúncia conservadora – com base em princípio sociolinguístico contemporâneo – a prevalência do falar carioca no cenário linguístico nacional –, com evidente interferência de pendoros normativos.

Creio, em outra linha metodológica, que uma retomada das origens do falar brasileiro deve necessariamente levar em conta a profícua diversidade que caracteriza o português falado atualmente neste lado do Atlântico, porque são esses falares distintos e geograficamente delimitados que podem apontar os rumos que o português trilhou na boca do homem americano desde o alvorecer século XVI até nossos dias. Por sinal, a aludida prevalência do falar carioca no conjunto das grandes capitais brasileiras, decerto inequívoca durante um largo período do século XX, hoje já não se pode atestar pacificamente, pois outras forças de influência, como a da modalidade de pronúncia paulistana, têm-se infiltrado com ênfase nos lares de todos os cantos do País tanto pelo rádio quanto pela televisão.

Por outro lado, a premissa da necessária vinculação entre a pronúncia carioca e as origens do português no Brasil impõe necessária desconsideração de fatos fonológicos típicos do português arcaico que estão ainda hoje presentes em grandes áreas do interior brasileiro, não obstante inexistam no falar carioca e nos grandes centros metropolitanos. Refiro-me aqui especificamente às africadas dentais, que decerto não podiam estar em tão flagrante desagregação no século XVI, como quer Serafim a Silva Neto, visto que até hoje também manifestam-se em regiões geolingüísticas lusitanas bem delineadas. Em aditamento, presumir que o padrão carioca é *lato sensu* o padrão brasileiro nos dá poucas chances de descobrir por que, por exemplo, as vogais médias pretônicas nordestinas seguiram curso distinto: são abertas em palavras como *corado* “córadu”, *metade* “métadi”, ou sofrem debordamento das altas em palavras como *semente* “simenti” etc. Semelhante postura, igualmente, inibirá a pesquisa sobre traços supra-segmentais relevantes, como a quantidade alongada das vogais tônicas em grande parte do Nordeste, sobretudo na Bahia.

Por seu turno, nesse enfrentamento da polêmica dicotomia *permanência* – *novidade*, as teses que vêm no português brasileiro uma modalidade de pronúncia inovadora, criada em solo americano e, portanto, distinta dos padrões arcaicos, pautam-se em relevantes evidências de ordem etnolingüística. Não se pode esquecer, na análise da questão, que o português que chegava ao continente americano com as levas de novos colonos não eram harmônico e uno, senão diversificado, com fortes marcas regionais, visto que chegava gente de

lugares com expressiva distinção prosódica como Lisboa, Porto, Ilha da Madeira, Açores, Minho e Alentejo (cf. TAQUES, 1953), não obstante os testemunhos encaminhem as conclusões para certa prevalência do falar açoriano em vários e distantes pontos do território brasileiro, como Maranhão, Rio de Janeiro e Santa Catarina, ao longo do século XVII e XVIII (cf. SILVA NETO, 1986:44).

Assim sendo, considero que se devem levar em conta alguns pressupostos essenciais para a correta investigação da História do português do Brasil, no intuito de estabelecer as origens de nosso diversificado painel fonético-prosódico. São eles: a) descrição acurada do panorama etnolingüístico brasileiro nos dois primeiros séculos da colonização; b) estudo específico dos graus de contato lingüístico nas diferentes regiões brasileiras ao longo da colonização, de tal sorte que se verifique que línguas entraram em contato nas diferentes zonas de povoamento, bem como o tempo e a intensidade desse contato; c) estudo aprofundado do contato lingüístico regional que se estabeleceu no Brasil em face dos fluxos imigratórios europeus e asiáticos a partir da Independência.

A descrição do panorama etnolingüístico brasileiro nos dois primeiros séculos da colonização revela-se essencial em face dos evidentes reflexos que uma situação social de multilingüismo provoca nas estruturas da língua predominante, que se acredita hoje tenha sido a denominada língua geral. Ademais, poderá esse estudo esclarecer como se constituíam as classes sociais brasileiras nos primeiros decênios da colonização e em que medida o português era falado pelos membros dessas classes no dia-a-dia da comunicação verbal. Por fim, o estudo étnico-histórico auxiliará na construção de mapas de interação lingüística levando em conta fatores da dinâmica social, como, por exemplo, a influência dos invasores europeus em regiões delimitadas do Norte brasileiro.

Destaque-se a respeito a referência insistente com que o Padre Antônio Vieira se refere à “língua do Maranhão” em alguns dos seus textos. Pode-se admitir que seja uma alusão ao fato de, ainda no final do século XVII, a língua geral manter-se mais forte nessa região do país do que nas outras, onde imperavam as línguas africanas e mesmo crioulos de base portuguesa ou onde português vinha paulatinamente ganhando preferência na boca do falante nativo. Fato é que não havia um contato lingüístico homogêneo em todo o território conquistado, o que parece manter-se pelo menos até o fim do século XVII, tendo em vista um panorama etnográfico igualmente vário.

O segundo pressuposto, que trata da investigação dos graus de contato lingüístico nas diferentes regiões brasileiras ao longo da colonização, parte da tese de que, até a definitiva unificação política implementada pela Corte portuguesa a partir dos últimos decênios do século XVIII, o Brasil era um “arquipélago” constituído de “ilhas históricas”: Maranhão e Pará (Grão-Pará), Pernam-

buco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (cf. FREYRE, 1943 e BENNASSAR, 1993). As denominadas capitanias hereditárias comunicavam-se precariamente, via de regra por mar, fato que constituiu sério entrave à unificação lingüística (e política) do território até a Restauração.

Do ponto de vista lingüístico, isto significa dizer que, por pelo menos dois séculos e meio, as três bases lingüísticas que estão na sua gênese – a língua geral (em sua diversificada feição), as línguas africanas e o português –, não só apresentavam profundas variantes fonológicas e gramaticais diatópicas como também mantiveram contato diversificado entre si em cada uma dessas “ilhas”. Acrescentem-se ao quadro outros fatores relevantes no que tange ao contato lingüístico, como a maior presença de línguas travadas no Maranhão e a natural presença de crioulos de base portuguesa na faixa litorânea, onde o fluxo de escravos africanos falantes desses dialetos dirigia-se para a lavoura no campo.

Um fator que se deve ressaltar diz respeito ao fato de que ao me referir à tríade língua geral, línguas africanas e português, tomo por bases microcosmos lingüísticos altamente complexos, que obviamente hão de ser objeto de estudo aprofundado, visto que cada um deles tem feição polimorfa. Já aqui me referi, no que tange ao português, a respeito da coíné de falares lusitanos que chegaram ao Brasil progressivamente no processo de colonização, fato que por si contribui para um diversificado percurso na língua de Camões no Brasil. No que tange à língua geral, como se sabe, esta é uma designação que cobre de modo abrangente uma variedade imensa de línguas indígenas faladas nas regiões costeiras, que se distinguem por assim dizer das línguas travadas, adstritas aos aldeamentos do interior. De toda sorte, o termo língua geral não traduz a unicidade que faz supor, conforme comprovam vários documentos históricos em que se faz referência à língua do Maranhão em contraste com a do Rio de Janeiro e de São Paulo. Já as línguas africanas incluem sob tal denominação igual variedade de línguas trazidas pelos escravos de várias partes da África, a par de crioulos de base portuguesa trazidos por tantos outros. Registra-se, assim, a presença do Iorubá na Bahia e em Pernambuco, bem como do Bantu em outras áreas do território colonial, a par de crioulos como a língua da costa no Nordeste e da língua da mina em Minas Gerais (cf. CASTRO, 1980)

Por sinal, a respeito das línguas africanas, há de levar-se em conta o fato de que ao chegar ao Brasil, parte dos escravos situava-se em ambiente urbano, em intenso contato com falantes do português ou bilíngues de português e língua geral; outra parte, entretanto, seguia *incontinenti* para áreas isoladas, via de regra sem qualquer contato lingüístico com pessoas falantes de outras línguas, senão capatazes que via de regra com eles se comunicavam em crioulo (cf. CASTRO, 1980). Esses negros, ditos boçais, distinguiram-se nitidamente dos chamados negros ladinos (falantes do português, ainda que estropiado) na

manutenção de uma identidade étnica que germinou com indelével presença na construção da cultura brasileira, pois a eles se devem os primeiros esforços de transplante e preservação da cultura africana no Brasil.

Os documentos de que dispomos atestam intensa presença da língua geral em todo o território brasileiro até final dos setecentos, mas com diferentes níveis de proeminência em face de outras línguas. O movimento de colonização não atingiu uniformemente o extensíssimo território conquistado, de tal sorte que, nos primeiros grandes centros urbanos desfrutou-se maior tempo de contato entre o português, as línguas africanas e a língua geral. No *Hinterland* brasileiro, decerto, criou-se um cenário de predominância da língua geral por tempo bem superior ao do litoral, fato que traz reflexos bastante relevantes no que tange à posterior “lusitanização” dessas regiões e à conseqüente distinção entre a pronúncia do português já assentado em bocas binlíngues litorâneas e a desse português que agora vem habitando as bocas de falantes do interior.

O primeiro quadro de recenseamento de que se tem notícia no Brasil, elaborado por José de Anchieta, informa que em 1583 a Bahia tinha 12.000 brancos, 8.000 negros e de 2.000 a 4.000 índios (apud SILVA NETO, 1986:72). Já em São Vicente, haveria 1.500 brancos e 1.000 índios. Essa informação, obviamente pouco confiável – basta dizer que no quadro de Anchieta não há referência a índios e negros em Porto Seguro e Ilhéus –, ao menos serve para atestar a imensa discrepância demográfica nas várias regiões brasileiras ao fim do século XVI. Um outro recenseamento, elaborado pelo Abade Raynal, em 1870, afirma que o Maranhão continha 8.993 brancos, 17.044 negros ou mulatos livres e escravos e 38.937 índios esparsos ou reunidos em dez aldeias. Em Pernambuco, haveria 19.605 brancos, 39.132 negros ou mulatos e 33.728 índios; sobre Salvador, informa haver 39.724 brancos, 49.693 índios, 68.024 negros. Em Goiás os números caem vertiginosamente: 8.931 brancos, 29.622 índios e 34.104 negros (RAYNAL, 1998)

Estas informações recenseadas servem ao menos para atestar a tese de que as chamadas “ilhas lingüísticas” prepararam ao longo de quase três séculos ambientes distintos para a recepção do português como língua oficial a partir do século XIX. Os números apresentados pelo Abade Raynal para a região de Goiás, por exemplo, apontam a provável predominância de uma língua decorrente do contato entre a língua geral e as línguas africanas; já a região da Bahia aponta um contato do português com a língua geral e as línguas africanas que se vem consolidando há bastante tempo (admitindo-se que a maioria dos brancos falassem o português ao menos como segunda língua).

Aí está a chave da questão. Herdeiras de um processo de colonização heterogêneo, as ilhas distanciam-se lingüística e culturalmente ao longo do tempo, criando uma feição própria que viria mais tarde a atuar à feição de substratos

no português oficial, conferindo a esta língua, sobretudo no léxico e na fonologia, o caráter diversificado que hoje apresenta. Nesse sentido, descarta-se a possibilidade de uma pronúncia brasileira unificada, que hoje só se pode em parte admitir em norma escolarizada como fruto da uniformização conseguida pela escola a partir da metade século IX. Semelhantemente, aumentam as dúvidas de que nossa pronúncia seja legatária das fontes arcaicas, conforme se admite na hipótese da “permanência” do falar lusitano em solo americano, como também revelam-se pouco defensáveis teses como a defendida por Mário Marroquim, que percebe na boca dos nativos de Alagoas e Pernambuco um português influenciado pela pronúncia minhota do século XVI (cf. MARROQUIM, 1945).

A teoria das ilhas, por outro lado, confere sentido à existência no Brasil de pequenos núcleos lingüísticos absolutamente atípicos, no sentido de apresentarem características fonológicas e gramaticais fortemente idiossincráticas. Refiro-me aqui a pelo menos dois desses núcleos: o denominado português caipira, descrito por Amadeu Amaral em seu conhecido trabalho sobre o falar predominante – denomina-o Amaral “dialeto caipira” – no interior paulista (AMARAL, 1982), e o falar de Helvécia, um hipotético crioulo de base portuguesa descoberto em 1961 e descrito por Carlota da Silva Ferreira em trabalho publicado na década de 80 do século passado (FERREIRA, 1985)¹.

Não nos convém ingressar aqui na discussão detalhada sobre esses fatos da língua falada no Brasil, dados os limites naturais deste ensaio, mas cumpre fazer referência a tais núcleos no sentido de provar que a diversidade do português brasileiro popular deve residir nas ilhas que aos poucos se isolaram linguisticamente desde os primeiros anos da colonização. A rigor, o que se percebe tanto no falar caipira quanto no falar de Helvécia são legados de línguas distintas em contato nos primórdios da conquista da terra, de que resultaram padrões lingüísticos igualmente distintos que vieram a servir de substrato para o português a partir da reconquista política do território com o traslado da Corte para a América.

No caso do falar caipira, Amaral assevera que até o final do século XIX tratava-se de uma modalidade do português vigente na antiga província de São Paulo, onde habitava a boca da “grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta” (AMARAL, 1982:41) e que já em 1920, quando elaborou sua obra, restringia-se a à região interiorana, sobretudo no vale do rio Paraíba. A tese da diversidade interna que caracteriza a pronúncia o português popular no Brasil, por sinal, não escapou à arguta percepção de Amaral que assim se manifestou a respeito:

¹ Outros núcleos ainda se mantêm no País, como a aldeia do Cafundó, na zona rural de Salto de Pirapora, região de Sorocaba, onde se pode ouvir o cupópia (cf. ANDRADE FILHO, 2000)

O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferentes matizes dialetais – o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro” (AMARAL, 1982:43).

No caso do falar caipira, assevera Gladstone Chaves de Melo que suas origens estão num crioulo decorrente do contato da língua geral (tupi, nas palavras do autor) com o quimbundo no planalto central paulistano, o qual posteriormente veio a ser “lusitanizado” (MELO, 1975:77). Considerando que muitas das características, sobretudo prosódicas, do falar caipira também se manifestam em áreas do Nordeste, Melo defende a hipótese de que o fluxo migratório tenha levado os padrões paulistas para essas regiões distantes através do rio São Francisco. Segundo Melo, “só isto pode explicar, a meu ver, a notável unidade relativa da nossa linguagem popular do interior” (MELO, 1975:77).

Não obstante a plausibilidade dessa tese, deve-se notar, entretanto, que a unidade de nossa pronúncia interiorana hoje não é tão expressiva assim. Vale observar que, caso a tese da disseminação do falar caipira fosse prevalente, haveríamos de encontrar em regiões interioranas nordestinas marcas fortíssimas desse falar, como são o *r* retroflexo, o rotacismo em travamento de sílaba e as africadas dentais, isso sem falar do padrão entonacional absolutamente distinto. Não obstante, há de admitir-se que vários dos padrões fonéticos do falar caipira descritos por Amadeu Amaral são por assim dizer padrões gerais do interior, no Sudeste, no Centro-Oeste, no Norte e o Nordeste, como, por exemplo, a harmonização vocálica (*tesoura* “tisora”), a apócope do *r* (*costrar*, “cobrá”), a monotongação genérica de *ou* (*lavoura*, “lavora”) etc. A gênese de tais fenômenos entretanto, não se pode atribuir ao falar caipira, pois muitos deles já se verificam na deriva do português desde o início da fase arcaica. Portanto, tais fatos fonéticos não podem ser caracterizados sequer como brasileirismos.

Por outro lado, admitir que a modalidade caipira tenha sido “exportada” para o Norte pelo fluxo migratório vai de encontro à onda de movimentos populacionais que caracterizou o país já a partir do início do século XVIII em direção contrária. Por fim, cumpre levar em conta que o quadro de contato étnico em São Paulo (não será mera coincidência) é o único em que o elemento negro está em franca minoria: segundo do Abade Reynol, no final do século XVIII São Paulo tinha 11.093 brancos, 32.126 índios e 8.087 negros ou mulatos (RAYNOL, 1998)

Já a língua falada na Vila de Helvécia, situada no Município de Mucuri, sul da Bahia, constitui prova inequívoca dos núcleos linguísticos isolados que constituíram o cenário linguístico brasileiro até a paulatina imposição política do português no século XIX. No caso do falar de Helvécia, fatores de ordem

sócio-cultural atuaram no sentido de preservá-lo por mais tempo, pelo menos até os últimos anos do século passado.

A tese mais difundida sobre as estruturas fonéticas e gramaticais da língua falada em Helvécia assegura nelas haver um processo de criouliização, escudadas em evidências como: a) neutralização da 1.^a pessoa do singular com a 3.^a pessoa do singular, com proveito dessa: “io foi” ou “io teve” (cf. Ferreira, 1994:30); b) hesitação na concordância de gênero: “cabelo grossa; éla é muito saído” (Ferreira, 1994:29). A tese, por sinal, encontra amparo em alguns estudos conhecidos que estendem a hipótese de o português popular brasileiro ser *lato sensu* resultante de um processo de criouliização (cf. Guy, 1989 e Baxter, 1998).

Não há dúvida de que tais traços gramaticais são típicos de línguas crioulas, mas isso não autoriza a conclusão de que a sua presença constitui prova inequívoca de um processo de criouliização. A neutralização entre 1.^a e 3.^a pessoas no presente do indicativo, que efetivamente não é um traço corrente no português brasileiro, manifesta-se em outros núcleos lingüísticos no país em que haveria herança do contato do tupi com o português (cf. Ferreira Neto, 1996). Outros estudos rebatem firmemente a hipótese de criouliização no português do Brasil, sob o consistente argumento de que os elementos gramaticais que levam a essa conclusão podem ser resultantes de um natural processo de mudança lingüística no português (Cf. SCHERRE & NARO, 2000).

A discussão, creio, polariza-se em face dessa visão homogeneizadora das origens do português brasileiro, que atribui os mesmos fundamentos (sejam pró ou contra a tese da criouliização) a todas as distintas regiões lingüísticas que se criaram no Brasil a partir dos primeiros movimentos colonizadores. Não se pode, no atual estado da investigação, descartar nenhuma hipótese plausível, exatamente em face das múltiplas faces do contato etno-lingüístico-cultural sobretudo nos seiscentos e setecentos. São micro-células sociais constituídas de bancos, negros, índios e mestiços (casos dos primeiros grandes conglomerados urbanos), a par de outras constituídas apenas de negros e índios (como se tem notícia nas áreas afastadas dos quilombos), além de outras em que prevalecia a relação branco-índia (como no “corredor” das minas que vai do litoral de São Vicente até o planalto central). Verdade é que, quase meio século depois, ainda precisamos concordar com as palavras de Clóvis Monteiro, as quais advertia que “do século XVI aos princípios do século XIX, isto é, enquanto se manteve o domínio político e literário de Portugal sobre o Brasil, nada encontramos, em textos nossos ou de autores portugueses, que nos permita entrever, fora do campo das hipóteses, o trato recebido no uso vulgar brasileiro pela língua dos conquistadores.” (MONTEIRO, 1959: 11)

O terceiro pressuposto para estabelecimento das origens da pronúncia brasileira tal como se apresenta hoje implica necessária avaliação do contato

que o português mantém com línguas estrangeiras modernas em face dos grandes fluxos migratórios europeus e asiáticos a partir da segunda metade do século XIX. Essa é uma face do problema que via de regra fica à ilharga dos interesses, certamente porque diz respeito a fatos mais recentes e, portanto, irrelevantes para a construção da proto-história lingüística do Brasil.

No entanto, do ponto de vista fonológico, esses contatos provocam sensível conseqüência na pronúncia regional, agora com mais ênfase no Sudeste e no Sul do País, para onde a força de imigração direcionou-se em maior volume. Por sinal, conforme observa Ilana Blaj, nas últimas décadas, observa-se todo um movimento de regionalização dos estudos coloniais, buscando-se, não mais partir das grandes sínteses e generalizações, mas, através do apontamento das particularidades locais e regionais, refletir sobre o que seria a colônia brasileira. Esta deve ser a perspectiva por que a pesquisa histórica sobre a língua deve fluir mesmo após a Independência, visto que assim se poderão definir com mais acuidade as influências lingüísticas que construíram as atuais diversidades diatópicas do português falado.

Tome-se por exemplo a presença do italiano na capital de São Paulo. Não se podem denegar as evidências de que a participação dos *oriundi* na construção econômica da grande capital brasileira trouxe sensíveis marcas lexicais e fonológicas², ainda hoje marcantes em redutos como o Bixiga paulistano. Tome-se o testemunho literário de Alcântara Machado em obras como *Brás*, *Bexiga e Barra Funda*. É plausível – embora não inteiramente comprovada – a tese de que a consoante africada /tʃ/ não obteve êxito como alofone do /t/ em São Paulo em face de ambas constituírem fonemas distintos em italiano. A forte marca do ditongo [ẽy] em face de /ẽ/ em palavras como *vendo*, *recomendo*, etc., um fato fonético típico da capital paulista, mas que não atinge a todos os naturais da terra, também tem sido atribuída à dificuldade que os *oriundi* tinham de pronunciar a vogal nasal, inexistente em sua língua nativa.

Não obstante a falta de estudos que dêem amparo mais seguro a tais influências, não se podem desconsiderar as evidências que a história recente de São Paulo nos oferece. Conhecidíssimas são as “tiradas” de Juó Bananére, pseudônimo do jornalista Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, que no início do século passado escrevia crônicas num português estropiado pela influência italiana, em “paulistaliano”, segundo Monteiro Lobato ou em “português macarrônico”, segundo Otto Maria Carpeaux. Em um de texto de apresentação do rudimentar *Diário do Abax’o Piques*, assim se expressa: “Diário semanale di grande impurtanza, pruprietá di una sucietá anônima cumpretamenti disconhida. Órgano ingapotado do fascimo intaliano i du ‘Oglio di Mosco in Zan Paolo”.

² Sobre italianismos no português do Brasil, leia-se recente e interessante tese defendida na UFRJ (OLIVEIRA, 2003)

Os números da imigração italiana reforçam a hipótese dessa participação relevante da língua de Dante na pronúncia de São Paulo. Um recente estudo sobre a presença italiana em solo brasileiro revela que, enquanto no ano de 1829 havia 180 italianos no conjunto dos estados brasileiros e 304 apenas em São Paulo, em 1889 esses números já haviam subido para 106.835 e 487.253, respectivamente (cf. RODRIGUES & FRANCESCO, 2001).

Em importante depoimento, este sobre a imigração alemã no Sul do Brasil, Telmo Lauro Müller, especialista sobre as origens germânicas do sul brasileiro, atesta que, embora as tradições alemãs tenham sofrido muito ao longo do século XX, sobretudo em face da conjuntura política pós-45, o contato entre o português e o alemão, que havia marcado os fluxos de colonização em Santa Catarina, Paraná na virada do século XIX, hoje volta a manifestar-se, não obstante sem a antiga ênfase:

Somente depois [da II Grande Guerra] é que a vida nas regiões de colonização alemã tornou a voltar ao ritmo normal. Calcula-se que um quinto dos gaúchos falem alemão, uns falam bem, outros só um pouco. Há quem fale também o dialeto do Hunsrück, que eu aprendi na minha família, mas isso infelizmente está se perdendo, tanto o alemão como o dialeto. (MÜLLER, 2004)

Em síntese, considerando as dificuldades que o tema oferece e o árduo trabalho que os pesquisadores ainda têm pela frente, julgo que o estabelecimento dos pressupostos aqui apresentados, numa etapa preliminar de acomodação do disperso conhecimento já reunido sobre as origens do português brasileiro, sirva para dar rumo mais organizado e seguro ao estudo. Obviamente, a validade desses pressupostos está condicionada à crença de que as variantes diatópicas do falado no Brasil não advêm de uma única fonte lingüística e de que só se chegará a uma descrição fidedigna dos fatos caso se acolha a hipótese de que, por pelo menos dois séculos e meio, o Brasil era um arquipélago etno-lingüístico-cultural com variada manifestação de línguas em contato.

Livros citados:

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, INL, 1981.
- ANDRADE FILHO, Sílvio Vieira. *Um Estudo Sociolingüístico das Comunidades Negras do Cafundó, do Antigo Caxambu e de seus Arredores*. Sorocaba: Secretaria da Educação e Cultura de Sorocaba, 2000.
- BAXTER, Alan N. Morfossintaxe. In: PERL, Mattias e SCHWEGLER, Armim. *América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas (Language and Society in the Hispanic World)*. Iberoamericana, 1998.

- BENNASSAR, Bartolomé. La America española y la America portuguesa (siglos XVI-XVIII). Madrid: Akal Ediciones, 1993.
- BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. *Revista Brasileira de História*. v.18, n.36, 1998, p.281.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1980.
- FERREIRA NETTO, W. (1996). A concordância verbal em alguns textos escritos por Waiãpi. *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Salvador: Abralín/Finepe/UFBA, 1966, p. 216.
- FERREIRA, Carlota da Silveira. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. *Diversidade do português do Brasil. Estudos da dialetologia rural e outros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Continente e ilha*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.
- GUY, Gregory R. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989.
- HART JR., Thomas R. The overseas dialects as sources for the history of portuguese pronunciation. *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa: 1957, p. 261.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo: Martins, 1953.
- MARROQUIM, Mario. *A lingua do Nordeste (Alagôas e Pernambuco)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- MONTEIRO, Clovis. *Fundamentos clássicos do português no Brasil*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, Coleção Silva Ramos n. 1, 1959.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Como os alemães lançaram raízes no Brasil*. www.deutsch-welle.de/brazil, 13.4.2004.
- OLIVEIRA, Lilian Manes de. *Non ti scordar di me: presença de italianismos no português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 2003.
- RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Editora da UNB, 1998.
- RODRIGUES, Ondina Antonio; FRANCESCO, Nelson di. *Imigração italiana no Estado de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Memorial do Imigrante, Museu da Imigração, 2001.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. & NARO, Anthony J. *Garimpando as origens estruturais do português brasileiro*. Congresso internacional – 500 anos de Língua Portuguesa no Brasil. Évora: Universidade de Évora, maio de 2000, mimeo.

DE AMADEU AMARAL, O SABER PLURALIZADO

Maria Emília Barcellos da Silva
UERJ/UFRJ

Um dos atributos de Amadeu Amaral que mais surpreende os que tomam conhecimento da vida e obra desse ilustre brasileiro é, sem dúvida alguma, a pluralidade do seu saber, fruto de um conhecimento autoconstruído a partir de um olhar agudo e observador das múltiplas nuances da aventura humana, revivendo a máxima do poeta latino Terêncio – *homo sum, nihil humano alieno a me puto*. Reconhecidamente um dos melhores escritores do seu tempo, Amadeu Amaral inscreve-se na galeria dos grandes nomes brasileiros como intelectual criativo, profundamente sensível e suave, compreensivo e generoso. A sua obra, composta de livros de edições sempre esgotadas, preenche uma lacuna no interesse cultural dos leitores de comunidades eruditas, independentemente de serem ou não lusófonos.

Infelizmente, hoje é praticamente impossível reunir tudo o que foi produzido pela sua admirável capacidade intelectual, ativa por mais de quarenta anos, no que concerne tanto ao jornalismo, quanto à prosa, à poesia e às suas pesquisas no âmbito do folclore, da cultura popular, da dignidade e dos direitos humanos. Essa obra foi dada à luz praticamente ao arrepio do tempo em foi produzida, porquanto, então, vigorava o ufanismo nacionalista lírico, avesso à pesquisa direta, num País de analfabetos e de subalfabetizados, cuja leitura de textos passava longe do entendimento e da reflexão crítica capazes de transformar uma realidade adversa.

Amadeu Amaral, por sua capacidade criativa e verdadeiro espírito acadêmico, é considerado, sem favor, “o primeiro universitário de São Paulo”, quando sequer havia universidade no Brasil.

Esse homem, verdadeiramente à frente do seu tempo, curtiu fases extremamente difíceis no que se refere a sua manutenção pessoal e familiar, tendo chegado a publicar num semanário o seguinte anúncio: “*Intelectual desempregado. Amadeu Amaral, em estado de desemprego, aceita esmolas, donativos, roupa velha, pão dormido. Também aceita trabalho.*” Como declarou Graciliano Ramos no seu artigo “Um amigo em talas”, o anúncio não produziu resultado, tanto que Amadeu Amaral teria confessado a ele e a outros conhecidos: “*Minha situação continua preta. Reitero o apelo às almas bem forma-*

das: dêem de comer a quem tem fome, uma fome atávica, milenar. Dêem-me trabalho.” Noutra oportunidade, ao catalogar as suas habilidades para estruturar um novo pedido de oportunidade, disse: *“Escrevo poesias, crônicas, contos (policiais, psicológicos, de aventura, de terror, de mistério), novelas, discursos, conferências. Sei inglês, francês, italiano, espanhol e um bocado de alemão. Dêem-me trabalho pelo amor de Deus ou do diabo.”*

Os muitos artigos escritos por Amadeu Amaral nas suas incontáveis noites de insônia muito provavelmente também não deslanchavam no gosto do público-leitor da época, preteridos por novelas de sensação, de qualidade menor. Daí ter ele mencionado também esses préstimos ao montar o seu desesperado *curriculum*. Na condição de jornalista, Amadeu Amaral punha a sua pena a serviço de Deus ou do diabo, revelando, assim, a sua ansiedade em ser incluído – fosse como fosse – no mercado de trabalho e em conquistar o seu espaço como cidadão; o angustiante apelo aqui reproduzido concorre para demonstrar serem as dificuldades de então muito semelhantes às que hoje afligem os profissionais e os trabalhadores em geral que pretendem viver, com dignidade, do seu trabalho e da sua competência.

O seu nome completo era Amadeu Ataliba Amaral Leite Penteado, filho de João Arruda Leite Penteado e D. Carolina de Arruda Leite Penteado – o sobrenome “Amaral” era uma herança materna a que ele preservou ao assinar os seus trabalhos. Nascido no Estado de São Paulo, no Município de Capivari, a 6 de novembro de 1875, faleceu na capital do Estado, a 24 de outubro de 1929, vítima de febre tifóide.

Um retrato falado de Amadeu Amaral teria de contemplar necessariamente os seguintes pontos arrolados pelo seu principal biógrafo, Paulo Duarte, e por Graciliano Ramos, seu camarada e companheiro, que com ele habitara, durante algum tempo, uma “pensão de gente bem comportada”.

Paulo Duarte disse ser ele

alto, magro, espadaúdo, cabelos e pêlos claros, herança da mãe, muito loura, descendente talvez de holandeses, denunciava a sua serenidade até no andar. Olhos azuis, garços, muito grandes, davam a impressão de estar olhando de longe mesmo quando fitava alguém. A sua voz era um pouco rouca, sempre baixa e muito calma.

Graciliano Ramos, por seu turno, descreve-o como

Um homem louro e fornido, de costumes singulares que espantavam os outros hóspedes. (...) vestia-se com sobriedade: usava uma calça preta e calçava medonhos tamancos barulhentos. Tinha uma barba enorme que lhe emprestava o ar de um troglodita. Alimentava-se

mal, espichava-se na cama, roncava o dia inteiro e passava as noites acordado, passeando, agitando o soalho, o que provocava indignação nos outros pensionistas. Quando se cansava, sentava-se numa grande mesa ao fundo da sala e escrevia o resto da noite. Leu um tratado de Psicologia e trocou-o em miúdo, isto é, reduziu-o a artigos, uns quarenta ou cinquenta, que projetou meter nas revistas e nos jornais e, com o produto, vestir-se, habitar uma casa diferente daquela e pagar o barbeiro.

Seus estudos primários foram realizados em sua cidade natal, Capivari. Aos doze anos, transferiu-se para São Paulo, onde frequentou o Curso Anexo da Faculdade de Direito, a qual não concluiu.

Muito cedo dedicou-se ao jornalismo: por volta de 1892, portanto com dezessete anos, ingressou na redação do *Correio Paulistano*, onde permaneceu até 1905. Do *Correio Paulistano*, migrou para *O Estado de São Paulo*, de que foi um dos fundadores juntamente com um entusiasmado grupo de intelectuais.

Em 1901, casou-se com uma prima com quem teve quatro filhos.

Alguns anos mais tarde, demitiu-se do seu emprego e mudou-se para o interior do Estado, especificamente para São Carlos, onde trabalhou como professor primário e participou como redator do *Correio de São Carlos*. Apesar do empenho com que se dedicou ao magistério, foi obrigado a fechar o colégio. Retornou, então, para São Paulo – passou a trabalhar em outro jornal, o *Comércio de São Paulo*, onde chegou a secretário.

Nesse ínterim, foi lançada a idéia da fundação da Academia Paulista de Letras; Amadeu Amaral aderiu ao movimento e, pouco depois, foi eleito para ocupar a cadeira nº 33, cujo patrono era Teófilo Dias.

A convite de Júlio Mesquita, diretor-proprietário d' *O Estado de São Paulo*, Amadeu Amaral passou a integrar essa redação, em 1910. Naquele mesmo ano, publicou o seu segundo livro de versos – *Névoa* –, muito bem recebido pelo seu círculo de amizades, sendo especialmente elogiado pelo poeta Vicente de Carvalho.

A sua capacidade de trabalho fê-lo aderir a vários e concomitantes empreendimentos: participou do corpo redacional da revista humorística *A Farpa*, colaborou no *Estadinho* e, logo após, no *Queixoso*, publicação satírica de grande sucesso na época.

Em 1916, com um grupo de paulistas ilustres – Luís Pereira Barreto, Júlio Mesquita, Alfredo Pujol, Armando de Sales Oliveira –, fundou a *Revista do Brasil*.

Em 1917, Amadeu Amaral tornou-se maçom. Nesse mesmo ano, enveredou pelos caminhos da política, campo em que não logrou êxito, porquanto por duas vezes candidatou-se a deputado (em 1922 e 1928) e, por duas vezes, foi derrotado. Concomitantemente, fundou, com outros correligionários, a *Liga Nacionalista*.

Em agosto de 1919, foi eleito para a cadeira n° 15 da Academia Brasileira de Letras, vaga, no ano anterior, pela morte de seu ocupante, Olavo Bilac. De Bilac, a seu modo, Amadeu Amaral seguiu os passos e as idéias, especialmente no que se referia à formação dos jovens – semelhantemente ao incentivo perpetrado por Bilac no que concernia ao serviço militar, Amaral procurou divulgar o escotismo, movimento que produziu frutos e granjeou adeptos entusiasmados, até arrefecer posteriormente.

Dedicou-se aos estudos folclóricos e, sobretudo, à Dialetoлогия, caminho pouco trilhado pela intelectualidade da época. No Brasil, foi o primeiro a estudar cientificamente um dialeto regional. Levado por sua perspicácia, curiosidade e entusiasmo pelas coisas da terra e do povo, estudou a fala popular caipira da área do rio Paraíba e produziu, em 1920, *O Dialeto Caipira*, obra escrita à luz da Lingüística, fruto da observação aguda, da análise conseqüente das formas e do esmiuçar sistemático do vocabulário da região em foco.

O percurso intelectual de Amadeu Amaral teve, no ano de 1920 e na publicação d'*O Dialeto Caipira*, o seu divisor de interesses: até então, tinha-se o poeta e o literato, que produzira livros e versos, nomeadamente *Urzes* (1899), *Névoa* (1910), *Espumas* (1917); a partir d'*O Dialeto*, emergiu o estudioso das coisas do povo, o folclorista, o garimpeiro dos feitos dos homens comuns e anônimos.

O espírito irrequeto e eclético de Amadeu Amaral deu provas da sua vitalidade, ao lançar, juntamente com o seu famoso estudo de cunho dialetológico, a coletânea literária a que denominou *Letras Floridas*.

Em 1923, retornou ao Rio de Janeiro, indo trabalhar no jornal *Gazeta de Notícias*, onde chegou a secretário e foi um dos diretores. Na *Gazeta*, escrevia artigos de fundo e de crítica literária. Essa mudança de endereço serviu de cenário para a segunda fase da carreira do escritor.

Em que pesem as múltiplas atividades intelectuais desenvolvidas por Amadeu Amaral, reconhecidamente o elo entre os seus momentos de criação foi estabelecido pela sua vívida contribuição jornalística, que instrumentava e veiculava as suas idéias e ideais. Para comprovar essa assertiva, vale citar que ele publicou, nas páginas da *Revista do Brasil*, seus primeiros estudos de cunho dialetológico, que, mais tarde, vieram a constituir *O Dialeto Caipira* e a

permitir a publicação póstuma de *Tradições Populares* (1948), bem como trabalhos de crítica literária.

A sua estada na *Gazeta*, no entanto, não foi longa. Não tardaram a surgir incompatibilidades políticas entre Amadeu Amaral e a alta direção do jornal, a qual apoiava a situação política na figura do Presidente da República, Dr. Artur Bernardes. Amadeu Amaral opunha-se claramente à política governamental, culminando por não comparecer a uma audiência marcada pelo Presidente Bernardes (diga-se de passagem, agendada sem o seu conhecimento) – essa foi a gota d'água para dar por finda a sua permanência na *Gazeta*. Desempregado mais uma vez, Amadeu Amaral voltou a São Paulo, onde retomou a docência de Língua Portuguesa num ginásio da Capital. Apesar desses desastrosos, continuou a colaborar com a imprensa, pois a vocação jornalística sempre foi o êmulo da sua trajetória vital.

Homem de iniciativa, contribuiu significativamente para reativar a Academia Paulista de Letras, que se encontrava em prolongado recesso.

Ainda no Rio de Janeiro, em 1924, publicou: *O Elogio da Mediocridade*, *Luís de Camões* e *Lâmpada Antiga* (poesias). Especialmente em *Lâmpada Antiga*, Amadeu procurou expressar o seu sentimento de inadequação, de anacronismo mesmo, em relação aos novos rumos e contornos vigentes na vida intelectual brasileira, decorrentes do momentoso impacto ocasionado pelas idéias que resultaram na *Semana de Arte Moderna*: em 1922, São Paulo se transformara no cenário em que vicejou o movimento “modernista” brasileiro, antes do mais transformador do espaço de manifestação artística, no qual Amadeu Amaral passou a se sentir um estranho.

Em 1929, mantendo-se fiel à sua incoercível vocação de jornalista, trabalhava em *O Estado de São Paulo* e no *Diário da Noite*, quando, vítima de tifo, veio a falecer.

Inegavelmente a obra capital de Amadeu Amaral foi *O Dialeto Caipira*, nascida do interesse do autor pela dialetalização do Português americano. Esse livro suscitou a admiração de uns poucos estudiosos brasileiros, dentre eles o Professor Antenor Nascentes, que assim se referiu a esse estudo às páginas 39 do seu livro *Estudos Filológicos*: “Amadeu Amaral, com *O Dialeto Caipira*, imprimiu as verdadeiras diretrizes aos estudos dialetológicos; infelizmente contou com poucos seguidores”. Um dos seguidores dessa vertente de interesse foi o próprio Nascentes, que publicou *O Linguajar Carioca*, em 1922. Renato Mendonça e Gladstone Chaves de Melo juntaram-se ao seletto grupo de pesquisadores sensíveis ao valor da obra dialetológica de Amadeu Amaral, tecendo louvores ao pioneiro dos estudos da linguagem popular, campo de interesse bastante reduzido na intelectualidade brasileira, esta bem mais voltada a assuntos concernentes ao interesse das elites.

A ausência de importância concedida aos trabalhos dialetológicos no Brasil de então, de certo modo, é surpreendente, pois, na Europa – matriz inconteste dos gostos brasileiros –, os estudos das linguagens populares já gozavam de prestígio, desde que, em 1888, Gaston Paris proclamara o grande valor dos estudos de cunho dialetológico, reiterando a urgente necessidade de se estudarem os *patois* franceses, em via de descaracterização pelo processo acelerado de nivelamento cultural. Na oportunidade, Gaston Paris apresentou como argumento para que se fizessem tais estudos o trabalho desenvolvido por Jules Giliéron, hoje considerado o fundador da *Geografia Lingüística*, método empregado na recolha de dados para os estudos dialetais.

O trabalho de Amadeu Amaral na área dialetológica até hoje é mencionado por pesquisadores dedicados a fazeres desse campo do saber. As Professoras Carlota Ferreira e Suzana Alice Marcelino Cardoso, da Universidade Federal da Bahia, no seu livro *A Dialetologia no Brasil* (São Paulo: Contexto, 1994), redistribuem os estudos dialetais brasileiros em três diferentes etapas, tomando por parâmetro a obra de Amaral, como se descreverá a seguir. As docentes baianas reformularam, assim, a proposta de periodização de Nascen-tes (1953), que estabelecia duas fases para a Dialetologia brasileira. A divisão tripartida defendida pelas professoras tem por critério identificar e demarcar as três tendências dominantes em cada uma das épocas consideradas, a saber:

a) a primeira fase recobre um século – de 1826 a 1920 – o limite alto está estabelecido a partir da data da publicação d’*O Dialeto Caipira*. Os trabalhos então produzidos direcionavam-se para o estudo do léxico e as suas especificidades no Português brasileiro;

b) a segunda fase inaugura-se com a publicação d’*O Dialeto Caipira* e prolonga-se até 1952, quando são encaminhados os primeiros passos sistemáticos para a instauração da Lingüística no Brasil. Acrescem-se aos interesses vigentes de natureza eminentemente semântico-lexicais, os fonético-fonológicos e os morfossintáticos. Começa a ser imposta a preocupação metodológica na abordagem dialetal;

c) a terceira fase inaugura-se com o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, que determina a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil ao definir as finalidades da Casa de Rui Barbosa, que acabava de ser criada.

A título de atualização informativa, cumpre dizer que, presentemente, está sendo elaborado o Atlas Lingüístico do Brasil (ALIB), sob a coordenação da Professora Doutora Suzana Alice Marcelino Cardoso, da Universidade da Bahia, que busca, além de cumprir a determinação do Decreto supramencionado, atender as sugestões de ilustres pesquisadores, como Serafim da Silva Neto e Celso Ferreira Cunha, entre outros.

Como bem se pode depreender, tanto na opinião de Nascentes como na das professoras baianas, os estudos de Amadeu Amaral estabelecem um ponto de corte nas especulações dialetais brasileiras.

A respeito d'*O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral, foi realizada uma importante análise dessa obra pelo insigne Professor Doutor Sílvio Elia, publicada na Revista *Confluência* (n.7), do Instituto de Língua Portuguesa, da qual se retomam dados a seguir arrolados.

A obra estrutura-se monograficamente, consoante os modelos vigentes à época. O material recolhido distribui-se em cinco capítulos: **I – Fonética; II – Lexicologia; III – Morfologia; IV – Sintaxe; V – Vocabulário**. O capítulo que trata do Vocabulário é, de todos, o mais extenso. Não se pode perder de vista o fato de que, quando Amadeu Amaral escreve esse livro, os estudos propriamente “fonológicos” são ainda incipientes, e a Geografia Lingüística está nos seus primórdios, sem qualquer repercussão no Brasil.

Amadeu Amaral apontou que o *caipira*, como os paulistas em geral (e brasileiros!), pronuncia claramente as vogais átonas. Esse fato também foi levantado pelo Professor Celso Ferreira da Cunha, no livro *Língua portuguesa e realidade brasileira* (3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972):

...as línguas classificam-se em vocálicas ou consonânticas, segundo a tensão que exigem na pronúncia das vogais e das consoantes. Uma língua ou se apóia nas vogais e relaxa as consoantes, ou, pelo contrário, tem o consonantismo forte e o vocalismo débil (p. 82).

E acrescentou: “O português era uma língua de base vocálica, e assim continua na modalidade brasileira”. Tais assertivas confirmam, portanto, Amadeu Amaral.

No transcorrer da obra, Amadeu Amaral aborda o fenômeno decorrente da colocação dos pronomes pessoais átonos no português do Brasil, em frontal discordância com o uso em Portugal: “A diferenciação relativa à colocação dos pronomes oblíquos, no Brasil, deve explicar-se, em parte, pelo ritmo da fala e pelo alongamento das vogais” (p. 19). Em abono a sua constatação, o autor cita, “o notável trabalho do Professor Said Ali”. Essa menção torna-se muito significativa por ter sido produzida por um jornalista autodidata, que só precariamente tratara da língua portuguesa, isso mesmo quando da docência em classes iniciais de estudo. Ademais conhecer a obra de Said Ali também surpreende posto que muitos “especialistas”, à época, nem sabiam da existência desse extraordinário pesquisador.

Amadeu Amaral tratou, a seguir, clara e objetivamente, das alterações fonéticas ocorridas na língua-padrão do Brasil e presentificadas na fala dos caipiras. Tratou especialmente da pronúncia do /l/ nos grupos da oclusiva +l,

nos quais o /l/ passa a /r/: **claro > craro**. O autor apontou esse emprego como “vício” dos mais radicados “frequente entre muitos dos que se acham, por educação ou posição social, mais em contato com o povo rude” – esse uso, ainda hoje, vive nas camadas populares.

Quanto ao léxico, Amadeu Amaral observou que “no fundo, o dialeto representa um estado atrasado [=arcaico] do português” (p. 32). O autor também manifestou-se quanto à influência do tupi no português do Brasil (apenas localizada no vocabulário), dizendo ser esse “um *refugium* de tantos que se cansam a procurar as razões de fatos obscuros e complicados da linguagem nacional” (p. 48). Tal visada deve ser confrontada com a explanação do Professor Révah, apresentada ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros (Lisboa, 1957): “Para todos os fatos que estudamos, é absolutamente impossível ou inútil invocar a influência do tupi ou das línguas africanas: trata-se de arcaísmos perfeitamente caracterizados”. O mesmo já fora asseverado, peremptória e radicalmente, pelo Professor Serafim da Silva Neto: “No português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias” (*Introdução*, p. 107).

Amadeu Amaral manifestou-se também a respeito da “lei” da queda do –s final na pronúncia popular brasileira, dizendo, ao tratar da flexão de número, que

Se bem que se trate aqui das flexões, é impossível separar o que se passa com o s final, tomado como sinal de pluralidade, do que se sucede com ele em outras circunstâncias; e difícilimo se torna reconhecer, em tais fatos, até onde vai e onde cessam a ação puramente fisiológica, do domínio da fonética, e a ação analógica, do domínio das formas gramaticais. (p. 51).

Sobre esse assunto, na citada comunicação ao já mencionado Congresso, o Professor Révah atribui à *lei fonética*, “a queda de –s no fim das palavras paroxítonas e proparoxítonas”, exemplificando com a expressão **duas casa**, em que ocorre uma palavra paroxítona com –s final conservado.

No âmbito da Sintaxe, foi tratado o emprego de **ele**, **ela** como objetos diretos. Sobre esse assunto, Amadeu Amaral mencionou que

dele se encontram alguns exemplos em antigos documentos da língua; mas é claro que o brasileiro se produziu independentemente de qualquer relação histórica com o fenômeno que se verificou, sem continuidade, no período anteclassico do português. (p. 59)

Sobre o assunto, o Professor Silvio Elia afirmou merecer esse conhecido fenômeno uma explicação estrutural e não histórica. Teria sido, possivelmente, a variedade das formas enclíticas **o**, **lo**, **no** (acrescida da dificuldade da produção de mesóclise nos futuros) que levou o Português brasileiro a uma simplifi-

cação morfológica, com a implantação da forma universal **ele**. Tal emprego repercutiu em todo o sistema pronominal, envolvendo especialmente o emprego de **ele** e de **lhe** em diferentes funções sintáticas.

A parte referente ao vocabulário, pela sua riqueza e amplitude, tornou-se leitura e estudo obrigatórios para quem se proponha a conhecer, pesquisar ou analisar o léxico popular da língua portuguesa no Brasil.

Por todos os pontos que se examine, *O Dialeto Caipira* reveste-se de importância capital para os estudos dialetais brasileiros; tal opinião é partilhada pelo Professor Révah, que a ele assim se referiu: “O ponto de partida (da Dialectologia brasileira) foi assinalado pelo belo livro, aparecido em 1920, de Amadeu Amaral, *O Dialeto Caipira*: livro tanto mais notável quanto tem por autor um poeta e um folclorista, e não um dialectólogo profissional” (p. 276, da comunicação já citada).

A obra de Amadeu Amaral concernente ao folclore deu corpo as suas cogitações lingüísticas no livro denominado *Tradições Populares*, postumamente trazido a público. Constitui ele o primeiro volume de uma série de “obras completas” programada para dez volumes pelo Instituto Progresso Editorial S.A. (IPE), de São Paulo. Lamentavelmente, nem a série, nem a Editora persistiram; desse projeto editorial, só *O Dialeto Caipira* vingou, tendo logrado duas edições.

O material que comporia *Tradições Populares*, em aproximadamente seus dois terços, foi coligido de artigos publicados na imprensa paulista, particularmente n’*O Estado de São Paulo*. O restante constituiu-se de originais que estavam em poder da família, ou então de folhas datilografadas que o autor confiara a seu amigo Paulo Duarte. O nome “*Tradições Populares*” decorreu do título geral que ele atribuíra aos seus artigos em *O Estado de São Paulo*. Apesar do esforço dos que tiveram a idéia de publicar a coletânea, considerável parte da obra inédita de Amadeu Amaral se perdeu. A recolha que haveria de se converter na coletânea intitulada *Tradições Populares* revelou um variado elenco de múltiplos assuntos: cantos e contos populares, paremiologia, adivinhas, superstições, romanceiro. Era mesmo intenção do autor vir a editar um “cancioneiro caipira”, no qual as manifestações do homem comum seriam reunidas para facilitar a consulta dos aficionados.

A preocupação de Amadeu Amaral pelos estudos folclóricos manifestava-se em todas as oportunidades em que fosse possível recolher informações: quando viajava, não deixava de levar um caderninho para as anotações da fala e dos costumes populares, estruturando, dessa forma, a seu modo, um rico banco de dados a ser acionado quando fosse oportuno. Em São Paulo, foi pública e renhida a sua luta pela fundação de uma “Sociedade Demológica”. No Rio de Janeiro, a única proposta que apresentou à Academia Brasileira de

Letras visava à constituição de um órgão destinado à supervisão dos estudos folclóricos brasileiros. O discurso por ele então pronunciado foi intitulado “Folklore e Dialectologia”. Ainda que tivesse contado com os pareceres favoráveis de João Ribeiro e de Gustavo Barroso, o projeto não atingiu efeitos práticos. A importância concedida à cultura popular e a dedicação às vertentes desse campo de interesse postaram Amadeu Amaral entre os primeiros grandes folcloristas brasileiros, ao lado de João Ribeiro, Sílvio Romero, Lindolfo Gomes, Melo Moraes Filho e outros poucos mais.

Vale observar que Amadeu Amaral não nutria pelo folclore uma concepção romântica e até a ela se opunha. Não proclamava, como Sílvio Romero, que “poesia é no povo”, nem exclamava como Jaime Cortesão: “Que grande poeta é o povo!”. Amadeu Amaral era mais comedido:

Nada tão freqüente como se verem comovidos, ardentes elogios à musa popular, à sua simplicidade graciosa de flor do campo, ao seu lirismo sincero e forte, aos pensamentos profundos que ela encerra e até à filosofia a que ela chega a alçar-se com asas geniais... (*Tradições*, p. 99 das).

Amadeu Amaral via exagero nessas manifestações, alegando que nem as mencionadas cantigas eram tão belas e, quando o eram, talvez não fossem verdadeiramente “populares”. Justificava a sua opinião alegando que

(...) há muito verso que se dá como popular, por o terem ouvido a um ou dois indivíduos mais inteligentes, mais espertos, ou mais em contato com as camadas cultas e com a literatura, mas que, de fato, não tem maior popularidade do que aquela que se lhe proporcionou a imprensa, entre a gente que lê (p. 102).

Amadeu Amaral também ocupou-se da crítica literária. Os seus estudos (artigos e conferências) sobre vultos importantes das letras brasileiras de diferentes épocas foram reunidos em dois livros muito pouco conhecidos – *Letras Floridas* (1920) e *O Elogio da Mediocridade* (1924). O primeiro reuniu os seguintes capítulos: *Raimundo Correia* (havido como o artigo mais importante da coletânea, em que foi elaborado um grande elogio ao autor-título); *Árvores e Poetas*; *Epigramas e Madrigais*; *A Cigarra e a Formiga*; *Espinhas e Flores da Arte*, *A Literatura da Escravidão e As Promessas do Escotismo*. Como se pôde perceber, o livro foi escrito com a intenção predominante de tratar de temas literários, exceção feita ao último, que trata do escotismo. Caberia ressaltar, nesse conjunto, a importante pesquisa referente à literatura da escravidão, instituição que tanto maculou a realidade social brasileira e, por muito tempo, foi relegada ao silêncio dos especialistas – ademais, esse tema era um verdadeiro tabu, só tocado por pouquíssimos intelectuais, dentre os quais se destacou o magistral Castro Alves.

Amadeu Amaral justificou o título do seu livro *Letras Floridas*, dizendo: “(...) isto é, letras jocundas e leves, de ócio e divertimento, sem espinhos e sem fruto – eis o que se encontrará neste volume”. Também a obra *O Elogio da Mediocridade* mereceu ter seu nome esclarecido: assim se intitulava o primeiro dos artigos desse conjunto de textos, que portava o subtítulo “Carta a um crítico”. Nele, encontrou-se definida a posição do autor: “A mediocridade é necessária, absolutamente necessária – quer no sentido de coisa inevitável, quer no sentido de coisa útil. É, porque tem de ser; além disso é benéfica.” Parte, logo após, para a exemplificação, dizendo

Dante não teria feito a *Comédia*, nem Camões os *Lusíadas* (...) se não fosse a enorme legião dos pigmeus sem nome nem lustre. Os médiocres, por assim dizer, são aqueles que adubam o terreno onde florescerão os gênios. Ademais, os gênios são em muito menor número do que certos críticos têm feito crer. E não são gênios continuamente, pois apresentam também muito bagaço em sua obra literária, sem esquecer que é por contraste com os médiocres que os gênios se definem.

Amadeu Amaral, pela crítica citada, declarou o seu anti-romantismo. Sobre esse assunto, manifestou-se o Professor Sílvio Elia,

Não pactuava ele com a concepção do gênio-milagre-da-Natureza. Embora acreditasse no talento, Amaral não reconhecia o talento inculto, nativo, força telúrica que se impõe pelo poder irresistível das suas virtualidades. Os dons da Natureza teriam de ser apurados, aperfeiçoados, polidos e repolidos pelo esforço constante e metódico do estudo. O esforço dos médiocres, por exemplo, exige um esforço maior e mais profundo do que o daqueles que pretendem superá-los.

O volume em causa ainda contém outros estudos, quais sejam: *Brasil, Terra de Poetas...*, *Linguagem e Caráter*, *A Comédia Ortográfica*, *Olavo Bilac*, *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, *Pe. Antônio Vieira*, *Gonçalves Dias*, *Martins Fontes*, *Cecília Meireles*, *Academia Brasileira*. Em *Brasil, Terra de Poetas*, Amadeu Amaral recusa o pensamento que defende a espontaneidade com que surgem os poetas brasileiros. O seu espírito científico rejeita não só os lugares-comuns com também as meias e pseudo-verdades que, sem se basearem em fatos, mascaram as verdadeiras ocorrências da vida comunitária.

Fiel ao seu gosto pelas produções de cunho eminentemente popular, transcendendo o mero capricho amadorista de um aficionado em curiosidades, Amadeu Amaral coletou provérbios, comparou-os com os de outras línguas e interpretou-os no tanto em que eles representa(va)m a construção do ideário das gentes. O aparato teórico que afastou os trabalhos do autor das criações

ingênuas e despidas de valor científico foi estruturado a partir de uma leitura constante e incansável de Pidal, Pedro Salinas, van Gennep, Sébillot, Teófilo Braga, Jaime Cortesão, Pitré, Milá y Fontanals.

Apoiado em nomes representativos do conhecimento da sua época, Amadeu Amaral amealhou uma admirável fortuna crítica com a qual produziu uma obra respeitável, concretização da indiscutível vocação para pesquisa de um homem que sempre foi sensível às vozes de um saber plural, multiplicado pela sua inexcedível capacidade de criação.

BIBLIOGRAFIA

a) Trabalhos de Amadeu Amaral:

1. *Urzes* (versos). São Paulo: 1899.
2. *Névoa* (versos). São Paulo: Livraria Magalhães Editora, 1910.
3. *Espumas* (versos). São Paulo: Edição de “A Cigarra”, 1917.
4. *A pulseira de ferro* (novela). São Paulo: Sociedade Editora Olegário Ribeiro, 1920.
5. *Letras floridas* (conferências literárias). Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurílio, 1920.
6. *O dialeto caipira* (estudo dialectológico). São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920.
7. *Lâmpada antiga* (versos). São Paulo: Imprensa Metodista, 1924.
8. *Luís de Camões* (estudo biográfico e crítico). Rio de Janeiro: Edição da Revista de Língua Portuguesa, 1924.
9. *O elogio da mediocridade* (estudos literários). São Paulo: Nova Era, 1924.
10. *Memorial de um passageiro de bonde* (obra póstuma). São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1938.
11. *Tradições Populares* (coletânea de artigos folk-lóricos). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
12. *O dialeto caipira*, 2. ed. São Paulo: Anhembi, 1955.

Nota: As duas últimas obras deveriam compor uma coletânea de dez volumes, idealizada pelo editor Paulo Duarte, da qual somente elas foram publicadas. Os oito volumes restantes, até hoje não publicados, intitulavam-se: *Poesias Completas, Política Humana, Letras Floridas, Bilac, Arredores da*

Crítica, Memorial de um Passageiro de Bonde, Elogio da Mediocridade e correspondência.

b) Trabalhos sobre Amadeu Amaral:

1. ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Páginas de críticas*, Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurílio, 1920. (pp. 421-429).
2. ALMEIDA, Guilherme de. “Elogio de Amadeu Amaral”. In: *Discursos acadêmicos*, vol. II, Rio de Janeiro: ABC, 1937 (pp. 239-257).
3. ANDRADE, Mário de. *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins, 1946. (pp. 155-158).
4. BARRETO, Plínio. *Páginas avulsas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. (pp. 107-116).
5. DUARTE, Paulo. Estudo. In: MARAL, AMDEU. *Tradições populares*, São Paulo: 1948. (pp. IX-XLVI).
6. ELIA, Silvio. Amadeu Amaral. *Confluência*; Revista do Instituto de Língua Portuguesa, n.7. Rio de Janeiro, 1993. p. 9-17.
7. FERRAZ, Bento Prado de Almeida. *A poesia de Amadeu Amaral*. *Revista da Academia Paulista de Letras*, nº IX/34, junho de 1946 (pp. 156-166).
8. LEITE, Manuel Cerqueira, *Amadeu Amaral* (poesias); introdução, seleção e notas. São Paulo: Assunção, 1945.
9. MENUCCI, Sud. Amadeu Amaral. *Cadernos da hora presente*, série I, nº 6, Rio de Janeiro, 1940. (pp. 58-94).
10. SILVA, João Pinto da. *Vultos do meu caminho*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1926 (pp. 94-103). 2ª série
11. SOUSA, Alberto. *Amadeu Amaral*. São Paulo: Imparcial, 1918. 45 pp.

SESSÃO 4 – 29 DE MARÇO
Tema: *Linguística portuguesa*
Coordenador: Antônio Martins de Araújo (LLP/UFRJ)

A LINGÜÍSTICA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTUGAL

Jorge Morais Barbosa
Universidade de Coimbra

1. Iniciando a minha exposição, permitam-me dizer que me venho opondo à ideia de que a lingüística como ciência se haveria iniciado com o comparativismo de finais do século XIX ou, conforme hoje em dia pretendem alguns mais radicais, com o gerativismo de meados do século XX. O que sucedeu, no caso do primeiro, foi a inovação dos critérios de observação e porventura de explicação dos fatos recenseados nas línguas, o que não deixou, claro, de ser proveitoso nem se deve esquecer; e, no caso do segundo, a meu ver, a sua deslocação para domínios exteriores à real natureza e funcionamento das línguas. Tenho para mim, com efeito, que a construção do pensamento é um *continuum*, sem dúvida pontuado de marcos mais ou menos significativos, os quais, porém, não deixam de ser isso mesmo, marcos ou, melhor, pontos de ligação e articulação entre o já adquirido e o que de novo se vai conseguindo atingir.

Não se tornará assim despropositado afirmar que, subjacente ao ensino das línguas, entre elas, claro, a portuguesa, sempre esteve presente algo que se pode chamar lingüística, entendido o termo como designativo de uma atividade reflexiva sobre a linguagem em geral e os instrumentos particulares que a manifestam, isto é, as várias línguas. As mais das vezes, porém, dispensaram-se os autores de explicitar os princípios teóricos em que fundamentavam as suas descrições, não raro preferindo reclamar-se de *auctoritates* gramaticais, nacionais ou estrangeiras, e do *exemplum* literário: bastará percorrer gramáticas e manuais afins publicados ao longo dos tempos para de tanto nos apercebermos. Hoje em dia, pelo contrário, as preferências parece irem no sentido de cada um se considerar obrigado a criar e exhibir a sua própria teoria lingüística, sempre julgada original e inovadora, com sacrifício da apresentação e explicação do real observado.

Sem evidentemente excluir as diferenças que se relevam de época para época e de obra para obra, criou-se uma tradição metagramatical que, provinda de Roma, de onde, aliás, não é originária, e instalada na Europa, tem percorrido os séculos até nossos dias e se caracteriza, creio, por dois objetivos principais, não necessariamente alternativos: por um lado, o propósito de ensinar uma matéria considerada, como outras, importante em si mesma, num primeiro momento para as elites sociais, que deviam primar pela ilustração, e depois para a generalidade dos cidadãos; por outro lado, o de ministrar a “arte” de ler e escrever corretamente.

Podem servir de exemplo, cada qual à sua maneira, no século XVI as gramáticas de Fernão de Oliveira¹ e João de Barros,² no seguinte a de Reis Lobato,³ no século XVIII a *Ortografia* de Madureira Feijó⁴ e o *Compêndio* de Monte Carmelo⁵ e, já em inícios do século XIX, a *Gramática Filosófica* de Soares Barbosa.⁶

Publicada no último quartel desta centúria, portanto já no período dito “científico” da lingüística, especial referência merece a *Gramática Portuguesa Elementar* de Epifânio Dias.⁷ Sem sacrifício do rigor que a distingue nem do fato de que nela “bastantes doutrinas aparecem pela primeira vez em lingua portuguesa”,⁸ nem por isso deixa de apresentar um cunho também didático que

¹ Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*, Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, Lisboa, Academia das Ciências, 2000.

² João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa*, Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

³ Carlos Assunção, *A Arte da Grammatica da Língua Portuguesa* de António José dos Reis Lobato. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários, Lisboa, Academia das Ciências, 2000.

⁴ João de Moraes Madureyra Feijo, *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portuguesa* para uso do excellentissimo Duque de Lafoens, Lisboa, Off. de Miguel Rodrigues, 1734.

⁵ Fr. Luís do Monte Carmelo, *Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras [...]*, Lisboa, Off. Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

⁶ Jerónimo Soares Barbosa, *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia das Ciências, 1822.

⁷ A. Epiphanyo da Silva Dias, *Grammatica Portuguesa Elementar*, 5ª edição revista, Lisboa, Livraria Escolar de A. Ferreira Machado & Cia., 1882 [1ª edição, 1876], para o ensino liceal.

⁸ *Ob. cit.*, Prefácio da primeira edição. Epifânio reclama-se em especial das doutrinas de Johan Nicolai Madvig, cuja gramática latina traduziu para português e reduziu a epítome: *Gramática Latina para uso das escholae*. Por I. N. Madvig; trasladada do alemão para português por Augusto Epiphanyo da Silva Dias, Porto, Tip. de Manoel José Pereira, 1872,

ainda hoje faz dela, porventura, a melhor e mais equilibrada de quantas para o ensino da língua que conhecemos em Portugal. Gramática escolar descritiva do uso seu contemporâneo, igualmente seria para quem o quisesse normativa.

Acrescentando-se-lhe a de Ribeiro de Vasconcellos,⁹ a qual, embora bastante diferente dela em vários planos, nomeadamente o teórico, e sendo mais extensa e menos fácil de seguir, não merece contudo esquecimento, teremos dois exemplares de instrumentos de ensino do português solidamente apoiados no que de mais moderno se conhecia ao tempo em matéria de discurso metagramatical escolar, o que vale também dizer normativo.

Se é, e é, de gramáticas normativas que o ensino e aprendizagem da língua necessitam, pode afirmar-se que a tradição se manteve em grande parte do século XX, ao longo da qual viram a luz numerosos compêndios de tal natureza, entre os quais mencionaria apenas, por significativos, as gramáticas de Francisco Torrinha,¹⁰ Martins Sequeira¹¹ e Nunes de Figueiredo e Gomes Ferreira.¹²

Convém entretanto notar que, contrariamente ao que por vezes se vê afirmado sobretudo por quem não viveu esse tempo escolar, o propósito das aulas de português nas escolas e liceus até meados do século passado não residia em levar os alunos a decorarem regras e preceitos abstractos e *Os Lusíadas* não constituíam apenas nem sobretudo matéria de divisão de orações. Pelo contrário, apoiavam-se as aulas em textos literários, lidos e apreciados tanto do ponto de vista estético e do conteúdo quanto do que à utilização da língua dizia respeito. Era essa a norma no então segundo ciclo dos liceus, frequentado, em condições normais, por alunos dos doze aos catorze anos de idade. Os alunos que seguiam no terceiro ciclo liceal, uma das vias que conduziam às Faculdades de Letras e Direito, frequentavam então a disciplina de

com várias reedições, a última das quais “acomodada aos programas modernos por Nicolau Firmino”, Lisboa, Académica de D. Filipa, s/d [1942].

⁹ António Garcia Ribeiro de Vasconcellos, *Gramática Portuguesa*, Paris / Lisboa, Guillard, Aillaud & C^{ia}, s/d [1899?]. Destinada aos alunos dos 3º, 4º e 5º anos do curso liceal, procurou o autor aplicar nela, conforme explica no Prólogo, o método “empregado nas mais autorizadas gramáticas, que nos últimos vinte e cinco annos se têm publicado [...] nos países onde os estudos philológicos e linguísticos mais têm sido cultivados”.

¹⁰ Francisco Torrinha, *Elementos de gramática portuguesa*, Porto, Edição Marânus, 1931; 3ª ed., ib., 1935.

¹¹ Francisco Júlio Martins Sequeira, *Gramática de Português*, Lisboa, Livraria popular de Francisco Franco, s/d [1938].

¹² José Nunes de Figueiredo & António Gomes Ferreira, *Compêndio de Gramática Portuguesa para o 2º Ciclo do Ensino Liceal*, Lisboa, [Livraria Sá da Costa], 1965.

Português, na qual se percorria toda a literatura portuguesa, da Idade Média ao Romantismo e Realismo, e paralelamente se desenvolvia o conhecimento da língua, também no seu percurso histórico. Um ponto desejo salientar, sem receio de desmentido: os próprios alunos que seguiram outra via que não esta, ou que não prosseguiram a escolarização, incluindo os que frequentaram o chamado ensino técnico, adquiriram um conhecimento prático da língua que os habilitou a entenderem o que lêem e a exprimir-se, oralmente e por escrito, com propriedade. Recordo muitas vezes o recorrente aviso do meu professor daqueles meus anos de liceu, o Dr. Eduardo Antonino Pestana: “Mestre Pestana não deixa passar ninguém que não saiba escrever ao menos como um merceeiro deveria saber!” Os exercícios de divisão de orações não constituíam por si um marco final: encontravam-se, isso sim, ao serviço da primeira vertente de qualquer interpretação textual, que é a interpretação lingüística.

Tudo isso se passava, pois, sem expressamente se lecionar nem aprender teoria lingüística, mas tendo como pano de fundo os ensinamentos dela decorrentes. Estarão alguns destes agora ultrapassados? Sem dúvida, e mal seria que assim não fosse. Também os de hoje o estarão mais cedo ou mais tarde.

2. Por paradoxal que pareça, começou o ensino da língua a deteriorar-se há uns três decênios, quando certa lingüística explicitamente o invadiu e, pode dizer-se, se lhe substituiu. Mais importantes que a própria língua consideraram-se então conceitos como o das funções da linguagem, e encontrei crianças de nove, dez anos perguntando que era a função fática, quando não fática, da mesma... À construção do texto substituiu-se a sua desconstrução e o antitexto veio primar sobre o texto. Autores respeitáveis cederam o lugar a outros que nada tinham de exemplares, para ilustrar variações diafásicas e diatópicas da língua, noções que, juntamente com a de diastráticas, também então desde cedo adquiriram espaço privilegiado nas escolas.

Paralelamente, aqueles mesmos que criticavam o exercício de divisão de orações consideraram indispensável proceder à “arborização” dos textos, que, sem perfeita consciência do que faziam, se entretiveram os alunos a praticar tão mecanicamente como grande parte de seus professores, em geral pouco conscientes daquilo de que se tratava. E aí interveio um sem-número de erros na análise dos componentes oracionais: predicado, sujeito, complementos... Acresce que se passou e passa a repetir as matérias de ano para ano, com a agravante, do ponto de vista pedagógico, de as concepções poderem variar de professor para professor e de manual para manual de estudo. Para exemplificar a recorrência a que me refiro, bastará confrontar dois manuais escolhidos ao acaso, um, aliás muito bom, destinado aos alunos dos 3º e 4º anos do Ensino

Básico,¹³ isto é, crianças de entre oito e nove anos de idade, o outro aos do 3º Ciclo daquele mesmo Ensino (alunos dos doze aos catorze anos) e ao Ensino Secundário (dos quinze aos dezessete anos).¹⁴ Dir-se-á que, repetindo-se os assuntos, ocupam os alunos os anos de escola estudando sempre o mesmo: comunicação e linguagem, vogais, consoantes e sílaba, classes de palavras, relações semânticas, grupos nominal e verbal, conjugação dos verbos, flexão dos nomes, sujeito, predicado e complementos, etc. Tudo isso, no que respeita aos dois manuais referidos, com a diferença de, além de promover experiências aplicativas que se encontram ausentes do segundo, se me afigurar o primeiro mais consistente que este na doutrinação, levando sobretudo em conta as faixas etárias a que se destinam. Acresce que este segundo manual parece menos vocacionado para ensinar a língua que para transmitir conceitos de linguística. Contrariando o hábito de então de se estudar literatura mais pelos compêndios que pela leitura das obras literárias, advertia o meu saudoso professor Jacinto do Prado Coelho: “Primeiro aprender a nadar, depois ler livros sobre natação”. Era o que eu gostaria de ver, e não vejo, aplicado ao ensino do português nas escolas.

3. Não se deduza, contudo, de algo que atrás disse entender eu que o discurso metagramatical escolar, como foi o de Epifânio, deva permanecer imutável e que à linguística não deva caber o papel de o renovar. Se penso que um ensino eficaz da língua deve tomá-la como objeto próprio e primeiro e não a secundarizar relativamente aos avanços e recuos das doutrinas linguísticas, igualmente considero que ele beneficiará da incorporação do que estas contiverem de pertinente para o tornar mais atual e, porque não?, mais racional.

Custa-me dizê-lo, por haver sido amigo dos autores, mas a linguística perdeu uma excelente oportunidade de influenciar positivamente o ensino do português com a gramática de Celso Cunha & Lindley Cintra,¹⁵ a qual não me parece digna da pena dos prestigiosos professores universitários que eles foram. Exemplifico: conceitos de fonema como unidade mental (pág. 28), de frase como enunciado de sentido completo (pág. 119), de sujeito como “o ser sobre o qual se faz uma declaração” e de predicado como “o que se diz do sujeito” (pág. 122), de substantivo como “a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (pág. 177) ou de verbo como “uma palavra variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no

¹³ Clara Amorim & Vera Costa, *À Descoberta da Gramática*, Porto, Areal Editores, 2005.

¹⁴ Maria Beatriz Florido & Maria Emília Duarte da Silva, Supervisão científica de Joaquim Fonseca, *Gramática Básica da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004.

¹⁵ *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1984.

tempo” (pág. 377), tudo isso sem se entender se se está no domínio da sintaxe ou outro e, pior, representando o que de menos refletido existia no tradicional discurso metagramatical português.

Levando em linha de conta adquiridos da lingüística contemporânea, jovens professores que foram meus alunos na Faculdade procederam já, com êxito, a experiências como a de ensinar que é substantivo o que pode ser determinado por *o*, o que lhes evitou terem de falar de adjetivos e infinitivos substantivados, ou que o sujeito se encontra no sintagma verbal (*-mos* em *cantamos*) e pode prolongar-se lexicalmente fora deste (*Nós cantamos*), o que evita falar de sujeitos ocultos, indeterminados e subentendidos e de verbos impessoais, ou que verbo é o que é comum a todas as formas conjugadas (*vou, ia, fui*: verbo “ser”) e não qualquer sintagma verbal (*vou, ia, fui*), etc.

Haveria também vantagem em não insistir na idéia feita de que a organização normal da frase é SVO e que as outras obedecem a critérios estilísticos, de realce, etc., dado não ser aquela que as mais das vezes se pratica, mas introduzir então conceitos operatórios como os de tema e rema, de conhecido e novo, de progressão do discurso, pois assim se daria melhor conta do real funcionamento da língua. São apenas exemplos entre muitos.

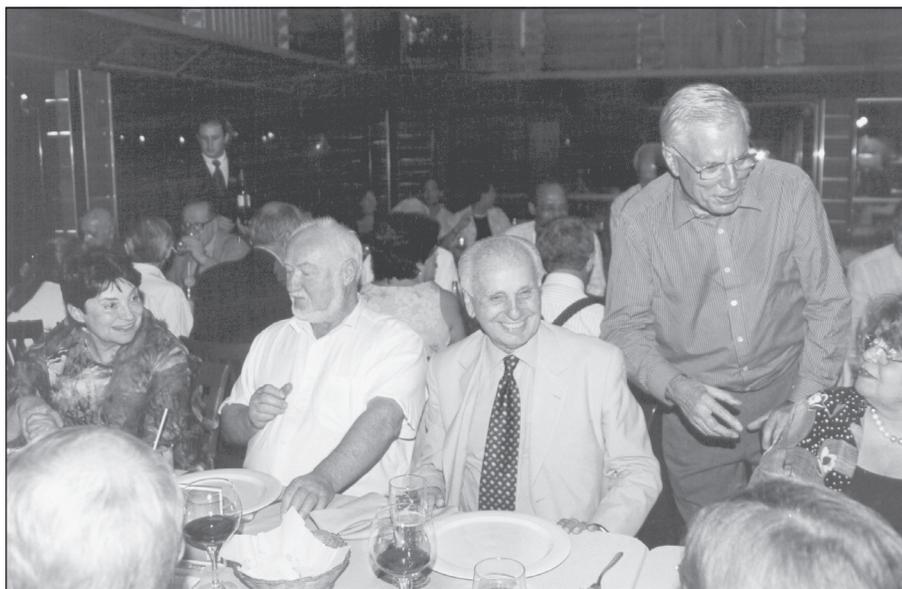
Infelizmente, porém, a recente *Terminologia Lingüística para os Ensinos Básico e Secundário*, de orientação muito marcada apesar da “neutralidade paradigmática” de que se reclama, conserva alguns anacronismos que bem podiam ter sido evitados, por exemplo, a definição de sujeito como “Função sintática central, desempenhada pelo constituinte do verbo que controla a concordância verbal” ou a afirmação que “A ordem não marcada é a ordem de palavras estruturalmente mais simples e discursivamente neutra numa frase declarativa”: porquê mais simples e porquê discursivamente neutra, senão por atavismo ou preconceito? Na realidade, não se “diz” o mesmo quando se afirma *Bebe café* e *Café bebe*, *Em Paris estive três dias* e *Estive três dias em Paris*, *A Mariana é inteligente* e *Inteligente é a Mariana*, etc.¹⁶

3. Terei sido muito crítico na minha exposição no que respeita às contribuições da lingüística para o atual ensino do português? Talvez sim, mas, sem saber se o fui bastante, certo estou de o não haver sido em excesso. A responsabilidade da situação não será à lingüística que se deverá imputar, mas sim à incapacidade manifestada pela didática de transpor para a escola os ensina-

¹⁶ Por serem irrelevantes neste âmbito, deixo sem reparo pormenores como o de considerar o adjetivo *alegre* derivado do substantivo *alegria* (entrada “Não contáveis/ Não Massivos”), quando é aqui inversa a relação de derivação.

mentos dela oriundos. Refiro-me à didática em termos largos, como ciência aplicada que deveria ser, mas também como prática dos professores, para a maioria dos quais não existe relação entre o que aprenderam na Universidade e o que ensinam nas escolas: e o que ensinam nas escolas é o que aos orientadores dos estágios pedagógicos mais convém, por ser o que estes mesmos receberam enquanto fizeram a sua formação. A tal há que acrescentar a quota-parte de responsabilidade das universidades, que, tanto quanto me é dado perceber, nem sempre quiseram e nunca conseguiram articular-se com os graus de ensino que as precedem no percurso escolar, o que do mesmo modo vale para as que não integram e para as que integram nos seus currículos a componente pedagógica. Completar-se-ia o panorama se acrescentássemos algumas considerações sobre o que representa esta componente, bem como sobre a qualidade geral do ensino superior não universitário que forma professores de português em Portugal. Mas com isso entraríamos em terrenos perigosos e desviar-nos-íamos do assunto que aqui nos trouxe.

Quando as coisas vão mal, é hábito terminar exposições como a presente com uma palavra de otimismo ou de esperança no futuro. Por muito que me aprouvesse deixá-la aqui, não mo consentem nem o sentido das realidades nem o respeito que devo a todos vós.



Da esquerda para a direita
Sra. Jean-Michel Massa, Jean-Michel Massa, Dr. Amadeu Pinto da Rocha, Antônio Gomes da Costa, Nélia Bastos.

ALUSOGRAFIA AFRICANA

Jean-Michel Massa
Univ. de Rennes, FR

Não é no encontro de hoje, aqui, no Rio de Janeiro, que eu pretendo explicar e esclarecer o que se entende por complexidade – ou melhor por complexidades da Língua Portuguesa. Sabemos que a língua portuguesa foi uma língua em constante expansão e que, numericamente, cada ano, a língua dos portugueses é um idioma mais intercontinental, internacional, universal.

A expansão desse idioma simboliza um dos maiores desafios da história ocidental. Fugiria do nosso tema lembrar e inventariar as etapas, peripécias históricas, culturais, religiosas dessa expansão pluricontinental, na África, na Ásia e na América: expansão da língua oral, isso é da lusofonia. A lusofonia gera a lusografia, que diz respeito não à fala mas à escrita em português.

Cito o título do presente colóquio: *A língua portuguesa no mundo da lusofonia*. O neologismo português “lusofonia” nasceu há uns vinte anos, réplica do conceito, da palavra francesa *francophonie*. Na França foi o geógrafo Onésime Reclus que, em 1880, criou as palavras *francophonie* e *francophone*. Ele definia os falantes, os cultores da língua francesa. Até aos anos 30, o termo é raro. Valéry Larbaud, grande escritor francês, com visões internacionais, o democratiza. Mais perto de nós, Raymond Queneau e Léopold Sedar Senghor o internacionalizam. Hoje a *francophonie*, recuperada pelos políticos, define um espaço mais político, o de países, o de nações, que têm o francês como língua oficial ou utilizada no país. Por exemplo, o Senegal.

Mas Cabo Verde, a Guiné-Bissau entraram na comunidade francófona formada por cerca de quarenta outros países total ou parcialmente francófonos. Hoje em dia, *francophonie* abarca o espaço da língua oral e escrita. A palavra *francographie* nunca vingou no meu país. Não aparece nem no Robert, nem no Trésor de la Langue Française.

Em Portugal, a lusofonia é uma réplica recente da *francophonie*, aliás pouco fiel à realidade. Com efeito, nem todos os lusófonos falam português. As estatísticas incluem toda a população dos países que têm o português como língua oficial. Sabemos que são por ordem alfabética: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor. Cin-

co pertencem a os chamados PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). No dicionário clássico de José Pedro Machado (10 volumes, 1964) encontramos, além dos clássicos vocábulos: luso-africano, luso-brasileiro, luso-ibérico, geograficamente corretos, lusófilo, lusófobo e um curioso lusitanófilo. Lusófono e lusofonia estão ausentes. A palavra lusofonia não entra tampouco no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, em 1976, o famoso *Aurélio*. Mas no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, em 2001, entram lusofonia, lusófono (adjetivo e substantivo) e 19 palavras compostas com luso – como nome de uma terra ou país – além dos lusófilos e lusófobos e o clássico luso-descendente e, para não esquecer o Brasil e Gilberto Freyre, o luso-tropicalismo.

Mas falta ainda o luso-falante, presente aliás no dicionário do meu falecido amigo Antônio Houaiss (*o houaiss da língua portuguesa*, 2001) onde estão presentes lusófono, lusofonia mas não luso-descendente. Em nenhum dos dicionários consultados se registra lusógrafo ou lusografia. Há uns vinte anos, depois da independência nos anos 1975 das ex-colônias portuguesas, comecei a utilizar este neologismo e a defini-lo.

* * *

Para compreender a situação e definir a lusografia, conceito que se aplica com muito proveito à África, é preciso evocar a primeira colônia que se desligou de Portugal e conquistou a sua independência, ou seja o Brasil.

É preciso lembrar que, quando se fala de língua “brasileira”, ninguém duvida que o idioma ao qual se faz referência seja a língua na qual estou falando hoje e aqui.

Até aos anos 1830-1840, quando se aludia à língua “brasileira” ou língua “brasílica” não se tratava nem da língua do Brasil nem da língua falada no Brasil mas sim de uma das línguas dos índios (tupi, língua geral ou outras línguas indígenas). Eram falares desprezados, sem F, sem L, sem R por serem sem Fé, sem Lei, sem Rei. Só os missionários ou colonizadores conheciam, utilizavam, ou faziam estudos sobre os referidos idiomas, meio de comunicação oral. O exemplo mais significativo e inteligente é o do jesuíta Anchieta que catequizou através do teatro, utilizando nos autos as duas línguas, portuguesa e indígena.

No Brasil reinava o multilingüismo: falares indígenas, regionais, línguas diferentes, incluindo o português. O Marquês de Pombal, com uma decisão autoritária, drástica, suprimiu essa rica diversidade. Foi o *Diretório dos Índios*

(1757) decisão política contra os jesuítas, mas que impunha também a língua portuguesa como língua exclusiva, proibindo o uso da chamada língua geral. Lentamente, a Língua Portuguesa se alastrou. Lentamente, pois quase não existiam escolas, mas progressiva e, duma certa maneira, definitivamente, a língua portuguesa foi conquistando o campo da escrita.

Atualmente, com exceção de alguns poucos espaços onde sobrevivem idiomas de origem, reina o monolingüismo da Língua Portuguesa, que alguns chamam de língua portuguesa do Brasil ou Língua Portuguesa, mas não vamos abrir esta polêmica.

Localmente, no Brasil, há também alguns falares africanos, porém em números reduzidos, ilhas ou melhor ilhotas em espaços limitados. Pensamos em estudos recentes, por exemplo, os de Vogt e *Os Falares Africanos na Bahia* (2001) de Yeda Pessoa de Castro e no *Novo Dicionário Bantu do Brasil* (2003) de Nei Lopes, já na segunda edição. As línguas africanas entram também no ritual das religiões afro-brasileiras como o latim entrou no ritual da religião católica.

* * *

O exemplo do Brasil era necessário para definir a lusografia, e mais concretamente, a lusografia africana. Da nossa análise vamos excluir a Ásia, Macau, Timor e os numerosos crioulos de origem portuguesa apesar de muitas interferências e paralelismos. Trata-se de um outro sistema lingüístico.

Na África encontramos cinco países, ex-colônias portuguesas, que apresentam três casos muito diferentes. Os mais simples são os dois maiores em extensão e população: Moçambique e Angola. Cada um com uma presença forte de línguas africanas indígenas chamadas línguas nacionais. São quarenta em Moçambique e seis reconhecidas oficialmente em Angola. De Norte a Sul: kikoongo, kimbundu, cokwe, umbundu, mbunda, kwanyama. O kikoongo está presente também no Zaire, o kimbundu é a língua da capital Luanda, o cokwe está presente também no Zaire e ocupa o oeste do país, o umbundu (Benguela, Huambo, Bié) situa-se no centro, o mbunda encontra-se presente também na Zâmbia, o Kwanyama também na Namíbia. As seis línguas apresentadas, escolhidas como línguas nacionais e reconhecidas oficialmente não cobrem a totalidade do país (um milhão e meio de quilômetros quadrados). A situação lingüística de Angola apresenta algumas complicações: as seis línguas reconhecidas se estendem fora do território nacional mas não cobrem todo o espaço angolano e há espaços interiores com outras línguas não reconhecidas nem

nacionais. Não vamos entrar nas complicações moçambicanas, lembraremos apenas que as línguas africanas e dialetos totalizam mais ou menos quarenta. É obvio que cada língua alimenta uma diversidade cultural e, às vezes, religiosa.

Devido à complexidade lingüística, não só de Angola e Moçambique mas também dos outros três países, logo depois das independências, as nações evocadas desenvolveram um imponente programa de escolarização, de alfabetização da juventude e dos adultos que fez crescer o número de luso-falantes e de luso-escreventes. Mas não antecipemos.

Para Angola e Moçambique, o peso da língua portuguesa cresceu, consequência da guerra civil, de um importante êxodo rural, do aumento espectacular da população das cidades, especialmente Luanda e Maputo. Como Lisboa, Luanda possui um milhão e meio de habitantes. Por isso, a Língua Portuguesa adquiriu o estatuto de língua necessária também para a comunicação entre os vários grupos lingüísticos, sem ter aliás um estatuto jurídico definido. Nenhuma das ex-colônias reconhece um estatuto a língua portuguesa. É um problema nunca evocado nas constituições das novas repúblicas. Só para lembrar, no Brasil, só na constituição de 1988 é que a Língua Portuguesa foi reconhecida como língua nacional.

Outra originalidade de Angola é que a concentração urbana em Luanda gerou uma língua específica, uma espécie de gíria ou calão, que uma marginalidade importante ajudou a cristalizar. Embora seja um tema de interesse para a pesquisa universitária, tal gíria por enquanto quase não foi estudada.

Angola e Moçambique, países de grande extensão geográfica e multilingüismo plural, procuraram utilizar a Língua Portuguesa como fator de unificação política. Samora Machel, que foi Presidente até a sua morte trágica em 1986, sempre clamava nos comícios: “um só povo, uma só língua, uma só nação”. Lutava também contra o “retrógrado tribalismo”, símbolo das trevas africanas, para ele talvez tão perigosas como as trevas do colonialismo. Moçambique tem não só a diversidade lingüística evocada mas três outras diversidades: duas religiosas e uma geográfica. O Islamismo é forte e ativo em certos setores do território nacional. De outro lado, pode-se notar uma impregnação protestante desenvolvida pelas missões desde o século passado. Além disso, vindo da Índia e de Goa, enraizou-se uma presença asiática antiga e profunda.

* * *

Os três outros países, apesar de terem uma superfície muito mais reduzida, apresentam características distintas e originais. A Guiné-Bissau, com os

seus 30000 quilômetros quadrados, espalhada numa plethora de ilhas, tem mais de quinze línguas africanas, uma forte islamização e dois crioulos. É um país marítimo, essencialmente agrícola, pouco urbanizado, com três pequenas cidades Bolama – antiga capital – Cacheu e Bissau, mas um milhão de habitantes e uma grande diversidade religiosa, étnica e cultural. Foi por este motivo, tipológico, de país pequeno e complicado, que o escolhemos para realizar o nosso primeiro dicionário das peculiaridades da língua portuguesa escrita da Guiné-Bissau (1996). Infelizmente, o dicionário já se esgotou. O país é o exemplo mais evidente da ignorância dos colonizadores, não só portugueses mas ingleses e franceses no final do século XIX. Na conferência de Berlim em 1885, fixaram as fronteiras, com linhas retas, desprezando ou melhor negando os fatores identitários: língua, religião, esquecendo o animismo e as etnias.

Totalmente à parte encontram-se as duas últimas nações. São verdadeiramente nações, enquanto os três outros países citados são estados e futuramente nações. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, arquipélagos no meio do mar, respectivamente a 500 e 1000 quilômetros do continente africano não conheciam a presença do homem – ao que parece. Terras virgens, como a Madeira e os Açores. Por isso, colonizados por portugueses e por escravos, construíram logo um sistema novo, original. Não havia línguas africanas com base escrita e tão diversas e faladas por um número reduzido e movediço de falantes que não chegaram a se enraizar. Organizou-se, paralelamente a uma presença lingüística portuguesa fraca, e também essencialmente oral, uma nova língua: o crioulo, ou melhor os crioulos. Dois, se nos referimos a regiões geográficas, norte e sul (Barlavento e Sotavento). Dez, se considerarmos o número das ilhas povoadas. Em São Tomé e Príncipe, um crioulo para cada ilha, e o angolano com base bantu na região oriental de São Tomé.

“E agora José”, como dizia o meu amigo Carlos Drummond de Andrade, e a lusografia?

* * *

Bem se vê que a presença da lusofonia é complexa, diversa e de certa maneira limitada nos PALOPs. Aliás, os interessados utilizam mais a denominação de “os Cinco” em vez de PALOPs. Os Cinco têm línguas nacionais que não são a Língua Portuguesa. Recentemente, Cabo Verde decidiu fazer do crioulo a língua nacional e ensinar em crioulo. Mas qual crioulo? ainda é um problema a resolver. Assim a Língua Portuguesa tornou-se primeira língua estrangeira em muitos casos. O seu estatuto gera conflitos, controvérsias,

polemicas. É também um problema quente, político além de lingüístico. Nos Cinco, constatamos uma plethora de falares e bilingüismo, polilingüismo ou diglossia, sem esquecer o peso modesto mas efetivo do inglês em Moçambique (país que aderiu ao *Commonwealth*) nem do francês nos outros quatro países com a proximidade fronteiriça da língua francesa através das ex-colônias francesas e belga (Senegal, Guiné ex-francesa, República democrática do Congo, Gabão). Por isso, a lusofonia como língua falada, usual, quotidiana, maioritária não cobre os espaços todos. Durante a colonização, o português era essencialmente a língua de uma minoria, os portugueses e os assimilados. A rede escolar era fraca e mais aberta aos metropolitanos do que aos indígenas. Em contrapartida, a lusografia tem outro estatuto, outra presença, que vamos definir agora.

Nesse setor, Portugal foi verdadeiramente revolucionário e pioneiro entre todas as outras nações colonizadoras. Com efeito, a partir de 1842, em Cabo Verde, foi criado o *Boletim Oficial* da referida colônia, e importada uma tipografia. Nascia a lusografia na África. As outras colônias, alguns anos mais tarde, tiveram também os seus *Boletins Oficiais*. Decisão e criação pioneiras, já que nas outras colônias francesas e inglesas, as publicações em línguas européias são muito mais tardias, quase meio século depois. Em 1849, aparece também, em Luanda, o primeiro livro nacional, *Esportaneidades da minha alma*, de José da Silva Maia Ferreira, que evoca a realidade angolana. Nasce a lusografia literária e começa a existência de literaturas que não direi autônomas mas já diversificadas.

Na série do *Almanaque Luso-brasileiro de Lembranças*, desde 1851, além de textos produzidos por portugueses, brasileiros, macaenses ou goeses, aparecem também escritores nacionais que mandam das diversas regiões da África textos em prosa e verso para o *Almanaque*. São contistas, poetas, funcionários amadores das letras que propõem textos e depoimentos, quase reportagem sobre costumes ... é um patrimônio lusógrafo que na nossa universidade de Rennes a nossa equipe de pesquisa vem recolhendo e vai republicar nos próximos anos. Vão entrar numa coleção nossa chamada PLA, isto é, Patrimônio Lusógrafo Africano. A lusografia existe como sistema, quase como estatuto. E vai existir com um conteúdo próprio e com uma criação lingüística. Não popular, obviamente, um pouco elitista, mas através dos lusógrafos que são os escritores. No século XIX, mais de uma centena e a plethora de escritores do século XX, já que muito raramente as línguas africanas ou os crioulos foram escolhidos como línguas de criação ou expressão literária.

Os nossos dicionários (são três: Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe esgotados e Cabo Verde disponível) nasceram do estudo e da análise de textos escritos nos referidos países: imprensa, revistas, exercícios escolares, cartas... e ainda mais do depoimento de obras literárias de escritores nacionais. Excluí-

mos os traços característicos do estilo próprio de um autor criador de palavras (Luandino Vieira e Mia Couto) e os seus neologismos. No Brasil, pensaríamos em Guimarães Rosa. Mas é de lembrar que, vamos vê-lo, a lusografia africana é evolutiva e criativa.

Podem imaginar que não vamos, hoje e agora, esgotar uma riqueza bissecular de uma língua e literatura escritas no continente africano. Antes do trabalho dos escritores é preciso indicar a presença natural e obrigatória das *realia* de cada país, são os termos que definem a flora, a fauna, os costumes, que existem só no país em questão e que raramente aparecem nos dicionários portugueses ou brasileiros.

Utilizamos os trabalhos científicos dos pesquisadores portugueses ou não portugueses. Recolhemos centenas de palavras. Ninguém imagina que oitenta ornitólogos, só para Cabo Verde, estudaram as aves e registraram os nomes locais. As bibliografias dos nossos dicionários apresentam obras de naturalistas que a partir do século XVIII – Século das Luzes – pesquisaram e publicaram textos agora esquecidos por muitos deles. É uma lusografia que podemos chamar de científica, patrimônio dessas nações.

Descobrimos um outro setor. São termos portugueses do português metropolitano que evoluíram semanticamente. Não são neologismos mas empréstimos. Eis um exemplo cabo-verdiano: “carinha”: é a fotografia para passaporte ou bilhete de identidade. Os nossos dicionários são também enciclopédicos: recolhem e explicam termos que fazem parte da identidade da terra. Por exemplo, no caso de Cabo Verde, uma palavra como “milho” é um sésamo para compreender a nação. Tem uma presença em muitíssimos aspectos da vida que não tem em outros países e que tem de ser explicada e comentada.

Todos os vocábulos inventariados nos nossos dicionários foram levantados de textos documentados. Correspondem muitos deles a realidade da vida quotidiana: agricultura, pesca, culinária, utensílios e instrumentos, música, cultura sentimentos – como a famosa *morabeza* cabo-verdiana – etc. É preciso lembrar de novo uma característica e um limite dos nossos dicionários. Por motivos evidentes, a modéstia dos nossos meios financeiros – já que recebemos somente um apoio do Centro National de la Recherche Scientifique que ajudou e apoiou as pesquisas da nossa equipe – impediu que a língua falada, a língua de rua, da televisão, do rádio, fosse contemplada. Já era difícil reunir a documentação escrita, espalhada nos Cinco, com os conflitos e guerra civil que conheciam alguns deles. A nossa universidade reuniu no *Fonds Africain Bernadino Chiche* (nome de um estudante nosso, moçambicano, tradutor de Samora Machel, que morreu com ele no crash do avião) aproximadamente 10 000 volumes, e dezenas de coleções de revistas antigas e mais recentes, incluindo a coleção completa do *Almanaque Luso-brasileiro de Lembranças* (1851-1936).

Não tinha a pretensão de esgotar uma matéria tão rica. O tempo falta para ir além e aprofundar mais sobre nosso trabalho e metodologia, mas espero que o debate possa continuar a presente exposição, rápida e forçosamente incompleta.

LEITURA E ESCRITA NA LÍNGUA MATERNA: UMA TAREFA MULTIDISCIPLINAR

José Carlos de Azeredo
UERJ

Saber Português

Na tradição escolar brasileira, a expressão ‘saber português’ tem servido para designar duas competências consideradas complementares: o domínio da variedade da língua chamada padrão (popularmente, ‘saber falar e escrever corretamente’) e a aptidão para identificar os fatos da língua (suas unidades, construções e processos estruturais) mediante a nomenclatura oficial. É inegável que a escola tradicional alcançou razoável sucesso na busca desses objetivos, mas isso tem uma explicação: os estudantes que a freqüentavam já eram usuários da língua que iam aprender a escrever e analisar. Desde os anos 50 do século passado, com a abertura da escola para um público mais amplo e socioculturalmente mais eclético, esse quadro tem mudado muito e vem motivando lingüistas e professores de língua portuguesa para o debate sobre uma nova política de ensino da língua. Na base deste debate, duas preocupações se destacam: 1) como lidar com a diversidade lingüística no processo de aquisição das formas de expressão escrita? 2) que utilidade pode ter, no desenvolvimento das habilidades de compreensão e expressão, o ensino da análise da estrutura e funcionamento da língua? Qualquer proposta simplificadora é ingênua, mas precisamos de um ponto de partida muito claro: aonde queremos chegar com o ensino da língua?, aonde queremos levar nossos alunos? A grande questão é definir uma política capaz de assegurar eficiência no domínio dos meios de expressão lingüística num contexto sociocultural tão heterogêneo quanto o brasileiro. Mas uma política com esse perfil só será de fato democrática e inclusiva se for capaz de habilitar os estudantes para duas coisas: (a) buscar e adquirir o conhecimento, por conta própria, em toda a variedade de fontes, principalmente as escritas, e (b) expressar com clareza e desenvoltura – oralmente e por escrito – as informações, os conhecimentos e as idéias que por ventura queiram comunicar a outras pessoas.

Quero insistir na importância de um trabalho multidisciplinar para o ensino da leitura e da expressão, mas antes de aprofundar meu ponto de vista direi

ainda duas palavras sobre o estado de coisas que me parece hoje consensual em relação à natureza da linguagem verbal e sua repercussão nas estratégias do ensino da língua como forma de desenvolver as competências discursivas de seus usuários.

O sentido social da língua que falamos

Toda língua natural (aquela que uma criança geralmente aprende no convívio familiar) apresenta variações, isto é, uma diversidade de usos a que correspondem uma diversidade de modos de expressão e uma diversidade de características gramaticais e de vocabulário: há diferença e oscilação de usos na pronúncia (*mulher, mulé, muié; xícara / xicra, crisantemo / crisântemo*), no gênero dos nomes (*o / a personagem, duzentos gramas / duzentas gramas de manteiga*), na expressão da intensidade (*roupa limpíssima / roupa limpinha*), nas construções (*eu quero / quero; ele chegará / ele vai chegar; não a convidei / não convidei ela; não sei / não sei não / sei não*) etc.

Diferenças como estas são normais em qualquer língua natural. A primeira lição que devemos extrair desse fato é que se essas diferenças existem é porque são funcionais, servem não só de meio de entendimento entre seus usuários, mas ainda de manifestação de identidade cultural e social. Compreender a diferença, ser capaz de analisá-la e saber lidar com ela nas relações interpessoais é um grande passo para uma bem sucedida política de ensino da leitura e da produção escrita na língua materna. Afinal, a língua existe para que seus usuários se expressem e se compreendam, participando, como cidadãos dotados de direitos e deveres, da vida social em sua plenitude, entendendo o mundo à sua volta e fazendo-se entender pelos outros, desfrutando dos bens culturais e realizando seus projetos de vida. Uma pedagogia da língua baseada na depreciação lingüística e sociocultural do aprendiz gera insegurança, amesquinha a auto-estima e só produz silêncio. Este é um discurso corrente em textos contemporâneos sobre educação em geral, e não apenas na reflexão sobre ensino de língua materna. A língua, no entanto, é objeto privilegiado nestas discussões porque é o meio coletivo básico e por assim dizer universal de expressão.

A língua e os horizontes do nosso mundo

Após um período de aquisição que se estende até os seis, sete anos de idade, cada pessoa conhece sua língua e sabe usá-la de acordo com suas necessidades comunicativas regulares e quotidianas. Uma pessoa que não precise tomar parte em situações comunicativas diferentes daquela(s) com que se familiarizou e que constitui / constituem seu dia-a-dia seguramente não virá a dominar outros usos da língua, porque não sente necessidade e tampouco motivação para isso. Em tese, o que justifica a aprendizagem de quaisquer habilidades novas – e, entre elas, de outros usos falados ou escritos da língua – são

a importância e a utilidade deles na nossa vida de seres sociais e culturais. Para tornar-se um cidadão, apto a participar da vida cultural em toda a sua extensão e a desfrutar de seus direitos civis, é que qualquer pessoa frequenta a escola e se apropria – principalmente pela leitura de jornais, revistas, livros, enciclopédias etc. – de conhecimentos e habilidades diversos.

O ser humano – todos sabemos – vive em pelo menos duas dimensões: a biológica e a cultural. Na primeira, ele é igual a qualquer outro ser vivo: ingere alimentos, respira e se relaciona com o meio à sua volta através dos cinco sentidos: tato, audição, visão, olfato e paladar. Na segunda, entretanto, ele é um ser que transforma seu espaço e cria modos de existir. Criar necessidades e interesses, mediante um ritual impregnado de valores simbólicos, faz parte de nossa condição de seres culturais: Por que em certas tribos se pinta o rosto para a guerra? Por que na maioria das sociedades se enterram os mortos e se fazem preces? Por que temperamos o alimento e muitas vezes o levamos ao fogo? Por que celebramos o casamento? Por que nos vestimos de forma diferente segundo as ocasiões? Por que decoramos a casa em que vivemos e organizamos álbuns de fotografias? Por que tantas pessoas gostam de pintar quadros, colecionar certos objetos, escrever poemas?

Noutras palavras: o mundo do ser humano não é uma mera coleção de objetos heterogêneos, mas um universo de significados criado pelo próprio homem em virtude de sua condição de ser social e histórico, um universo de significados produzido por sua intervenção criativa e expresso nas múltiplas formas de simbolização – palavra, gesto, desenho, pintura, escultura, música etc. –, nas formas de organização social – família, escola, religiões, partidos políticos, clubes etc. –, nas profissões, nos esportes –, nos estatutos, contratos, regimentos etc. etc.

Ainda que numa formulação bem simplista, pode-se dizer que todo comportamento humano é regido por duas ordens de fatores diversos, mas complementares: *adaptação* – que leva os indivíduos a se comportar segundo um modelo já estabelecido e consolidar uma tradição –, e *modificação* – que os leva a transformar esse modelo ou, numa hipótese mais radical, a romper com ele. Nem a adaptação é uma repetição uniforme e cem por cento idêntica de um modelo vigente, nem a modificação resulta de uma ruptura radical com um estado de coisas anterior.

Com efeito, a história de qualquer povo, a história de qualquer sociedade, a história de qualquer cultura se desenrola inevitavelmente graças ao conflito e tensão entre mudança e conservação. A vida é processo: cada coisa viva só vive porque está em relação com outra coisa viva. Os seres humanos não são artefatos nem robôs. Capazes de agir por deliberação independente, podem ser imprevisíveis, tanto nas ações como nas reações; capazes de criar tanto quanto

de copiar, tanto aproveitam o conhecido e sabido, quanto inovam, alteram e inventam. Tudo que é humano está sujeito a esse princípio geral. A linguagem verbal, articulada, síntese da condição humana e expressão universal da espécie, não foge a esse princípio geral, e a eficácia do desempenho verbal de cada um de nós depende, portanto, da capacidade que cada cidadão tem de avaliar corretamente o contexto sociocultural e de participar dele em proveito de seus propósitos comunicativos. Para tanto, precisa ter clareza de duas coisas que, embora opostas, são complementares: a necessidade de amoldar o comportamento pessoal ao comportamento coletivo, e a conveniência / oportunidade de infringir os padrões sociais em atos criativos de afirmação pessoal.

As Letras em busca de um rumo

As mudanças por que passou a sociedade brasileira a partir dos anos 50 – expressas, entre outros sinais, na expansão de uma cultura de massas impulsionada pela televisão, no desenvolvimentismo industrial e econômico da era JK, na modernização musical do rock e da Bossa Nova etc. – e as iniciativas / tentativas dos governos para colocar a educação no compasso dessas mudanças refletem-se, como não podia deixar de ser, na reconcepção dos objetos e dos objetivos do ensino da língua portuguesa. Sublinhemos o seguinte: a homogeneidade e universalidade que inspiravam a concepção das obras didáticas até meados dos anos 60 deram lugar a uma dispersão incontrolável de propostas cujo denominador comum era a recusa da tradição. Os cursos de Letras começavam a se organizar como faculdades ou institutos em um contexto em que se punham em xeque o viés filológico e normativo do estudo/ensino tradicional da língua e o historicismo inerente à articulação época/estilo dos estudos literários.

“É o ponto de vista que cria o objeto”. Enunciado por Ferdinand de Saussure no *Cours de Linguistique Générale* (1916) (cf. SAUSSURE, 1945, p. 49), este princípio epistemológico tornou-se bandeira dos estudos estruturalistas, e deu a muita gente motivos para crer que as teorias lingüísticas e literárias seriam mais importantes do que seus objetos, a saber, a língua e a literatura. Nos cursos de Letras, especialmente nas aulas de Lingüística, aprendíamos que era necessário refazer a análise gramatical tradicionalmente difundida pelas gramáticas escolares, embasando-a em concepções de linguagem modernas e mais consistentes e reorientando-a para o uso real do português do Brasil. Ninguém negaria que a tese é sensata. Contudo, se ela propicia o refinamento de nossa compreensão da estrutura e funcionamento da língua, não assegura, porém, a ampliação e o aperfeiçoamento das habilidades de expressão e compreensão verbais dos estudantes. O estudo da literatura não desfrutaria de melhor sorte: descontadas as exceções de praxe, os textos, independentemente do valor que

tivessem como expressão literária, eram geralmente utilizados para a demonstração da operacionalidade do modelo analítico que debutava no momento. Mais importante que ler e comentar Machado de Assis ou Graciliano Ramos era submeter as *Memórias Póstumas* ou o *São Bernardo* a exercícios de sofisticada exegese estrutural. Entre os defeitos da abordagem tradicional da língua se destacavam as definições de feitiço lógico, seu viés normativo e o exemplário ordinariamente colhido apenas nas obras literárias. Durante algum tempo acreditou-se que a salvação do ensino da língua se encontrava no respeito à diversidade de seus usos e no refinamento dos métodos de análise de sua estrutura. O sucesso dessa empreitada dependeria de três requisitos: a adoção de um olhar científico sobre a língua, a compreensão do sentido sociocultural da diversidade de seus usos e o rigor dos conceitos gramaticais. Seria desnecessário registrar que este elenco de requisitos reflete a importância assumida pela lingüística na formação do professor de língua e na elaboração do material e das estratégias de ensino. É inegável que algum benefício foi produzido por essa etapa de turbulência, mas, tanto quanto alguma poeira que ainda não assentou, permanecem no ar algumas velhas perguntas: O que é ensinar uma língua a seus usuários nativos? Que formação é preciso dar aos futuros professores de língua portuguesa e de literatura brasileira para atuarem numa escola que recebe um público de tão variada formação lingüística e sociocultural? (cf. KLEIMAN, 2001; MATTOS E SILVA, 2004).

Nos últimos quarenta anos foram feitos alguns esforços no sentido de oferecer respostas, mas uma série de fatores tem impedido um avanço significativo nesse terreno. Por iniciativa dos governos, têm sido convocados especialistas para debater o assunto e produzir documentos destinados à requalificação dos professores e à modernização das respectivas práticas pedagógicas. Por sua vez, universidades públicas e sociedades acadêmicas têm realizado congressos e seminários para a divulgação da produção de seus docentes e filiados, entre os quais cresce o interesse pelo ensino da língua materna e da respectiva literatura. Mas os benefícios práticos são tímidos.

Não é, contudo, por falta de boas propostas que as coisas estão custando a mudar. Nunca se produziu tanto material crítico sobre o assunto, sobretudo para denunciar os prejuízos sociais de uma prática pedagógica que deprecia certos usos da língua e conseqüentemente marginaliza seus usuários. A praça está repleta de livros didáticos modernos, bem embasados, atraentes e politicamente corretos. Até as colunas de jornais que se ocupam da língua e seus “mistérios” estão mais arejadas e teoricamente mais atualizadas. Ordinariamente rígidas na defesa e recomendação de um padrão nem sempre afinado com a realidade do próprio uso culto, essas colunas vêm abrindo espaço para reflexões e explicações sobre os usos da língua a fim de fundamentar uma atitude prescritiva, quando é o caso, razoavelmente realista.

O problema é que, por deficiência das políticas de disseminação do novo, as inovações não estão chegando ao conhecimento da maioria dos professores, especialmente os que lidam com a população estudantil mais carente. A geração de documentos destinados a difundir novas idéias e a requalificar os professores não é adequadamente acompanhada de medidas eficazes de implementação das propostas. Formam-se comissões, produzem-se e debatem-se muitas idéias, consolidam-se propostas, mas acabam sendo ineficazes as medidas com que se busca engajar os professores no projeto de requalificação. Ordinariamente, as autoridades acreditam que a atualização é necessária, mas não se importam em obter um diagnóstico da viabilidade dos projetos ou das experiências em curso nas escolas. Esse diálogo é oneroso e demorado, mas imprescindível, pois a qualidade do processo pedagógico depende, em última análise, da disposição, da motivação e do preparo de quem lida em sala de aula com o estudante: o professor. Logo, é oportuno ouvi-lo tanto quanto é necessário requalificá-lo.

Ensino da língua – uma tarefa da escola

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “Ao longo dos oito anos do ensino fundamental, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado.” (PARÂMETROS, 2000. p. 41) Seria ingênuo acreditar que objetivos tão ambiciosos possam ser alcançados tão-somente graças à atuação dos professores de língua portuguesa e de literatura brasileira, por mais competentes, talentosos e dedicados que eles sejam. A “competência” a que se referem os PCNs não pode ser tratada como objetivo de uma única área de conhecimento – no caso, a Língua Portuguesa e as respectivas literaturas –, pois este é o objetivo de toda a educação fundamental. A formação escolar consiste no processo pelo qual os indivíduos adquirem e constroem conhecimentos em diversas áreas do saber e para os mais variados fins da atividade sociocultural, mas é preciso ter sempre presente um fato: os conhecimentos não são abstrações silenciosas; eles só existem como criação humana à medida que se socializam nas formas que os expressam, entre as quais se destaca a palavra. Já em um texto que, passado meio século, não perdeu sua atualidade, Abgar Renault assim se exprimia: “A língua nacional é a disciplina por excelência da educação e da cultura. Preexiste a todas as demais e todas sobreleva, porque é o seu instrumento único de expressão e comunicação. Só ela, tornando possível criar, transmitir e fixar o pensamento, torna possível a existência das demais na qualidade de conhecimentos e experiências incorporáveis ao nosso espírito.” (RENAULT, 1949. p. 17). Reconheço que o

autor que acabo de citar é um dos expoentes da velha guarda e defensor de um padrão ideal, mas polivalente, de *elegância estilística* e *pureza gramatical* cuja aura purista e conservadora é incompatível com as demandas modernas do ensino da língua. Mas isso é outra história. Enfatizo aqui o lugar que Abgar Renault atribui à língua no conjunto das “experiências incorporáveis ao nosso espírito”.

Com efeito, a afirmação de que “a língua nacional é a disciplina por excelência da educação e da cultura” pode significar coisas diferentes segundo quem a faz e em que contexto histórico e institucional ela é feita. Em alguns contextos tradicionais pode até expressar o pensamento de uma elite preocupada com “a unidade e correção da língua, e sua defesa contra as influências estrangeiras e as mudanças de origem tipicamente popular”. Em outro contexto, que eu gostaria que a legitimasse nestas reflexões, esta afirmação significa que todos os brasileiros, a despeito das particularidades lingüísticas que os diferenciam regional e socioculturalmente, têm direito ao domínio das formas de expressão falada e escrita que dão acesso aos bens da cultura de seu país em toda a sua plenitude.

O reconhecimento desse direito está hoje por toda parte – na Constituição, em documentos do ministério e das secretarias responsáveis pela educação pública, nos ensaios e palestras dos especialistas e, com certeza, em muitos planos e projetos de inclusão social –, mas não se ataca com a devida disposição o núcleo do problema, que é: a quem compete, na escola, o ensino da expressão verbal e da leitura e por que meios esse ensino tem de ser realizado? Consolida-se hoje uma antiga certeza, que havia inspirado os bons professores do passado: a língua é uma forma de conhecimento, de expressão e de compreensão, mas não existe por si mesma, como um objeto de culto e adoração – como em um passado não tão distante se pensou – e nem mesmo como uma simples estrutura – um sistema de signos, como aprendíamos no contexto de certa tradição estruturalista. Quando se diz que uma pessoa conhece uma língua, o que se diz, antes de qualquer coisa, é que esta pessoa é capaz de comunicar-se nessa língua, isto é, que essa pessoa é capaz de construir textos e de compreendê-los nessa língua. Portanto, todo o processo de ensino / aprendizagem da língua consiste, necessariamente, em ensinar / aprender a lidar com textos, produzindo-os, atribuindo-lhes sentido, observando como estão construídos e refletindo sobre esta construção. É lidando com textos nas respectivas situações de uso que aprendemos a língua. Alargando-se, tornando-se mais complexo, incorporando sutilezas, esse conhecimento embasa os novos textos que construímos. Com efeito, o conhecimento da língua é algo cumulativo, que se expande à medida que o objeto em que ela se corporifica – os textos – se multiplica e se diversifica.

A importância dos textos

A importância do texto na aula de língua não é novidade. Desde o final do século XIX, pelo menos, os próprios autores de gramáticas para uso escolar também elaboravam antologias que reuniam textos considerados modelos de linguagem e de construção acompanhados de comentários sobre vocabulário e gramática. O que nunca ficou claro era como articular o conhecimento gramatical fornecido no respectivo volume com a capacidade textual que se buscava desenvolver por meio da antologia. Este é, com efeito, o grande desafio do ensino da língua voltado para o aprimoramento da competência discursiva de seus usuários.

Mas hoje se fortalece nos meios escolares e acadêmicos a convicção de que a tarefa de desenvolver as habilidades de leitura e expressão não depende só dos professores formados nos cursos de Letras, por mais que, em virtude da formação teórica que recebem, caiba a eles a parte substancial desse trabalho (cf. NEVES, 2000). Com efeito, insisto nesse ponto, a leitura e a expressão são habilidades que embasam e permeiam a construção do conhecimento em todas as áreas do saber. Historiadores, geógrafos, matemáticos, biólogos, astrônomos, arquitetos, filósofos, cronistas esportivos, teólogos, antropólogos, juristas, políticos, economistas etc., etc. só se destacaram nas respectivas áreas e desfrutaram de prestígio na sociedade em geral porque foram/são bons leitores e estavam/estão aptos a expressar o que pensavam/pensam e sabiam/sabem com desenvoltura, clareza e propriedade verbal.

O primeiro e mais importante objetivo da escola é preparar o aluno para expressar-se, oralmente e por escrito, e para compreender adequadamente o que ouve ou lê. É por meio de textos que nos fazemos entender e compreendemos o que os outros nos comunicam. Essa aprendizagem envolve, portanto, saberes e/ou habilidades relativos aos conteúdos de nossos textos e às formas que lhes damos. Mas forma e conteúdo são interdependentes, pois qualquer conteúdo só é acessível por meio da forma que lhe dá corpo. Não há forma boa com conteúdo ruim, ou vice-versa. O ensino da língua é, portanto, o ensino dos modos pelos quais os conteúdos ganham forma no texto, seja este texto uma ode de Camões, um conto de Guimarães Rosa, um discurso de posse, uma página de horóscopo, um relatório, um modesto bilhete. Nas aulas específicas de língua, esses textos são abordados, principalmente, em função das configurações ou gêneros a que pertencem e da respectiva estruturação interna quanto a parágrafos, períodos, seleção lexical e ordem e meios de combinação entre as palavras; nas aulas das demais disciplinas, os textos são tratados basicamente como fontes de informação. Contudo, como os conteúdos que eles veiculam não são entidades abstratas e incorpóreas, os professores dessas

mesmas disciplinas precisam estar atentos para as formas pelas quais os conteúdos são construídos (as marcas que identificam o ponto de vista do autor – que geralmente está relacionado com sua identidade social, profissional etc. –, as formas de modalização, as estratégias de defesa de uma opinião ou tese, os procedimentos de citação e de apropriação de outros textos, a consistência dos argumentos mobilizados relativamente à opinião / tese apresentada etc), a fim de sensibilizar os estudantes e habilitá-los para o maior proveito possível da leitura, não só no processo interpretativo, como na observação e aquisição dos procedimentos de textualização. Por isso, é imprescindível que em todas as disciplinas que dependem da leitura de textos os professores orientem seus alunos na leitura, comentem o vocabulário pertinente à respectiva área de conhecimento, analisem os procedimentos com que o autor sustenta um ponto de vista ou assegura legitimidade às informações que difunde (Cf. BERNARDO (2000a) e BERNARDO (2000b)).

O texto e suas formas

Geralmente, as formas dos textos nos parecem meros instrumentos do objetivo maior que são os sentidos, pois são estes que nos orientam, nos situam em uma circunstância qualquer. Agora quero mostrar que uma coisa não é mais importante que a outra. Qual o sentido que atribuímos ao seguinte enunciado, hoje comum na entrada de prédios públicos e comerciais: “Sorria. Você está sendo filmado”? Compare-o com este outro, que tem o mesmo objetivo: “Cuidado; estamos de olho em você.” Dão o mesmo recado, mas só o segundo nos ofende. Essa diferença está na forma.

A importância da forma se impõe em certas situações. Na sociedade em que vivemos, convites para eventos de cerimônia, como casamentos, são normalmente redigidos em linguagem cuidada e impessoal, e dirigidos aos convidados em material impresso segundo modelos um tanto fixos. Muitas pessoas não se sentem legitimamente convidadas se o comunicado for feito oralmente, em encontro ocasional, ou ainda com a informalidade usual de um telefonema.

Ainda que a muitos pareça secundária, a forma dos textos é decisiva para o sentido que lhes atribuímos. Mas, que formas são essas? E a que fatores devemos suas diferenças? A resposta mais óbvia é: escolhemos diferentes formas de textos de acordo com as intenções e finalidades de nossos atos comunicativos. Um mesmo fato, um mesmo acontecimento pode ser matéria de diferentes formas textuais: uma manchete, uma reportagem, uma crônica, uma análise, um debate. Para ter uma resposta mais consistente, porém, precisamos aprofundar nossa reflexão mediante o conceito de **gênero textual**.

Gêneros textuais

Todos nós desempenhamos na sociedade vários papéis, que se distinguem conforme os grupos a que pertencemos ou em que nos inserimos por opção ou necessidade. Estes papéis, por sua vez, embora possam ser escolhidos, não são “inventados” pelos indivíduos, pois estão vinculados aos contextos sociocomunicativos em que atuam, seja na vida profissional, seja no convívio familiar ou entre amigos, seja nas múltiplas situações eventuais a que a vida em sociedade os conduz. O uso da palavra em qualquer dessas situações – que, é sempre bom lembrar, não são rígidas ou estanques – reflete o papel social que, consciente ou inconscientemente, cada um de nós assume no relacionamento com o outro. Uma entrevista e um bate-papo são práticas sociais que têm em comum o contato entre duas pessoas que se alternam nas funções de locutor e ouvinte, mas podem ser muito diferentes de acordo com os papéis sociais que estes assumem. O bate-papo é geralmente um diálogo espontâneo e informal com finalidade particular, centrado no contato entre os participantes mais do que no assunto que estes abordam, e sem regras rígidas sobre a ‘a vez de falar’ de cada um; já a entrevista tende a se caracterizar pela maior formalidade, pela unidade de assunto, pela adoção de regras para os turnos de fala e pela preocupação em produzir informações para um público. O desejo de parecer íntimo ou familiar, por parte do entrevistador, pode reorientar a entrevista no sentido de transformá-la em um bate-papo. Isto é imprevisível em muitas práticas sociais e lhes empresta uma dinâmica que desfaz as fronteiras entre as situações e os respectivos papéis.

Identificados com esses papéis, assumimos a palavra para participar do processo comunicativo. É esse papel social que dá **legitimidade** ao que dizemos e garante relevância às mensagens que trocamos. Como a linguagem é uma criação social, suas formas existem, antes de mais nada, para que os cidadãos desempenhem, por meio dela, aqueles papéis, utilizando formas e meios de expressão e comunicação mais ou menos prontos: os **gêneros textuais**. Os **gêneros textuais** – *relatórios, circulares, bulas de remédio, editoriais, atas, conferências, reportagens, cartas, receitas médicas ou culinárias, piadas, sermões* etc. – não são apenas os meios apropriados às nossas intenções e finalidades comunicativas segundo as diversas práticas sociais; do ponto de vista de quem fala ou escreve, eles são expressões de papéis sociais que lhes dão legitimidade; do ponto de vista do ouvinte ou leitor, eles fornecem uma primeira pista para uma adequada atribuição de sentido.

Gêneros textuais são, portanto, as formas relativamente estáveis pelas quais a comunicação verbal se materializa nos diferentes contextos sociocomunicativos. Alguns são peças de comunicação direta e circunstancial, como

as saudações quotidianas e certos anúncios publicitários do tipo “Grande liquidação do estoque!”; outros são formas de comunicação relativamente extensas, com estrutura mais complexa, muitas vezes empregadas para mensagens à distância, no tempo e no espaço.

Rigidez e flexibilidade dos gêneros textuais

Em tese, pode-se dizer que o sucesso da interação entre as pessoas depende de que elas observem as regras e convenções vigentes nas práticas sociais de que participam. Este conjunto de regras e convenções constitui o que chamamos aqui de **contrato sociocomunicativo**. Entre estas convenções se encontram os gêneros textuais. Portanto, em tese, ninguém escolhe o gênero textual que utiliza. Em alguns casos isto é muito claro: requerimentos, atas, bulas de remédio são gêneros textuais obrigatórios nas respectivas práticas sociais.

A extraordinária variedade de fatores envolvidos no processo de comunicação verbal entre as pessoas requer, porém, uma grande variedade de gêneros textuais. Abra o jornal e você vai deparar com uma parte significativa deles: artigos, editoriais, cartas de leitores, receitas, horóscopo, anúncios de venda de carros, ofertas de emprego, anúncios publicitários, coluna social, comunicados de falecimento, reportagens, etc. Alguns são modelos um tanto rígidos, – por exemplo, as receitas culinárias, os anúncios funerários, os convites de casamento e os requerimentos –, já outros são flexíveis – como os textos da publicidade.

As línguas existem, antes de qualquer coisa, para organizar, exprimir e socializar o infinito conjunto de conteúdos da mente humana. Assim entendidas, elas são muito mais do que sistemas de signos que combinam significantes e significados, na medida em que sua eficiência como instrumento de socialização contempla, ainda, modelos – ou gêneros – textuais, a um tempo estáveis e versáteis, cujo manejo faz parte da competência comunicativa de seus usuários. O domínio dos recursos de encadeamento das informações e idéias no interior do texto, a escolha do vocabulário adequado, o domínio dos mecanismos gramaticais da língua – como flexões verbais e nominais e combinações sintáticas diversas – e o emprego dos sinais de pontuação pertinentes constituem habilidades que só se adquirem através dos textos encarados como gêneros integrados em diferentes práticas sociais. Por essa razão, a aprendizagem da língua consiste na percepção da funcionalidade dos textos, e esta funcionalidade está intimamente associada aos diferentes gêneros a que eles pertencem.

Concluindo

O professor que lida com textos e depende dos textos para ensinar os conteúdos das respectivas disciplinas precisa conscientizar-se de que, também

ele, ensina o aluno a ler e a escrever. Compete-lhe, portanto, independentemente da área de conhecimento em que atue, alertar e orientar seus alunos para a adequação e justeza da expressão verbal, pelo menos no que se refere à propriedade e caracterização formal do gênero e à consistência do raciocínio e de sua formulação no texto. Esta propriedade envolve os recursos de incorporação / apropriação da fala alheia (citações, referências, retextualizações), o vocabulário, a pontuação, os meios de conexão e de encadeamento das orações, períodos e parágrafos, entre outras coisas. O aluno espera que seu professor lhe ensine o que precisa aprender, e o professor, pautado nas responsabilidades sociais inerentes à atividade educativa e pedagógica, é soberano em sala de aula para tomar decisões sobre o que é oportuno e pertinente no âmbito dessa mesma atividade. É por isso que é indispensável formá-lo bem e recompensá-lo com dignidade.

Reitero, pois, a ponderação que fiz mais acima: o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, condições cruciais do êxito escolar em qualquer nível, se dá num percurso longo e trabalhoso, que não pode prescindir da colaboração de todas as disciplinas que, de alguma forma, se apóiam na leitura e na construção de textos.

1. BERNARDO, Gustavo. *Redação inquieta*. 5 ed. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000a.
2. _____. *Educação pelo argumento*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000b.
3. CELANI, Maria A. Alba. A relevância da lingüística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, 2000, p. 17-32.
4. DIONÍSIO, Ângela P. et alii (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
5. FORTKAMP, Mailce B. M. e TOMITCH, Leda M. B. (orgs.). *Aspectos da lingüística aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 17-32.
6. KLEIMAN, Ângela B (org.). *A formação do professor*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.
7. MARINHO, Marildes e SILVA, Ceris Salete R. (orgs.) *Leituras do professor*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.
8. NEVES, Iara C. Bitencourt et alii (orgs.) *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 3. ed. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2000.
9. ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
10. PARÂMETROS curriculares nacionais: *língua portuguesa* 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

11. ZILBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro da (orgs.). *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988.
12. RENAULT, Abgar. Justificação, instruções e programas. In: *O ensino da língua portuguesa nas escolas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949.
13. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística general*. (Traducción, prólogo y notas de Amado Alonso). Buenos Aires: Editorial Losada, 1945.
14. SILVA, Dinorá Fraga da. *Pensar e argumentar: a linguagem do adolescente*. São Paulo / São Leopoldo: Cortez / Unisinos, 1998.
15. SILVA, Ezequiel T. da. *O ato de ler – fundamentos psicológicos para uma pedagogia da leitura*. São Paulo: Cortez, 1981.

A DISCIPLINA *HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA* EM DEBATE

Rosalvo do Valle
UFF/ABF/LLP

No primeiro semestre de 2003, a equipe de professores do Curso de Especialização, em boa hora criado pelo Instituto de Língua Portuguesa e acolhido sem reservas pelo Liceu Literário Português, discutiu demoradamente um currículo que, quanto possível, atendesse àquilo que sua longa experiência no ensino universitário aconselha para a formação do professor de português. E foi unânime a aprovação de História da Língua Portuguesa como disciplina obrigatória. O mesmo ocorreu, por motivos óbvios, com Português do Brasil.

Entre as razões dessa unanimidade uma foi inquestionável: a ausência de estudos de história da língua nos cursos superiores de Letras, facilmente comprovável pelos currículos das instituições de ensino superior do Rio de Janeiro. É verdade que alguns programas incluem conteúdos relacionados à história e à geografia da língua, com informações, sem dúvida, importantes não só para a história da língua, mas também para uma visão geral do mundo lusofônico. Aliás, algumas boas gramáticas, destinadas ao ensino médio, incluem essas noções e até esplendidamente, como a de Celso Cunha, *Gramática da Língua Portuguesa*, 4ª edição, Fename, 1977 (que, lamentavelmente, o Ministério da Educação não edita mais), síntese que ainda hoje os estudantes de Letras consultarão com grande proveito. Alguns cursos, dizíamos, incluem noções de história externa e interna em um ou dois semestres, mas isoladas, sem conexão com a programação geral, que, de fato, privilegia estudos descritivos de natureza sincrônica. Nesse curto espaço de tempo o professor fará o que for possível, sem talvez ter condições de relacionar, como convém, os fatos lingüísticos aos fatos histórico-sociais, tendo em vista aquele objetivo que mestre Serafim da Silva Neto já propusera na introdução da *História da Língua Portuguesa*:

esboçar, tão clara e documentadamente quanto possível, a formação da língua portuguesa e a sua história como instrumento de uma coletividade humana. O que vale dizer, história da língua como história dos homens que a falam. (1)

Com referência a história interna, não estranha que alguns programas se limitem a mudanças fonéticas no percurso histórico da língua, um exercício sobre metaplasmos, no sentido de alterações fonéticas que se processam na evolução lingüística, quase sempre sem a contextualização das formas em documentos da época. Acresce a tudo isso o descaso pelo latim, também reduzido a um semestre, às vezes dois, apenas para cumprir as exigências oficiais. A esse respeito cabe lembrar que algumas faculdades cumprem exemplarmente o esvaziamento do latim, muito claro no voto em separado dos conselheiros Anísio Teixeira e Abgar Renault no Parecer 283/62 que estabeleceu os novos currículos de Letras:

Somos favoráveis ao parecer, com esta ressalva:

Julgamos que no currículum mínimo de Letras não há lugar para o estudo obrigatório de latim, não porque tal estudo não seja útil, conveniente e eficaz no enriquecimento da formação do professor, senão porque o currículum é mínimo e o estudo não é essencial.(2)

Com uma carga horária reduzidíssima é impossível ir além do *minimum minimorum* de gramática latina, o que vale dizer noções de latim clássico. O latim vulgar é lembrado apenas para a velha comparação entre essas duas variedades lingüísticas.

Convenhamos que é um esvaziamento da fundamentação histórica, procedimento extremamente desmotivador até mesmo para o aluno interessado nesses estudos, que terá de superar deficiências com créditos suplementares, de modo assistemático, com grave prejuízo para a formação do futuro professor de português.

Essa visão redutora pode ser desastrosa, quando o professor, instado a demonstrar um conhecimento mais abrangente da língua em seu percurso histórico – além das noções gramaticais do ensino fundamental e médio – não tem como fazê-lo. Um exemplo tristemente expressivo ocorreu em recente concurso público de uma universidade federal de nosso estado: sete candidatos, *todos doutores*, foram inabilitados na prova escrita de livre docência, em razão do ponto sorteado: Visão diacrônica do gênero e do número em português!...

2. Não é necessária uma especial percuciência para entender esse desconhecimento da história da língua. Sabem todos os professores, especialmente os que se dedicam a historiografia lingüística brasileira, que há algumas décadas, a partir dos anos sessenta, implantou-se no ensino do português a moderna orientação lingüística estruturalista, que privilegia a interpretação descritiva sincrônica, substituindo a tradicional orientação filológica historicista, que privilegiava o desenvolvimento diacrônico.

Aliás, os anos sessenta ficaram marcados como época de mudanças e reformas em todos os setores do conhecimento, a exigirem novos posicionamentos diante de desafios cada vez mais surpreendentes que a partir de então se têm apresentado. Na área da educação as reformas de ensino são um exemplo eloqüente. Na área dos estudos lingüísticos instalou-se um conflito doutrinário com repercussões metodológicas mais ou menos profundas. E, por indesejável que seja essa oposição radical, o certo é que se formaram dois grupos: o dos filólogos e o dos lingüistas, quando o desejável seria a contribuição de uns e outros para o enriquecimento dos estudos da língua. Sabemos todos que, no início, o estruturalismo assumiu orientação francamente sincrônica, de acordo, aliás, com a doutrina saussuriana. Diz, com autoridade, o professor Mattoso Câmara:

A orientação estruturalista surgiu... com a reivindicação de uma lingüística descritiva.

Saussure, a rigor o primeiro estruturalista ostensivo, só o foi como sincronista. A mudança lingüística... lhe parecia uma ruptura do sistema de forças externas. Por isso, na diacronia manteve a posição anterior dos neogramáticos. (3)

Esclareça-se, desde logo, que Mattoso Câmara, introdutor do estruturalismo lingüístico no Brasil, que nos legou preciosos estudos para a descrição do português, também associou intimamente a descrição gramatical à lingüística sincrônica (4), mas nunca perdeu de vista a perspectiva diacrônica, sendo o autor do primeiro compêndio de história da língua em moldes estruturais – a *História e estrutura da língua portuguesa* (5).

Desde as primeiras publicações, em 1934, como “*Pequenas lições de português – A etimologia de escapar*” (breve artigo publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro), Mattoso Câmara não deixou de escrever sobre história da língua, como procurei ressaltar no artigo de *Confluência*, nºs 27 e 28, p. 67-73.

3. Apesar de vitoriosa a nova orientação lingüística, é sabido que a *História e estrutura da língua portuguesa* não teve entre nós a repercussão que merecia. A professora Rosa Virgínia Mattos e Silva entende que a razão está em que “predominava no Brasil a orientação gerativista” (6). A obra mais difundida continuou a ser a *Gramática Histórica* de Ismael de Lima Coutinho, hoje editada por Ao Livro Técnico S/A – Indústria e Comércio, livro afortunado, que desde os anos quarenta vem recebendo de filólogos e lingüistas crítica muito favorável, e dos leitores em geral uma impressionante aceitação. O próprio Mattoso Câmara mais de uma vez manifestou seu juízo crítico em tom

elogioso, sem deixar de se posicionar quanto a pontos doutrinários fundamentais, como procurei mostrar no artigo *Ismael de Lima Coutinho: o Homem e a Obra*, publicado em *Confluência* n° 20, p. 9-44.

Ainda hoje lingüistas e filólogos afinados com orientações lingüísticas contemporâneas reconhecem o valor desse livro. Um dos nomes mais expressivos, a professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, assim conclui sua apreciação:

É este um exemplo de como uma obra construída nos moldes historicistas oitocentistas ainda pode prestar válidos serviços às jovens gerações, se utilizada, situando-a, criticamente, na vertente teórica que foi o seu modelo. (7)

4. Com outros mestres parece-me ocorrer no Brasil o que Eugênio Coseriu observou, em 1968, sobre um certo ecletismo da lingüística latino-americana:

o que parece ser-e até é- ecletismo numa dada época, é também, numa perspectiva histórica mais ampla, abertura ideológica e antidogmatismo, não-limitação a uma única tradição. (8)

Em história da Língua Portuguesa, sem negar sua formação tradicional, quer dizer, neogramatical – solidamente estabelecida pela escola de Leite de Vasconcelos – alguns mestres superaram velhas formulações propondo outras mais aceitáveis à luz de orientações lingüísticas modernas. Uns mais parcimoniosamente, como Ismael Coutinho; outros mais abertamente, como Serafim da Silva Neto. No balanço crítico de 1968, já referido, Mattoso Câmara não lhe poupa elogios, apesar das discordâncias compreensíveis:

Serafim da Silva Neto introduziu um novo enfoque da lingüística diacrônica do português num extenso trabalho [História da língua portuguesa] onde coloca a história da língua dentro do quadro geral da história política e cultural. (9)

Agora não era mais o dedo do gigante entrevisto por Mattoso Câmara no *Manual de Gramática Histórica*, de 1942, compêndio didático seguro, mas limitado ao programa oficial da quarta série do ginásio da época – da minha época. Na *História da Língua Portuguesa* está o próprio gigante. Com relação ao português do Brasil não é diferente a crítica mattosiana:

Silva Neto também dedicou-se à história do português do Brasil... segundo o seu método característico, ele associa a história da língua, sua expansão no novo território e sua diferenciação em dialetos com os eventos políticos e culturais da colonização portuguesa. (10)

Serafim da Silva Neto entre nossos filólogos foi, certamente, o mais fiel discípulo de Leite de Vasconcelos, o que seguiu mais de perto a lição de seu mestre declarado quanto ao entendimento de filologia como

“o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobretudo como documento formal da mesma língua” (11) – definição que os estudantes de meu tempo sabíamos de cor.

Entende-se, pois, sem dificuldades, a confessada admiração e o apreço de dois nomes ilustres, nascidos também em 1917, que viam em Serafim da Silva Neto “o mais atualizado lingüista - filólogo que tivemos em qualquer época” (Celso Cunha); “o máximo filólogo de minha geração nas duas grandes pátrias da língua comum” (Gladstone Chaves de Melo).

5. Este texto foi elaborado principalmente para os alunos do Curso de Especialização do Liceu Literário Português, todos graduados em Letras, que aprenderam em Lingüística que a língua é um objeto histórico; que funciona sincronicamente, mas se constrói diacronicamente; que a famosa dicotomia saussuriana se refere a duas perspectivas do estudo da língua, que, porém, não se excluem, etc, etc. Mas em Língua Portuguesa receberam a formação de todos os outros, e, como eles, desconhecem quase inteiramente a história da língua.

A hegemonia ainda é dos estudos descritivos sincrônicos, desde os anos sessenta – época da inclusão de Lingüística como disciplina obrigatória nos cursos de Letras. A historiografia lingüística brasileira cada vez mais tem examinado esse assunto, e seria muito recomendável que os estudantes tomassem conhecimento da riquíssima produção de nossos mestres brasileiros, mais antigos ou mais modernos, e de sua contribuição aos estudos da língua portuguesa e do português do Brasil.

Pelos anos oitenta, como dissemos, manifesta-se um novo interesse pelos estudos diacrônicos. “Estará renascendo a Fênix-diacronia?” – pergunta a professora Rosa Virgínia. E ela mesma responde para aliviar nosso desassossego:

A meu ver, a Fênix-diacronia não esteve morta nesses vinte anos [de 60 a 80], mas adormecida, na sombra, com ligeiros despertares. (12)

E voltando ao assunto, noutro texto diz que, com orientações lingüísticas mais recentes,

um novo interesse começou a ser despertado entre lingüistas e pós-graduandos no Brasil, sobretudo em busca de interpretações históricas para o português brasileiro e suas diferenças em relação ao português europeu. (13)

É preciso reconhecer que se alguns trabalhos deram a esperança de um desejado renascimento, esta linha de pesquisa não parece ter ainda atraído muitos estudiosos. São trabalhos isolados, decorrentes de motivações pessoais, ou da forte liderança de alguns orientadores. A própria Rosa Virgínia, comentando uma pesquisa da lingüista Leda Bisol, reconhece que de duzentas e trinta e sete dissertações e teses sobre a Língua Portuguesa catalogadas pela CAPES apenas três abordam problemas diacrônicos:

uma sobre a situação dos pronomes átonos do século XVIII ao XX; um estudo contrastivo do sistema fonológico do português e do latim e a terceira sobre o vocabulário do Leal Conselheiro, texto do século XV. Esses dados indicam que a diacronia pesa pouco nos interesses dos pós-graduandos em Letras no Brasil. (14)

6. Hoje, porém, no Brasil e em Portugal as publicações sobre variação e mudança lingüística têm revelado grande interesse não só pelo plano sincrônico, mas também pelo diacrônico. Parece, então, “ultrapassada e superada a incompatibilidade entre sincronia e diacronia”, como disse a professora Clarinda de Azevedo Maia, da Universidade de Coimbra, no bem pensado artigo *Algumas reflexões sobre a disciplina “História da Língua Portuguesa”* (15), a que voltaremos.

Entre nós já há um número apreciável de publicações recentes em que novas abordagens se beneficiam da formação filológica e da formação lingüística nesse outro despertar de nossa Fênix-diacronia.

O noticiário de eventos universitários – colóquios, encontros, semanas de estudos – registra o interesse cada vez maior pela história da língua. E há claros sinais de novas esperanças para os estudos diacrônicos. Mas, repito, são motivações isoladas, cuja “produção científica” fica arquivada na restrita área departamental. É pena que as universidades não divulguem mais e melhor os bons frutos da atividade universitária, docente e discente.

Com os dados de que disponho neste momento, parece-me, de fato, haver “uma motivação para os estudos histórico-diacrônicos” no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como um trabalho de equipe, a julgar pelo texto, ainda de Rosa Virginia Mattos e Silva, publicado em *Português Brasileiro* (16). A autora relata um programa vitorioso iniciado nos anos noventa, cujos frutos já estamos colhendo com publicações que enriquecem a nossa bibliografia lingüístico-filológica, no sentido de que, dentro de orientações lingüísticas atuais, repensam criticamente algumas obras clássicas dessa área. Da autora, temos utilizado os dois volumes da Editora Contexto em co-edição com a UFBA, *O português arcaico: fonologia* e *O português arcaico:*

morfologia e sintaxe. O Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento, publicou a obra coletiva *A Carta de Caminha – Testemunho lingüístico de 1500*, de que deu notícia o professor Maximiano de Carvalho e Silva em *Confluência 19*. A professora Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio ofereceu-nos em bela edição os *Processos de Gramaticalização do latim ao português – uma abordagem funcionalista* (Salvador, UFBA, 2002), inicialmente sua tese de doutoramento. Cito apenas duas obras que foram objeto de comentários especiais em um de nossos cursos do Liceu Literário Português. É, porém, recomendável, a leitura integral do texto da professora Rosa Virgínia, para conhecimento da enriquecedora contribuição bahiana, ainda inédita, no campo da história da língua. E não pode passar sem registro o intercâmbio lingüístico-filológico que se vem consolidando com o eixo universitário Bahia-S.Paulo, com vista a novas formulações sobre o português brasileiro.

Nas considerações sobre a contribuição nacional, e dentro dos objetivos deste texto, cabe também registrar a feliz iniciativa do professor Segismundo Spina, de “*empreender uma história da língua portuguesa, concebida dentro de padrões didáticos e ao alcance de estudantes de letras desejosos de um conhecimento imediato e sucinto da matéria*”, que a Editora Ática publicou na Série Fundamentos (17). Trata-se, a nosso ver, de uma iniciação que poderá motivar os estudantes de Letras para a consulta às obras da bibliografia cuidadosamente comentada no final dos seis volumezinhos preparados por diferentes especialistas.

7. Em Portugal há também um notável reavivamento dos estudos de história da língua, com inúmeras publicações recentes de grande valor. Vou aqui limitar-me a alguns textos que têm sido discutidos em nosso Curso de Especialização.

Em primeiro lugar, o artigo referido no item anterior, *Algumas reflexões sobre a disciplina “História da Língua Portuguesa”*, que me foi lembrado pelo prof. Maximiano de Carvalho e Silva e dele recebeu referência especial nas Notas e Comentários na *Confluência* nº 19. É um artigo programático, de leitura obrigatória, cujo subtítulo “Sua importância na formação de professores de Português” não deixa dúvida sobre o objetivo central da autora, e, certamente, de sua preocupação maior. Precisamente o que desejávamos trazer a debate. A professora Clarinda, com competência e senso pedagógico, aborda questões básicas que nunca deveriam ser esquecidas como a historicidade da língua, a explicação histórica e o conhecimento prático, a consciência da tradição lingüística para chegar à necessidade da complementação da visão sincrônica do português contemporâneo com a visão histórica, “que esclarece algu-

mas perplexidades do presente”. E enumera, explicando-as, questões específicas nos planos fônico, mórfico, sintático e semântico.

A segunda obra desse saudável e tão esperado renascimento é *História da Língua e História da Gramática*, linda publicação da Universidade do Minho (18). Dos vinte e nove artigos, dois dizem diretamente com o nosso assunto; a) *Dos textos escritos à história da língua*, da mesma Clarinda de Azevedo Maia, e b) *Mudanças sintáticas e História da Língua Portuguesa* da professora Ana Maria Martins, da Faculdade de Letras e do Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa. O primeiro focaliza alterações conceituais e metodológicas que a lingüística histórica já incorporou, como as que se referem a mudança e variação lingüística. Reflexões que acordaram em nós algumas já postas por Serafim da Silva Neto na riquíssima introdução de sua *História da Língua Portuguesa*, em que Mestre Serafim também já valoriza o falante, o “como” e o “porquê” (e não só o “quando”), e valorizava os textos menos formais e mais próximos da oralidade (e não só os textos “literários”).

O segundo artigo faz justiça ao grande Mestre brasileiro, o professor Said Ali, reconhecidamente um dos mais argutos sintaticistas da língua portuguesa, e toca a questão melindrosa e de difícil abordagem da periodização da língua. Ivo Castro vê na divisão do tempo das línguas em períodos “uma ilusão útil”, e admite que usemos da periodização “desde que não confiemos demasiado nela”. (19)

A professora Ana Maria Martins acolhe, entre autores brasileiros, a proposta de periodização de Said Ali e a de seu discípulo Evanildo Bechara, que discutiu demoradamente a questão numa tese de concurso, em 1985, ainda inédita (20).

A terceira obra deste balanço sumário e muito incompleto é de 1994, *Varição lingüística – no espaço, no tempo e na sociedade* (21). Interessam mais especificamente a nosso propósito dois estudos: a) *A dinâmica da língua – implicações num estudo sincrónico*, da professora Maria José Marçalo, da Universidade de Évora, e b) *Tentativa de cenário para tš > š*, do professor Luís Prista, da Faculdade de Letras de Lisboa. No primeiro a autora defende o conceito de sincronia dinâmica, de André Martinet: “Defendemos... uma visão dinâmica dos factos lingüísticos, tanto numa perspectiva diacrônica como sincrônica...”. “Evolução e funcionamento não são realidades contraditórias”. Estas considerações nos lembram algumas da professora Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio na sua abordagem pancrônica do estudo da língua, no que se refere à teoria da gramaticalização (22), ao dizer, por exemplo, que “a sincronia e a diacronia não podem estar separadas”.

O artigo do professor Luís Prista trata da história da consoante africada, conhecida desde o galego-português e atestada ainda hoje em Portugal e no

Brasil. O estudo vem enriquecido, além do mais, de uma rica bibliografia comentada.

Finalmente, não podem ficar sem registro os trabalhos do professor Ivo Castro, de incontestável liderança cultural, sempre muito atento à produção científica brasileira, e não só na área de que estamos tratando. O *Curso de História da Língua Portuguesa*, de 1991, e a novíssima *Introdução à História do Português*, de 2004, estão presentes na orientação de nossos cursos (23).

8. Também não pode ficar sem uma referência especial, e obrigatória, a *História da Língua Portuguesa*, de Paul Teyssier, valorizada em português pela tradução de Celso Cunha; livrinho denso, que em cento e poucas páginas consegue traçar um seguro roteiro histórico da língua portuguesa, do latim até hoje, e em todo o mundo lusófono. Uma síntese de Mestre, moderna e original, a desafiar a capacidade didática do professor para um curso de sessenta horas-aula a alunos que não trazem da graduação os pré-requisitos desejáveis.

Para concluir bem estas linhas mal alinhavadas vem a calhar uma reflexão da professora Clarinda de Azevedo Maia, que resume admiravelmente o que pensamos sobre história da língua, e, pois, sobre a necessidade de seu estudo:

“Ao mesmo tempo que pusemos em relevo que qualquer estudo sólido da língua tem que atender também à perspectiva histórica, pelo facto de a historicidade ser uma dimensão essencial das línguas naturais, evidenciou-se igualmente que uma plena compreensão de certas características do momento presente da língua portuguesa só tem lugar se se conhece a sua gênese e desenvolvimento histórico” (24)

Referências

- (1) SERAFIM DA SILVA NETO. *História da língua portuguesa*, 3ª. Edição, I.N.L./Presença, Rio de Janeiro, RJ, 1979, p.54.
- (2) *Documenta* n° 10/62, M.E.C., C.F.E.
- (3) J. MATTOSO CÂMARA JR. *O estruturalismo lingüístico*, in *Tempo brasileiro*, 15/16, p.35.
- (4) _____. *Estrutura da língua portuguesa*, 3ª. Edição, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, RJ, 1972, página V.
- (5) _____. *História e estrutura da Língua Portuguesa*, Padrão, Rio de Janeiro, RJ, 1975.

- (6) ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA. *Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da Lingüística Histórica no Brasil*, in: D.E.L.T.A., vol.4, nº 1, 1988, p.109
- (7) _____, *ibidem*, p. 101.
- (8) EUGÊNIO COSERIU. *Perspectivas Gerais*, in: *Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*, organização de Anthony Julius Naro, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, RJ, 1976, p. 39.
- (9) J. MATTOSO CÂMARA JR. *A Lingüística brasileira*, in: *Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil...*, p. 54
- (10) _____, *ibidem*, p. 55.
- (11) Dr. J. LEITE DE VASCONCELOS. *Lições de Filologia Portuguesa*, 3ª. Edição, Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1959, p. 9.
- (12) *Fluxo e Refluxo*, p. 107.
- (13) ROSA VIRGÍNIA DE MATTOS E SILVA. *Sobre o “Programa para História da Língua Portuguesa” (PROHPOR) e sua inserção no projeto nacional “Para a História do Português Brasileiro” (PHPB)*. In: *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Org.: Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado, 7 Letras, Rio de Janeiro, RJ, 2003, p. 31.
- (14) *Fluxo e Refluxo*, p. 106 e 109.
- (15) CLARINDA DE AZEVEDO MAIA. *Algumas reflexões sobre a disciplina “História da Língua Portuguesa”...* In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXI, 1996-1997, Coimbra, p.421-445.
- (16) Ver o nº (13).
- (17) *História da Língua Portuguesa* (I), Editora Ática, Série Fundamentos, S.Paulo, 1989, p.6.
- (18) *História da Língua e História da Gramática* - Actas do Encontro. Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 2002.
- (19) IVO CASTRO. *Introdução à História do Português – Geografia da língua. Português antigo*, Edições Colibri, Lisboa, 2004, p. 53.
- (20) EVANILDO BECHARA. *As fases históricas da língua portuguesa. Tentativa de proposta de nova periodização*. Tese de concurso para professor Titular da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1985.
- (21) *Varição lingüística – no espaço, no tempo e na sociedade*. Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Lingüística, Miranda do Douro, setembro de 1993. Associação Portuguesa de Lingüística, Edições Colibri, Lisboa, 1994.

(22)P. 23.

(23)IVO CASTRO. *Curso de História da Língua Portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa, 1971 // *Introdução à História do Português...* citada no n° (19)

(24)PAUL TEYSSIER. *História da Língua Portuguesa* – Tradução de Celso Cunha, Martins Fontes, São Paulo, SP, 1997.

(25)CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, op. cit. p.444.

SESSÃO 5 – 31 DE MARÇO

Tema: *Língua e cultura*

Coordenador:

Luiz Martins Monteiro de Barros (LLP / UFF)

CRÍTICA TEXTUAL – MATÉRIA BÁSICA NA FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES E PROFESSORES DE LETRAS¹

Maximiano de Carvalho e Silva
(LLP / UFF)

À memória do Professor Sousa da Silveira, que há exatamente 60 anos me ensinou as primeiras noções de Crítica Textual no Curso de Letras Neolatinas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e à memória de outro grande Mestre, o Professor Artur Machado Paupério, que me iniciou na carreira do magistério, sob a sua orientação, no dia 15 de março do mesmo ano de 1945.

1. Explicação prévia

Na organização do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, criado por iniciativa da alta direção do Liceu Literário Português e planejado pela diretoria do Instituto de Língua Portuguesa, foram consideradas disciplinas obrigatórias as de Fundamentos da Linguística Teórica, Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa, Fundamentos da Crítica Textual, História da Língua Portuguesa e Sintaxe do Português. Por isso, estabeleceram os organizadores deste Colóquio que deveríamos tratar das razões do currículo a ser cumprido pelos alunos, em palestras sobre cada uma das disciplinas, para que ficasse bem claro o que determinou a escolha de cada uma delas.

Pela minha experiência de longos anos no campo da ciência filológica, foi-me confiada a coordenação das atividades da disciplina de Crítica Textual, cujos fundamentos precisam ser conhecidos por todos os que se dedicam ao

¹ Texto da palestra com acréscimos que fiz agora para melhor compreensão do meu pensamento.

estudo de uma língua de cultura, como é a Língua Portuguesa. Cabe-me assim comprovar que ela deve estar ao lado das outras disciplinas básicas na formação superior dos profissionais de Letras. Tenho pois mais uma vez, com a aceitação da nobre incumbência que me foi dada, a felicidade de voltar às minhas atividades regulares de ensino e pesquisa, em que me sinto incentivado pelo interesse dos alunos, a quem procuro transmitir o entusiasmo com que exerço a missão de professor e educador.

No dia 16 de março a disciplina começou a ser ministrada, contando eu com a preciosa colaboração da Professora Nilda Santos Cabral, Doutora na matéria pela Universidade de São Paulo e coordenadora das atividades da mesma no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, a mesma instituição onde anteriormente desempenhei as funções de Professor Titular até a minha aposentadoria no serviço público em 1989.

Cumpro agora com esta palestra o meu dever de explicar aos participantes do Colóquio os motivos pelos quais a direção do nosso Curso de Especialização o tornou diferente do que existe de modo geral, reservando à Crítica Textual a posição que lhe cabe entre as ciências da linguagem.

Queira Deus ajudar-me a cumprir esta última etapa da minha vida profissional, na alegria do contato com ilustres colegas de missão pedagógica que assumiram o compromisso de ajudar o Instituto de Língua Portuguesa a levar avante os seus programas culturais iniciados há exatamente 15 anos.

2. O tema em debate

Estou voltado para a ciência dos textos desde o saudoso tempo em que ingressei na Faculdade Nacional de Filosofia e, entre os anos de 1944 e 1947, tive o privilégio de estudar sob a orientação direta de três grandes Mestres, cujo nome pronuncio aqui com a maior reverência: os professores Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (que era o Catedrático de Língua Portuguesa), Gládstone Chaves de Melo (seu assistente na cadeira) e Serafim da Silva Neto, os quais muito me ampararam com o seu saber e larga experiência para superar as dificuldades de quem aprende os caminhos da análise minuciosa dos textos. Desses professores tornei-me, no correr dos anos, discípulo e leitor constante dos seus escritos primorosos, e colaborador no desempenho de tarefas de índole filológica e na revisão crítica de obras de sua autoria que me confiaram. Com Sousa da Silveira aprendi principalmente a encarar os textos e os fatos da língua com a maior seriedade e rigor; com Gládstone Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto, também professores da Faculdade, em contatos fora de aula, pois deles não fui aluno, aprendi respectivamente a técnica da revisão tipográfica, da revisão crítica e da preparação de textos para edições cuidadas e a noção da complexidade do tratamento dos textos medievais e clássicos.

Para discorrer sobre o tema da palestra, preciso fazer previamente o relato da cruzada em que me empenho, sem esmorecer, apesar dos modestos resultados obtidos, com o propósito de demonstrar como é altamente recomendável a inclusão da referida disciplina de Fundamentos da Crítica Textual nos currículos de graduação e de pós-graduação em Letras, mas também nos de outros cursos superiores, entre os quais arrolaria de momento os de História, Biblioteconomia, Documentação, Informática, Editoração.

Considero essa inclusão um dos meios eficazes de tornar mais completa e mais útil a formação dos pesquisadores e professores da área humanística, da qual depende a defesa e ilustração dos textos como parte do nosso patrimônio histórico-cultural sempre ameaçado de não ter do poder público e da sociedade a devida proteção para que não continue a sofrer o processo de descaracterização e mesmo destruição que tanto o tem atingido.

Creio que é este o momento de relembrar antigas experiências e expor os resultados do que colhi nesse campo de trabalho sempre palmilhado com interesse e fascínio, como sabem os que me conhecem há mais tempo.

No que diz respeito aos textos como expressão da cultura e ao que com eles ocorre, posso afirmar com plena convicção que incrível e absurdamente não têm tido eles a atenção e o tratamento merecido de não poucos estudiosos e pesquisadores da área de Letras como também de outras áreas das chamadas ciências humanas. Com efeito, sendo os textos o objeto formal das suas investigações, seria de esperar que soubessem valorizar os documentos, livros e impressos pelo seu conteúdo e pelo tipo de reproduções e edições que deles se fazem; seria de esperar que não ficassem alheios ou negassem importância aos ensinamentos da ciência filológica; seria de esperar que tivessem conhecimento das pesquisas mais avançadas sobre a gênese dos textos, a história dos textos, a autenticidade e fidedignidade dos textos, os tipos de edições e de reproduções dos textos, as técnicas de transcrição e editoração, a feitura das edições críticas e comentadas, e tantos mais, de valor indiscutível para todos os que pretendem fazer com seriedade e proveito os estudos históricos, filológicos, lingüísticos e literários.

Assim sendo, pretendo apresentar nesta palestra, após uma série de considerações sobre a importância e o alcance das atividades compreendidas no âmbito da Crítica Textual, as razões pelas quais no meu entender é absolutamente incompreensível que as instituições de ensino e pesquisa de Letras, com raras e honrosas exceções, não incluam em seus currículos de graduação e de pós-graduação esta disciplina básica, no grupo das obrigatórias, sendo ela como evidentemente o é indispensável como um valor em si mesma e como precioso auxiliar dos estudos de língua e literatura, a que presta relevantes serviços,

principalmente através das boas edições e edições críticas e comentadas já publicadas até agora pelos nossos filólogos.

Valer-me-ei, para melhor compreensão do que penso, de dados da minha experiência de professor de Língua Portuguesa e de Crítica Textual na Universidade Federal Fluminense, de 1957 a 1989, da minha experiência posterior no Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, até a presente data, e da minha experiência de preparador e editor de textos, com mais de 40 livros e opúsculos publicados. Meu intuito é evidenciar como aos alunos dos cursos superiores de Letras o conhecimento dos princípios e da prática da Crítica Textual é a única maneira de habilitá-los para o bom desempenho de outras tarefas além das do magistério, entre elas as de revisores críticos, preparadores de originais para o trabalho de editoração e preparadores de textos, tradutores, de que tanto necessita o mercado editorial.

3. Posição da Lingüística Geral, da Teoria da Literatura e da Crítica Textual no ensino universitário

Convém lembrar de início que datam da segunda metade do século XIX e das décadas iniciais do século XX os estudos mais importantes para estabelecer as necessárias distinções entre os diversos campos de atuação das ciências da Língua.

No Brasil, até certo momento tiveram posição de domínio quase completo os estudos sob o rótulo de Filologia e Gramática. O que havia de reação à desorientação e ao bitolamento dos estudos gramaticais era apenas a ação individual de professores e pesquisadores de idéias mais avançadas como Silva Ramos, Manuel Said Ali, João Ribeiro, Sousa da Silveira, Augusto Magne e poucos mais, que nas primeiras décadas do século XX, em posição de vanguarda e com os meios de que dispunham, procuravam estabelecer nexos entre as pesquisas lingüísticas e as de outras ciências afins.

Só nos anos de 1934 e 1935 foram instituídos os nossos dois primeiros cursos superiores de Letras: o da Universidade de São Paulo (USP) e o da Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro quando ainda era a capital da República.

Apenas no currículo da UDF as disciplinas de Teoria da Linguagem (sob a denominação de Lingüística Geral) e de Teoria da Literatura foram implantadas, uma iniciativa que não sei a quem atribuir. O primeiro verdadeiro curso de Lingüística Geral, que consagraria pela excelência e novidade das aulas o nome do Professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior, foi ministrado na UDF em 1938, portanto cerca de trinta anos depois dos cursos pioneiros de Ferdinand de Saussure em Genebra, na Suíça. Todavia, apesar do sucesso alcançado por Mattoso Câmara e do reconhecimento da disciplina como impulsionadora dos

estudos superiores da língua portuguesa, segundo o parecer de Sousa da Silveira, foi ela relegada ao esquecimento quando se organizou o curso de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939. Só reapareceria bem mais tarde, em 1948, sob a regência do mesmo lingüista, e apenas para os alunos do currículo de Letras Clássicas, o que é inteiramente incompreensível. Pelo que se vê, não se firmara a noção da existência de tais ciências autônomas cujos fundamentos precisavam ser firmados e conhecidos, as quais eram por outro lado matérias básicas, como introdução aos estudos superiores das línguas de cultura e das respectivas literaturas.

A verdade é que, durante muitos anos, as noções fundamentais de Teoria da Linguagem, de Teoria da Literatura e de Crítica Textual só eram ministradas, de forma assistemática e bastante incompleta, como parte dos programas de estudos de línguas e literaturas especiais. Crítica Textual, por exemplo, somente se fez presente, sem rótulo algum, nas esplêndidas aulas de fixação, exegese e comentários de textos antigos e modernos de Sousa da Silveira, na UDF e em seguida na Faculdade Nacional de Filosofia, entre os anos de 1935 e 1953. O filólogo, porém, só tratou de atividades práticas compreendidas no âmbito da ciência filológica.

Afinal, pela reforma universitária dos anos 60, por decisão do Conselho Federal de Educação, Lingüística Geral e Teoria da Literatura alçaram-se à posição de disciplinas autônomas e obrigatórias para todas as modalidades do curso de Letras. Nunca se conseguiu no entanto do mesmo Conselho que reconhecesse a Crítica Textual no mesmo patamar, o que é bastante estranho, principalmente depois da experiência das pioneiras edições críticas e comentadas de autores brasileiras preparadas por Sousa da Silveira e por Manuel Bandeira, e a das edições críticas da Comissão Machado de Assis, elaboradas com metodologia nova pelos filólogos Celso Cunha, Antônio Houaiss e Antônio José Chediak e a valiosa e imprescindível colaboração do ensaísta e bibliógrafo José Galante de Sousa. Acresce ainda que a essa altura numerosos exemplos patenteavam a importância e alcance da Crítica Textual, os das excelentes edições de grandes mestres portugueses como Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, e brasileiros como Oskar Nobiling, Augusto Magne, Serafim da Silva Neto. A consulta aos textos teóricos e ao registro filológico de tais edições deve ser apontado aos professores e alunos das nossas Universidades, para que sejam redimensionados os cursos de Letras, inclusive com a criação de outros currículos além dos de formação do magistério, como disse há pouco.

Tudo se explica pela estranha inércia que costuma instalar-se no meio universitário, em geral avesso a sair da rotina. Tem-se visto que para quebrar a rotina e as resistências ao progresso, tão danosas às instituições culturais e educacionais, é imperioso contar com a clarividência de políticos como o foi por

exemplo o Ministro da Educação Gustavo Capanema, o criador do Instituto Nacional do Livro, destinado a cuidar de boas edições dos autores brasileiros, por ser com frequência necessária uma intervenção externa de órgãos a que a Universidade está subordinada, como o mencionado Conselho Nacional de Educação.

Nas últimas décadas, quando alguns espíritos mais lúcidos lutavam pelos interesses da Crítica Textual, acentuou-se uma inexplicável aversão às ciências históricas e um desejo incontrolado de dar valor a novidades mal assimiladas e apontadas como última palavra em matéria de ciência. Com isso, quando no Conselho Federal de Educação já havia um projeto de reformulação do currículo dos cursos de graduação em Letras, por um retrocesso igualmente incompreensível esse projeto foi arquivado e com ele a idéia da criação de uma disciplina obrigatória com o título de Filologia e Crítica Textual que nele fora incluído.

O que nos incentiva e consola ao mesmo tempo é ver que, havendo em Portugal a mesma resistência à entrada da Crítica Textual no rol das disciplinas obrigatórias do Curso de Letras, já consegui a Universidade de Lisboa superar o problema com a criação da disciplina de Filologia, confiada à direção do Professor Ivo Castro, que entre os seus títulos arrola o de dirigente da equipe que promove a publicação de toda a obra de Fernando Pessoa.

4. Conceito e valor da Crítica Textual

Muito contribui para o não reconhecimento da importância da Crítica Textual o desconhecimento do conceito, objeto, método e finalidade da ciência e das múltiplas atividades em que ela se envolve.

Entre os anos de 1957 e 1978, no ensino universitário, desde logo me esforcei para divulgar nas aulas e em publicações minhas o conceito atual da ciência filológica e o tipo de tarefas que a meu ver estão no seu âmbito de atuação. Na UFF, trabalhando a princípio como assistente do Professor Rosalvo do Valle, e a partir de 1965 como Professor Titular das disciplinas de Língua Portuguesa e de Filologia / Crítica Textual, organizei programas que me permitiram ministrar aos alunos uma série de noções teóricas, e formei com eles grupos de voluntários para o desempenho de atividades práticas de Crítica Textual aplicada aos textos de autores brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX. Valia-me, para a apresentação da matéria, de uma pequena bibliografia selecionada, de que constava como item inicial o livro *Elementos de Bibliologia* do filólogo Antônio Houaiss, que aí reproduz muitos elementos colhidos em sua experiência na equipe designada pelo governo brasileiro para a preparação das edições críticas da obra de ficção e da poesia de Machado de Assis. Meus alunos da época sempre leram artigos ou páginas de livros de Sousa da Silveira,

como as suas primorosas edições de autores brasileiros e portugueses, principalmente as edições críticas e comentadas da *Obra de Casimiro de Abreu* e dos *Suspiros Poéticos e Saudades* de Gonçalves de Magalhães e as de *Textos Quinhentistas* e de *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)*. Nas explanações teóricas, utilizava as lições do livro *Fonética Sintática e Sua Utilização na Explicação de Textos* e o artigo pioneiro de Sousa da Silveira “Modificações da Forma Literária”, e ainda recorria a vários autores mais, como Gládstone Chaves de Melo, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e outros. Da bibliografia estrangeira vali-me particularmente dos ensinamentos dos grandes filólogos portugueses, como Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Herculano de Carvalho, Lindley Cintra, e dos mestres da escola italiana, a que tanto deve o progresso da Crítica Textual, entre os quais Alberto Chiari, que numa fase inicial, na década de 50, ensinou aos filólogos brasileiros a técnica mais apurada de preparação das edições críticas.

Após tantos estudos e experiências, ficou bem patente em meu espírito o conceito, o objeto formal, o método e as finalidades da Crítica Textual, expresso em artigo publicado em 1994 na revista *Confluência*:

A Crítica Textual, com o seu método rigoroso de investigação histórico-cultural e genética, toma os textos como expressões da cultura pessoal ou social, com as preocupações fundamentais de averiguar a autenticidade dos mesmos e a fidedignidade da sua transmissão através do tempo, e de cuidar de interpretá-los, prepará-los e reproduzi-los em edições que se identifiquem ou se aproximem o mais possível da vontade dos autores ou dos testemunhos primitivos de que temos conhecimento.²

Receoso de que todo o meu empenho de dar o devido relevo à Crítica Textual fosse contestado como posição puramente pessoal de quem exagera e supervaloriza o que faz, busquei o apoio de outros estudiosos das ciências da linguagem que já tivessem tratado dos temas polémicos a esse respeito. Encontrei então depoimentos da máxima relevância, que mais me convenceram de que eu estava no bom caminho. Veja-se por exemplo o que disseram ilustres ensaístas da área de Letras e de História a esse respeito.

Com plena consciência do que representa o labor filológico, fez questão de assinalar o Professor Vítor Manuel de Aguiar e Silva na excelente obra de orientação dos estudos literários que intitulou *Teoria da Literatura*, tratando dos problemas da autenticidade e fidedignidade dos textos e da necessidade das boas edições:

² V. “Crítica Textual: Conceito – Objeto - Finalidades”, in *Confluência*, nº. 7, p. 57-63.

A Crítica Textual envolve problemas variados e extremamente complexos: exige um apurado conhecimento da língua e da sua história e da tradição literária de uma determinada época; requer uma ampla informação sobre a história do texto a editar e um sólido saber acerca dos problemas técnico-bibliográficos com ele relacionados: necessita de prudência, espírito de rigor e senso dos valores artísticos.

Longe de constituir uma tarefa esterilmente erudita, a Crítica Textual representa uma operação indispensável para uma sólida fundamentação de quaisquer estudos literários.

(*Teoria da Literatura*, 3ª ed., Almedina, 1973, p. 527.)

Por seu lado, o lingüista e filólogo Herculano de Carvalho expressou em lúcidas palavras uma denúncia candente sobre a situação de abandono das atividades de Crítica Textual em Portugal, na tripla condição de grande conhecedor da história da cultura e da literatura portuguesa, de autoridade em assuntos de Teoria da Linguagem e de Lingüística Portuguesa e de editor de textos, com valiosas contribuições à própria ciência filológica:

o trabalho filológico, da edição e do comentário interpretativo dos textos literários portugueses, iniciado, – quase se pode dizer –, por uma Carolina Michaëlis, foi nas décadas seguintes lamentável e vergonhosamente abandonado, com algumas raras exceções de uns poucos, que bem viram que esse trabalho está longe de se encontrar concluído e corajosamente lhe deram continuidade

(*Crítica Filológica e Compreensão Poética*, 2ª edição, Rio de Janeiro, MEC-DAC, 1973, p. 11.)

Veio em meu apoio também, e agora no que se refere a um outro curso universitário em que Crítica Textual deveria ser matéria obrigatória, o que se lê num livro de grande utilidade na formação do profissional de História – *L'Histoire et ses Méthodes*, coletânea publicada sob a direção de Charles Samaran como volume da *Encyclopédie de la Pleiade*. Há nele todo um capítulo sobre “La Critique des Textes”, de autoria de Robert Marichal, e outros sobre as ciências auxiliares Epigrafia, Papirologia, Paleografia, Diplomática, que deixam bem claro serem tais estudos imprescindíveis a todos aqueles que utilizam os textos como fonte das suas pesquisas. De fato, como ter a certeza de que um documento é autêntico, e não apócrifo, ou de que uma cópia ou edição do mesmo é fidedigna, sem as investigações preliminares dos críticos textuais? como ler e interpretar corretamente textos históricos (tais os do cronista medieval Fernão Lopes, o da *Carta de Pero Vaz de Caminha* e muitíssimos outros) sem o acesso às melhores edições, fruto do labor de dedicados filólogos?

5. Teoria e prática da Crítica Textual

No ano de 1964, ainda como assistente da cadeira de Língua Portuguesa na Faculdade Fluminense de Filosofia, com a autorização do regente da cadeira, propus aos alunos um programa extracurricular de estudos e pesquisas, de que poderiam participar em caráter voluntário. Eram cinco os temas relacionados em minha proposta, para a realização da qual contei logo com um bom número de inscritos: a) organização de índices; b) organização de bibliografias; c) estudos lexicográficos; d) estudos gramaticais; e) estudos de versificação portuguesa; f) preparação de edições críticas. Pela primeira vez no ensino universitário, creio eu, os alunos eram chamados todos eles a participar de planos de estudos e pesquisas de tal natureza.

A proposta do último item foi a que teve maior número de preferências, e permitiu que se iniciasse então um levantamento das edições de autores brasileiros e portugueses do século XIX até as primeiras décadas do século XX, tendo em vista a avaliação do valor de cada uma delas. Guardo ainda em meu arquivo os resultados de tais avaliações, que nos fizeram perceber – a mim e aos alunos – o descaso com que renomadas editoras faziam publicar os textos dos autores da época citada incluídos em suas coleções. Mais ainda: ficou indelével em minha lembrança o quanto os participantes voluntários desse empreendimento – alguns dos quais com o passar do tempo se tornariam professores e pesquisadores universitários e autores de trabalhos de valor³ – se empenharam, com vivo interesse e proveito, em cumprir as tarefas de seleção e cotejo de textos de que foram incumbidos.

Tendo eu na ocasião preparado para a editora Melhoramentos de São Paulo, por indicação do ensaísta Augusto Meyer, Diretor do Instituto Nacional do Livro, uma reedição da *Gramática Histórica* de Manuel Said Ali, com o texto rigorosamente estabelecido, e tendo-me dado mais adiante a mesma editora o encargo de preparar uma edição crítica do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, pude fazer perceber aos dirigentes da Melhoramentos que nas suas coleções de textos de autores brasileiros do século XIX havia um contraste entre o primor da apresentação gráfica e a qualidade dos textos nelas reproduzidos. Nas edições da Melhoramentos apontei grosseiras deturpações dos textos, por culpa de maus revisores ou intromissão indébita de revisores sem adequada formação filológica que se julgam ainda hoje com o direito de corrigir o que consideram inaceitável nas lições autênticas a que têm de recorrer. Impressionados com a comprovação que lhes fiz das minhas afirmações,

³ Três nomes me ocorrem para o devido registro: Marlene Gomes Mendes, Lucia Helena Viana, Eni Valentim.

os dirigentes da empresa me fizeram então um providencial convite para que eu me encarregasse da reedição dos livros da coleção de literatura brasileira, nos mesmos moldes do que fora feito com a edição de *Dom Casmurro*. Essa reedição do romance machadiano, publicada em 1965, antes mesmo e com critério de estabelecimento do texto diferente da que foi lançada pela Comissão Machado de Assis, foi portanto o que me ensejou a feitura de um plano de trabalho mais amplo, para a realização do qual esperava contar com a colaboração dos meus alunos do curso de Letras. Para isso, fixei as normas editoriais, e convoquei os alunos mais habilitados a fazer o confronto dos textos principais a serem consultados. E assim, de 1971 a 1973, tive a imensa alegria de ver editados os volumes de quatro edições críticas de romances de José de Alencar: *Ubirajara*, *O Sertanejo*, *Til* e *O Tronco do Ipê*, em cujas folhas de rosto fiz questão de que figurassem os nomes dos meus colaboradores. Infelizmente, os encargos administrativos que fui forçado a assumir na Universidade e a morte do dirigente da Melhoramentos que mais me incentivava com o seu apoio naquela ocasião, cujo nome – Arnaldo de Giacomo – aqui declino com emoção, determinaram a interrupção do meu plano de trabalho, que nunca mais tive ânimo de retomar.

Foi essa fecunda experiência que me permitiu ver como os alunos apreciam o contato direto com os textos, como apreciam o estudo comparativo de versões diferentes do mesmo texto, como fazem com cuidado o registro de variantes, como lhes é de grande utilidade a observação atenta e minuciosa das características de cada texto. Percebe-se isto ainda hoje, com os alunos do Curso de Especialização do Liceu, que como os daquela época distante também aprendem comigo e com a Professora Nilda Cabral a fazer transcrições diplomáticas e transcrições críticas dos textos, com base na necessária distinção entre forma lexical e grafia das palavras. Por outro lado, analisando textos grosseira e quase incrivelmente alterados de edições lançadas no mercado até por editoras de muito nome (entre elas a Melhoramentos já citada, a Editora Agir, a Tecnoprint Editora e outras mais), aprendem os estudiosos de língua a literatura a não confiar cegamente nas edições, como tristemente sucede com os não iniciados em teoria e prática da Crítica Textual.

A minha edição do romance *Ubirajara* traz em acréscimo ao texto crítico o que julguei indispensável à exata compreensão do romance: um glossário dos brasileirismos de que se valeu o escritor na suposição de serem palavras de origem indígena, com as explicações que ele mesmo dera no apêndice ao romance e em notas aos textos anteriores de *O Guarani* e de *Iracema*. Para não propiciar equívocos do leitor, achei por bem fazer em observação prévia a seguinte advertência:

Convém lembrar [...] que as etimologias propostas por Alencar são [...] o mais das vezes, fantasiosas [...] O leitor interessado em apurar os étimos terá de recorrer a fontes seguras: no que diz respeito aos nomes de animais, por exemplo, recomenda-se o trabalho do Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues *Contribuição Para a Etimologia dos Brasileirismos* [...] ⁴

Como já foi dito, são bem numerosas e grosseiras as infidelidades textuais constatadas no confronto dos textos de base com os dos edições da Melhoramentos anteriores às nossas de 1972-1973. Estão apontadas nos registros filológicos preparados com o propósito de favorecer o entendimento do que representa o labor filológico de restituir os textos às versões das edições fidedignas.⁵

6. O primeiro Congresso Internacional de Crítica Textual

No ano de 1972, estando eu na direção do Instituto de Letras da UFF e ao mesmo tempo na direção do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, surgiu-me a oportunidade de participar da I Reunião Internacional de Camonistas em Lisboa, comemorativa do quarto centenário da publicação de *Os Lusíadas*, de Luis de Camões. Tive lá o grato ensejo de conhecer pessoalmente alguns dos maiores linguistas e filólogos portugueses e de outras nacionalidades, e de assistir aos debates sobre a obra camoniana que se travaram. Foi-me dado perceber com maior nitidez os problemas dos textos da épica e da lírica camoniana, que haveriam de daí por diante merecer tratamento ainda mais rigoroso de filólogos e especialistas em estudos literários.

⁴ Cf. *Ubirajara (Lenda Tupi)*, ed. citada, São Paulo, Melhoramentos, 1972.

⁵ Encontrei nas próprias edições anteriores da Melhoramentos aberrações como as seguintes: a) no romance *Ubirajara*, como correção indevida do que está no texto de base de 1874, o único revisto pelo autor, a substituição da afirmação generalizada de Alencar “crueldade com que [os aventureiros] tratavam os índios” por “crueldade com que tratavam, por vezes, os índios”; as expressões “o varão mais forte” convertida em “o varão forte”, “até perto da alvorada” em “até o romper da alvorada”, “a macana afiada” em “o macaná afiado”, “a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso de mel” em “a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso do mal”, e assim por diante; b) no romance *O Sertanejo*, entre numerosas outras distorções do texto de 1875 e erros decorrentes de má revisão tipográfica, a conversão de “o sertanejo pede meças [isto é, não teme comparações] em jogos de destreza” em “o sertanejo mede peças em jogos de destreza”. Não se pense que exemplos como os apontados sejam raros, de pouca monta, porque na realidade ocorrem com frequência, sem que nenhuma providência legal se possa tomar em relação aos que patrocinam tais agressões aos direitos dos autores mortos de que sejam reproduzidas com absoluta fidelidade as belas mensagens literárias que nos legaram.

No final da Reunião, achei que, para dar prosseguimento àquela iniciativa tão meritória de congregar os camonistas para o debate de questões de interesse comum, deveria propor aos presentes que um segundo encontro se fizesse no Brasil, sob o patrocínio das duas instituições culturais a que estava ligado. Aprovada com entusiasmo a minha proposta, fiquei com a obrigação de levá-la avante, e me veio então a idéia de organizar um programa mais amplo que incluiria dois congressos internacionais simultâneos, a II Reunião Internacional de Camonistas e o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, este último todo voltado para o estudo e debates de temas de Crítica Textual. Pretendia assim sensibilizar professores e pesquisadores brasileiros da área de Letras no que diz respeito às ingentes tarefas da ciência filológica, para cuja realização era preciso mobilizar filólogos e camonistas e formar novos especialistas em tais estudos nos cursos universitários.

Com o propósito de esclarecer que o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa ia tratar de temas de Crítica Textual exclusivamente, fiz constar do folheto de propaganda do que chamei Programa Especial UFF-FCRB as seguintes informações: o Congresso teria por finalidades principais “estudar e propor medidas de defesa e divulgação do patrimônio literário da Comunidade” e “discutir as questões mais importantes da Crítica Textual (Ecdótica) no que diz respeito aos textos em língua portuguesa”. No temário estavam relacionados os seguintes assuntos para as comunicações a serem debatidas: “1 – FILOLOGIA PORTUGUESA: 1.1 – Problemas de Crítica Textual; 1.2 – Textos medievais; 1.3 – Textos clássicos e modernos; 1.4 – Textos de literatura de cordel; 1.5 – Textos de crítica literária; 1.6 – Contribuições à história da Filologia Portuguesa. 2 – FILOLOGIA E ESTUDOS AFINS: 2.1 – Filologia e Linguística; 2.2 – Filologia e Literatura; 2.3 – Filologia e História. 3 – MEDIDAS DE DEFESA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO LITERÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA: 3.1 – Proteção e divulgação da obra literária; 3.2 – Direitos autorais”. Tornara-se evidente pelas referências aos textos e seus problemas que a palavra *filologia* se usava na acepção restrita de *crítica textual*.

Também do temário da II Reunião Internacional de Camonistas fiz constar que, dos quatro itens relacionados, os dois primeiros se referissem a problemas de Crítica Textual: 1 – Principais contribuições ao conhecimento e exegese dos textos camonianos; 2 – O Cancioneiro de Luís Franco Correia; 3 – Camões e a literatura brasileira; 4 – Novos rumos da Camonologia.

Os congressos interligados se realizaram em novembro de 1973, um ano depois da I RIC em Lisboa, e foram sem dúvida um marco na história dos estudos e pesquisas filológicos, lingüísticos e literários no Brasil. Prestigiados por um público de cerca de 600 inscritos, aos quais foram distribuídos previamente todos os textos das comunicações, policopiados, com sessões plenárias

no auditório da Reitoria da UFF, em Niterói, e no salão nobre do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, tais congressos culminaram com a apresentação de memoráveis comunicações apresentadas pelos filólogos brasileiros Glástone Chaves de Melo (“Homenagem a Sousa da Silveira”) e Celso Cunha (“Filologia e Lingüística”), pela filóloga italiana Luciana Stegagno Picchio, da Universidade de Roma (“O método filológico”), pelo historiador da literatura portuguesa e crítico literário Jacinto do Prado Coelho, da Universidade de Lisboa. (“Filologia e Literatura: o estudo das variantes”), pelos filólogos franceses da Universidade de Paris Paul Teyssier (“O arquitrato de *Os Lusíadas*”), Raymond Cantel (“A literatura de cordel e a merecida importância”) e Roger Bismut (“As composições camonianas do Cancioneiro de Luís Franco Correia”), pelo filólogo alemão Hans Flasche, da Universidade de Hamburgo (“Camões e Antônio Vieira”), além de outros mais.

O Congresso de Filologia teve a singularidade de ser o primeiro no mundo luso-brasileiro que se ocupou dos princípios da Crítica Textual aplicados aos textos em língua portuguesa.

7. O estudo das variantes e variações

A mais notável comunicação ao Congresso de Filologia de 1973 foi a meu ver a de Jacinto do Prado Coelho. Em 1995, no número 10 da revista *Confluência*, dedicado a essa grande figura da vida cultural portuguesa, relatei o que foi o meu entendimento prévio com ele, por meio de cartas, para convencê-lo a aceitar a sugestão de que nos viesse demonstrar, através de exemplos colhidos na obra de escritores portugueses com que estava tão familiarizado, o quanto o estudo de variantes e variações pode enriquecer as pesquisas sobre a evolução da forma literária.

Foi muito rica e eloqüente a comunicação de Prado Coelho, recheada de ricas observações e comentários. Partiu ele de considerações teóricas e da distinção que propõe entre “variantes” (alterações de pequena monta, no dizer de Lázaro Carreter “cada uma das diversas formas que aparecem nos manuscritos ou edições de um mesmo texto correspondentes a um mesmo passo”) e “variações” (alterações como substituições ou acréscimos de maior porte, que chegam às vezes a mudar a estrutura da obra em análise). Em seguida fez a análise dos numerosos exemplos colhidos em pesquisa ampla em textos dos mais diversos autores.

Ao final da exposição, o saudoso Professor Hernâni Cidade, que eu chamara para compor a mesa daquela memorável sessão, em palavras repassadas de profunda emoção, fez questão de ressaltar que, mediante a exploração de variantes e variações de um texto literário, Prado Coelho pusera em relevo uma nova forma de renovação dos métodos de pesquisa e do ensino de litera-

tura. O texto da comunicação, passados tantos anos, continua a ser de leitura obrigatória, e por isso o reproduzi no mencionado número de *Confluência*⁶.

Com a autoridade de grande conhecedor de história da literatura, dos antigos e dos mais modernos métodos de investigação literária, e de praticante da Crítica Textual, inclusive como responsável pela edição bem cuidada das *Obras Completas de Teixeira de Pascoais*, a certa altura da comunicação frisou Jacinto do Prado Coelho:

A pesquisa sobre variantes parece trabalho de filólogos miudinhos, curiosos de nugas. Ora, pelo contrário, essa pesquisa é susceptível de múltiplas perspectivas e dá para vários e amplos domínios. Diz respeito: 1º) à filologia ou, se quiserem, à textologia e à ecdótica; 2º) à estilística literária; 3º) à teoria da literatura; 4º) à crítica literária; 5º) à lingüística, designadamente à estruturalista e gerativa. No desdobramento do texto em variantes surpreendemos não só as virtualidades da linguagem como a literatura no seu *fieri*, naquela “prolongada hesitação entre o sentido e o som” que, para Valéry, caracterizava a poesia, naquela busca de que nasce a pluralidade semântica. Quem analisa variantes depara com toda a complexa aventura da *praxis* literária, onde convergem tantos fatores e condicionalismos (o “referente”, a visão pessoal, a gramática, o léxico, o tema, a “fábula”, o gênero, a estrutura fixa, que sei eu?).⁷

O julgamento crítico de Prado Coelho ressalta com precisão e lucidez que, para ter a exata visão da gênese e da evolução da obra literária, impõe-se previamente o cumprimento da árdua tarefa da preparação de edições críticas. No entanto, como fazer prevalecer tudo isto sem desenvolver os estudos teóricos e a prática que estão no âmbito da Crítica Textual? Eis uma pergunta a que não saberiam responder numerosos professores de Letras, muitos deles com os títulos máximos de Doutor ou Livre-Docente, mas que encaram com desinteresse, descaso ou desprezo total as atividades da ciência dos textos. Na sua ignorância do que fazem os filólogos e do que em sua essência é uma edição crítica, essas pessoas pertencem ao grupo numeroso dos que negam a utilidade dos conhecimentos básicos da Crítica Textual e o valor da aplicação dos mesmos aos textos de determinada língua e literatura, e são capazes de afirmar em

⁶ V. *Confluência*, nº. 10, 1995, p. 43-51 (o meu artigo “Lembranças do Professor Jacinto do Prado Coelho”) e 93-110 (transcrição da comunicação de Prado Coelho, com o novo título de “Variantes e variações”). A versão pouco alterada do seu texto original pode também ser lida como capítulo inicial do livro *Ao Contrário de Penélope*, edição da Livraria Bertrand de Lisboa em 1976.

⁷ Cf. Prado Coelho, *Ao Contrário de Penélope*, ed. cit.

sala de aula, como já chegou ao nosso conhecimento, que para estudar determinado autor e determinada obra qualquer edição serve, como se todas as edições representassem o mesmo padrão de qualidade. Opõem-se também à idéia de que a disciplina de Crítica Textual faça parte do currículo de formação dos profissionais de Letras, de História e de outras ciências da área humanística.

No Brasil, estudos de Sousa da Silveira e de Manuel Bandeira, analisando as mudanças operadas pelos autores em seus escritos, feitas com o objetivo de aprimorá-los e torná-los mais expressivos, já me tinham dado desde a década de 40 do século passado a noção das possibilidades que oferecem os registros de variantes de acompanhar o processo da criação artística em seus múltiplos aspectos. Nas minhas edições, os primeiros registros que fiz com o precioso auxílio de Marlene Gomes Mendes foram os da edição crítica do romance *Til*, publicada em 1973. Aí se percebe como José de Alencar, em curto espaço de tempo, introduziu modificações no texto estampado em folhetins do jornal *A República*, movido pelo empenho de se expressar com mais precisão e elegância. Infelizmente, no momento da feitura dessa edição, ainda não se revelara a existência do texto original do romance, manuscrito autógrafo, hoje conservado no Arquivo-Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa como parte da coleção de livros, revistas e documentos que pertenceram ao bibliófilo Plínio Doyle. O confronto desse manuscrito com os textos impressos deverá ser feito algum dia, com o propósito de aprimorar e completar a edição crítica e na esperança de assim aparecerem outros dados para a melhor compreensão do processo de criação artística de Alencar.

Estudos que levei avante a partir de então vieram reafirmar a idéia da relevância da análise das variantes e variações de texto no decorrer da sua história. Três exemplos gostaria de apresentar nesse sentido.

A publicação da edição crítica do romance *Helena*, preparada por pesquisadores da Comissão Machado de Assis, forneceu aos interessados preciosos elementos para comprovar a evolução do pensamento do autor no período entre os anos de 1876 (o do aparecimento do romance em folhetins do jornal *O Globo*) e de 1905 (o da segunda edição em livro, revista pelo próprio escritor). Pelo registro das variantes fica bem claro que Machado de Assis, mais livre e espontâneo ao redigir o texto de 1876, quando afinal aceitou já nos anos finais de vida o convite insistente para reeditar a obra, teve a nítida percepção de que não devia alterá-la substancialmente, conservando as suas características do tempo do Romantismo. Diz ele no prefácio da reedição: “cada obra pertence ao seu tempo”. O novo texto, porém, se por um lado confirma que a estrutura e o desenvolvimento da narrativa são os mesmos, por outro lado demonstra que Machado de Assis, ao fazer no texto definitivo “várias emendas de linguagem”, se curvou a preconceitos gramaticais mais difundidos das décadas finais do

século XIX em diante. Preocupado com a vernaculidade, entrou em sintonia com o purismo gramatical, e eliminou do texto todos os galicismos, apontados pelos falsos gramáticos como atentados à pureza do idioma. Portanto, descaracterizou a sua obra, representativa de um momento histórico em que preconceitos gramaticais dessa natureza não atuavam com a mesma força no espírito dos grandes escritores brasileiros.⁸

Outro exemplo, particularmente indicativo de como em casos especiais bastante freqüentes na história literária é imprescindível o conhecimento das variantes e variações de uma obra para a identificação do texto de base de qualquer edição que dela se queira fazer, é o do romance *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós. Como as pesquisas biobibliográficas já revelaram, há quatro edições do romance em vida do autor, datadas de 1875, 1876, 1880 e 1889. Deve-se à filóloga portuguesa Helena Cidade Moura o imenso trabalho da preparação de uma edição crítica da obra, publicada em 1964, resultante do cotejo das três primeiras edições⁹. A filóloga deu-se ao trabalho de registrar as variantes e variações, segundo os critérios que adotou. Graças a esse meritório e ingente registro, de organização imperfeita, mas ainda assim bastante útil, a pesquisadora Maria Luísa Nunes, sob a orientação do professor Ernesto Guerra da Cal, na City University de Nova Iorque, pôde elaborar uma tese de doutoramento a que deu o título de *As Técnicas e a Função do Desenho de Personagem nas Três Versões de "O Crime do Padre Amaro"*. Há nessa tese fartos elementos comprobatórios de que o romancista não introduziu apenas simples modificações nos textos de uma edição para a seguinte, mas alterou também características do enredo e o desenho dos personagens, de tal modo que é indispensável ao estudioso da forma literária o conhecimento desses dados, para que saiba que deve levar em conta todas as versões ao se referir aos aspectos mais singulares do romance e ao caracterizá-lo como uma das obras mais representativas do Realismo em Portugal¹⁰. Por tudo isto, Maria Luísa Nunes afirmou categoricamente:

Uma leitura das três versões d'*O Crime do Padre Amaro* revela mais propriamente três romances diferentes acerca das mesmas pessoas do que o reescrever da mesma obra. Há nas três versões publicadas mudanças de enredo, de caracterização e de intensidade do tema e

⁸ Cf. Edições Críticas de Obras de Machado de Assis, edição de Helena, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

⁹ Cf. Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, edição crítica organizada por Helena Cidade Moura e baseada nas versões de 1875, 1876, 1880, 2 volumes, Porto, Lello & Irmão, 1964.

¹⁰ Porto, Lello & Irmão, 1976.

da crítica social. Pode até afirmar-se que a versão de 1875 é uma novela, enquanto as outras duas são romances completamente desenvolvidos. Elas representam três estágios da evolução de Eça como escritor – 1875, 1876 e 1880.¹¹

Na intenção de divulgar sem demora os resultados dos seus trabalhos, a comissão encarregada em Portugal de preparar as edições críticas da obra de Eça de Queirós, com sede na Universidade de Coimbra e sob a direção do ilustre professor Carlos Reis, lançou no ano 2000 a nova edição crítica de *O Crime do Padre Amaro* em que se faz o cotejo da segunda e da terceira versões do romance¹². Até agora, que eu saiba, não se cumpriu a promessa de uma edição em separado do texto da primeira versão, de 1875, para dar ao leitor a oportunidade do confronto das três versões e a possibilidade da análise das razões apresentadas na introdução do volume para considerar essa primeira edição como feita à revelia de Eça, que publicamente a renegou. A primeira versão, no entanto, faz parte da história do romance, e portanto deve ser do conhecimento dos especialistas em Crítica Textual, para que cada um deles possa tirar conclusões próprias, concordando ou não com as razões apontadas por Carlos Reis na introdução do seu trabalho editorial.

Para concluir esta série de exemplos, não posso deixar de referir-me ao registro das variantes na minha edição crítico-genética do romance *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, publicada em 1984, sob o patrocínio do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e da editora Lello & Irmão, da cidade do Porto (Portugal)¹³. As variantes foram fixadas pelo cotejo das sete versões do romance em vida do autor: o manuscrito autógrafo de 1861 e as edições de 1862, 1864, 1869, 1876, 1879 e 1887. Tendo chegado à conclusão de que o texto da quinta edição (a de 1879) foi o último revisto e aprimorado pelo autor, tomei-o como o texto de base, reproduzido em confronto página a página com o do manuscrito autógrafo em reprodução fac-similar, com notas de rodapé, especialmente as variantes encontradas na colação. Esse registro minucioso, assim como o registro de variantes de outra obra camiliana, as *No-*

¹¹ Cf. Maria Luísa Nunes, op. cit., p.20.

¹² Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós – *O Crime do Padre Amaro* (2ª. e 3ª. Versões), edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

¹³ Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição* (*Memórias Duma Família*). Reprodução fac-similada do manuscrito, em confronto com a edição crítica, segundo plano organizado e executado sob a direção de Maximiano de Carvalho e Silva. Estudo prévio histórico-literário de Aníbal Pinto de Castro. Real Gabinete Português de Leitura – Rio de Janeiro / Lello & Irmão, Editores – Porto, 1984.

*velas do Minho*¹⁴ (cito apenas dois exemplos mais acessíveis à busca dos investigadores), permitem acompanhar a evolução da forma literária nos textos camilianos. Com eles e outros mais, inclusive as observações de Prado Coelho sobre textos camilianos na citada comunicação sobre variantes e variações, desmente-se a falsa idéia de alguns camilianistas, como João Bigotte Chorão, expressa em seu pequeno livro *O Essencial Sobre Camilo*¹⁵, segundo a qual o escritor não fazia senão alterações pouco expressivas em seus textos de uma versão para outra¹⁶, e oferecem material riquíssimo para estudos sobre a língua e o estilo do romancista. Além disso, as variantes da primeira edição do *Amor de Perdição* evidenciam que Camilo, por iniciativa própria ou por sugestão alheia, introduziu muitas alterações no texto do manuscrito, substituindo inclusive formas da linguagem popular, que ele empregara na redação primitiva, feita em condições precárias e em quinze dias apenas, quando estava preso na cadeira da Relação do Porto, por formas canônicas, e corrigindo a pontuação no que diz respeito ou uso de vírgulas para distinguir as orações subordinadas adjetivas restritivas das adjetivas explicativas.¹⁷

8. Crítica Textual: matéria básica / disciplina obrigatória na UFF

Na década de 70, já com mais de 30 anos de estudos teóricos e atividades práticas no domínio da Filologia Portuguesa, estava eu convencido de que era

¹⁴ Camilo Castelo Branco, *Novelas do Minho*, edição crítica organizada, com base nos manuscritos e na primeira edição, por Maria Helena Mira Mateus, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1961.

¹⁵ 2ª. Edição, da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Lisboa, datada de 1998.

¹⁶ É estranho que um camilianista do porte de João Bigotte Chorão, autor de trabalhos sobre a vida e obra do romancista, tenha feito no livro citado considerações tão disparatadas sobre a linguagem camiliana, como por exemplo a de que Camilo “não burilava o estilo” (p.14), “não trabalhava a prosa para a depurar” (p. 14), “era-lhe escasso o tempo para emendar e melhorar: o que escrevera, escrevera” (p. 15). Embora cite de passagem a minha edição do *Amor de Perdição*, certamente não se deu ao trabalho de examinar detidamente o registro das variantes, que comprova o permanente empenho de Camilo de aprimorar os seus escritos, o que faz dele mais admirado ainda dos seus leitores pelas demonstrações constantes da boa utilização dos recursos de expressão que a língua nos faculta. Tendo tido sob os olhos o manuscrito do *Amor de Perdição*, cheio de emendas e rasuras que os estudiosos de crítica genética tanto gostariam de decifrar, Bigotte Chorão chega mesmo a dizer sobre o romancista, com todas as letras: “Escrevia de jacto, com poucas emendas, como se pode ver na edição em fac-símile do *Amor de Perdição*” (p.57) !!!

¹⁷ Exemplos de formas arcaicas e formas populares que Camilo usou no manuscrito, e que aparecem substituídas por formas modernas ou canônicas já no texto da primeira edição do livro: *abóbada* (*abóbada*), *aspeito* (*aspecto*), *baranda* (*varanda*), *barbata* (*bravata*), *barredor* (*varredor*), *bogar* (*vogar*), *cronha* (*coronha*), *groxeta* (*gorjeta*), *relé* (*ralé*), *visavô* (*bisavô*) e muitas mais.

preciso criar no ensino superior de Letras uma disciplina autônoma com programas permanentes em que se concentrariam as atividades da ciência a que se dá o nome de Crítica Textual. Tinha pois a convicção de que era necessário abrir espaço no currículo de formação dos profissionais de Letras para mais uma disciplina básica, ao lado da Lingüística Geral e da Teoria da Literatura já reconhecidas como tal pelo Conselho Federal de Educação.

Assim sendo, como coroamento de todo um trabalho de divulgação e valorização da Crítica Textual, consegui afinal em 1978, graças às providências do Chefe do Departamento de Lingüística e Filologia da UFF, meu colega e amigo Professor Walmirio Macedo, que a disciplina de Língua Portuguesa, de que eu era Professor Titular desde 1965, fosse desdobrada em duas disciplinas autônomas, para se ocuparem dos estudos de Lingüística Portuguesa e de Filologia Portuguesa (esta última comprometida com a realização de estudos teóricos de Crítica Textual e com a aplicação dos mesmos aos textos da língua portuguesa). Para obter essa vitória, tive de enfrentar muitas incompreensões de colegas que, recusando-se a analisar os meus argumentos, escudavam-se até mesmo na polissemia da palavra *filologia* para se oporem à autonomia do setor de Crítica Textual.

Aprovada a minha proposta, transferi-me das minhas funções de Titular de Língua Portuguesa para as de Titular de Filologia Portuguesa. Poucos anos depois, em 1981, submeti-me a provas públicas para a obtenção do título de Livre Docente em Filologia Portuguesa, com a tese intitulada *Sousa da Silveira / O Homem e a Obra / Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, publicada um pouco depois como livro da editora Presença e um belíssimo prefácio do escritor e memorialista Pedro Nava.

Tinha eu, como tenho mais ainda nos dias de hoje, a visão da singularidade e da abrangência da Crítica Textual, matéria que tem uma imensa e sedutora missão a ser levada a bom termo pelos seus especialistas. Segundo o meu entendimento, sujeito a objeções e críticas dos interessados, são as seguintes as principais tarefas da Crítica Textual – como ciência e arte ao mesmo tempo:

– A definição mais precisa do conceito, do objeto, do método e das finalidades da ciência e das diferentes épocas da sua evolução.

– O estudo e classificação dos textos e das edições, e, nos casos de dúvida, a averiguação da sua autenticidade e a fundamentada identificação de textos apócrifos e de edições fraudulentas (contrafações).

– O exame da tradição textual e da fidelidade das transcrições, cópias e edições.

– A pesquisa da gênese dos textos, sem deixar de lado qualquer elemento (inclusive fragmentos textuais) que possa contribuir para as conclusões sobre o labor autoral.

– A fixação dos princípios gerais que devem orientar o trabalho da reprodução e da elaboração de todos os tipos de edições de textos.

– A aplicação de tais princípios e de normas gerais a diferentes tipos de textos, tendo em vista os contextos histórico-culturais em que estão integrados.

– O estabelecimento de normas gerais e de normas específicas para a conversão dos textos orais em textos escritos.¹⁸

– A indicação dos pressupostos filológicos para a boa realização da tradução dos textos.

– A organização dos planos de publicação das obras avulsas ou das obras completas de determinado autor, apoiada em rigoroso levantamento de dados histórico-culturais e biobibliográficos; e a formulação de normas editoriais para cada caso em exame.

– A preparação de edições fidedignas ou de edições críticas, enriquecidas, sempre que recomendável, de estudos prévios, notas explicativas ou exegéticas destinadas a valorizar o labor autoral.

9. Os primeiros programas de Crítica Textual

Portanto, foi no ano de 1978 que se iniciou no Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense a experiência das aulas de Crítica Textual como disciplina curricular básica e obrigatória, integrante de dois currículos diferentes: o de formação de professores e o de formação de revisores críticos, preparadores de originais para o trabalho de editoração e preparadores de textos e críticos textuais.

As ementas que organizei para atender às especificidades de tais currículos – obrigatórias e opcionais – constam dos catálogos da UFF, e prevaleceram de 1978 até a minha aposentadoria no serviço público em 1989. Mantidas com algumas alterações nos anos seguintes pelos coordenadores e professores que me sucederam após a aposentadoria, Marlene Gomes Mendes e Nilda Cabral

¹⁸ Os textos orais são também objeto da Crítica Textual. Bertil Malmberg, na luminosa introdução da obra *Los Nuevos Caminos de la Lingüística* (citamos a tradução do sueco para o espanhol, feita por Juan Almela e publicada em 1967 no México por Siglo XXI Editores), depois de frisar que na definição das tarefas da ciência filológica é preciso tomar a palavra *texto* no sentido mais amplo possível, menciona um exemplo muito expressivo: o da investigação do folclore, para estudar a literatura e as tradições que só se transmitem oralmente; e acrescenta: “Hoy día se estudian el lenguaje y la cultura de los pueblos primitivos con auxilio de la grabación del sonido: el registro en cinta magnética del habla viva y espontánea sirve en gran medida a los mismos propósitos que el texto escrito que sobrevive de una época pasada. Es conveniente, por cierto, extender el significado de la palabra *texto* a fin de abarcar los registros de sonidos” (p. 2).

principalmente, revelam a preocupação de favorecer um amplo conhecimento dos avanços da ciência na segunda metade do século XX, e na parte prática de favorecer a futuros professores ou pesquisadores o conhecimento dos problemas encontrados no trato com os textos manuscritos ou impressos de todas as épocas. Por opção minha, a atenção maior se concentrou no estudo de textos dos autores brasileiros e portugueses do século XIX em diante.

Para que se possa ter idéia do alcance da iniciativa, resolvi anexar em apêndice à presente palestra o extenso programa de estudos e pesquisas de *Crítica Textual* que sempre apresento aos alunos, fruto das minhas reflexões de longos anos, e a relação das últimas ementas preparadas para os alunos da UFF sob a minha orientação.

Dedicando-se a tais estudos, os alunos de Letras terão condições de perceber que para eles não existe apenas o caminho do magistério, mas também o da formação do crítico textual. Por este último poderão enveredar, se sentirem o apelo de uma outra vocação, com perspectivas efetivas de realização profissional como professores, e ainda mais como pesquisadores e como revisores críticos ou editores críticos de textos, em campos de trabalho diversificados – o do magistério ou o da editoração – em que a sua colaboração é tão necessária à propagação das boas idéias filológicas ou à proteção dos textos das deformações a que têm sido submetidos no mercado editorial.

Para concluir, peço aos que me honram com a sua atenção a exata compreensão dos motivos que me fizeram falar-lhes tão apaixonadamente da ciência a que dediquei ininterruptamente 60 anos de minha vida profissional. Senti-me no dever de sair em defesa da *Crítica Textual*, que ainda luta para ter o seu lugar ao sol, enfrentando o incompreensível descaso, ou desinteresse, ou o desprezo, não sei bem, até mesmo de estudiosos que cuidam das demais ciências da linguagem, mas não lhe querem reconhecer o papel preponderante que pode ter na formação dos pesquisadores e professores de Letras e das demais ciências humanas.

APÊNDICE

**PROGRAMA DE CRÍTICA TEXTUAL ORGANIZADO POR
MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA PARA AS SUAS AULAS NA UFF (ATÉ 1989)
E REVISTO E ATUALIZADO EM 2004 PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM LÍNGUA PORTUGUESA DO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS**

NOÇÕES PRELIMINARES:

1. A Crítica Textual no quadro das ciências da linguagem.
2. Crítica Textual: conceito, objeto e método. Filologia / Crítica Textual / Ecdótica / Textologia / Crítica Genética: o problema terminológico.
3. Tarefas realizadas e tarefas atuais da Crítica Textual.
4. Disciplinas de fundamental importância para os trabalhos de Crítica Textual: Linguística (Teórica e Aplicada), Teoria da Literatura, História da Cultura e da Literatura, Bibliologia e Bibliografia, Paleografia, Epigrafia, Diplomática, Codicologia, Manuscriptologia.
5. Idéias falsas, inexactidões, incompreensões a respeito da Crítica Textual.
5. Importância da Crítica Textual para o estudo dos textos antigos, modernos e contemporâneos.
6. Crítica Textual como disciplina autônoma nos cursos superiores de Letras e de outras ciências da área humanística (História, Biblioteconomia, Informática, Editoração).

HISTÓRIA DA CRÍTICA TEXTUAL:

1. Origens das atividades de Crítica Textual. A escola de Alexandria.
2. Etapas da evolução da Crítica Textual: antiga, moderna e contemporânea.
3. A Crítica Textual no século XIX. Karl Lachmann e a sua contribuição à renovação da ciência.
4. A Crítica Textual no século XX.
5. Crítica Genética: breve história; fundamentos; finalidades. Crítica Textual e Crítica Genética: aproximações e distinções.
6. Estudos teóricos e prática da Crítica Textual em Portugal e no Brasil:
 - Os pioneiros em Portugal: Carolina Michaelis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias e outros.
 - Os pioneiros no Brasil: F. A. Varnhagen, Oskar Nobiling, Sousa da Silveira, Augusto Magne, Serafim da Silva Neto e outros.
 - Situação atual.

NOÇÕES TEÓRICAS: O MÉTODO FILOLÓGICO

1. O texto como objeto formal da Crítica Textual.
2. Autenticidade e fidedignidade dos textos. Os problemas da apocrifia e das edições infieis.
3. Classificação dos textos. Textos manuscritos (autógrafos e apógrafos) e textos impressos.
4. Transcrição e reprodução de textos. Tipos de edição. Edição crítica / edição crítico-genética / edição genética. Edição crítica: partes essenciais.
5. Textos antigos, medievais, modernos e contemporâneos e seus problemas específicos.
6. Normas gerais e normas especiais para a edição de textos.
7. Crítica Textual na era da Informática: textos digitados e seus problemas.
8. A exegese do texto como tarefa filológica.
9. Textos orais como objeto da Crítica Textual: técnica de transcrição e reprodução da oralidade e dos textos taquigrafados ou gravados em registros magnéticos.
10. Tradução de textos como operação complexa de Crítica Textual associada a outras ciências da linguagem.
11. Crítica Textual aplicada ao estudo e ensino da língua e da literatura.

EDIÇÃO CRÍTICA

1. Edição crítica / edição crítico-genética / edição genética: conceito; objeto; partes essenciais; finalidades.
2. Edição crítica: definição; exemplos. Problemas principais da preparação de uma edição crítica.
3. Etapas na preparação da edição crítica: estudos prévios; recensão; colação; estemática; eliminação; escolha do texto de base; estabelecimento do texto crítico; apresentação das variantes e variações; organização final do registro crítico-filológico.
5. O aparato crítico e seu significado.
7. Estabelecimento do texto crítico e seus problemas. Tratamento das questões de ortografia e pontuação.
8. Variantes e variações como elementos indispensáveis à compreensão da gênese e evolução da obra literária e à avaliação mais completa do processo continuado da criação artística, e como apoio aos estudos filológicos, lingüísticos e literários.
9. Edição crítica e comentada. Comentário filológico: tipos principais.
10. Edições ou reproduções de textos em língua portuguesa.
11. Fidelidade textual e notas e comentários em edições completas e edições antológicas.

12. O problema das antologias: seleção dos textos; busca das boas fontes; critérios de transcrição dos textos; o valor dos comentários.

EXERCÍCIOS DE CRÍTICA TEXTUAL

Transcrição diplomática.

Transcrição crítica.

Transcrição de textos gravados.

Preparação de textos críticos e de edições críticas.

Utilização do registro de variantes para reconstituição de edições.

Análise dos textos de antologias.

Análise de edições críticas.

Utilização das normas da ABNT previstas para elaboração de monografias; elaboração de uma monografia.

II

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE LETRAS

Ementas da disciplina de Filologia / Crítica Textual
organizadas pelo Professor Titular
Maximiano de Carvalho e Silva
(vigentes no período de 1978 a 1989):

FILOLOGIA I – Introdução ao Estudo da Filologia / Crítica Textual:

1. A palavra “filologia” e suas diversas acepções. “Filologia” como “Crítica Textual”.
2. O texto como objeto da Filologia. Transcrições e reproduções de textos.
3. Tipos de edição: noções principais.

FILOLOGIA II – Problemas de Crítica Textual:

1. A autenticidade e a fidedignidade dos textos: o problema da apocrifia; o problema das edições infiéis.
2. A transcrição crítica do texto e seus problemas principais: grafia; pontuação.
3. Edição crítica: definição; exemplos. Problemas principais da preparação de uma edição crítica.

FILOLOGIA III – Fundamentos da Crítica Textual. Disciplinas auxiliares.

1. Conceito, objeto e método da Crítica Textual.

2. O texto como objeto da Filologia. Textos manuscritos e textos impressos: classificação. Transcrições e reproduções de textos.
3. Contribuições da Crítica Textual e outras ciências e de outras disciplinas à Crítica Textual.
4. Inexatidões e idéias falsas a respeito da Crítica Textual.

FILOLOGIA IV – A edição crítica dos textos: conceito; partes essenciais. Aparato crítico; o registro das variantes. A edição crítica e comentada.

1. Conceito de edição crítica.
2. Os estudos e pesquisas básicos para a preparação de uma edição crítica.
3. Pontos fundamentais: a escolha do texto de base; o critério de fixação do texto crítico; a organização do aparato crítico; o registro filológico; a apresentação das variantes.
4. A edição crítica e comentada: sua contribuição ao progresso dos estudos literários e ao de outras ciências.

FILOLOGIA V – Prática de Crítica Textual:

1. Estudos prévios.
2. Planejamento de uma edição crítica.
3. Execução do plano.

FILOLOGIA VI – Análise de edições ou reproduções de textos em língua portuguesa, especialmente de transcrições diplomáticas e de transcrições críticas. Exercício de estabelecimento de texto.

1. Características dos principais tipos de edições e reproduções de textos.
2. Análise de uma edição diplomática.
3. Análise de uma edição crítica.

FILOLOGIA VII – A Crítica Textual e o estudo e ensino da Língua Portuguesa e das literaturas portuguesa e brasileira.

1. A Crítica Textual como matéria básica do Curso de Letras.
2. Necessidade da boa orientação filológica: a importância dos textos; cuidado na escolha das edições.
3. O problema das antologias: a seleção dos textos; a busca das boas fontes; os critérios de apresentação; o valor dos comentários.
4. Análise de uma antologia da língua portuguesa.

FILOLOGIA VIII – Breve história da Crítica Textual. A Crítica Textual em Portugal e no Brasil. A edição de textos medievais e seus problemas.

1. Origens da Crítica Textual e seu desenvolvimento. A Crítica Textual a partir do século XIX.
2. Atuação dos grandes mestres da Crítica Textual em Portugal.
3. A Crítica Textual no Brasil: principais trabalhos realizados; Sousa da Silveira e a edição de autores brasileiros.
4. Os problemas das edições de textos medievais.

Parte Prática:

Conforme a ementa e o programa do semestre, escolher-se-ão os procedimentos mais adequados na relação seguinte:

1. Leitura comentada de textos teóricos de apoio ao desenvolvimento do programa.
2. Exercício de transcrição diplomática de textos manuscritos ou impressos.
3. Exercício de transcrição crítica de textos manuscritos ou impressos.
4. Exercício de transcrição de textos gravados em disco ou fita magnética.
5. Comparação de transcrições diplomáticas e transcrições críticas de um mesmo texto.
6. Exercícios de preparação de edição crítica: estabelecimento do texto; registro das variantes; organização do aparato crítico.
7. Análise de antologias ou de edições completas de autores portugueses e brasileiros publicadas mais recentemente.

VOZES DE CULTURA CLÁSSICA NA LIRA DE MANUEL BANDEIRA: II – DA SUA FORMAÇÃO LATINA AOS RITMOS “INUMERÁVEIS”

Sebastião Tavares de Pinho
Universidade de Coimbra, PT

1. Em outra ocasião e lugar tive a oportunidade de escrever acerca da formação helenística do extraordinário poeta que foi Manuel Bandeira e de quanto a cultura e a literatura helénicas, e mesmo a língua grega, estão presentes na sua produção literária.¹ O pretexto da minha pesquisa fora então uma crónica do poeta, que assim começa:

Na última de suas interessantíssimas reportagens dominicais para o *Diário de Notícias*, a nossa querida Eneida tomou para assunto aqueles versos que “adormeceram dentro de nós mas estão sempre prontos a acudir-nos, na rua, em casa, em noites ou dias, a qualquer momento”. Perguntou a meio mundo: “Você tem algum verso que o persiga?”²

Bandeira resolveu aceitar o desafio, entrou no jogo e respondeu à jornalista Eneida dizendo-lhe que eram tantos os versos que, em variadas línguas, o perseguiram, que não caberiam no espaço das colunas daquele jornal. Relativamente à língua de Homero, escrevia ele: “Só me ficou na lembrança um sorriso no meio de lágrimas, não chega a ser um verso, é apenas um fragmento do mesmo Homero: *dracúoen* [sic] *gelásasa*”. Esta metade de um verso transcrito em grego, que é afinal um hemistíquio do canto VI (verso 484) da *Iliada*, resume os sentimentos de Andrómaca no momento da despedida de seu marido Heitor a caminho do fatal duelo, e da morte que se adivinhava mas que o herói tentava afastar da imaginação da esposa com palavras de consolação e de esperança. A nobre dama respondeu com o seu silêncio e “sorrindo por entre lágrimas”: *dacruóen gelásasa*.³

¹ Vd. Sebastião Tavares de Pinho, “Vozes de cultura clássica na lira de Manuel Bandeira: I - Da cidade de Ciro à utopia de Pasárgada”, *Máthesis* 5 (Viseu, 1996) 417-435.

² Vd. Manuel Bandeira, “Resposta a Eneida”, *Flauta de Papel*, in *Poesia e Prosa*, vol. II, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, Ltda., 1958, p. 489.

³ Vd. *Idem, ibidem*. A edição da Aguilar, de que aqui nos servimos, apresenta, como se vê, um duplo erro ortográfico: *dracúoen* por *dacruóen*.

Foi este meio-verso que, em tempos, como disse, me levou a proceder à leitura da obra de Bandeira, para concluir que ela está profundamente impregnada de uma forte influência da cultura grega, adquirida a partir dos tempos da sua formação escolar.

Mas, na referida resposta à jornalista Eneida, do *Diário de Notícias*, Manuel Bandeira pouco depois acrescentava: “Do latim guardei mais coisas”. Ora, é justamente das suas coisas de latim que agora pretendo ocupar-me.

De facto, o nosso poeta apresenta de seguida, de entre as influências e memórias latinas que guardou, alguns exemplos daquelas que mais o marcaram:

As que verdadeiramente me “perseguem” são um verso da primeira bucólica de Virgílio: *Formosam resonare doces Amaryllida silvas* (“Ensinas os bosques a repetir o nome da formosa Amarílis”) e os dois primeiros tercetos do poema “*Franciscae meae laudes*”, de Baudelaire:

*Novis te cantabo chordis,
O novelletum quod ludis
In solitudine cordis.*

*Esto sertis implicata,
O femina delicata,
Per quam solvuntur peccata!*⁴

Não admira que o poeta Bandeira se tenha enamorado de um dos versos mais belos do bucolismo virgiliano, que exprime de maneira particularmente concisa e poética, ao mesmo tempo, o grito apaixonado do jovem pastor pela sua amada Amarílis quando ele chama pelo nome dela, e também a total comunhão da natureza com os sentimentos humanos, quando esta repete por meio do eco o som do mesmo nome.

Quanto aos seis versos do poema latino que o famoso poeta francês compôs “para uma modista erudita e devota”⁵, pode parecer mais estranho que

⁴ Vd. *Idem*, p. 490.

⁵ Vd. Baudelaire, *Oeuvres complètes*. Préface, présentation et notes de Marcel A. Ruff, Paris, Éditions du Seuil, 1970, p. 77. Eis uma tentativa de tradução para português:

Cantar-te-ei com renovada lira,
Ó pequenina que brincas
Na solidão do meu peito.

Sê de grinaldas envolvida,
Ó delicada mulher,
Por quem absoltos ficam meus pecados!

Bandeira os tenha fixado na memória e sobretudo que lhes tenha concedido particular relevo ao reevocá-los por várias vezes na sua obra.

Com efeito, já em crónica de 30/XI/1926, a propósito de um “Soneto em latim” de Mendes de Aguiar (tradução de parte do soneto “A viola” de Sílvio Romero), e falando da “impossibilidade da rima e da medida silábica com o gênio do idioma do Lácio”, Bandeira recorda e transcreve o primeiro terceto daqueles versos de Baudelaire, que pertencem, efectivamente, ao poema “*Franciscae meae laudes*”, incluído em *Les fleurs du mal*.⁶

E mais tarde, em “O Fauno” da colecção da *Estrela da Tarde*, enquadra na imagem crepuscular e evasiva do tema amor/morte envolto no espaço hortense da ninfa fugidia, um dístico latino que a identifica com o pequeno jardim de plantas noviças (talvez conduzido pela etimologia de *novelletum*) que brinca na solidão do seu peito, e que, embora o poeta aqui o não diga, coincide com dois versos do primeiro terceto do referido poema latino de Baudelaire, uma das fontes preferidas da sua inspiração:

O novelletum quod ludis

*In solitudine cordis!*⁷

Enfim, o facto de Bandeira conservar sempre viva na sua memória a recordação de uma boa parte do poema latino baudelaireano, prova a particular familiaridade do poeta brasileiro com a língua do Lácio. E é essa familiaridade que explica como ele utiliza e maneja, com notável à-vontade, vocabulário latino em frases e citações ou em expressões adaptadas a variadas circunstâncias, ao longo da sua obra.

2. Em *Estrela da Tarde*, por exemplo, escolhe mesmo para título de um poema a expressão latina “*Ad instar Delphini*” para traduzir o seu propósito de o compor “À maneira de Delfim”, isto é, ao jeito do poeta parnasiano Luís Delfino dos Santos, em cuja composição “Capricho de Sardanapalo” se inspirara o nosso poeta, chegando a glosar até o último verso desse texto.⁸

⁶ Vd. Manuel Bandeira, “Soneto em latim”, *Andorinha, Andorinha*, Edição Comemorativa do Centenário de Nascimento do Bardo (1886-1986). Seleção e coordenação de textos de Carlos Drummond de Andrade, 2ª edição, Rio de Janeiro, José Olympo Editôra, 1986, p. 187-188. Cfr. Baudelaire, *op. cit.*, p. 77.

⁷ Vd. Manuel Bandeira, “O Fauno”, *Estrela da Tarde*, in *Poesia Completa e Prosa*, em um volume, Rio de Janeiro, C^{ia}. José Aguilar Editôra, 2ª edição, 1967, p. 386-387.

⁸ Vd. Manuel Bandeira, “Ad instar Delphini”, *Estrela da Manhã*, *op. cit.*, p. 375-376. Cf. Luís Delfino dos Santos, *Algas e Musgos*, Vol. I, Rio de Janeiro, Pimenta de Melo, s.d.[1927], p. 151. Bandeira repete a mesma expressão, mas em português, “À maneira de ...” como título genérico de cinco poemas inspirados em outros poetas (Vd. Manuel Bandeira, *Mafuá do Malungo*, *op. cit.*, p. 559-565).

Outro título de formação greco-latina é o da poesia “Ariesphinx” do mesmo livro *Estrela da Tarde*,⁹ nome composto de *aries* (carneiro) e *sphinx* (esfinge), que Bandeira escolheu para seu *ex-libris*. A razão da presença de *aries* nesta combinatória deve-se ao facto de o nome completo do poeta incluir o sobrenome Carneiro – Manuel Carneiro de Sousa Bandeira –, como ele próprio explica em *Itinerário de Pasárgada*¹⁰. Só o conhecimento não apenas da cultura e da mitologia clássica, mas também das línguas grega e latina, poderia ter levado o autor a formar este composto híbrido substituindo o habitual corpo do leão da esfinge da Antiguidade pelo de um carneiro, resultando numa ariesfinge com o intuito de simbolizar, segundo palavras suas, “A força da doçura / A força da poesia, / A força das mulheres e das crianças, / A força de Jesus – o cordeiro de Deus”.¹¹

O poeta mostra claras influências clássicas na sua poesia mesmo ao nível do vulgar vocabulário português, em que, com frequência, se surpreendem evidentes latinismos lexicais. Há exemplos disso também na escolha de títulos, designadamente no livro intitulado *Ritmo Dissoluto*, em que o particípio “dissoluto” parte do sentido inicial do verbo latino *dissolvere* (desligar, dissolver; desprender, soltar, livrar, etc.) e se adequa perfeitamente à ideia de “ritmo livre”, fora dos preceitos da poética tradicional.¹²

A presença do mesmo léxico latino em Manuel Bandeira verifica-se também no interior de muitas das suas composições, em termos ou expressões de carácter literário como, por exemplo, em ‘fero’ no soneto “A Camões”¹³, em ‘ricto’ no poema em prosa “Epígrafe”¹⁴, em ‘glabro’ a rimar com ‘volutabro’ no soneto “A ceia”¹⁵, em ‘atro’, ‘suplicemente’ e ‘palmas’ isto é ‘palmas das mãos’ no soneto “Menipo”¹⁶, em ‘almo’, ‘ledo’, ‘rudo’ e ‘coreas’ no soneto “A morte de Pã”¹⁷, no adjectivo ‘insontes’ em “Mensagem do Além”¹⁸, em ‘sicofantas’ nos versos dedicados a “Thiago de Mello”¹⁹, etc, etc.

⁹ Vd. Manuel Bandeira, *op. cit.*, p. 392.

¹⁰ Vd. Manuel Bandeira, *op. cit.*, p. 95.

¹¹ Vd. *idem, ibidem*.

¹² Sobre o carácter deste livro, veja-se o que diz o próprio autor em *Itinerário de Pasárgada, op. cit.*, p. 82-85.

¹³ Vd. Manuel Bandeira, “A Camões”, *Cinza das Horas, op. cit.*, p. 154.

¹⁴ Vd. Manuel Bandeira, “Epígrafe”, *Carnaval, op. cit.*, p. 191.

¹⁵ Vd. Manuel Bandeira, “A ceia”, *ibidem*, p. 207.

¹⁶ Vd. Manuel Bandeira, “Menipo”, *ibidem*, p. 208.

¹⁷ Vd. Manuel Bandeira, “A morte de Pã”, *ibidem*, p. 208.

¹⁸ Vd. Manuel Bandeira, “Mensagem do Além”, *Estrela da Tarde, op. cit.*, p. 387.

¹⁹ Vd. Manuel Bandeira, “Thiago de Mello”, *Mafuá do Malungo, op. cit.*, p. 442.

3. Em muitos casos trata-se de simples termos ou expressões consagrados pelo uso comum das pessoas cultas. Mas Bandeira sempre as utiliza com clara consciência do seu significado e com oportuna e adequada propriedade, o que nem sempre acontece com outros autores.

São exemplo disso o vocábulo *facies*, para designar o aspecto ou aparência, referido ao poeta Augusto Frederico Schmidt, cujos inimigos o chamavam tubarão “o que” – observa o poeta – “não vai nada com o *facies* de sua gordura”.²⁰

Entre as expressões latinas dispersas pela sua obra encontram-se as famosas palavras *Nec plus ultra*, adaptação da frase *Non plus ultra* que é tradução da grega *ouketi pros w* usada por Píndaro (*Nemeias*, 3, 21) e que, segundo a tradição mitológica, fora gravada nas chamadas Colunas de Hércules, erigidas sobre os rochedos de Calpe e Ábila, que definem o Estreito de Gibraltar, como sinal do limite ocidental do mundo, e como advertência sobretudo aos navegantes para que não ousassem o sacrilégio de as ultrapassar e penetrar no tenebroso Oceano povoado de monstros. Como é sabido, Carlos V rompeu com essa interdição quando usou a expressão positiva *Plus ultra* para seu lema e para afirmação do seu império sem limites. Em Manuel Bandeira a forma adaptada *Nec plus ultra*, usada depois no sentido do mais alto grau de perfeição possível, assume um velado tom satírico, quando, numa crônica acerca da Academia Brasileira de Letras, o poeta afirma que esta “para muita gente dentro e fora dela, [...] representa o *nec plus ultra* da glória, o máximo expoente da vida intelectual brasileira”.²¹

Outras vezes, de mistura com várias línguas que bem conhecia – inglês, francês, alemão –, assume e utiliza frases ou expressões latinas, originais ou adaptadas, como *Pauca, sed bene parata!* em “Golpe do Chapéu”²², paralela à conhecida locução proverbial *pauca, sed bona*.

Aparecem, ainda, expressões como *pro forma*, a respeito de Gonçalves Dias preocupado em salvaguardar as aparências do seu casamento em crise²³; *post mortem*, referida às sucessivas edições da obra de Raul de Leoni²⁴; *ad infinitum*, num belo comentário a “Um poema de Castro Alves” cujos decassílabos assumem um ritmo “como se” – diz Bandeira – “o silêncio da meia-noite

²⁰ Vd. Manuel Bandeira, “Gordos e Gordos”, *Flauta de Papel*, in *Poesia e Prosa*, Vol. II, Rio de Janeiro, Editôra José Aguilar, Ltda., p. 371.

²¹ Vd. Manuel Bandeira, “A Academia”, *Flauta de Papel*, in *Poesia e Prosa*, Vol. II, p. 503.

²² Vd. Manuel Bandeira, “Golpe do chapéu”, *Crônicas da Província do Brasil*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 537.

²³ Vd. Manuel Bandeira, “Gonçalves Dias, Esboço Biográfico”, in *Poesia e Prosa*, Vol. II, p. 762.

²⁴ Vd. Manuel Bandeira, “Raul de Leoni”, *De Poetas e de Prosa*, op. cit., Vol. II, p. 1263.

em que foram concebidos aqueles versos os tivesse prolongado, além da medida, *ad infinitum*²⁵; e as vulgares expressões *ad litteram*, *ad libitum* e *mutatis mutandis*, a primeira referida à tradução “para moderno” de um soneto de Bocage²⁶, a segunda a propósito do livre critério de selecção de cenas de reportagem seguido por um *camera man*²⁷, e a última a respeito de umas palavras de crítica feita ao poeta por Agripino Grieco.²⁸

Podemos, ainda, registar fórmulas da linguagem jurídica e contabilística, como *capitis diminutio* enquadrada no conselho dado pelo poeta a um pretendo candidato à Academia de Letras, cujo primeiro dever, em sua opinião, “é não temer a derrota, não encará-la como uma *capitis diminutio*”²⁹, isto é, uma perda de autoridade; a fórmula *per capita* integrada num elogio ao poeta e economista Augusto Schmidt, defensor de determinado plano económico nacional³⁰; e também a expressão *vir bonus*, de sabor ciceroniano com que ele classifica o seu amigo Milton Campos como um homem honesto.³¹

Muitos destes sintagmas são herança de autores latinos, ou gregos nalguns casos, a quem Manuel Bandeira presta homenagem de modo por vezes implícito, outras vezes expresso. É o caso da famosa frase de Plauto “O homem é lobo do homem” que o nosso poeta usa, com acento satírico, num comentário ao filme “Pane em Caxias”, em que, ao descrever a pronta solidariedade e o “impulso de cooperar” dos transeuntes perante um acidente de viação, faz o seguinte comentário: “se [o impulso de cooperar] existisse em todas as atividades da vida tão espontâneo e desinteressado como o vemos nas ‘panes’ de automóveis, acabaria com a estafada citação de Plauto: “*Homo homini lupus*”.³²

Expressão virgiliana é *ad astra*, usada com particular humor no comentário ao lema *Ad immortalitatem* finalmente adoptado pela Academia Brasileira de Letras³³ e sobre a qual Manuel Bandeira havia de tecer novas considera-

²⁵ Vd. Manuel Bandeira, “Um Poema a Castro Alves”, *ibidem*, Vol. II, p. 1255.

²⁶ Vd. Manuel Bandeira, “Duas traduções para moderno”, *Andorinha, Andorinha*, p. 250.

²⁷ Vd. Manuel Bandeira, “Sabe com quem está falando?”, *Andorinha, Andorinha*, p. 379.

²⁸ Vd. Manuel Bandeira, “Mestre, contramestre”, *Andorinha, Andorinha*, p. 22.

²⁹ Vd. Manuel Bandeira, “Conselhos ao candidato”, *Andorinha, Andorinha*, p. 146.

³⁰ Vd. Manuel Bandeira, “Schmidt, poeta e economista”, *Andorinha, Andorinha*, p. 208.

³¹ Vd. Manuel Bandeira, “Perfeição moral”. *Andorinha, Andorinha*, p. 328. Cfr. Cícero, *Defesa de Célio*, 5, 12.

³² Vd. Manuel Bandeira, “Pane em Caxias”. *Andorinha, Andorinha*, p. 137. Cfr. Plauto, *Asinária*, 2, 4, 88.

³³ Sobre *ad astra*, vd. Virgílio, *Eneida*, 9, 641, e *Bucólicas*, 5, 52. Entre as divisas anteriormente propostas para a ilustre instituição, surgira a latina *Litterarum vincitur pace*, da autoria de Joaquim Nabuco, também registada por Bandeira em “Vida e trabalhos da Academia Brasileira de Letras” (vd. *Poesia e Prosa*, vol. II, p. 1137).

ções críticas, cheias de ironia e humor em “Duas coisas não me agradam”, deste modo:

[...] A segunda é esse aurisplendente fardão, que só me vestiu uma vez e sob o qual me senti não como glorioso itinerante *ad immortalitatem*, mas como um daqueles batráquios *chamarrés de pustules* do *Chantecler* de Rostand.³⁴

E quando, nos inícios de 57, resolveu tomar posição pública acerca dos poetas concretistas, cujo movimento se impusera nos meios literários brasileiros de então e em cuja estética ele próprio ensaiou algumas composições³⁵, Bandeira assumia, de alguma maneira, a defesa da poesia concreta como uma arte difícil que, acima de tudo, “exige o poeta de gênio”, e termina o seu comentário usando, com segurança e inteira propriedade, parte da conhecida frase virgiliana “*hoc opus, hic labor est*”,³⁶ como quem diz: “É aqui que reside toda a dificuldade”.

E importa, ainda, relembrar que o maior testemunho de admiração do nosso poeta pela obra do Mantuano reside no facto de ele ter retido para sempre na memória, como ideia poética fixa que o perseguia sem cessar, um dos versos mais líricos da primeira Bucólica virgiliana, ao qual nos referimos atrás, isto é, aquele que fala da amada de Títiro, a formosa Amarílis, e que Bandeira traduz, num casamento feliz de rigor e beleza.

Um outro autor latino dos mais presentes neste tipo de testemunho é claramente Horácio, a quem o poeta brasileiro evoca em citações muito expressivas, colhidas nas *Epístolas*, nas *Sátiras* e, sobretudo, nas *Odes*. Algumas, em que o nome do Venusino aparece expresso, são feitas em segunda mão, se bem que Bandeira as adopte com inteira propriedade e certeza. Estão neste caso expressões como *avis rara*, referida ao advogado João Maximiano de Figueiredo, que, segundo sua opinião “foi *avis rara* no Brasil”³⁷; e o conhecido con-

³⁴ Vd. Manuel Bandeira, “Duas coisas não me agradam”, *Andorinha, Andorinha*, p. 159.

³⁵ Apesar de ter negado a sua adesão à estética concretista que um jornal anunciara, Bandeira deixou-se tentar por este tipo de poesia e veio a publicar cerca de uma dezena de poemas com “uns toques de concretismo”, como ele próprio explica. Vd. “Poesia concreta, I”, *Flauta de Papel*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 586-587, e “Composições”, *Estrela da Tarde*, *ibidem*, p. 409-413.

³⁶ Vd. Manuel Bandeira, “Poesia concreta, II”, *Flauta de Papel*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 589. Cfr. Virgílio, *Eneida*, 6, 129.

³⁷ Vd. Manuel Bandeira, “Diálogo”, *Flauta de Papel*, in *Poesia e Prosa*, Vol. II, p. 448. Cfr. Horácio, *Sátiras*, 2, 2, 26.

selho horaciano de fruir o dia presente, o *carpe diem* da Ode I, 11, muito provavelmente citado em “O coração inumerável”.³⁸

Um caso especial é o epíteto de “raça irritável” – *genus irritabile* – com que Horácio definiu o escritor em geral e o poeta em particular e de que Bandeira se socorre pelo menos por duas vezes. Efectivamente, o maior lírico latino, na sua *Carta a Floro*, famosa pelo interesse que representa para a teoria poética, lamenta-se de ter de suportar muitas baixezas para poder andar de bem com os seus confrades, a quem apodou de “raça irritável”. São dele, com efeito, estas palavras: “Muita coisa eu suporto para poder agradecer à raça irritável dos vates” (*Multa fero ut placem genus irritabile uatum*).³⁹

É este pensamento que se vê expresso na obra bandeirina em duas ocasiões. Uma na crónica sobre “O mercador de Livros”⁴⁰ Carlos Ribeiro, em cujo “conjunto de lojinhas da Rua de São José” pairava “o espírito do santo das famílias ocupado em promover a união da família dos plumitivos, da *genus irritabile*”; a outra, em “Poetas bissextos, II”⁴¹, a propósito da questão de incluir Afonso Arinos de Melo Franco entre os poetas bissextos ou entre os contumazes:

[...] colocar Arinos na categoria dos contumazes é tirar-lhe um pouco do vago encanto que encontro nos bissextos. O bissexto, na sua relativa importância criadora, tem às vezes achados que encham de inveja todo o *genus irritabile*.

3. A oportunidade e flexibilidade da fraseologia latina de que Bandeira se serve está patente de um modo particular na intenção pessoal e na carga semântica de ordem, por assim dizer, modal que o poeta lhes imprime para variados fins específicos: o texto latino pode servir claros intuitos de sátira, de humor

³⁸ Vd. Manuel Bandeira, “O coração inumerável”, *Crônicas da Província do Brasil*, in *Poesia e Prosa*, Vol. II, p. 253. Digo que é provável citação porque no texto bandeirino o imperativo verbal aparece sob a forma *parce* em vez de *carpe*. Metátese consonância provocada pela distração do poeta? Gralha tipográfica? Ou tratar-se-á de outra fonte? A verdade é que este pensamento horaciano quadra bem com o comentário de Manuel Bandeira a *Le Coeur innombrable* e a *L'Ombre des jours* da condessa Mathieu de Noailles. Vejamos as próprias palavras do nosso poeta: “A lição do ‘coração inumerável’ foi o mesmo *parce diem* antigo dada não com a serenidade risonha do poeta latino, mas com o frenesi de um condenado que não aceita a idéia de morte e que já se sente morto só porque tem de morrer.”

³⁹ Vd. Horácio, *Epístolas*, 2, 2, 102.

⁴⁰ Vd. Manuel Bandeira, “O mercador de livros”, *Andorinha, Andorinha*, p. 324.

⁴¹ Vd. Manuel Bandeira, “Poetas bissextos, II”, *De poetas e poesia*, in *Poesia e Prosa*, vol. II, p. 1299.

e de ironia conforme o modo como o poeta encara a matéria tratada, como acontece em exemplos já referidos.

Uma atitude de desdém, por exemplo, pode ver-se na expressão *et reliqua* com que o poeta reúne e classifica os protagonistas do existencialismo sartriano, quando, muito em segredo, confia aos seus leitores que só muito tarde (em 1956) entra em contacto com Sartre. Ele explica: “É que a propaganda existencialista, St. Germain des Près e seu pitoresco de encomenda, Juliette Greco *et reliqua* me punham de pé atrás”⁴². Não podemos deixar de ver neste neutro latino do plural um acento profundamente despiciativo.

Outros casos de modalidade conotativa podem sentir-se na ironia com que Manuel Bandeira usa a expressão *persona grata* a respeito da preferência dada por certa empresa jornalística a um segundo cronista, quando o poeta fora proposto pela Direcção do respectivo jornal para nele manter uma crónica de cinema.⁴³ Ou no sentimento de inconformado desgosto com que Bandeira, no poema “Recife”, recorda com saudade os tempos da sua infância e lamenta as transformações operadas pela máquina moderna sobre a sua terra natal deixando-a transfigurada, a ponto de ele ter de se resignar a não poder visitar aquela cidade, nem mesmo como depositária de seus ossos. “Ah Recife, Recife, *non possidebis ossa mea*”, diz o poeta usando a frase latina, habilmente adaptada, do conhecido epitáfio que o cônsul Cipião, o Africano, mandara gravar no seu próprio túmulo depois do exílio voluntário que precedeu a sua morte, como denúncia da ingratidão sofrida da parte de Roma: “Ingrata pátria, que nem sequer meus ossos haverás de possuir”⁴⁴.

O mesmo carácter funcional do latim está ao serviço do próprio humor, como no caso do “Retruque a Guimarães Rosa”, em que o nosso poeta se serve dos seus conhecimentos da ortografia e da morfologia nominal da língua latina para construir um jogo de palavras à volta do nome desse outro “monstro” da literatura brasileira, brincando, até ao requinte, com as várias hipóteses de grafia – arcaica, clássica e falsa – do ditongo *ae*, no verso “*Rosa, Rosai, Rosae, Rosoe*” evocativo do paradigma dos nomes da primeira declinação de uma grande parte dos compêndios de gramática latina.⁴⁵

⁴² Vd. Manuel Bandeira, “Entre quatro paredes”, *Andorinha, Andorinha*, p. 131.

⁴³ Vd. Manuel Bandeira, “Apresentação do cronista”, *Andorinha, Andorinha*, p. 133-134.

⁴⁴ Vd. Manuel Bandeira, “Recife”, *Estrela da Tarde*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 391. Cfr. Valério Máximo, *Feitos e Ditos Memoráveis*, 5, 3, 2b. O texto de Valério é, de facto, mais amplo e assumia um tom de certa vingança: “*Patria ingrata ne ossa quidem mea habes*”.

⁴⁵ Vd. Manuel Bandeira, “Retruque a Guimarães Rosa”, *Mafuá do Malungo*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 497.

O latim está, em Bandeira, também ao serviço da linguagem técnica, como se vê no uso recorrente da frase *Vbi sunt* com que ficou conhecido, desde certos poemas da Idade Média, o tema da evocação do passado perdido, como diria Emílio Moura no seu *Cancioneiro*:

Os que deixei no caminho,
 Sôbolos rios que vão ...
Onde é que estão?
Onde é que estão
 Os que deixei no caminho?⁴⁶

Bandeira aplica, com toda a justeza, esta fórmula retórico-poética, por exemplo, ao apreciar, em “Bilu, acadêmico”, o discurso de posse de Augusto Meyer na Academia:

“E Meyer ainda achou jeito de evocar a pequena Academia que era a sala do diretor da Biblioteca Nacional ao tempo da administração do saudoso Rodolfo Garcia, glosa do tema *Ubi sunt*, a parte comovida da oração”.⁴⁷

A mesma expressão aparece no poema “Antônia”, dedicado ao mesmo amigo Meyer, em que, por entre reminiscências de um tempo irremediavelmente perdido, sugere e rebusca, na memória, a vivência de um amor antigo, e em que, por outro lado, previne o leitor de que não se trata de “crônica nem poema./ É apenas, / Uma nova versão, a mais recente, do tema *ubi sunt*”.⁴⁸

Mas é sobretudo no “Passeio em São Paulo” que esta frase da nomenclatura poética latina melhor demonstra o excelente aproveitamento funcional que Bandeira faz da sua preparação humanística, quando procura, de volta ao hotel, nas ruas paulistas, os testemunhos já desfeitos de seu passado de amor, com uma emoção que faz lembrar o refrão dionisino “Ay Deus, e hu é?”. Diz o nosso poeta:

Volto ao hotel pelo Anhangabaú.
 Onde as *Juvenilidades auriverdes*? Onde
 A *passiflora*? o *espanto*? a *loucura*? o *desejo*?
Ubi sunt?
Ubi sunt?⁴⁹

⁴⁶ Citado por Geir Campos, *Pequeno Dicionário de Arte Poética*, São Paulo, Editora Cultrix, 1978, p. 164.

⁴⁷ Vd. Manuel Bandeira, “Bilu acadêmico”, *Andorinha, Andorinha*, p. 154.

⁴⁸ Vd. Manuel Bandeira, “Antônia”, *Estrela da Tarde*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 377-378, ou in *Poesia e Prosa*, vol. I, 431.

⁴⁹ Vd. Manuel Bandeira, “Passeio em São Paulo”, *Estrela da Tarde*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 378, ou *Poesia e Prosa*, p. 432-433.

4. O conhecimento que Manuel Bandeira revela da língua do Lácio reflecte-se, naturalmente, no interesse pela própria literatura latina. Assim, aparecem referências explícitas a obras e autores latinos como já vimos, designadamente Plauto, Cícero, Catulo, Virgílio, Horácio e, mesmo, à literatura latina cristã. Bandeira considera que o conhecimento da poesia latina é um excelente requisito, por exemplo, para a teorização da própria poética portuguesa. E assim o exprime acerca de Said Ali, por ocasião de uma nota crítica que lhe fez ao compêndio *Versificação Portuguesa*:

O prof. Said Ali” [...] “não é um poeta. Mas o seu íntimo conhecimento da poesia latina e da poesia das grandes literaturas ocidentais dá-lhe competência para versar o assunto com uma autoridade que não terá talvez atualmente nenhum poeta de língua portuguesa.⁵⁰

E, uma vez que falamos de poética, podemos lembrar que Bandeira não desconhecia a literatura latina cristã, da qual evocou, por duas vezes pelo menos, o famoso hino ou sequência “*Veni, Sancte Spiritus*”, como exemplificação quer de poesia rimada em sílabas finais átonas, quer de rima toante, transcrevendo para o efeito as quatro primeiras estrofes do mesmo poema, num caso⁵¹, e apenas a primeira, no outro.⁵²

É também no mesmo estudo, e a propósito da definição de verso livre, que o poeta mais uma vez recorre ao latim para completa clareza de ideias. Assim:

Mas esse verso livre cem por cento é aquele que não se socorre de nenhum sinal exterior senão o da volta ao ponto de partida à esquerda da folha do papel: *verso* derivado de *vertere*, voltar. À primeira vista, parece mais fácil de fazer do que o verso metrificado. Mas é engano.⁵³

Voltando aos autores latinos da Antiguidade Clássica, para além das citações transcritas de Plauto, Virgílio, Horácio e de outros, Bandeira evoca e aprecia a própria obra desses autores de forma expressa. De Cícero, fala, por exemplo, a propósito do pintor e poeta brasileiro Cícero dos Santos Dias em “Notícias de Cícero”, prevenindo logo no começo da crónica: “Não se trata do Cícero de Arpino, do Cícero das *Catilinárias* e das *Filípicas*, mas do Cícero de Cajazeiras, Estado de Pernambuco. Cícero dos Santos Dias, pintor e poeta.⁵⁴ E, em crónica acerca da fundação, em São Paulo, de uma Associação

⁵⁰ Vd. Manuel Bandeira, “Prefácio”, *Ensaio Literários*, in *Poesia e Prosa*, vol. II, p. 1179.

⁵¹ Vd. Manuel Bandeira, “A rima”, *op. cit.*, p. 1174.

⁵² Vd. Manuel Bandeira, “Poesia e verso”, *De Poetas e de Poesia*, *op. cit.*, p. 1278.

⁵³ Vd. *ibidem*, p. 1282.

⁵⁴ Vd. Manuel Bandeira, “Notícias de Cícero”, *Flauta de Papel*, in *Poesia e Prosa*, vol. II, p. 269.

Cristã de Veteranos, “que é eufemismo de Velhos” e “vai ensinar os homens de idade propecta a serem felizes”, o poeta não esquece de recomendar, sobre esta matéria, a leitura de um dos diálogos mais famosos do Arpinate: “Lede o diálogo ‘Da Velhice’, de Cícero, e convencei-vos de que ela nada tem de temível”.⁵⁵

A respeito de Virgílio, além do que já vimos em matéria de citações, há ainda pelo menos uma referência ao Mantuano em carta de Bandeira dirigida a seu tio Raymundo Bandeira, em Janeiro de 1910, na qual se trocam ideias sobre o conceito de “clássico” e sobre arte poética, e em que o nosso poeta escreve:

A propósito do alexandrino de Corneille, pergunta-me se porventura acho monótono o metro de Virgílio, Dante e Camões. De modo nenhum! O caso é diferente. Virgílio escreveu em hexâmetros, os outros dois decassílabos (endecassílabos, pela velha métrica). São medidas de muitos recursos, que eles variaram com infinita arte.⁵⁶

E, dentro do mesmo epistolário bandeirino, numa carta deliciosa de resposta a Zila Mamede, jovem poetisa “até debaixo da água” nas palavras e na opinião do poeta, mas que, pelo visto, tinha aversão ao latim, Manuel Bandeira dá-lhe o seguinte conselho de amigo, que é, ao mesmo tempo, um exemplo de realismo didáctico para a situação em causa e um notável testemunho da sua própria admiração pela poesia clássica latina:

“Mas olhe, deixe de bobagem, e trate de estudar bem latim. Não se importe muito com a gramática rosa, rosae, amo, amas, amat, etc. Compre os livros de tradução justalinear que chamam “burro” e leia os poetas latinos. Comece pelo Catulo, que é uma delícia”.

E a seguir Bandeira transcreve os próprios versos latinos da segunda parte do famoso poema dos beijos, do poeta de Verona:

*Da mi basia mille, deinde centum;
Dein mille altera, dein secunda centum;
Dein usque altera mille, deinde centum;
Dein, quum millia multa fecerimus,
Conturbabimus illa, ne sciamus,
Aut ne quis malus invidere possit,
Quum tantum sciat esse basiorum.*⁵⁷

⁵⁵ Vd. Manuel Bandeira, “De veteranos”, *Andorinha, Andorinha*, p. 354.

⁵⁶ Vd. Manuel Bandeira, “Epistolário, 5.” in *Poesia e Prosa*, vol. II, p. 1382.

⁵⁷ Cfr. Catulo, 5, 7-13.

Manuel Bandeira não fez acompanhar esta transcrição do texto latino catuliano com o tal burro justalinear, que agora ajudaria ao leitor menos afeito à língua do Lácio e madre directa do português; mas ousaremos nós apresentar uma tentativa de tradução, a fim de todos podermos ver do que tratam estes sete hexâmetros dirigidos pelo poeta neotérico à sua idolatrada Lésbia:

Me dá mil beijos, e depois um cento;
 E depois outros mil, e a seguir mais duzentos;
 E depois mais outros mil e mais cem;
 E depois, quando tivermos trocado muitos milhares,
 Vamos baralhá-los, para lhes perder a conta,
 Ou para que nenhum malvado possa invejar-nos
 Quando vier a saber que tanto beijo trocámos.

E o poeta Bandeira, embalado neste delírio dos beijos, não deixou de aproveitar o momento para se despedir da sua amiga Zila, com este remate epistolar: “Depois de tanto beijo, mais um para você do amigo M. B.”⁵⁸

5. O seu conhecimento do latim e da literatura latina estendia-se também aos textos da escritura sagrada. Quando, em 15 de Maio de 1957, mais uma vez a propósito da poesia concreta, explicava em “A chave do poema”⁵⁹ o modo de ler o seu “Poema de Amor” a que deu o nome de “Rosa tumultuada”⁶⁰, dizendo que era uma espécie de palavras cruzadas, um “puro diagrama de um grito passional”, admitiu que pudessem seus leitores entender tudo aquilo como uma verdadeira puerilidade. E o poeta Bandeira responde, muito a calhar: “Então me deixem ir para junto de Jesus, que disse

*Sinite parvulos venire ad me.*⁶¹

Tem particular ironia a conhecida expressão neotestamentária *in illo tempore* na boca de Manuel Bandeira acerca da mudança de atitude do pintor Portinari no que toca às relações entre pintura e poesia:

Portinari *in illo tempore* não admitia que se falasse de pintura em termos de poesia: pintura eram linhas, cores, volumes, nada mais. Eis

⁵⁸ Vd Manuel Bandeira, “Epistolário, 109”, *Poesia e Prosa*, vol. II., p. 1459.

⁵⁹ Vd. Manuel Bandeira, “A chave do poema”, *Flauta de Papel*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 594-596.

⁶⁰ Vd. Manuel Bandeira, “Rosa tumultuada”, *Estrela da Tarde*, *op. cit.*, p. 409.

⁶¹ Vd. *Marcos* 10, 14; cfr. *Mateus* 19, 13-15 e *Lucas* 18, 15-17.

que um dia Portinari, pintor e poeta, pintor-poeta, sentiu necessidade de se exprimir por meio de palavras [...] ⁶²

Em crónica literária de 6 de Novembro de 1960 acerca da publicação das obras poéticas da Madre Maria José de Jesus, de seu nome secular Honorina de Abreu – a filha de Capistrano de Abreu –, e ao apreciar a inspiração cristocêntrica de vários dos seus sonetos, Manuel Bandeira recorre ao texto salmódico da sagrada escritura para encontrar a razão de ser das características dos poemas de Madre Maria José:

Sua poesia sempre estivera instaurada em Cristo, e outra coisa nunca mostrou senão a face de Cristo. Os sonetos “Cristo, vida da alma”, “O Sacrário”, “Caridade”, “Quem é Jesus ou que é Jesus”, e tantos outros atestam essa constante sede de Cristo, que ela sabia só saciável na outra vida, como lhe ensinara o salmo: *Satiabor cum apparuerit gloria tua.* ⁶³

6. Mesmo em citações latinas de segunda mão, incluídas em extractos de contexto mais amplo, Bandeira demonstra um pleno domínio linguístico do *locus* clássico em causa, tanto pelo modo como o enfoca, como pelo novo enquadramento em que o acolhe.

Podemos considerar como exemplos deste tipo expressões como *jus et norma loquendi* e *a parte rei*, de textos de Júlio Ribeiro citados pelo poeta no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras ⁶⁴, e o termo *processus*, de Machado de Assis, a respeito de Olavo Bilac. ⁶⁵

Revela particular segurança no conhecimento do latim a justa oportunidade com que Bandeira transcreve, na sua conferência sobre “Poesia e verso”, um texto de Quitard traduzido por Bilac e Guimaraens Passos no seu tratado de versificação e que apresenta, a partir da etimologia, a definição de “prosa” (da expressão latina *oratio prosa* – discurso contínuo, *prorsus*) e o conceito de “verso” (de *versus*, do verbo *vertere* – tornar, voltar, volver). ⁶⁶

⁶² Vd. Manuel Bandeira, “Ouro Preto remoçada”, *Andorinha, Andorinha*, p. 58.

⁶³ Vd. Manuel Bandeira, “Uma santa – III”, *op. cit.*, p. 292; cfr. Vulgata, *Salmos* 16, 15.

⁶⁴ Vd. Manuel Bandeira, “Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras”, *Ensaaios Literários*, in *Poesia e Prosa*, vol. II, p. 965.

⁶⁵ Vd. Manuel Bandeira, “Prefácio da *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana*”, *Ensaaios Literários, op. cit.*, p. 930.

⁶⁶ Vd. Manuel Bandeira, “Poesia e verso”, *De poetas e de poesia*, in *Poesia e Prosa*, Vol. II, p. 1276.

E não deixa de ser singularmente elucidativo o modo como Manuel Bandeira, em uma “Impressão literária” de extremo elogio à obra “admiravelmente adorável” de José de Anchieta, assim comenta o estilo dos sermões do famoso jesuíta:

O latim que cita sai sem o menor ressaíbio de pedantismo. Ele diz *ubi nulla est redemptio* e logo traduz foríssima da letra, encantadoramente, *onde não há mezinha nem remédio*.

Como é evidente, só um bom conhecedor da língua latina poderia fazer este comentário, sabendo distinguir o que é tradução à letra da tradução livre ou muito fora da letra, “foríssima da letra” como ele afirma. E, logo depois, a comprovar as suas habilitações de filólogo latino, acrescenta:

No sermão de 67 o desenvolvimento do tema *incipiebam mori* está feito de maneira magistral e pode-se dizer que nêle a eloquência sagrada atingiu as suas maiores alturas em língua portuguesa.⁶⁷

Em apontamento crítico ao “livro lindíssimo – o *Pequeno Oratório de Santa Clara*, poema de nossa grande Cecília Meireles”, Bandeira começa por elogiar o requinte tipográfico da edição e, a propósito, traduz e transcreve um texto latino de Tomás de Celano a respeito de Santa Clara, sua contemporânea, “‘clara pelo nome, mais clara ainda pela sua vida, claríssima pelos seus costumes’, ou seja, no latim de intraduzível beleza: *clara nomine, vita clarior, clarissima moribus*.”⁶⁸

7. Mas o latim de Manuel Bandeira não se limita à transcrição de textos originais ou ao recurso a citações mais ou menos consagradas pelo uso comum e conhecidas mesmo de um escritor sem preparação clássica. Pelo contrário, o poeta prova possuir, nesta área, conhecimentos que lhe permitem usá-las para fins de crítica linguística e literária. E, para isso, não esquecer a lição de filologia e de gramática histórica da língua portuguesa herdeira do latim, quando um dia, em crônica a que deu o título de “Gramatiquice e gramática”, fez certas observações críticas ao livro *Estudinhos de Portugêses* de José Patrício de Assis, no qual este autor, louvando-se em José Feliciano de Castilho, pretendia que a conjunção condicional *se*, porquanto vem do latim *si*, como tal se deveria escrever. E, a esse propósito, transcreve as seguintes palavras do próprio Castilho: “Ora, a nossa condicional descende do latim, onde se escreve *si*; para escrever *si* temos, pois, a regra etimológica; para escrever *se* qual teremos?” Bandeira toma a palavra e diz:

⁶⁷ Vd. Manuel Bandeira, “Impressões literárias – V”, *Ensaios literários*, in *op. cit.*, p. 1191-92.

⁶⁸ Vd. Manuel Bandeira, “Santa Clara”, *Flauta de Papel*, in *op. cit.*, p. 362.

Respondo eu: nos monossílabos átonos o *i* final longo passa a *e*; o latim *si* deu o português *se*, o latim *qui* deu o português *que*, que ninguém escreve *qui*, embora num como noutro caso a pronúncia brasileira identifique o *e* reduzido com o *i* átono. Assim aprendi com os mestres brasileiros Silva Ramos, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes...⁶⁹

Em comentário ao livro *História do Mundo para Crianças*, de Monteiro Lobato, sobre o qual, de resto, tece considerações de grande elogio, Bandeira não deixa de “chicanar um pouco a respeito das imperfeições desta edição” designadamente acerca da tradução para latim dos onomásticos Narizinho e Pedrinho daquela obra de literatura infantil. Diz o nosso poeta:

Toda vez que Hillyer ou Monteiro Lobato – deve ser Monteiro Lobato – se mete em latim, sai o livro errado: *Tu quoque, Brutus, Annus Dominum*. As palavras de todas as línguas vão mudando sempre. No tempo dos romanos nariz era *nasus* e Pedro era *Petrus*. Mudaram ou foram mudando lentamente. Aqui era preciso tomar por exemplo outra palavra que não nariz, que não é transformação de *nasus*, mas de *naricae*.⁷⁰

A preparação clássica de Bandeira, associada a uma agudíssima sensibilidade estética no domínio do ritmo poético, leva-o por vezes a encontrar na raiz etimológica da língua latina opções insuspeitas de interpretação para o próprio português. É o caso da crónica acerca de um passo do hino “O mar” de Gonçalves Dias – do seu “velho Dias” como ele o designa. Trata-se da acentuação do adjectivo “flóridas”, que o poeta prefere à forma paroxítona “floridas” encontrada em algumas edições daquele poema, que assim começa:

Oceano terrível, mar imenso
De vagas procelosas que se enrolam
Floridas rebentando em branca espuma...

Ao reler e saborear de novo a beleza destes versos, Bandeira conclui:

A análise do contexto faz-me sentir que, se pronuncio flóridas, o ritmo assume de golpe mais movimento, admiravelmente expressivo do tumulto das águas encapeladas, a tónica deslocando-se da vogal *i* para a vogal *ó*, mais cheia, mais ecoante, mais, digamos assim, oceânica. Inegavelmente *flóridas* faz mais imagem do que *floridas*.⁷¹

⁶⁹ Vd. Manuel Bandeira, “Gramatiquice e gramática”, *Andorinha, Andorinha, op. cit.*, p. 239-240.

⁷⁰ Vd. Manuel Bandeira, “Impressões Literárias, IX”, *Ensaios Literários*, in *Poesia e Prosa*, Vol. II, p. 1200.

⁷¹ Vd. Manuel Bandeira, “Flóridas ou floridas?”, *Andorinha, Andorinha*, p. 259-260. Cfr. Gonçalves Dias, *Poesia Completa e Prosa Escolhida*, Rio de Janeiro, Editora José de Aguiar, Ltda, 1959, p. 191.

Esta era a opinião do nosso vate, baseada na sua imediata sensibilidade rítmica e musical. Mas, depois, vêm ao de cima também o seu saber linguístico e curiosidade científica, que o levam a confirmar por meio da filologia latina aquilo que o seu ouvido estético lhe impunha. E assim, para corroborar a sua intuição literária, o poeta continua, recorrendo ao seguinte testemunho de filólogos, lexicógrafos e literatos:

Constato em mestre Nascentes que flórido tem o mesmo significado que florido: “FLORIDO – Do lat. Flóridu, coberto de flores”. O dicionário de Saraiva diz “Flóridus, a, um, florido, que está em flor”. Mas acrescenta: “Brilhante, vivo. Flóridi cores (Plínio), cores brilhantes, vistosas”. Penso comigo que as vagas quando rebentam em branca espuma não se tornam apenas floridas: tornam-se brilhantemente floridas: flóridas.

Estarei sutilizando demais? Apelo para os exegetas literários. Mestre Sousa da Silveira, mestre Aurélio, falai: vosso discípulo vos escuta.⁷²

Manuel Bandeira mostra preocupação e capacidade de verdadeiro filólogo na forma como recorre à etimologia latina para explicar termos portugueses cuja semântica assumiu ou privilegiou, com o tempo, significados ausentes ou irrelevantes na sua origem. É assim que ele, com argúcia filológica, fala acerca do sentido e da etimologia do adjectivo “delirante” a propósito de um artigo de Sousa da Silveira sobre o livro *O Idioma Nacional*, de Antenor Nascentes. Silveira entendia que “Um lingüista como êle [Nascentes] o é, não podia absolutamente usar daquela denominação [*Idioma Nacional*] [...] nem entrar na corrente delirante dos que pretendem [...] criar uma língua nova, uma língua que querem não seja portuguesa [...]”.

Bandeira quis intervir para evidenciar o sentido técnico do termo “delirar”, do latim *de+lira* (rego, sulco), e evitar assim, em favor dos dois amigos, o vulgar entendimento depreciativo daquele vocábulo. E fê-lo deste modo:

Nesse período empregou Sousa da Silveira o adjectivo “delirante” no sentido etimológico, para significar “o que sai do sulco”, não tendo, portanto, a palavra nenhuma intenção menos delicada para os adeptos daquela corrente.⁷³

É, ainda, o bom conhecimento da língua dos romanos que leva o poeta a associar os vocábulos portugueses à sua fonte latina, por vezes de modo algo jocoso, algo intencionalmente ambíguo. Assim procedeu, por exemplo, na crónica

⁷² Vd. *idem, ibidem*.

⁷³ Vd. Manuel Bandeira, “Fala brasileira”, *Crônicas da Província do Brasil*, in *Poesia e Prosa*, vol. II, 133-134.

sobre o garoto da rua chamado “Lenine”, donde parte para irónicas considerações acerca da figura do político russo, de cujo nome assim fala:

A pujante virilidade do vocábulo lhe vinha daquela líquida inicial, rica de associações com o felino formidável: Le...Leo, Leonis. E toda essa força se abrandava de súbito na aliteração da doce dental nasal e com o “i” claro, infantil e corajoso.⁷⁴

Num outro tom, mas de novo com a mesma renovada força da etimologia latina, o nosso poeta-filólogo procura na palavra latina *cor* (coração) o rigor e o vigor de sentido que deseja restituir aos conceitos de coragem, cordialidade, cordura, qualidade que mais admira em dois amigos seus: Múcio Leão e Santa Rosa. Quanto ao primeiro, fala

de certa cordura – vejam que estou me valendo de nomes derivados de *cor*, coração – de uma certa modalidade de modéstia, que os torna tão irresistivelmente simpáticos e donos de nossos corações.⁷⁵

A respeito de Santa Rosa e da sua relação com os pintores, afirma em outra crónica justamente intitulada “Santa”:

Sabemos todos como os pintores são uma classe desunida. Sempre admirei a habilidade – mas não era habilidade, era cordura, cordialidade ou qualquer outro atributo de nome derivado de *cor*, *cordis*, coração – com que ele evoluía serenamente entre esses “lobos de estepe” (vi esta imagem em Drummond e passo a adotá-la), sem jamais despertar em nenhum deles a alergia do ciúme. Santa compreendia a pintura e compreendia os pintores...⁷⁶

Um exemplo particularmente elucidativo quanto ao domínio da base linguística latina por parte de Manuel Bandeira está, sem dúvida, no comentário que se pode ler em *Flauta de Papel* acerca do adjectivo “almo” e a propósito das malfadadas gralhas em que os tipógrafos sistematicamente caem. O poeta revela, neste caso, além de um conhecimento seguro do latim, um interesse crítico pela renovação e rigor da sua própria linguagem poética. Diz ele:

Há um outro adjectivo – “almo, alma” – de que usei e abusei nos meus tempos de iniciação parnasiana, porque no seu vago significado de bom, agradável, favorável é um calço comodíssimo para travar um verso na justa medida. Depois matutei comigo que o recurso era indecente, e jurei que no futuro só empregaria a palavra no seu sentido primeiro que é “nutriente, criador” (em latim “almus” vem do

⁷⁴ Vd. Manuel Bandeira, “Lenine”, *ibidem*, p. 213.

⁷⁵ Vd. Manuel Bandeira, “Múcio”, *Flauta de Papel*, in *Poesia e Prosa*, vol. II, p. 372.

⁷⁶ Vd. Manuel Bandeira, “Santa”, *ibidem*, p. 494.

verbo “alere”, que quer dizer “fazer aumentar, crescer, nutrir, fortalecer”). Fiquei fiel ao meu juramento e só uns quarenta anos depois me surgiu a oportunidade única de me socorrer do poético vocábulo para exprimir com exatidão o meu pensamento: numa crônica para este jornal sobre a exposição de cartazes de propaganda do Banco do Sangue chamei de ‘alma riqueza’ o estoque do precioso líquido (com perdão da irmã água!). Mas ao entregar o artiguinho ao meu querido amigo Barros Vidal, secretário de *A Manhã*, propus-lhe apostarmos que no dia seguinte sairia impresso ‘alta riqueza’ em vez de ‘alma riqueza’. Riu-se o Barros, prometeu-me olhar pela revisão, não sei se olhou mesmo, a verdade é que saiu, como eu previra matematicamente, ‘alta’ e não ‘alma’.⁷⁷

Nesta série de exemplos do interesse filológico do poeta Bandeira com base directa na língua latina, evocaremos mais um caso, que envolve não apenas o latim mas a própria fonte primeira, que é o grego. Trata-se da etimologia de “plagiário”, de que ele próprio fora acoimado e sobre cuja acusação ironiza deste modo:

Da pecha de plágio não me defenderei. Sou realmente um plagiário. Tomar um verso alheio para epígrafe e mote de umas glosas é realmente incidir na palavra que já entre os romanos Marcial empregava para designar o ladrão literário. Esta nota erudita aprendi com o professor Nascentes, e mais, que *plagiarius* era o que desencaminhava escravos alheios por meios *oblíquos* (do grego *plágios*), indirectos, astuciosos. Dou a mão à palmatória do leitor de Antônio Olinto.⁷⁸

O poema de Bandeira intitulado “Poética”, incluído do livro *Libertinagem*, tem um verso que, a meu ver, só se compreende se entendermos um dos seus vocábulos como um latinismo ou termo erudito que aqui conserva vivo um dos seus valores semânticos hoje menos conhecidos. Trata-se do adjectivo “inumeráveis” qualificativo do substantivo “ritmos”.

A composição reflecte as opções estéticas e técnicas de Manuel Bandeira em certa fase da sua produção literária, sob a influência do movimento modernista. O próprio título *Libertinagem*, da colecção de poemas escritos de 1924 a 1930, entre os quais se encontra a “Poética”, traduz, de forma expressiva e jocosa, a ideia de liberdade preconizada pelo Modernismo na escolha do conteúdo e sobretudo da forma na criação poética, no seguimento de outra

⁷⁷ Vd. Manuel Bandeira, “Gralhas”, *ibidem*, p. 263-264.

⁷⁸ Vd. Manuel Bandeira, “Agora são os de Minas”, *ibidem*, p. 506. Cfr. Marcial, 1, 52, 9, e Antenor Nascentes, *Dicionário Etimológico Resumido*, Rio de Janeiro, INL, 1966, s.v.

colecção anterior, intitulada *Ritmo Dissoluto*, cujo latinismo, isto é, “ritmo inteiramente solto, ou livre”, apontava do mesmo caminho, e em que Bandeira exprime a sua libertinagem (o sublinhado é meu) em matéria de

POÉTICA

Estou farto do lirismo comedido

Do lirismo bem comportado

Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente

[protocolo e manifestações de apreço ao Sr. diretor

Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar

[no dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo

Abaixo os puristas

Tôdas as palavras sobretudo os barbarismos universais

Tôdas as construções sobretudo as sintaxes de exceção

Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis

[...]

Quero antes o lirismo dos loucos

O lirismo dos bêbedos

O lirismo difícil e pungente dos bêbedos

O lirismo dos clowns de Shakespeare

– Não quero mais saber do lirismo que não é libertação.⁷⁹

Através de uma sucessão de imagens, o poeta rejeita toda a espécie de regras sobre vários dos aspectos da expressão da poesia lírica, preconizando total liberdade no que respeita a contenção e a vernaculidade vocabular, e recusando-se a fazer discriminação entre pureza e barbárie em matéria lexical, e sobretudo no campo da sintaxe e das normas da versificação métrica. No que toca a estas últimas, Bandeira exprime a sua rejeição, deitando abaixo “Todos os ritmos, sobretudo os inumeráveis”.

O adjectivo “inumerável” assenta no substantivo latino *numerus*, cuja semântica original se aplicava, com muita frequência, justamente à linguagem da métrica na poesia, e mesmo na retórica clássica em geral, no sentido de cadência, ritmo, regularidade, modulação e mesmo de harmonia, resultantes da disposição das palavras e da quantidade longa ou breve das suas sílabas, e do número de unidades métricas no caso do verso.⁸⁰

⁷⁹ Vd. Manuel Bandeira, “Poética”, *Libertinagem*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 188-189.

⁸⁰ Sobre o substantivo “número” em Camões, vd. Afrânio Peixoto, “Ensaio Camonianos”, in *Estudos Camonianos*, vol, I, Rio de Janeiro, 1974, p. 209-210. Sobre o conceito poético de “*numerus impendens*” em Henri Monier, *Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique*, Paris, Presses Universitaires de France, 4^e édition revue et augmentée, 1988, s.v., p. 816-822.

Daí o adjectivo *numerosus* aplicado a uma composição de boa cadência e harmoniosa, como verificamos repetidamente nos clássicos latinos⁸¹ e como também se observa na língua portuguesa, em autores como Camões, *Os Lusíadas*, 1, 9, 8, “Em versos divulgados numerosos”; e 5, 93, 3-4, “Quanto de quem o canta, os numerosos / Versos, isso só louva, isso deseja”.⁸²

A mesma semântica se passa com o adjectivo latino *innumerus*, isto é, “sem ritmo, sem harmonia”, como se lê em Ausônio, *Idílios* 4, 47: “Innumeros numeros doctis accentibus effer”, isto é, “Os versos sem cadência, compõem-nos com sábios acentos”.

Manuel Bandeira, ao cantar “Abaixo [...] / Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis”, teve em conta todo este campo semântico e pretendeu exprimir a sua rejeição de qualquer noção de cadência ou não-cadência, de “rítmica” ou “arritmia” poéticas, de cumprimento ou de transgressão métrica, simplesmente porque a criatividade poética que ele preconizava pretendia estar fora de qualquer imposição métrica.⁸³

Para terminar este catálogo parcial da presença e importância do latim na obra de Manuel Bandeira, não poderia deixar de referir um pequeno poema em que o autor exprime o encontro e o desfecho amoroso mais íntimo entre o amado e a amada, com uma forma de expressividade e delicadeza supremas, a ponto de lhe conceder o mesmo título do diálogo bíblico entre o esposo e a esposa do Cântico dos Cânticos:

⁸¹ Vd. Cícero, *Or.* 40, 50: *numerosa oratio*, “discurso de estilo harmonioso”.

⁸² Na écloga “À morte de D. António de Noronha[...]”, assim canta Frondélio:

Por ti, aos ecos dava
Acentos numerosos;
enquanto Umbrano continua:
Tais me foram teus versos delicados,
Teu numeroso canto e melodia
E inda agora o tom suave e brando
Os ouvidos me fica adormentando.

(Vd. Luís de Camões, *Rimas*, Texto estabelecido, revisto e prefaciado por Álvaro J. da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, p. 314-315.)

⁸³ Talvez se possa submeter a esta semântica o título de *Le Coeur Innombrable*, da obra da Condessa Mathieu de Noailles, com o sentido de “Coração Arritmico, ou Inconstante ou Rebelde”, sobre o qual Bandeira escreveu uma das suas crónicas a que chamou “O Coração Inumerável” e que terá porventura estado presente na criação do epíteto “inumerável” do mesmo Bandeira no verso aqui em causa.

CÂNTICO DOS CÂNTICOS

- Quem me busca a esta hora tardia?
 – Alguém que treme de desejo.
 – Sou teu vale, zéfiro, e aguardo
 Teu hálito... A noite é tão fria!
 – Meu hálito não, meu bafejo,
 Meu calor, meu túrgido dardo.
 – Quando por mais assegurada
 Contra os golpes de Amor me tinha,
 Eis que irrompes por mim deiscente...
 – Cântico! Púrpura! Alvorada
 – Eis que me entras profundamente
 Como um deus em sua morada!
 – Como a espada em sua bainha.⁸⁴

Além de vários tópicos que reflectem a intertextualidade deste poema com o referido texto bíblico e com outros, como a lírica camoniana (designadamente os dois primeiros versos da segunda estância⁸⁵), há nele algumas ideias e imagens cujo pleno entendimento passa pelo recurso à semântica latina original do seu vocabulário e à cultura antiga a que este anda ligado. Está neste caso a metáfora do último verso da primeira estrofe, contida na expressão “túrgido dardo” como sinónimo do sexo masculino, bem como o símile que paralelamente preenche o último verso da segunda estrofe, assente na palavra “bainha” para significar o sexo feminino.

De facto esta linguagem figurada só se entende em toda a sua dimensão depois de recordarmos que o vocábulo “bainha” vem, por meio da evolução

⁸⁴ Vd. Manuel Bandeira, “Cântico dos Cânticos”, *Opus 10*, in *Poesia Completa e Prosa*, p. 361.

⁸⁵ Cfr. Camões, em *Rhythmias* [...], Lisboa, 1595, fol. 7v, Soneto XXV “Está o lascivo e doce passarinho”, v. 9-11:

Dest’ arte o coração, que livre andava,
 (posto que já de longe destinado)
 Onde menos temia foi ferido.

E em *Rimas* [...], Acrescentadas nesta segunda impressão [...], Lisboa, 1598, fol. 19v, Soneto “O culto divinal se celebrava”, v. 5-8:

Ali Amor, que o tempo m’aguardava
 Onde a vontade tinha mais segura,
 N’hũa celeste e angélica figura
 A vista da rezão me salteava.

histórica popular, do termo latino *vagina*, que foi recuperado por via erudita para a linguagem ginecológica moderna. Por outro lado, a imagem militar do dardo, com sua configuração física e qualificado pelo latinismo “túrgido”, fica reforçada pela sua equivalente da “espada” associada à bainha.

Finalmente, o adjectivo “deiscente”, do terceiro verso da segunda estrofe, constitui também, neste contexto literário, um outro latinismo, porquanto o seu uso corrente moderno pertence propriamente ao domínio técnico da botânica, que o aplica às cápsulas de sementes que se abrem espontaneamente quando maduras, por exemplo vários tipos de vagens. De resto convém recordar que “vagem” também deriva do mesmo termo *vagina*.

Manuel Bandeira, que conhecia muito bem as etimologias latinas, não podia, ao compor este poema, como em muitos outros, deixar de ter presentes todos estes dados da filologia da língua do Lácio.

De resto, a sua vasta obra oferece um abundante repositório de influência cultural e linguística greco-latina que não pode ser esquecida numa completa e rigorosa análise da génese da sua produção escrita, tanto em verso como em prosa. Os inúmeros passos que se recolhem em toda ela, e mesmo o número limitado daqueles que o espaço aqui nos permitiu abordar, mostram que tal influência não se reduz apenas ao campo da crítica literária ou da teoria poética, mas também, em grande medida, ao âmbito da filologia e dos estudos linguísticos. Este facto aponta Manuel Bandeira como um bom exemplo, talvez dos mais significativos entre os prosadores e poetas de língua portuguesa dos últimos tempos, de que existe perfeita compatibilidade e “compossibilidade” – para utilizar um vocábulo dele – entre literatura, poética e linguística.

ESTRANGEIRISMOS: QUESTÃO LINGÜÍSTICA E IDEOLÓGICA

Terezinha da Fonseca Passos Bittencourt
LLP/UFF

Tratar do tema relativo aos empréstimos lingüísticos implica necessariamente invadir dois campos que se devem manter bem distintos: o campo da ideologia e o campo da ciência. Por envolver questões de natureza ideológica e questões de natureza lingüística, constitui-se em verdadeira *vexata quaestio* quer para os usuários da língua quer para os que refletem acerca de seu uso, pois todos, falantes e lingüistas, se julgam com o direito legítimo de opinar acerca da linguagem. Decorrem daí as acusações inflamadas, quando se vai discutir o tema, de nacionalismos, xenofobias, purismos etc.

A questão provoca tanta polêmica que a expressão que serve para designá-la, “empréstimo lingüístico”, é fruto de um eufemismo, forma evidente de amenizar ou mascarar seus aspectos melindrosos. Com efeito, “empréstimo” é um termo bastante polido, mas longe está de revelar com propriedade o que ocorre efetivamente, pois não se trata de empréstimos as contribuições fornecidas por uma língua à outra, mas de verdadeiras usurpações feitas sem cerimônia e sem que haja protesto algum por parte do suposto espoliado. Entre os usurpadores ou devedores e não entre os supostos credores ou usurpados é que se instala o conflito, manifestado por duas apaixonadas facções: de um lado, aqueles que julgam constituir enriquecimento para o idioma a incorporação de vocábulos oriundos de outras terras; de outro, aqueles que julgam não apenas empobrecimento mas até ameaça à soberania nacional a circulação de termos não vernáculos. Quer de um lado quer de outro, todos entendem estar defendendo a língua portuguesa, muito embora não fique claro o que se entende por “defesa” e menos ainda de que modo um sistema abstrato como a língua possa ser “atacado”. Ao ouvirem-se os argumentos apresentados pelas duas facções, tem-se a sensação de que ambas estão corretas em seus pontos de vista, embora as razões apresentadas para sua defesa sejam diametralmente opostas. Como se explica tal contradição? O que se quer efetivamente defender? Quem ou o quê constitui ameaça à língua?

Na verdade, trata-se de uma contradição aparente, pois existe aí envolvida uma dupla perspectiva concernente a dois diferentes saberes, que tem de ser levada em conta, se se almeja investigar a questão em todos os seus aspectos. Trata-se do conhecimento do falante e do conhecimento do lingüista.

O saber do falante consiste num *saber de experiências feito*, isto é, no conjunto de regras que lhe permite produzir e interpretar textos. O saber do lingüista, por seu turno, consiste num saber reflexivo, isto é, num conjunto sistematizado de postulados e de princípios que visam a explicar o saber do falante. Trata-se, por conseguinte, de dois distintos saberes que devem ser mantidos separadamente por intermédio da formalização.

Todavia, se é possível separarem-se os dois saberes através do processo de abstração, não se pode concretamente separar-se o falante do lingüista. Dizendo de outro modo, o falante, ao proceder a reflexões de caráter metalingüístico, sejam tais reflexões corretas ou incorretas, sai da posição de mero falante e adota a posição do lingüista. Ocorre que, se em outras ciências o instrumento utilizado é distinto do objeto examinado, no campo da pesquisa lingüística tal não se verifica, pois instrumento e objeto se manifestam concretamente no mesmo fenômeno, só podendo distinguir-se pela formalização e o sujeito que investiga o objeto é o mesmo indivíduo que o utiliza. Justifica-se, assim, a confusão que naturalmente se estabelece entre as duas dimensões do conhecimento, a dimensão do falante e a dimensão do lingüista.

Tal confusão permitiu recentemente que um deputado, sem nenhuma formação metalingüística e, portanto, sem reunir as condições necessárias para se imiscuir em terreno dos lingüistas, apresentasse um projeto-de-lei em que propunha a proibição do uso de estrangeirismos em todo o território nacional. Claro está que os estrangeirismos a que se refere são as palavras inglesas cuja circulação se dá hoje em dia livremente nos atos mais corriqueiros de fala.

O lingüista Eugenio Coseriu costuma afirmar em suas obras que o falante tem sempre razão, já que a língua existe para o falante e, não, para o lingüista. Por isso, insiste o mestre romeno, o ponto de partida de qualquer investigação lingüística é sempre o conhecimento do usuário. Assim, o falante, na condição de falante, está apto a utilizar-se do instrumento verbal por conhecer-lhe as regras de funcionamento, sem as quais não poderia falar; todavia, ao fazer afirmações acerca desse instrumento, já não está mais na situação de mero usuário, mas na de lingüista e, nessa condição, precisa de um instrumental teórico que só possuirá se se tiver dedicado à sua investigação, caso contrário, suas afirmações pertencerão ao vago e indefinido terreno da doxa, da opinião, do gosto, e, não, ao terreno da ciência, do exame, da análise de princípios e de postulados. No que concerne ao nosso tema, cabe ao falante acolher e utilizar determinada expressão estrangeira ou simplesmente rejeitá-la e, ao lingüista, explicar as razões pelas quais foi acolhida ou recusada. Claro está que não se quer dizer que o lingüista deva ignorar ou desconsiderar a concepção manifestada pelo falante, por se tratar de meras opiniões a respeito da língua, mas, sim, que trabalhos de natureza metalingüística é tarefa do lingüista e, não, de falantes bem ou mal intencionados...

Entretanto, se se pode e se deve, através da abstração, fazer-se a separação dos dois saberes, lingüístico e metalingüístico, na prática, não é tão simples assim, sobretudo quando se trata da linguagem. De fato, se ninguém tem coragem de se aventurar a postular princípios para a física quântica sem haver, efetivamente, estudado o tema, no que concerne às questões de natureza lingüística, todos pensam ter autoridade para dar palpite, propor soluções e indicar caminhos, haja vista o referido projeto apresentado à Câmara dos Deputados. Essa duplicidade de papéis ocorre em virtude de, no primeiro caso, o sujeito não ter conhecimento algum de determinada ciência, sem antes estudar e, no segundo, já possuir um conhecimento prévio acerca do que está tratando, conferido por seu próprio saber lingüístico.

Certo é que todos, numa medida maior ou menor, acabam por vestir a roupa do cientista e fazer afirmações metalingüísticas. Até Camões se deixou seduzir pela tentação e, n'Os Lusíadas, discurso fundador da língua portuguesa moderna, o grande poeta épico, fazendo sua profissão de fé em defesa da língua, afirma que cantará a grande façanha lusa, *na língua, na qual, quando imagina, com pouca corrupção crê que é a latina*.

É bastante sugestivo o fato de Camões apresentar em seu poema uma reflexão acerca da língua portuguesa, pois isso revela que, no século XVI, a língua já era considerada uma substância separada da atividade verbal e dos sujeitos. É com base nessa forma objetivada que a língua passa a ser vista por seus falantes como uma instituição social, como algo que representa efetivamente uma determinada comunidade e com ela se identifica.

Tal objetivação, ademais, torna-se ainda mais contundente e real se a língua se manifesta também por uma forma escrita, pois esta confere ao caráter evanescente, efêmero e instável da oralidade um registro concreto, apreensível pela visão, fixado de uma vez no papel. Assim, as palavras importadas ostentam seu caráter forasteiro não tanto pelos ouvidos quanto pelos olhos, através de seu uso nos jornais, revistas, cartazes. Por isso mesmo é que as chamadas *questione della lingua* começaram a tomar corpo na Renascença, pelas mãos dos humanistas, que sentiam a necessidade imperiosa de afirmar a existência e a nobreza dos idiomas vulgares em face do latim, ou seja, a afirmação de sua capacidade para um uso considerado elevado e superior, digno de ser registrado pela forma escrita. E, não por acaso, é justamente no século XVI que a ortografia começa a ser discutida, normatizada e posteriormente, padronizada.

Seguramente, a contenda entre os adeptos da e os contrários à incorporação dos vocábulos estrangeiros não encontraria as condições propícias para sua manifestação, no período medieval, durante o qual os Estados nacionais ainda não estavam constituídos, o que prova de modo inquestionável tratar-se,

conforme dissemos inicialmente, não apenas de uma questão exclusivamente lingüística – como querem os que trabalham com a linguagem – mas de um problema cujas raízes também se encontram no plano ideológico, político e econômico.

A língua constitui-se em *conditio sine qua non* de existência de qualquer cultura, por abrigar o saber comum de seus membros, por ser o principal elo de continuidade entre as diferentes gerações, por ser, enfim, a principal via de transmissão da própria cultura. Só vista dessa forma, enquanto vínculo entre os membros de uma comunidade, é que se pode explicar a necessidade que sentem as nações de possuírem sua própria língua, algo que as identifica e lhes confere uma identidade própria. A nossa língua é a nossa pátria, porque é através desse instrumento sofisticado e fascinante que o universo adquire existência, que as sombras do caos se desvanecem, que o homem se instaura como sujeito de uma história.

Todo homem fala, mas fala necessariamente uma língua, já que não há falar que não se manifeste através de uma técnica historicamente determinada. Isso significa dizer que o homem se apresenta sempre como sujeito de uma comunidade lingüística, assumindo-se como indivíduo integrante de uma tradição cultural e, o que é mais importante ainda, com a consciência de que faz parte dessa comunidade, identificada por ele próprio e pelos outros membros das demais comunidades, através, primordialmente, da consciência que seus membros possuem de que falam a mesma língua.

Reside, pois, na própria natureza de atividade semiológica e comunicativa do fenômeno lingüístico, de atividade através da qual o mundo é conhecido e apreendido consoante categorias, formas e esquemas comuns a todos os membros de uma comunidade, a razão pela qual o homem adquire a consciência de estar em comunhão com outros indivíduos que com ele compartilham formas comuns de apreensão do mundo.

Assim, a “defesa da língua” contra as “invasões bárbaras” constitui-se, a rigor, como afirmação da identidade de um povo, como a proclamação de seu prestígio cultural, como a delimitação de seu espaço político, como o reconhecimento de seu projeto de Estado, como a manutenção de sua consciência histórica. Já se vê que o ato de acolher ou de rejeitar determinado vocábulo estrangeiro aponta primeiramente para um ato de conseqüências políticas.

E a própria história da língua portuguesa corrobora o que estamos afirmando. De fato, se hodiernamente, a “defesa da língua” faz-se contra os “ataques” perpetrados pela “língua inglesa”, no século XVI, quando, conforme dissemos anteriormente, as *questionne della lingua* começaram a se manifestar, seus defensores desejavam protegê-la contra o idioma espanhol, exatamente na época em que a Coroa portuguesa se uniu à Coroa espanhola. Com a res-

tauração da autonomia portuguesa a celeuma terminou, no que toca à importação de vocábulos espanhóis, para recomeçar com a questão dos galicismos, que deram lugar, na atualidade, aos anglicismos.

Todavia, o falante passa ao largo de toda essa discussão e, independente de leis, decretos e regulamentos, independente dos ataques de uns e da defesa de outros, independente, enfim, do fato de a palavra haver atravessado os mares nas impávidas caravelas do colonizador europeu ou haver cortado os oceanos na dolorosa travessia dos infames navios negreiros, o falante faz dela uso consoante suas necessidades, importando os signos para seu consumo do mesmo modo que importa com idêntica finalidade roupas, canções, instrumentos: orientando-se pelas leis do intercâmbio comunicativo.

Nesse intercâmbio permanente, a certidão de nascimento das palavras pode-se apagar, seu atestado de origem pode esmaecer-se de tal forma que, depois de certo tempo, ou se transforma em apátrida, passando a pertencer a todos os povos simultaneamente – como ocorre via de regra com os chamados termos técnicos – ou adquire a naturalização e o *status* de cidadã do país que a acolheu, podendo gozar de todos os privilégios concedidos às suas irmãs nacionais.

Quem, na atual sincronia, reconheceria a origem africana de *banana*, *cachaça*, *cachimbo*, *macaco*; a origem malaia de *bule*, *orangotango*, *junco*, *charuto*; a origem persa de *divã*, *laranja*, *paraíso*, *azul*, *jasmim*; a origem francesa de *blusa*, *creche*, *detalhe*, *departamento*, *restaurante*, *garagem*; a origem italiana de *alarme*, *bancarota*, *bacana*, *esquadrão*; a origem árabe de *xarope*, *gaita*, *alicate*, *algema*, *armazém*, *arsenal*; a origem germânica de *bigode*, *guerra*, *trégua*, *sabão*, *banho*, *bando*, *fralda*, *roupa*; a origem provençal de *anel*, *alegre*, *artilharia*, *rouxinol*, *viagem*; a origem turca de *jaleco*, *lacaio*, *sandália*; a origem espanhola de *pandeiro*, *quadri-lha*, *galã*, *lagartixa*, *mochila*, *rebelde*; a origem nuaatle de *tomate*, *cacau*, *chocolate*? Certamente, apenas os especialistas. Com toda a certeza, entretanto, qualquer falante lusófono reconheceria sem grande dificuldade, na atual sincronia, a origem inglesa das palavras *out-door*, *ice-tea*, *play-ground*, *happy hour*, *hot-dog*, *light*, *diet*, mas ficaria em dúvida sobre a origem anglófona de *clube*, *futebol* e *gol*.

A constatação de que algumas palavras, na consciência dos falantes, apresentam-se como estrangeiras, ao passo que outras, embora não sendo também vernáculas, apresentam-se como tais para seus usuários, levou alguns lingüistas a fazerem a útil distinção, no que concerne aos estrangeirismos, entre xenismos, peregrinismos e empréstimos. Os xenismos incluiriam aquelas palavras que permaneceriam efetivamente estrangeiras. Os peregrinismos abrangeriam os termos estrangeiros incorporados à língua nessa condição, mas já integrados aos hábitos lingüísticos dos falantes. Os empréstimos propriamente

ditos só acolheriam os termos já vestidos com as características da língua recebedora de tal forma que não fosse mais possível reconhecer sua origem estrangeira. É evidente que tal distinção leva em conta as sucessivas fases de inovação, adaptação e consolidação de um novo signo na língua.

No litígio estabelecido entre os defensores e os detratores dos vocábulos estrangeiros, a questão só se refere à fase inicial da palavra, a que se denomina *xenismo*, ou seja, enquanto o novo signo guarda ainda características e marcas que o identificam como não pertencente à língua portuguesa. E mais, a polêmica se trava sempre com relação à incorporação de palavras estrangeiras de uma língua especial, aquela falada no país com hegemonia política e econômica em determinado momento. Tanto é verdade que se encontram relatos acerca das propostas de substituição de determinados vocábulos estrangeiros não só por vocábulos vernáculos mas também por outros vocábulos igualmente estrangeiros. Assim, por exemplo, entre nós, alguém, alegando a origem não vernácula da palavra *futebol*, propôs sua substituição por outra não menos estrangeira, *balípodo*, formada por unidade oriunda do grego.

Vale lembrar que propostas análogas de banimento ou de substituição de palavras estrangeiras também foram feitas em outros países e pelas mesmas razões, e, curiosamente, encontraram abrigo entre aqueles que, durante largo período, mais invadiram o léxico das outras línguas, haja vista a polêmica travada na França acerca da invasão da língua inglesa em território francês. E, nesse caso, o mais interessante ainda é o fato de o inglês apresentar um léxico constituído em grande parte por palavras oriundas do francês.

Assim, as palavras, muitas vezes, depois de longo período de permanência num país estranho, acabam, em virtude de razões inteiramente extralingüísticas, por retornarem ao ponto de partida, vestidas, entretanto, com a roupa do povo que as abrigou e perdendo os traços que lhes marcavam o lugar de origem.

Todos esses fatos comprovam a presença da questão ideológica subjacente à questão propriamente lingüística dos empréstimos. Da Baixa Idade Média até mais ou menos a Segunda Grande Guerra eram os galicismos que constituíam o motivo da desavença; com a ascensão dos Estados Unidos da América, no período do pós-guerra, ao posto de nação dominante no cenário do mundo ocidental, os francesismos foram abandonados em proveito dos anglicismos e o conflito passou a se estabelecer em torno dos vocábulos oriundos da língua inglesa. Esta, embora seja atualmente objeto de perseguições em função dos vocábulos despejados em outras línguas, surpreendentemente, consoante Sturtevant (1965: 122), *contains more borrowed words than any other of the cultivated languages of Europe*.

A atividade lingüística possui a finalidade dupla de apreender o real e manifestá-lo. Uma vez que o mundo está em permanente transformação, há

necessidade constante de se criarem novos signos para dar conta dos novos instrumentos, objetos, conceitos que passam a integrar a vida dos indivíduos. Se uma nação se incumbe da tarefa de dar forma lingüística aos novos empreendimentos humanos, nada mais natural que as outras façam uso das práticas invenções. Daí que, criados novos objetos num determinado campo do conhecimento e novos signos para designá-los no interior de uma comunidade lingüística, é natural que todos, independente da língua falada, acabem também por adotar a invenção. Com essa atitude recomendável, dispensa-se o trabalho árduo de procurar termos apropriados para designar algo que já foi nomeado, economiza-se energia e se facilita o intercâmbio comunicativo, garantindo-se maior eficácia na informação a ser transmitida. Basta observarmos as recentes criações lingüísticas na área da informática, para verificarmos que se trata de termos chegados através da língua inglesa de que todos nos apropriamos, como mostram os seguintes exemplos: *software, hardware, internet, mouse, download, e-mail, home page, site* etc.

Ocorre, todavia, que quem fala não quer apenas informar, quer também persuadir, dissuadir, comover, demover, suplicar, ordenar, evocar. Na atividade verbal concreta, o falante emprega as palavras tanto para informar quanto para expressar e apelar, emprega-as não apenas para representar o real mas também para evocá-lo. De fato, o signo – por funcionar numa complexa rede de relações com outros signos, lingüísticos e não lingüísticos – tem o poder demiúrgico de dar existência a mundos possíveis, de estabelecer vínculos entre tradições diversas, de traduzir ideologias de sistemas políticos antagônicos. Trata-se da função evocativa da linguagem, função que, como mostra Eugenio Coseriu, permite que nos discursos se estabeleçam conexões entre culturas distintas, interpretações acerca da atitude do falante, associações entre diferentes visões políticas.

Quando o falante seleciona uma palavra com características que o levem a identificá-la como estrangeira, não o faz por acaso, ao contrário, tem a consciência plena do que quer e da finalidade em virtude da qual precisa evocar determinada realidade histórica, certo sistema ideológico, alguma concepção política. Lembro-me quando os alunos do Curso de Letras da UFF programaram um evento denominado por eles de *UFFantasy*; perguntei-lhes por que não o chamaram de *Festa à fantasia da UFF*, ao que eles prontamente responderam, dizendo que, se o fizessem, ninguém compareceria. Note-se que a intenção de evocar uma cultura – naturalmente a norte-americana, o Primeiro Mundo, o Poder *tout court* – era de tal modo evidente que não se levou em conta o fato de a própria palavra escolhida, *fantasy*, não possuir, na língua inglesa, significado equivalente ao da palavra *fantasia* em português, revelando, assim, que o objetivo era evocar uma realidade sócio-econômica.

Os exemplos poderiam suceder-se *ad nauseam*, pois somos acometidos de verdadeira avalanche de expressões inglesas ao lermos os jornais, ao caminharmos pelas ruas, ao entrarmos num centro comercial. Mas gostaria ainda de relatar mais um episódio que retrata de modo sugestivo a situação. Certo cantor brasileiro declarou, há algum tempo, em entrevista, não se sentir à vontade entoando suas músicas em português; afirmou ainda que achava a língua portuguesa muito feia e inteiramente inadequada para expressar canções de *rock*. Trata-se de uma manifestação explícita de repúdio à sua língua.

Ora, todo esse estado de coisas nos revela a situação melancólica de subserviência cultural, de adesão irrestrita à cultura do poder dominante, de incorporação do *modus vivendi* da metrópole, de identificação absoluta entre dominador e dominado. E não se pode deixar de lamentar pelo triste destino reservado a uma nação cujo povo já não se espelha mais nos valores de sua cultura, não se orgulha das obras legadas por seus antepassados, não sente a sublime beleza da musicalidade de sua língua.

Naturalmente que não se pode impedir o falante de empregar as expressões que julga adequadas para a manifestação do sentido que tem em mente, através de leis, decretos e regulamentos. Não se pode condenar ou proibir o uso de expressões estrangeiras sob a absurda alegação de que vão *corromper* a língua, empobrecê-la ou criar obstáculos para a comunicação.

Todavia, não apenas se pode mas também se deve criar na comunidade uma identidade de seus membros com seus valores, sua cultura, seu povo, sua língua. E isso só é possível se os sujeitos receberem a educação necessária para aprenderem a se identificar com e valorizar o conjunto de crenças, conhecimentos, ideais transferidos pela tradição através, sobretudo, da língua que falam.

Assim, a questão dos empréstimos, como já mostrava Mattoso Câmara Jr. em seu texto primoroso, não se esgota num problema exclusivamente lingüístico, atravessando o domínio dos mecanismos coercitivos, invadindo a consciência do *homo socialis*, ultrapassando a fronteira da História, para disseminar o espectro da hegemonia política.

De qualquer forma, ainda que correndo sempre o risco, próprio da atividade lingüística, de evocar a ideologia do Poder, é bom que o homem possa trocar objetos, experiências, emoções, palavras, pois, afinal, como diz Machado de Assis, *com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum*.

Referências bibliográficas

BIZZOCHI, Aldo. *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo: Anablume, 1997.

- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. 4ª ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.
- COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. J. Mattoso Câmara Jr., 2ªed., Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971
- STURTEVANT, E.H. *Linguistic change: an introduction to the historical study of language*. 3ªed., Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- WALTER, Henriette. *A aventura das línguas no Ocidente: origem, história e geografia*. 2ªed., São Paulo: Mandarim, 1997.

SESSÃO 6 – 31 DE MARÇO

Tema: *Língua e cultura*

Coordenador: Adriano da Gama Kury (LLP/FCRB)

A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: CONTRIBUIÇÕES DA
SOCIOLINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DA LÍNGUA

Dino Preti

PUC-SP/USP/Projeto NURC/SP

I. Considerações iniciais

Quando se fala em variação lingüística, alguns supõem que se trata de uma novidade trazida pela lingüística moderna. A rigor, perdem-se nos tempos as menções ao problema, embora sob o enfoque literário, estilístico, retórico. Já na antiguidade romana, Horácio dizia, em sua *Arte poética*: “Há uma grande diferença se fala um deus ou um herói; se um velho amadurecido ou um jovem impetuoso na flor da idade; se uma matrona autoritária ou uma ama dedicada; se um mercador errante ou um lavrador de pequeno campo fértil; se um colco ou um assírio; se um homem educado em Tebas ou em Argos” (p. 118-119) Os antigos costumavam distinguir três estilos elementares: o simples, o médio e o sublime. As três obras-primas de Virgílio (as *Bucólicas*, as *Geórgicas* e a *Eneida*) serviam como exemplo para esses três estilos, mostrando a relação que as palavras guardam como reflexo das coisas, dos ambientes, das atividades diversas dos falantes. Havia, pois, vocábulos, por exemplo, que caracterizavam o estilo sublime, próprio para descrever os atos heróicos de guerra, as façanhas de Heitor; havia vocábulos próprios do estilo referente a temas agrícolas, outros a temas pastoris.

Para tratar o assunto a partir de uma época mais recente, eu gostaria de situá-lo desde o surgimento da lingüística moderna, com o *Curso de Lingüística* de Saussure (1916). E daí, referir-me ao novo tratamento que o problema da variedade lingüística passou a ter, com os sociolingüistas americanos, já na segunda metade do século XX e suas conseqüentes contribuições para os estudos de língua, em nosso caso, da Língua Portuguesa, no Brasil.

E, de início, poderíamos propor uma diferença fundamental: primeiramente, a contribuição da Sociolinguística para o linguista, para quem *pesquisa* a língua, com o objetivo de descrevê-la e que, em geral, atua no meio universitário; em segundo lugar, a contribuição para o professor (em especial o professor secundário), isto é, aquele profissional que *ensina* a língua aos estudantes.

É preciso lembrar que as teorias linguísticas, em princípio, não foram necessariamente criadas para servir ao ensino. Elas refletem o trabalho do pesquisador em estudar, compreender o funcionamento da língua, em descrevê-la. Posteriormente, outros profissionais, também pesquisadores, ligados, em geral, ao ensino universitário, poderão, eventualmente, propor sua aplicação aos contextos de ensino.

Assim, a rigor, caberia lembrar um ciclo: a pesquisa e surgimento das teorias; a crítica e discussão nos meios científicos de seus resultados; a divulgação teórica desses resultados e a viabilidade de sua aplicação para o ensino; o treinamento dos profissionais que atuam na escola secundária, por meio de cursos específicos; a aplicação das novas teorias e um levantamento a médio prazo de seus resultados. Esse ciclo lembra bem aquele utilizado na implantação de novos remédios, das drogas que são pesquisadas e testadas, anos a fio, antes de irem para o mercado consumidor.

Quando se estuda a Sociolinguística, disciplina surgida na década de 60 do século XX, a primeira impressão que nos fica, pelo próprio nome, é a de que essa ciência simplesmente associa os fatores sociais à língua. Embora a associação proceda, será preciso lembrar que muito antes do nomes consagrados da Sociolinguística, como o de Labov, já se fazia essa associação. Meillet, entre outros, em seu *Linguistique historique et linguistique générale* (1921) já afirmava: “Por ser a língua um fato social resulta que a Linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social.” (apud Calvet, Jean-Louis, 2002: 16). Meillet criticava, então, a postura de Saussure, exposta no *Curso de Lingüística*, publicado em 1916. Segundo Meillet, “ao separar a variação linguística das condições externas de que ela depende, Ferdinand de Saussure a priva da realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável.” Saussure propunha a divisão entre uma linguística interna e outra externa. Sua análise se situava num nível sincrônico. Meillet procurava compreender os fatos da língua, referindo-se à diacronia, à história, à mudança social. Enquanto Saussure dizia que a linguística tinha por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma, Meillet buscava a compreensão dos fatos da língua pela referência à história, à diacronia. É certo que Saussure também afirmava que a língua era uma instituição social, mas isso é um princípio geral que nunca se esclareceu suficientemente. Quer dizer, embo-

ra dê um caráter social à língua, passa a uma lingüística da forma, à língua em si mesma e por si mesma, como afirma no final do seu *Curso*: “A língua tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma.” Para Saussure a língua é um fato social, apenas no sentido de que é adquirida pelos falantes no convívio social.

Saussure pretendia “isolar o estudo da língua de tudo que é exterior a ela, o que incluía os pontos de vista da História, da Antropologia, da Etnografia, da Sociologia e da Psicologia, segundo seu modo de ver a lingüística. Em outras palavras, Saussure quis estabelecer a lingüística interna como uma disciplina científica, relegando para segundo plano a lingüística externa, que se ocupa da relação existente entre a língua e a história, as instituições e a estrutura da sociedade. A lingüística externa é vista por ele como algo secundário. O essencial seria, então, estudar os elementos da língua e como eles se relacionam entre si.” (Chagas, Paulo, 2002: 148)

Assim Saussure, que definiu a língua como um fato social, exclui dos objetivos da lingüística o estudo dos elementos de ordem social e propõe a homogeneidade como um princípio básico para a descrição de uma língua. Esse princípio foi a base do Estruturalismo e foi levado aos extremos por Chomsky na teoria gerativista (1965), que delimitou como objeto de sua teoria gerativista “a competência de um falante-ouvinte ideal, membro de uma comunidade lingüística completamente homogênea e possuidor de um conhecimento excelente da língua”. (Monteiro, 2000: 15)

Podemos notar, pois, que, para Saussure, “a língua é o sistema subjacente à atividade da fala, mais concretamente, é o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala. Da fala se ocupará a Estilística, ou, mais amplamente, a Lingüística Externa. A lingüística, propriamente dita, terá como tarefa descrever o sistema formal, a língua. Inaugura-se, assim, a chamada abordagem imanente da língua, que, em termos saussureanos, significa afastar ‘tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao sistema.’” (Alkmim, 2001: 23)

Então, podemos dizer que, no nascimento da lingüística moderna, há um discurso de caráter essencialmente estrutural de Saussure, insistindo na forma da língua e outro, de Meillet, por exemplo, insistindo em sua função social. “E durante quase meio século, esses dois discursos vão-se desenvolver de modo paralelo, sem nunca se encontrar.” (Calvet, op.cit.p.17)

Mas não só Meillet tomou postura crítica às teorias de Saussure. Bakhtin, em 1929, já afirmava: “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno

social da *interação verbal* realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.” (Bakhtin, 1929, apud Alkmin, 2001: 25)

Foi na década de 60 que lingüistas americanos começaram a se interessar mais a fundo pelas teorias da variação lingüística, tentando demonstrar que a língua se caracterizava pela heterogeneidade.

Entre as teorias de Saussure e os lingüistas que pensaram em incorporar na análise e descrição da língua os elementos externos, sociais decorreu praticamente meio século. Foi em 1966 que começaram a se intensificar as idéias a propósito das relações entre língua e sociedade e sobre a variação lingüística... Num seminário realizado na Universidade de Los Angeles, promovido por William Bright, 25 pesquisadores reuniram-se, para estudar o caráter variável das línguas e sua relação com as estruturas sociais. Já não se pensava mais na língua como um bloco homogêneo. Para esses primeiros sociolingüistas, a língua era heterogeneidade. Dentre esses pesquisadores, ressalta a figura de William Labov, criador do que hoje se conhece sob o nome de Variacionismo. As relações língua/sociedade passam a ser vistas por meio de questões objetivas: por que as línguas mudam? por que variam? quais os limites dessas variações? que fatores incidem sobre elas? etc.

Assim William Bright propunha três dimensões de que partiriam as variações lingüísticas: a identidade social do emissor (falante), a identidade social do receptor (ouvinte) e as condições da situação de comunicação.

Vemos, pois, a partir daí que a Sociolingüista não se preocuparia apenas (e vagamente) com as relações entre a língua e a sociedade, como já se falara anteriormente. Mas se propunha a explicar a heterogeneidade da língua, como as variações se organizavam, quais eram as regras para essas variações. Para isso se valia fundamentalmente da língua oral, de pesquisas de campo e de dados estatísticos. E uma de suas correntes, o Variacionismo, de Labov, fez seus maiores estudos em nível fonológico.

As relações entre os fatores sociais e a língua passaram a abranger um quadro muito amplo, com pesquisas de ordem muita variada e podemos, então, fazer a distinção, hoje, entre uma macrosociolingüística de uma microsociolingüística.

A macrosociolingüística trata das relações entre a sociedade e as línguas como um todo e envolve questões sociais e políticas. Assim, problemas como o multilinguismo e bilingüismo e suas relações com o desenvolvimento social; as políticas lingüísticas estabelecidas pelos governos dos países; as relações entre o os dialetos sociais e o ensino; o fracasso escolar nas comunidades pobres; o problema das línguas francas, como o inglês.

No Brasil, por exemplo, a invasão de outras línguas (como o francês, no fim do século XIX) e o inglês na época contemporânea, como consequência do maior prestígio social dessas línguas) constitui um tema da macrossociolingüística.

Já a microssociolingüística analisa o efeito dos fatores sociais sobre a língua, as pressões sociais que influenciam as mudanças e as variedades lingüísticas; estuda (com dados estatísticos) as ocorrências lingüísticas que acontecem paralelamente às mudanças sociais e como consequência delas. Ela se ocupa das variações em todos os níveis de língua, inclusive aquelas decorrentes do prestígio social das variantes; do problema da norma padrão e subpadrão; das variantes provenientes da *situação de comunicação* (os *registros* ou *níveis de fala*) ou das características dos grupos sociais (dialetos sociais); da atitude lingüística dos falantes; das variedades lexicais dos grupos restritos (as gírias); etc.

Mais recentemente, em 1973, Eugenio Coseriu em obra que, na edição brasileira de 1979, se denominou *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística* mostrava que “a língua nunca está pronta. Ela é sempre algo por refazer. A cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a língua. Dessa forma, ela está sujeita a alterações nessa recriação. Por outro lado, depende de uma tradição, já que cada falante diz as coisas de determinada maneira, em grande parte porque é daquela maneira que se costuma dizer. Há então um delicado jogo de continuidade e de inovações, estas sempre em menor número.” (Chagas, 2002: 150).

2. A Sociolingüística e o ensino no Brasil

Como diz com propriedade Raquel Salek Fiad (1996:45), a propósito do tema da diversidade lingüística e da necessidade de aplicá-la no ensino secundário, há “uma certa sensação de que já falamos tanto sobre o tema que é hora de parar de falar e pensar um pouco em que resultou todo esse discurso, que já não é novo.”

Num levantamento feito por essa lingüista, observamos que, desde meados da década de 70, diretrizes expostas em documentos oficiais apontam a necessidade de o ensino de língua portuguesa levar em conta as variedades lingüísticas. Da mesma forma, várias coleções didáticas, em suas introduções, incorporam esse discurso, mas nem sempre o realizam de maneira convincente. Em geral, pode-se observar nesses livros a idéia de que a escola precisa definir um padrão de linguagem no ensino, que se deve pautar pela norma culta, mas sem deixar de levar em conta as variações trazidas pela variedade social dos alunos, antes encarando-as como opções, variantes aceitáveis e plenamente recomendáveis, desde que consideradas em função da variedade de *situações de comunicação*.

Historicamente, a opção pelo ensino da norma culta (ou norma padrão) é sempre justificada pela possibilidade que todos os alunos, de todos os níveis sociais, devem ter de acesso à tradição cultural escrita e à variante de maior prestígio social. Isso não significa ignorar as demais variantes, muito menos estigmatizá-las.

O problema maior na prática desse ensino das variantes sempre foram, é óbvio, as classes mais pobres, porque não entendem a linguagem do professor e, conseqüentemente, não aprendem os ensinamentos por ele transmitidos. E, ainda, assimilam o preconceito de que falam “mal” e, por isso, são inferiores.

Alguns sociolinguístas chegaram a pensar num ensino diferenciado para classes sociais diferenciadas, utilizando-se, por exemplo, livros didáticos, com regras de variantes de menor prestígio social. Mas isso seria limitar as oportunidades desses estudantes na sociedade e impedir seu acesso à variante culta, o que acabaria, também, sendo uma forma de estigmatizá-los. Bernstein, por exemplo, propôs para o inglês duas espécies de código: o *elaborado* e o *restrito*. Este seria empregado por qualquer pessoa, mas as crianças da classe média ou alta adquiririam o código elaborado. A diferença entre os códigos poderia ser observada na quantidade de repetições e poucas pausas, no código restrito; enquanto no elaborado se construiria com enunciados sempre novos e constantes pausas. (Cf. Monteiro, 2000: 141)

Bernstein afirmava que, se uma criança quisesse ter êxito na escola, deveria dominar o código elaborado, que seria a linguagem padrão da escola. Para chegar a ele, os alunos deficientes deveriam receber uma educação compensatória, com estímulos culturais que reparassem essas carências. (op.cit. p. 143)

Labov combateu essas idéias, alegando que se deveriam verificar “os obstáculos socioculturais que dificultam a aprendizagem e a incapacidade da escola para resolvê-los.” (Labov, 1984, apud Monteiro, 2000: 144). O problema, pois, seria mais de natureza social do que lingüístico.

Por outro lado, a tentativa de eliminação das variantes consideradas subpadrão poderia ser danosa, como reconhece Trudgill, citado por Monteiro (2000: 145): “A linguagem não é simplesmente um meio de transmitir informações, mas é sobretudo um símbolo de identificação do indivíduo com um determinado grupo social. Sugerir à criança que sua linguagem é inferior é de alguma maneira dizer-lhe que ela e todas as pessoas de seu meio são também inferiores.

A estigmatização que poderia impor-se a alunos com deficiência de formação lingüística, ministrando-lhes apenas a variante culta, acabou gerando a idéia de que a linguagem escrita desses alunos poderia, em suas limitações, ser identificada com a sua língua oral. Daí chegou-se à idéia de que a escola deve-

ria corrigir as influências orais na escrita, considerando esta como a linguagem “correta” e a oral como “errada”, pois sua organização não corresponderia às regras da escrita. Esquecia-se, assim, que a linguagem oral, também, tem a sua gramática e organização, o que foi demonstrado pelas teorias da Análise da Conversação, que surgiram a partir do final da década de 60.

Como mostra Marcuschi (2001), em artigo sobre a oralidade nos livros didáticos, a entrada das variantes subpadrão em livros didáticos (em diálogos transcritos ou citados de obras literárias, jornais etc.) teve por único objetivo comparar sua estrutura e vocabulário com a escrita padrão, no sentido de corrigir os “erros” da variante oral, em geral, de nível popular. Essas experiências acabaram por conduzir a uma falsa concepção de erro lingüístico e a uma separação absoluta entre fala e escrita, hoje considerada por alguns lingüistas, como o próprio Marcuschi, inadmissível, tendo em conta a teoria de um *continuum* lingüístico que demonstraria a menor ou maior incidência de oralidade nos gêneros textuais.

Essas experiências todas reveladas em alguns livros didáticos demonstraram, acima de tudo, uma falta de base lingüística de seus autores, em particular, o desconhecimento da organização da língua oral e da compreensão da teoria das variações lingüísticas e sua ligação com o prestígio social da linguagem.

Sabemos que o próprio Mattoso Câmara Jr. (1969: 10-11) reconhecia a necessidade do conhecimento do funcionamento da língua oral, paralelamente ao da escrita, embora lembrasse que faltavam estudos descritivos da língua falada: “Em verdade, as relações entre a fala e a grafia precisam de um tratamento muito diverso do que lhes costumam dar as gramáticas escolares. Nestas, a atenção primordial é para a língua escrita (...) e a língua oral entra de maneira indefinida, sem delimitação explícita, que se impunha, para uma e para outra.” Marcuschi (1998, p. 107), comentando a idéia do autor de que “a escrita decorre da fala e é secundária em relação a esta”, afirma: “Para Mattoso Câmara, só se pode compreender e ensinar a língua escrita com base na correta compreensão do funcionamento da fala. Isto representa um dupla proposta de trabalho: por um lado, trata-se de uma missão para a ciência lingüística, que deveria dedicar-se à descrição da fala e, por outro, é um convite a que a escola amplie seu leque de atenção.”

Nos dias atuais, a contribuição que começa a ser mais decisiva no ensino é a do conceito de interação verbal como realidade fundamental da língua, já presente nas idéias de Bakhtin (1929), com a contribuição mais recente da teoria da Análise da Conversação, em que se exploram aspectos organizacionais da conversação. Daí tem-se partido para a conceituação de gêneros textuais com sua maior ou menor presença de oralidade, teoria que, ainda, permanece no nível da pesquisa acadêmica.

Numa visão crítica final, pode-se afirmar que a contribuição da Sociolinguística, no Brasil, deu-se muito mais em nível de pesquisa linguística do que em aplicação ao ensino, pela falta de livros didáticos e cursos que orientem os professores e o alunado. Mas, despertou-se a idéia de que se deveriam incorporar os aspectos sociais na descrição da língua; de que se deveria considerar a heterogeneidade uma característica básica em seu estudo; de que o prestígio social das variantes seria uma consequência direta dessa feição heterogênea da língua; de que uma variante culta deveria constituir o padrão do ensino, desde que não se deixassem de considerar as outras variantes e muito menos estigmatizá-las.

Referências bibliográficas

- ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Cortez, 2000, v. 1, p. 21-48.
- CALVET, Louis Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.) *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002, v. 1, p. 141-64.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: São Paulo: Presença: EDUSP, 1979.
- FIAD, Raquel Salek. Diversidade e ensino. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Diversidade linguística*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 1996, p. 45-68.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A língua falada e o ensino de português. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.) *Língua portuguesa. História, perspectivas, ensino*. São Paulo: EDUC, 1998, p. 101-20.
- _____. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *O livro didático de Português*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-32.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1981.

LEXICOGRAFIA DE *CORPUS* E A DICIONARÍSTICA CONTEXTUALISTA

Mauro de Salles Villar*

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intacta.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.

— Procura da poesia, *ROSA DO POVO*

Que entender por esse ‘estado de dicionário’ de que Carlos Drummond de Andrade com fineza se serve?

Nos dicionários semasiológicos tradicionais, as palavras registram-se como entidades congeladas, autonomizadas de contextos e ordenadas alfabeticamente numa macroestrutura. Classificam-se por sua categoria gramatical na estrutura interna do verbete e apresentam convencionalmente acepções fixas, de contornos delimitados, o mais possível variadas.

E como as palavras funcionam na língua? Nas classes gramaticais, a volatilidade de limites no português é grande. As palavras articulam-se dentro de contextos e associam-se, para a expressão de conceitos e idéias, segundo os padrões da sintaxe, tanto livremente como através de estruturas mais ou menos fixas — determinados tipos de seqüências memorizadas que funcionam em padrões combinatórios repetidos, nos quais, por sua enorme freqüência e importância, vale a pena atentar.

Por outro lado, pelo que se tem apreendido do estudo dos *corpora* das línguas naturais, as unidades léxicas sobre que versam os dicionários na verdade apresentam número restrito de acepções autônomas reais. A esse respeito já observara JURI APRESJAN (1974) que “os dicionários exageram muito na minúcia dos sentidos e tendem a estabelecer limites naquilo que um exame mais atento revela não mais que uma área intermediária, vaga, de sentidos que se superpõem.” Os registros que os lexicógrafos captam muitas vezes não são

* MAURO DE SALLES VILLAR é membro da Academia Brasileira de Filologia, diretor do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e co-autor do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

mais que contextualizações desses sentidos básicos. Pelo método tradicionalmente empregado, nos grandes dicionários as entradas acabam com tantas acepções quantas é capaz de distinguir a sensibilidade do dicionarista ou a diversidade do material que tem nas mãos, mas isso não tem fim, uma vez que cada nova tonalidade, cada nova nuance de utilização pode ser registrada como sentido ou emprego diferente.

Veja-se o exemplo do verbete **olho** no *Dicionário Caldas Aulete*, terceira edição brasileira (1974), — mas poderia ter usado qualquer outro dicionário, pois todos incorremos em tal disfunção. Realcei com retícula as acepções que ilustram o que disse acerca de um mesmo sentido (neste caso, o de ‘buraco’, ‘vazio’) contextualizado diferentemente e tomado como nova acepção:

OLHO, *s. m.* (anat.) órgão da visão situado em órbita própria, de forma mais ou menos globular, ordinariamente em número de dois, colocados na parte anterior da cabeça do homem e de quase todos os animais. || Órgão da vista considerado como indício das qualidades ou defeitos do espírito, do caráter, das paixões, dos sentimentos: A bondade brilha nos seus *olhos*. || (Fig.) Olhar, luz, claro, ilustração: A reflexão é o *olho* da alma. Vendo pelos *olhos* do espírito a desonra e o desprezo, e ouvindo a desesperação gritar. (R. da Silva.) A geografia e a cronologia são os *olhos* da história. || Atenção, esforço da alma aplicado a um objeto: Tem os *olhos* fixos no seu dever, na sua conduta. || Atenção, vigilância, cuidado: O ladrão escapou, aos *olhos* da polícia. Os *olhos* da real benignidade. (Camões.) Traz o *olho* no criado que o rouba. || Ocelo. || Gota de líquido gorduroso que flutua sobre outro líquido mais denso. || **Buraco ou furo em certos objetos por onde se enfiam linhas ou fios. || Aro das ferramentas por onde se enfia o cabo: O olho da enxada. || (Pleb.) O orifício do ânus. || (Gír.) Tostão. || Vão nos tímpanos dos arcos da ponte para dar maior vasão à água. || Abertura por onde entra a água que faz mover a roda dos moinhos. || (Tipogr.) A espessura de um caráter de imprimir; a abertura no e que distingue esta letra do c. || Poro ou buraco que apresentam certas massas e especialmente os queijos. || (Arquit.) Abertura circular ou elíptica feita nos tetos ou paredes dos edifícios para lhes dar claridade. || (Metalurg.) O buraco da feira por onde passa o metal que se quer adelgaçar. || (Alcanena) Porção de qualquer casca, que serviu num tanque de curtimenta. || Batoque ou orifício na parte superior e anterior do tonéis e que serve para lhes introduzir o líquido e tirá-lo depois de fermentado. || O buraco da pedra superior ou girante (falando da mó dos moinhos) por onde cai o trigo e outros cereais para serem reduzidos a fari-**

nha. || O botão que vai desenvolvendo-se na planta ou o rebento das árvores: *Olho* da couve. E sejam guarnecidas com *olhos* de alface, ou de chicória. (Domingos Rodrigues, *Arte de Cozinha*, I, c. 1, 4, p. 5, ed. 1693.)

As acepções dos vocábulos têm utilização bastante fluida. Elas se expandem, quer horizontal, quer verticalmente, por meio de analogias, metáforas, metonímias, extensões de sentido e tantas outras formas de contaminação semântica. Diante da flexibilidade da língua, o entendimento entre os falantes só se dá por estes porem em ação a sua habilidade de interpretação. Praticamente, qualquer palavra de uma língua apresenta uma dinâmica semântica aberta, podendo ser sempre empregada e colorida de um novo modo pelos usuários.

PATRICK HANKS (2000) pondera sobre a questão, propondo um modelo de dicionário em que as palavras não tivessem acepções rigidamente marcadas, os tradicionais lexemas separados por números, mas sim que fosse apresentado um grupo de sentidos potenciais de cada unidade léxica, capaz de ser ativado pelos contextos particulares. Na introdução do *New Oxford Dictionary of English* (1998), em que havia posto em funcionamento a sua tese, ele esclarece que as entradas compreendem um ou mais sentidos ‘genéricos’ e cada um deles faz as vezes de passagem para outras subacepções relacionadas e mais especializadas.

Outra tentativa recente nessa direção foi feita pelo *Macmillan English Dictionary for Advanced Learners* (2002), que aceita o modelo dos dicionários convencionais nas palavras que apresentam acepções claramente distintas, mas em outros casos elabora conjuntos de sentidos mais complexos, em que a base semântica é desenvolvida de maneiras diversas.

Enquanto isso, o que vêm fazendo os dicionários semasiológicos ditos de língua geral? Trabalham a descrição das unidades léxicas como se estas apresentassem sentidos constantes, partilhados por todos os falantes. As relações de sentido, porém, não são nem estáveis nem predizíveis, não havendo, mesmo, maneira de saber como cada um de nós lida com os significados e como os representa internamente. Com frequência, a proliferação de sentidos dicionarizados não passa de incapacidade de o lexicógrafo atingir o nível de generalização correto, ou então trata-se de incidência da velha indistinção entre sentido diferente e contexto diverso. Os dicionários priorizam também os critérios classificatórios, passando por cima do que é conotativo, pragmático, atitudinal ou reduzem-no à condição de umas poucas notas (SINCLAIR: 2004).

Hoje parece óbvio não poder priorizar-se nos dicionários uma classificação baseada no *sentido* dos vocábulos em detrimento do seu *uso* (SINCLAIR: 2004). Essa foi a revolução introduzida na lexicografia pelos contextualistas britânicos.

Desde a década de 1960, um grupo de lingüistas, semanticistas e lexicógrafos britânicos, mais tarde batizados de escola contextualista, percebeu que os computadores podiam ser empregues no armazenamento de textos e nas pesquisas de abonações. A partir dessa prática, a lexicografia e a lingüística puderam analisar em detalhe o funcionamento das palavras da língua, livres da artificialidade das escolhas pessoais de exemplos antes praticada. Com crescentes milhões de exemplos à mão, os *corpora* computadorizados transfiguraram a lexicografia.

Foi assim que se perceberam fenômenos curiosos dentro das línguas. Por exemplo, usamos em nossa comunicação vocabular grande número de combinações fixas ou mais ou menos fixas de palavras, que funcionam como elementos pré-fabricados, prontos a usar. Sua compreensão pelo ouvinte é ótima, pois se trata de recurso repetitivo, e isso poupa energia na expressão. Percebeu-se também, ligado a esse fato, o fenômeno da imantação vocabular, que faz que, entre dezenas de escolhas na língua, as palavras se unam percentualmente em alto grau apenas em determinados sintagmas.

Vamos analisar esses e outros fatos mais à frente. Agora, interrompo o que digo, para transcrever uma pequena série de exemplos desse comportamento vocabular, para sua melhor apreensão.

Quando determinado conceito precisa ser expresso num discurso, o que vem à cabeça de imediato são elementos combinatórios pré-fabricados assim. Repare:

Il efeito perverso, virtudes cardeais, assistência social, casca grossa, mundo civilizado, prova cabal, valores morais, bala perdida, deuses pagãos, honras fúnebres, dinheiros públicos, obra aberta, chammas eternas, cunho religioso, alma penada, vendedor autônomo, gênio incompreendido, junta comercial, sexo seguro, preferência nacional, cálculo estrutural, foro privilegiado, *deficit* habitacional, força policial, pessoa jurídica, criança mimada, vista curta, última vontade, instante supremo, sucesso brilhante, empréstimo compulsório, artilharia pesada, reprodução assexuada, pesca predatória, colorido orquestral, crime passionnal, última moda, tinta fresca, vida eterna, carros clássicos, meio ambiente, riso amarelo, bilhete azul, língua negra, pensamento positivo, ardor missionário, pecado mortal, tresloucado gesto, mobiliário urbano, estado crítico, pretinho básico, espetáculo circense, cultura popular, música erudita, vontade política, piloto automático, panos quentes, tríduo momesco, carro alegórico, inclusão digital, desenvolvimento sustentável, crescimento sustentado, ponto morto, vaso sanitário, renúncia fiscal, fome zero, lucro cessante, massa falida, imprensa marrom, mudança radical, vontade louca, olho

grande, bandeira amarela, livre concorrência, analfabeto funcional, boi gordo, fogo cerrado, duras penas, notório saber, reserva técnica, fogo cruzado, preços salgados, sigilo bancário, corpo fechado, figurinha carimbada, recurso extraordinário, horário nobre, aula particular, círculo virtuoso, círculo vicioso, arma branca, tiro livre indireto, picanha maturada, bens tombados...

Il piloto de provas, cartão de natal, almas dos justos, profissão de fé, espírito de porco, poder de veto, objeto de desejo, colônia de férias, banho de loja, paciência de Jó, paletó de madeira, febre de feno, quebra de protocolo, papas na língua, ordem de idéias, população de baixa renda, rolamento da dívida, camisa de onze varas, o espetáculo do crescimento, regime dos ventos, duro na queda, poucas e boas, elas por elas, rápido e rasteiro, pau a pau, uma ova, a duras penas, gol de ouro, livro de cheques, voto de confiança, invasão de privacidade, via de regra, lavagem de dinheiro...

Il meter a mão, não é nada não é nada..., uma gota no oceano, o fim da picada, sem sombra de dúvida, na expressão da palavra, marinheiro de primeira viagem, dois dedos de prosa, um belo dia, era uma vez, trocar as bolas, tomar a peito, ter pavio curto, pra ninguém botar defeito, na crista da onda, na corda bamba, ter minhocas na cabeça, ter macacos no sótão, estar fora de si, estar na água, da mão para a boca, meter os pés pelas mãos, abrir todas as portas, falar claro, jogar limpo, descongelar preços, serem favas contadas, estar pela hora da morte, num abrir e fechar de olhos, limpar a barra, pôr em pratos limpos, matar a pau, a vaca foi pro brejo, fazer fita, dar com os burros na água, durma-se com esse barulho, segurar as pontas, o mar não está para peixe, pão-pão queijo-queijo, voltar à vaca-fria, ser pé- quente, tirar o atraso, sem eira nem beira, ter bala na agulha, cair a ficha, passar lotado, soltar os cachorros, partir para o abraço, levar às últimas conseqüências, passar energia positiva, uma química perfeita, na medida do possível etc.

(Muitos desses exemplos, especialmente os últimos, são de linguagem informal, mas tal nível de uso é ocasional. Estes foram apenas os que me ocorreram ao tentar levantar em pouco tempo uma lista desse fenômeno em nossa língua.)

As combinações com que nos deparamos no discurso não são, obviamente, todas desse tipo. Há-as livres, nas quais é regular a soma dos significantes e dos significados do sintagma, e que podem ser substituídas por quaisquer outras combinações suficientemente sinônimas. *Água gelada, terra árida, chuva*

fria são exemplos de combinações livres. Uma frase como “este dicionário foi feito por um grande grupo” poderia ser dita “este léxico é resultado do trabalho de muitos lexicógrafos e colaboradores”, por se tratar de um sintagma de *combinações livres*. Mas estes casos não nos interessam aqui.

Deixemo-los de lado e debrucemo-nos sobre as *co-ocorrências lexicais restritas*, também ditas *combinatórias lexicais não livres* — além de diversas outras denominações. São estas as que demonstram tendência de adotar tão-somente um número limitado de associações com outras palavras, dentre grande quantidade de combinações possíveis. Para fazê-lo, vou utilizar-me da classificação de Igor Mel’čuk, autor do celebrado *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain*, cuja análise das co-ocorrências é bastante interessante.

As combinatórias lexicais não livres estão genericamente catalogadas por Mel’čuk em *sintagmas semânticos* e *sintagmas pragmáticos*. Começemos pelos semânticos. Estes podem ser de três gêneros: *frasesmas*, *semifrasesmas* e *quase-frasesmas*.

Os frasesmas completos são a combinação de dois ou mais lexemas A + B, cujo significante é a soma regular dos significantes dos lexemas constituintes / A + B/, mas cujo significado é diferente da soma dos significados constituintes.

Observe as seguintes associações para melhor entender a teoria: *saia justa*, *televisão de cachorro*, *olho grande*, *bafo de boca*, *boca de siri*, *lua-de-mel*. Qualquer pessoa sabe o que significa o substantivo *saia* e o adjetivo *justo*, mas isso não basta para apreender o significado do sintagma *saia justa*, uma vez que seu sentido é dissemelhante da soma dos significados constituintes: ‘situação embaraçosa’. O mesmo ocorre com os outros exemplos. *Televisão de cachorro*, no Brasil, é aquela ‘máquina em que ficam girando, nas padarias, os frangos em cozimento’. Esse tipo de associação, cujo sentido vai além da soma dos significados de cada parte constituinte, é, na classificação de Igor Mel’čuk, o *frasesma*, e sua natureza é a das expressões idiomáticas.

Repare, agora, nas co-ocorrências *imprensa marrom*, *sorriso amarelo*, *água dura*. São de outro tipo. Nessas combinações de dois lexemas, A + B (que também poderiam ser mais de dois), o significante é a soma regular dos significantes dos lexemas constituintes /A + B/, mas apenas o sentido do adjetivo é diferente de sua acepção original, o que faz que a soma dos significados constituintes resulte em outra coisa. *Marrom* aqui não é ‘cuja cor é a da castanha’, mas ‘sensacionalista, caluniadora’. *Amarelo* não é ‘da cor da gema do ovo’, mas ‘contrafeito’. *Duro* não é ‘não é flexível ou macio’, mas ‘que contém sais de cálcio, magnésio e ferro em quantidades tais que dificilmente produz espuma com sabão’. Esse tipo de associação é, na classificação de Mel’čuk, o *semifrasesma*, equivalente à *collocation* dos lingüistas anglófonos, e tem uma

característica especial: as palavras usadas nos sentidos “afastados dos originais” só se empregam com tais acepções nas associações aqui registradas. Não se pode usá-las com a mesma acepção em outras ocorrências. Por exemplo, não é possível dizer “Fulano sentiu-se amarelo” por “Fulano sentiu-se contrafeito”, nem citar uma “carta marrom”, querendo significar uma “carta caluniadora”.

Outra curiosidade nos semifrasemas é que, mesmo que diferentes adjetivos signifiquem a mesma coisa, eles não são permutáveis nas co-ocorrências em que são usados. Por exemplo, em *atividade febril*, *luta encarniçada*, *ódio mortal*, *vontade louca*, todos os adjetivos foram usados no sentido de ‘acentuado’. Tente, porém, trocá-los nas citadas colocações e verá que o uso não confirma tal possibilidade: Atividade mortal? Luta louca? Vontade encarniçada... Já não significam a mesma coisa. O fenômeno da imantação é, portanto, “pessoal” e (praticamente) “intransferível”.

O levantamento dos frasemas e semifrasemas é fundamental na língua, especialmente nos dicionários bilíngües e plurilíngües, uma vez que quem aprende um idioma ou quem tem de verter ou traduzir textos carece de que tais combinatórias lexicais sejam esclarecidas e seus equivalentes ou descrições parafrásticas sejam informadas.

Vimos acima o caso dos sintagmas cujo significado é diferente da soma dos significados constituintes, quer porque um dos elementos ‘funciona diferentemente’, quer porque todo o conjunto o faz. Vejamos agora a terceira modalidade de sintagmas semânticos de associação restrita, o *quase-frasema*. Um bom exemplo deste é a locução *centro comercial*. Repare que, em ambos os componentes, é regular a soma dos significantes e dos significados, uma vez que se trata de um *centro* (porque para ali convergem lojas) que é *comercial* (porque nele se fazem negócios). Mas a Saara, no Rio de Janeiro, e a 25 de Março, em São Paulo, seriam igualmente centros comerciais, uma vez que ali existe convergência de variadas lojas e naquele local se mercancia — mas ninguém lhes atribuiria esse epíteto. Por quê? O motivo é que, embutida na locução, existe a presunção elíptica de que um centro comercial seja composto de lojas em andares superpostos, com garagens, que exista o oferecimento de serviços (bares, restaurantes, cabeleireiros, supermercados, praças de alimentação etc.). Essa composição entre sentidos expressos e não expressos é o que caracteriza os quase-frasemas da classificação de Mel’čuk.

Faltou, então, falar dos sintagmas pragmáticos, os *pragmatemas*. Eles são os conjuntos empregados na língua de modo fixo e que se repetem para fins práticos, como as seguintes fórmulas: agite antes de usar; este lado para cima; proibido fumar; graças a Deus; o Ministério da Saúde adverte: fumar causa...; ver validade no fundo da garrafa, consumir de preferência antes de...; se persistirem os sintomas, o médico deve ser consultado; saída de emergência etc. É

também considerada pragmatema a linguagem fática — aquela usada não para comunicação de informações, mas apenas para assinalar que o canal de comunicação está aberto. Por exemplo, quando você encontra alguém e pergunta “como vai”, não quer sabê-lo de fato. Se o outro responde que vai bem, não lhe está afirmando isso, mas apenas utilizando uma fórmula padronizada de comportamento socialmente aceitável. Exemplo de uma conversa com esse tipo de linguagem (em versão informal):

- Como é? Tudo nos conformes?
- Tudo em cima.
- Beleza! É isso aí.
- Então tá.

Nada foi efetivamente perguntado e nada foi verdadeiramente respondido — nem se espera que o indagado vá contar-nos a sua vida naquele instante. Trata-se de simples pragmatemas.

Outras categorias de palavras são consideradas pragmatemas. Por exemplo, os verbos operadores de ações, também ditos verbos-suportes, que constituem com o substantivo (que na gramática tradicional faz de seu objeto direto) um todo semântico, tendo o seu sentido original esvaziado. Quando você diz: *dei um prêmio à Joana*, o verbo *dar* está utilizado em sentido pleno. Mas em *dar um pulo* (= pular), *dar um sorriso* (= sorrir), *soltar uma gargalhada* (= gargalhar), *fazer questão*, *passar um descompostura* etc. os verbos fazem apenas de operadores.

Há autores que incluem também os epítetos, as antonomásias e os provérbios na categoria de pragmatemas.

É bom lembrar, porém, que os exemplos que aqui dei de frasemas, pragmatemas etc. são obviamente exemplos-tipo. Escolhi-os por serem muito característicos dessas classificações, mas não é tão simples qualificar as ocorrências nos *corpora*, uma vez que esses fenômenos não são discretos, mas sim contínuos e graduais no tecido da língua, sendo difícil a sua exata categorização para os lingüistas e lexicógrafos.

Mas por que estou falando de todas essas coisas aqui? Tudo isso, e mais fenômenos em que não toquei, como as descobertas da recente *prosódia semântica*, que estuda o modo como uma classe semântica inteira pode ter forte tendência a associar-se com determinadas palavras, mostra que a língua carece de ser detalhadamente entendida para ser melhor descrita nos dicionários, e foram as grandes bases de dados de abonações e a pesquisa das estruturas fraseológicas que permitiram esses desenvolvimentos e percepções. Não teria sido possível observá-los, analisando as palavras individualmente.

E com que bancos de palavras conta a lexicografia? Na França, o *Inventaire General de la Langue Française* colecionou, entre 1936 e 1968, cerca de 6 milhões de abonações de palavras empregadas em textos literários e técnicos. Esse material e muitas outras fontes serviram, mais tarde, para elaborar os alentados 16 volumes do *Trésor de la langue française*. Na Inglaterra, o *Brown Corpus*, na década de 1960, recolheu 1 milhão de abonações, mas logo ficou claro que isso era absolutamente insuficiente. Vieram então, na década de 1990, o *Bank of English* e depois o *British National Corpus*, que reuniu 100 milhões de palavras e a seguir, 250 milhões, num inventário aberto ao público que registra também vocábulos e fraseologia do inglês norte-americano. Há três anos ele já estava em 400 milhões de ocorrências inventariadas.

Nos *corpora* acima de 100 milhões de itens com simples concordâncias à direita e à esquerda da palavra focada, surgem os padrões de emprego da quase totalidade de vocábulos da língua, com exceção dos mais raros, observa PATRICK HANKS (2002). Outros padrões emergem através de elaboradas análises computacionais. Os bancos ingleses de palavras que citei são públicos, mas há também os particulares, de grandes companhias jornalísticas, de universidades, e ainda todo o oceano vocabular da internet, que pode ser usado. Em 2002, Gregory Grefenstette, cientista pesquisador da Clairvoance Corp. (Penn.) dava conta de haver na rede 76 bilhões de ocorrências de inglês (e já 1.333.664 palavras do português). E estamos há três anos desse cômputo.

E o que se está fazendo na língua portuguesa? Pouco. O fenômeno das combinatórias lexicais está mal desenvolvido. No Brasil, as tentativas bem-sucedidas citáveis de trabalhos feitos com o auxílio de computadores são, por exemplo, o projeto NURC, de 1996, ligado ao Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica. Também o banco de palavras que Francisco S. Borba vem desenvolvendo em Araraquara e que já gerou um *Dicionário de usos do português do Brasil* (2002) e um recente *Dicionário Unesp do português contemporâneo* (2004), elaborado sobre uma base que também levou em conta o *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, do Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, segundo informa o seu texto de introdução. Na USP, professores como Tony Berber Sardinha, Heloísa Collins, Maria Adélia Ferreira Mauro, Zilda Maria Zapparoli, João Martins Ferreira e outros mergulharam na lingüística computacional, enquanto Ronaldo Martins procura desenvolver para o português o aventuroso projeto da Universal Networking Language (UNL) de ligar as línguas do mundo por um sistema de tradução automática — uma patente da ONU.

A maioria dos dicionários no português é construída sobre cópia e descaracterização de obras anteriores, em vez de se basear em aprofundamento de

estudos, o que é péssimo, pois além de perpetuar erros, acaba por introduzir impropriedades em definições que estavam boas. “Os dicionários portugueses geralmente adotados no uso e no ensino são maquinalmente copiados uns dos outros”, observava já em 1881 F. J. Caldas Aulete, no texto do plano do *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, em sua primeira edição. Em grande parte, continua-se a exercer a lexicografia como uma ‘arte do plágio’. Para nos livrarmos disso, é fundamental que um grande banco público de ocorrência de palavras seja encetado em bases científicas, a fim de que a língua seja analisada e eficientemente descrita.

Um banco capaz de atender à demanda da língua terá de voltar-se para o português do presente, mas também do passado, mergulhar na leitura e registro de ocorrências em nossa literatura e no que vive nos jornais, revistas, manuais técnicos, pesquisar a área da terminologia etc., e registrar a pragmática, o nível de uso das palavras da língua, as suas combinatórias lexicais. Isto se faz não em poucos, mas em muitos anos de trabalho perseverante, e exige uma equipe de dedicados informatas, lingüistas, semanticistas e lexicógrafos em trabalho conjunto. O inglês vem desenvolvendo há décadas ferramentas de pesquisa automática e de armazenamento cada vez mais eficientes: analisadores gramaticais, *crawlers*, analisadores morfológicos, identificadores de linguagem, *taggers* para segmentos de discurso, classificadores de domínio e gênero, etc. É preciso, em grande parte, adaptá-las ou criar ferramentas afins, para dar conta de nossas especificidades.

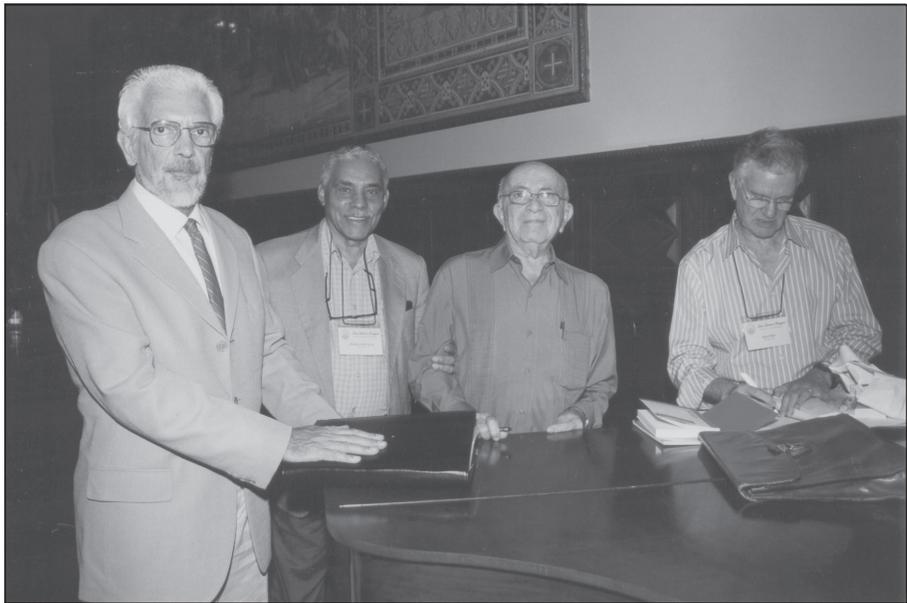
O português, repito, tem de ser estudado em suas estruturas e nas suas relações semânticas mais finas, para ser entendido e explicado apropriadamente. Sem isso, os nossos dicionários continuarão a passar na tangente da exatidão desejável — tanto os monolíngües como especialmente os multilíngües. Pelo mundo, o levantamento de frasesmas, quase-frasesmas e semifrasesmas das línguas segue adiantado. Estamos atrasados nisso.

Quem deveria investir nesse trabalho fundamental, já que a língua é um dado fundamental da cultura e da coesão de qualquer povo? No Brasil, as universidades estão carentes de fundos e não se dispõem a fazê-lo. A Academia Brasileira de Filologia seria perfeita para isso, mas mal tem dinheiro para publicar a sua própria revista e livros. Estou certo de que esse esforço terá de vir de alguma parceria entre uma instituição como a Academia Brasileira de Letras ou a Fundação Casa de Rui Barbosa e dinheiros públicos para a pesquisa e a cultura, e é isso que se espera que ocorra o mais proximamente possível, pois seria irresponsabilidade alienante preterir a política da língua. Com tal aperfeiçoamento, a nossa lexicografia irá atingir novos patamares de excelência e instalar-se-á confortavelmente no convívio das mais desenvolvidas do mundo.

Conclusão: Os grandes bancos de ocorrências de palavras têm revelado que as unidades léxicas dos dicionários contam, na verdade, com menos lexemas puros do que se costuma registrar; que as classes gramaticais são bastante fluidas e que os vocábulos demonstram forte tendência para se associarem em sintagmas mais ou menos restritos que se repetem. O uso das palavras parece mais importante que os sentidos fechados que lhes dão os dicionários, em vista da dinâmica de fluxos semânticos e de níveis em que os vocábulos são empregados, o que sugere outro projeto para os léxicos mono e plurilíngües. É preciso, por isso, rapidamente desenvolver no português extensos bancos de palavras num esforço conjunto público-privado, a fim de descongelar o ‘estado de dicionário’ convencional e torná-lo numa ferramenta dinâmica. Assim conseguiremos fazer que o ‘estado’ dos nossos dicionários ganhe, afinal, a exatidão de que na verdade carece.

Referências bibliográficas

- APRESJEAN, JURI D. (1974). ‘Regular polysemy’. *Linguistics*, 142, 9. Mouton, Haia.
- HANKS, PATRICK (2000). ‘Do word meaning exist?’ *Computers and the Humanities* 34: 205-215, cit. por MICHAEL RUNDELL in *Lexicography and Natural Language Processing - A Festschrift in Honour of B.T.S. Atkins* (2002). EURALEX, p. 148-8.
- HANKS, PATRICK (2002). *Lexicography and Natural Language Processing - A Festschrift in Honour of B.T.S. Atkins*. EURALEX, p. 157.
- MEL’ČUK, Igor, A. •OLKOVSKIJ (1970). Towards a Functioning Meaning-Text Model of Language. In: *Linguistics*, 57 pp 10-47.
- MEL’ČUK, Igor et al. (1984, 1988, 1992, 1999). *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporain. Recherches lexico-sémantiques*, vol. I, II, III, IV, Montréal, Les Presses de l’Université de Montréal.
- MEL’ČUK, I; A. CLAS, A. POLGUÈRE (1995). *Introduction à la lexicologie explicative et combinatoire*. Coll. Champs linguistiques/Université francophones, Louvain-la-Neuve/Paris: Éditions Duculot/AUPELF-UREF.
- MEL’ČUK, Igor (1995). “Phrasemes in Language and Phraseology in Linguistics”, *Idioms: Structural and Psychological Perspectives*, M. Everaert, E.J. van der Linden, A. Schenk et R. Schreuder (éds), Hillsdale/Hove, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 167-232.
- NEW OXFORD DICTIONARY OF ENGLISH (1998). Ed. Judy Pearsall. Oxford: Clarendon Press.
- SINCLAIR, JOHN (2004). ‘To complement the dictionary’. The Tuscan Word Centre.

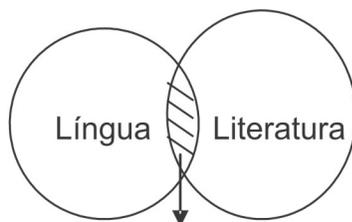


Da esquerda para a direita
Mauro Villar, Rosalvo do Valle, Adriano Kury, Dino Preti.

LITERATURA E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Leodegário A. de Azevedo Filho
(Professor emérito da UERJ, Titular da UFRJ e
Presidente da Academia Brasileira de Filologia)

Partindo-se do princípio de que a filologia, entre outras conceituações, também pode ser entendida como o ensino da língua como instrumento de uma literatura, aqui pretendemos defender a idéia de que há inevitável relação de intersecção entre a língua e a literatura nela expressa, de tal forma que a crítica filológica e a crítica literária são, necessariamente, complementares. Assim:



Relação de intersecção,
jamais de exclusão,
entre dois campos semânticos

De forma objetiva e comprobatória dessa posição teórico-metodológica, será analisado um poema de um autor angolano (Viriato da Cruz) em confronto com um poema de um autor brasileiro (Jorge de Lima), ambos modernos, para demonstrar que a implantação da língua portuguesa em Angola e no Brasil seguiu caminhos naturalmente diversos. O texto, portanto, insere-se no tema geral do Colóquio: “A Língua Portuguesa na Lusofonia”. E defende a posição didática de que o ensino da língua deve ser desenvolvido a partir de textos literários, preferencialmente.

Nesse sentido, em caráter preliminar, aliás de todo indispensável, examinemos a questão da língua portuguesa em contacto com as línguas africanas, ainda que em termos de rigorosa síntese.

No primeiro caso, situando-se o assunto no vasto campo da Sócio- e da Etnolingüística, bem sabemos que, no século XVI, quando o Brasil foi descoberto pelos portugueses, a língua mais falada na costa brasileira era a dos Tupinambás, base da chamada Língua Geral (ou de intercurso) estudada pelo padre José de Anchieta, a partir de anotações anteriores do padre Aspilcueta Navarro, ambos da Companhia de Jesus. Sobre o assunto, que é longo, pedimos licença para remeter os que nos dão a honra de ouvir ao “Estudo Introdutório” que redigimos para a edição espanhola da *Arte de Grammatica da Lingoa mais Usada na Costa do Brasil*, publicada, pela primeira vez, em Coimbra, no ano de 1595, por Antonio Mariz. (Madrid, ediciones de Cultura Hispánica – Agencia Española de Cooperación Internacional, do Ministério de Assuntos Exteriores de España, 1999). Tratamos ainda da matéria, juntamente com o saudoso professor Sílvio Elia, no livro *As poesias de Anchieta em Português* (Rio de Janeiro, Antares, 1984). Aqui, no que se refere à implantação da Língua Portuguesa no Brasil, ressaltamos apenas os seguintes tópicos: século XVI, primeiro contacto da língua indígena falada na costa brasileira com a Língua Portuguesa; no século XVII, época das Entradas e Bandeiras, houve um período de bilingüismo, com empréstimo de adstrato das línguas indígenas para o português, mas apenas em relação ao vocabulário, como se vê em nossa antroponímia e toponímia, mas sempre com adaptação fono-morfológica dos vocábulos das várias línguas indígenas para o Português, a exemplo de vários nomes geográficos ou em nomes de nossa flora e fauna, havendo com isso um enriquecimento do léxico do Português no Brasil; e já no século XVIII, o Português havia suplantado definitivamente os falares indígenas, transformando-se em língua nacional do Brasil, como seguramente o demonstra o filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto, em sua conhecida e importantíssima *História da Língua Portuguesa*. Sendo assim, a partir do século XIX, a elite intelectual brasileira – como sempre lembrava Eugenio Coseriu em nossos Congressos da SBL – assumiu a Língua Portuguesa como dela, explicando-se assim as famosas polémicas entre portugueses e brasileiros, a exemplo da que travou Carlos de Laet com Camilo Castelo Branco e da que travou Pinheiro Chagas com José de Alencar. A língua portuguesa é nossa e ela será o que todos juntos – todos os que a falam no vasto mundo lusófono – fizermos dela.

Também em termos de rigorosa síntese, vejamos como o Português foi implantado em nações africanas, tomando como exemplo apenas Angola, por não haver tempo para tratarmos das demais nações africanas de língua oficial portuguesa. No Brasil, seja-nos lícito lembrar ainda, com fundamento na conhecida classificação de Otto Jespersen, em relação às línguas africanas trazidas pelos escravos, o que se tem é o seguinte: integração da população que vem de fora, a África, numa organização social e política já existente. Houve, no caso, empréstimos lingüísticos em relação às línguas africanas trazidas para o Brasil.

Como é evidente, faltava ao escravo a necessária motivação social para falar bem a língua dos colonizadores portugueses, contentando-se assim com um falar crioulo, com simplificação do sistema lingüístico, por força da introdução na Língua Portuguesa de traços próprios das línguas africanas. A propósito escreveu Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*: “A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles.” Poderia haver melhor explicação do que esta para a doçura melodiosamente vocálica da pronúncia brasileira? Aliás, o escritor português Miguel Torga, no seu importante livro *Traço de União*, aconselha aos portugueses que vêm ao Brasil que pronunciem as vogais e amaciem as consoantes. Mas a língua, como sistema, é a mesma, com naturais variações de normas e de usos, como ocorre em qualquer outro grande bloco lingüístico do mundo, variações que não atingem o sistema (*la langue*), situando-se apenas no espaço da *parole*, ou seja, no espaço da norma e do uso da língua. Na verdade, a flexibilidade e a plasticidade do português, amoldando-se às necessidades de expressão dos povos etnolingüísticamente distintos, atingiram limites que seriam insuportáveis em outras línguas do mundo. Mas será bom distinguir sempre tupinização ou africanização de aportuguesamento, pois os empréstimos lingüísticos de línguas indígenas ou africanas, no português do Brasil, foram todos ajustados ao sistema da lusofonia.

Com efeito, só houve simplificação, no falar crioulo, do sistema fônico, mórfico e sintático da língua dos colonizadores. E a ação da mãe-preta ou ama negra na educação dos filhos dos senhores, em nosso sistema de aristocracia rural, foi, aos poucos, possibilitando a penetração de empréstimos de línguas africanas no Português do Brasil. Mas tais empréstimos, sobretudo os de ordem vocabular, adaptaram-se naturalmente à fonologia e à morfologia da Língua Portuguesa, como procuramos demonstrar no ensaio intitulado “Aspectos do Português do Brasil”, publicado na Miscelânea de estudos em homenagem ao saudoso professor Joseph M. Piel. (*Philologische Studien für Joseph M. Piel*. Heidelberg, Carl Winter-Universitätsverlag, 1969, pp.16-23). Texto republicado no livro de nossa autoria intitulado *Ensaio de Lingüística, Filologia e Ecdótica*. Rio de Janeiro, SBLL-UERJ, 1998, pp.45-54).

Retornando-se especificamente à temática das línguas africanas em contacto com a língua portuguesa, naturalmente se abriram espaços sócio- e etnolingüísticos para o aparecimento de literaturas africanas escritas em língua portuguesa, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Como é sabido, lá coexistem – ao contrário do que ocorreu no Brasil – persistentemente, línguas africanas ao lado da língua portuguesa, ambas recebendo empréstimos recíprocos de adstrato. Assim, tais espaços que, de início, foram plurilíngües

e, algumas vezes, apenas bilíngües, tenderam a transformar-se em espaços de intenso hibridismo lingüístico com o contacto da língua dos colonizadores com as línguas africanas de base, de tal forma que o sistema lingüístico do português começou a receber influxos fônicos, morfo-sintáticos e semânticos das línguas africanas, num processo sócio e etnolingüístico de variação da linguagem, dentro de um meio social ou dentro de uma cultura específica. Em tais circunstâncias, a Língua Portuguesa se apresentou como a língua política ou administrativa, usada por uma minoria constituída de funcionários, que naturalmente iriam recorrer a intérpretes para o processo de comunicação com o povo, em sua imensa maioria falando apenas línguas nativas. A propósito, nota-se que aqui já aparecem marcas de criouliização lingüística, com a costumeira simplificação de processos gramaticais e com a redução do vocabulário ao mínimo indispensável, para que a comunicação fluísse bem. Tais falares crioulos são portugueses apenas pela base lexical, mas já o não são por sua gramática, por força da interpenetração dos sistemas de línguas em contacto. Aliás, é daí que se formam os discursos mestiçados, com a africanização de formas portuguesas, como podemos ver no poema do escritor angolano Viriato da Cruz aqui anexado. Tratamos do assunto, mais detidamente, no ensaio intitulado “Línguas Africanas em contacto com o Português”, publicado no já citado livro *Ensaio de Lingüística, Filologia e Ecdótica*, páginas 119-124. Em síntese, a literatura angolana em língua portuguesa teve início nos meados do século XIX, quando o prelo foi instalado naquela colônia africana, embora a partir da década de 1930 é que viesse a afirmar-se, graças às condições de sócio- e de etnolingüística então existentes, como testemunha a antologia intitulada *50 Poetas Africanos* (Lisboa, Plátano, 1986), volume organizado e prefaciado por Manuel Ferreira, grande estudioso do assunto e saudoso amigo. Antes disso, o mesmo podia-se verificar na antologia *Poesia Angolana Moderna* (Bari, Adriatica, 1981), organizada e prefaciada pela romanista Fernanda Toriello. Insistimos em que estamos tratando apenas da língua literária de uma nação – Angola – hoje autônoma e independente. Uma nação que fala, como se sabe, várias línguas nativas, todas ágrafas. Por isso mesmo, a língua portuguesa, com todas as vantagens de ser uma língua de cultura ou de civilização escrita, passou a ser a língua oficial de Angola, e das demais nações africanas que integram o vasto mundo da lusofonia, ao lado de Portugal e do Brasil.

Mas, aqui, trataremos apenas dos conceitos lingüísticos de africanização e aportuguesamento, a partir de textos literários, conforme metodologia por nós sempre adotada. Para confronto, selecionamos dois poemas: *Essa negra Fulô*, de Jorge de Lima, poeta brasileiro, e *Sô Santo*, de Viriato da Cruz, poeta angolano, ambos do século XX. No texto de Jorge de Lima, teremos que comentar, inicialmente, o nome próprio Fulô, em português Flor. Observamos aqui que o Kimbundo, como em geral as demais línguas africanas, apresentam a seguinte

estrutura vocabular: cvcv..., ou seja, consoante e vogal, consoante e vogal... Portanto, em Flor, para desfazer-se o grupo consonantal Fl, por epêntese, foi introduzida a vogal /u/, tendo-se então Fulô, com apócope da consoante /r/ final não seguida de vogal em Flor. O substantivo comum bangüê, no terceiro verso, tem o sentido de “engenho de açúcar primitivo, movido a força animal.” Palavra que vem, segundo Antenor Nascentes, do Kimbundu mba’ngwe. Forma aportuguesada: bangüê. A palavra Sinhá: forma de tratamento com que os escravos designavam a Senhora ou Patroa. A. Nascentes deriva de Sinhô, com apócope do /r/ final, tendo-se o feminino: “Sinhá”. O nome mucama (ama-de-leite), do Kimbundu mukama, tem o sentido de “escrava ou criada negra, geralmente jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudando nos serviços caseiros e acompanhando sua senhora em passeios.” O substantivo cafuné – para A. Nascentes do quimbundu kifunate – tem o sentido de “afago ou carícia com a ponta dos dedos no couro cabeludo de outrem.” O termo kimbundo (do bantu kimbundu), língua falada em Angola, pertence à família banto e é falada pelos ambundos (grupo banto que habita províncias de Angola). A palavra banto tem o sentido de “grande conjunto de línguas do grupo nigero-gongolês oriental, faladas em África e reunidas basicamente por critério morfossintático e lexical.” Cabeção significa peça de roupa que se usa acima da cintura. E cadê tem o sentido de “que é de?” ou “onde está?” Como se vê, tudo aportuguesado.

Já o texto de Viriato da Cruz se apresenta, sobretudo em sua parte inicial, repleto de formas portuguesas africanizadas que vão diluindo o bilingüismo pelo aparecimento de um discurso mestiçado. No Brasil, observe-se bem, nunca houve o predomínio literário de qualquer espécie de discurso mestiçado por tupinização ou africanização. No Brasil, literariamente, predominou o aportuguesamento de palavras de origem indígena ou de origem africana. Em África, o bilingüismo persistiu – e aqui está a diferença – e ainda hoje persiste. A propósito, em 1948, observa-se que os jovens escritores da geração de “Vamos descobrir Angola!”, ao que pensamos, não chegaram a pregar nenhum movimento de regresso cego e radical às origens primitivas da negritude, como se isso fosse culturalmente possível, eliminando-se assim todo o longo processo colonizador. O que certamente pregaram foi o regresso ao mundo da angolanidade, em termos puramente culturais. No caso, o poema “Sô Santo”, aqui anexado, de Viriato da Cruz, pode ser visto como uma espécie de modelo textual da moderna literatura angolana. No poema em causa, claramente se exprime uma forma própria de mestiçagem cultural, criando-se assim uma língua literária também mista, ao contrário do que vimos no poema de Jorge de Lima. Para melhor compreensão literária do texto vamos recorrer à filologia e procurar explicar o sentido das palavras portuguesas que foram africanizadas. Começemos pelo título: “Sô Santo”, onde se observa a redução de “Senhor” a “Seu” e, depois, a “Sô”. E “Santo” é forma apocopada de “Santos”, nela elimi-

nando-se o –s final por força da estrutura vocabular da língua nativa: cvcv..., ou seja, consoante mais vogal, consoante mais vogal..., como aqui foi explicado. “Beça” é igual a “bênção”, por desnasalização do /e/ e por redução do ditongo a vogal. “Musseques” tem o sentido de “quarteirão de barracos habitado por negros na periferia da cidade”. “Beça-nganas” é palavra composta que tem o sentido de “moças ou raparigas solteiras que ainda pediam a bênção aos mais velhos, ou seja, raparigas ingênuas.” “Rebitas” é o mesmo que “festas ou bailes”. “Muari-ngana Santo” quer dizer “O Senhor Santos”. Em “Ual’ o banda ó calaçala”, há “calçada”, com epêntese do /a/ e assimilação regressiva do /d/ ao /l/, para adaptar o vocábulo português à estrutura vocabular da língua africana, por clara africanização, portanto. Em “Chaluto”, tem-se a troca do /r/ pelo /l/, por lambdacismo, deformando-se a pronúncia do vocábulo português, como nos casos anteriores, sempre por africanização. “Mu muzumbo” significa “nos lábios ou na boca.” “Kitoto” é uma bebida fermentada, semelhante à nossa cerveja, mas feita com milho. E era consumida pelos pobres. O termo “ngaieta” designa um instrumento musical semelhante à nossa harmônica. “Kimbanda” é o mesmo que “médico, adivinho, curandeiro, exorcista, mago ou profeta.” “Ngombo” é o “Deus da verdade.” E “Sandu” é o espírito ou divindade protetora do povo.

O texto do poeta angolano Viriato da Cruz (Angola, 1928 – Pequim, 1973) exemplifica bem o que seja “discurso mestiçado”, como produto de um contexto também de mestiçagem cultural, de que “Sô Santo” é uma figura simbólica. O poema não está propriamente empenhado em regressar às primitivas origens da negritude, para eliminar as influências da colonização portuguesa. O seu empenho consiste em regressar ao próprio mundo cultural africano, para resgatá-lo em sua forma histórica. Houve tempo em que as personagens, como “Sô Santo”, tiveram um papel importante e definido na sociedade angolana, sendo mesmo respeitadas pela população. Observe-se que Viriato da Cruz terminou o poema com uma disjunção altamente significativa: “... Se ele é o símbolo da Raça/ ou vingança de Sandu...” Ou seja: o leitor africano deve meditar naquilo que aconteceu a “Sô Santo”. O leitor terá que optar por uma das duas alternativas: a primeira, de ascensão social, simbolizada no poema por expressões como “grande corrente de ouro”, “dono de musseques e mais musseques”, “banquetes pra gentes desconhecidas”, “noivado da filha durando semanas”, “champanha”... E a segunda, de visível decadência, com a figura de “Sô Santo” a descer a calçada que outrora subia com charuto na boca, mas agora desce com cigarro apagado...

Mas quais seriam os motivos de tanta ruína? Para a resposta, após a morte de “Sô Santo”, o povo vai chamar um “Kimbanda” (médico, curandeiro, adivinho, exorcista, mago ou profeta) para dizer se a desgraça do velho adveio

por “desamparo de Sandu/ Ou se é já própria da Raça...” Portanto, o povo vai buscar na sua cultura a resposta para a indagação feita, ou seja, para as causas responsáveis pela ruína de “Sô Santo”. Tal atitude indica o caminho a seguir na busca de soluções para os problemas angolanos, tudo dentro da própria cultura histórica do mundo africano, sem qualquer alienação.

E por que Sandu, como espírito protetor do povo, ter-se-ia vingado de “Sô Santo”?

Está claríssima a resposta no poema: porque “Sô Santo”, ao adotar hábitos e costumes estranhos à sua origem e à sua formação africana, deixou-se assimilar por hábitos e costumes estrangeiros, ou seja, portugueses. Por isso, atraiu a ira ou vingança dos deuses, pois foi traidor de seu povo. “Sô Santo” teria sido assimilado, de forma alienante, pela cultura do colonizador, transformando-se assim num símbolo negativo ou num herói tragicômico, para jamais ser esquecido pela memória de sua gente. Com efeito, como se fosse um europeu e não um africano, “Sô Santo” só tirou proveito para si próprio da terra africana, não apenas como “dono de muitos musseques”, mas também prostituindo a mulher africana, ao se tornar macho de amantes e mais amantes de moças ou raparigas solteiras. Foi pois assimilando hábitos dos colonizadores europeus que organizou banquetes “pr’a gentes desconhecidas”; discriminou os seus irmãos, dando ao povo kitoto e batuque, enquanto aos estrangeiros convidados oferecia champanha. Sendo assim, é claro que a alienação destruiu “Sô Santo”, não havendo qualquer motivo para considerá-lo “o símbolo da Raça” que, por estranha e injusta fatalidade, estaria sempre destinada a “descer a calçada.”

Fica patente, portanto, que o poema recria, literariamente, uma época sócio-cultural, misturando níveis de língua num discurso bivalente que se divide em dois momentos histórico-poéticos. No primeiro com o predomínio claro do fenômeno lingüístico da africanização e não do aportunuesamento, tem-se:

Muari-ngana Santo
 dim-dom
 ual’o banda ó calaçala
 dim-dom
 chaluto mu muzumbo
 dim-dom

E o segundo:

Lá vai...
 descendo a calçada,
 A mesma calçada que outrora subia,

Cigarro apagado,
 Bengala na mão...
 ...Se ele é o símbolo da Raça
 ou vingança de Sandu...

Na primeira estrofe, claramente, interpenetram-se dois sistemas lingüísticos: o Kimbundo e o Português, africanizando-se as palavras da Língua Portuguesa por adaptações fono-morfológicas.

No que se refere às correspondências isotópicas existentes no poema, ainda na primeira estrofe temos: a figura de “Sô Santo” subindo a calçada; e, na segunda, temo-lo descendo a calçada. Na primeira estrofe, “Sô Santo” aparece de “chaluto mu muzumbo”, como símbolo de riqueza. Já na segunda, vêmo-lo de “cigarro apagado”, índice de ruína ou decadência. Há aqui pares opositivos que indicam fartura e miséria, alternadamente. Veja-se: subir a calçada / descer a calçada; charuto na boca / cigarro apagado. Com isso, o poeta sugere – tomando a figura de “Sô Santo” como símbolo – a própria alteração sofrida pela sociedade angolana em face da colonização portuguesa. Há, por assim dizer, uma transformação de linguagem, na mudança do discurso crioulo para o discurso português. A propósito, indaga o professor Salvato Trigo, Reitor da Universidade Fernando Pessoa: terá o poeta querido marcar, com tal transformação de linguagem, todo esse período de europeização insensata que Angola suportou a partir do nosso século [refere-se ao século XX] até ao fim do domínio colonial?” (Cf. *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto, Brasília Editora, 1981, p. 86).

Como é sabido pelos estudiosos do assunto, depois da colonização dita “não-dirigida”, intensificou-se, sobretudo no início do século XX, a chamada colonização dirigida com todo um processo de assimilação cultural, nesse processo incluindo-se a criação do Liceu Salvador Correia, em 1919, entrando em vigor o ensino secundário oficial. Acrescente-se a isso a publicação de jornais defendendo a superioridade cultural do mundo europeu e a proibição, por Norton de Matos, do ensino das línguas nativas de Angola nas Missões, a não ser para fins de catequese. Mais ainda: houve a ocidentalização dos veículos de difusão cultural, como o cinema e o teatro; construções arquitetônicas à maneira européia; e o asfalto citadino como índice de riqueza, em contraste com a miséria dos musseques e das sanzalas, ou seja, povoados ou aldeias de gente pobre, na periferia das cidades. No Brasil, note-se que o termo senzala, com dissimilação do /a/, tem outro sentido: habitação dos escravos ao fundo da Casa Grande dos Senhores. Outro sentido, mas no mesmo campo semântico.

O que acima foi exposto mostra, claramente, que o poema de Viriato da Cruz contém ou revela uma crítica amarga aos que forçaram a transformação de uma

sociedade africana numa sociedade européia, alienando as pessoas por intenso processo de assimilação e pondo na marginalidade os que se opuseram ao novo regime. Na verdade, “Sô Santo” evoca tal transformação, ao mesmo tempo em que invoca o mundo angolano que a precedeu e a que a geração de Vamos descobrir Angola! deseja regressar para, a partir dele, construir uma literatura capaz de traduzir, como dizia Agostinho Neto, “a melodia crepitante das palmeiras/lambidas pelo furor de uma queimada.” (Cf. Salvato Trigo, op.cit., p.86).

Sem dúvida alguma, houve muita gente “assimilada”, a exemplo de “Sô Santo”. Mas, ao lado disso, crescia a massa marginalizada, que falava o “preto-guês” ou dialeto crioulo num discurso mestiçado que adaptava o sistema lingüístico do português ao sistema das línguas africanas, sempre falado nos musseques e nas sanzalas. Desse processo de africanização, surgiu o conceito de decalque como a tendência que tem o aloglota em adaptar às estruturas de sua língua materna os elementos advindos da língua estrangeira. Inversamente, na língua falada pelos “assimilados”, e também na língua literária, há penetração de elementos das línguas nativas ou maternas na estrutura da língua portuguesa. A propósito disso, conclui o Professor Salvato Trigo: “a diglossia, que a língua portuguesa suporta sem grandes conflitos, é o preço que ela teve de pagar, enquanto língua de diáspora.” (op.cit. p.88). Nesse sentido, com efeito, a língua portuguesa, em sua flexibilidade, muito mais do que ocorreu com outras línguas de colonização, deixou-se mestiçar facilmente, crioulandando-se. E a interpenetração de sistemas lingüísticos diversos gerou as deformações fonomorfológicas dos discursos mestiçados. Se a língua de base for a portuguesa, os termos da língua materna serão tomados de empréstimo, com naturais adaptações lingüísticas. Ou seja: há processo de aportuguesamento, como ocorreu no Brasil com palavras de origem indígena referentes à fauna, à flora e também com palavras de origem africana ou de outra procedência, todas elas incorporando-se ao léxico do português da América. Mas, se, ao contrário, for africana a língua de base, nela penetrando, por empréstimo lingüístico, os termos da língua portuguesa, haverá um processo de africanização da língua portuguesa. Sendo assim, fica patente que a flexibilidade e a plasticidade da Língua Portuguesa, amoldando-se à necessidade de expressão de povos etnolingüisticamente distintos, graças à ductibilidade com que se deixa usar, atingem limites que seriam insuportáveis em outras línguas, de tal forma que as literaturas africanas dificilmente poderiam ser expressas em outras línguas de colonização, sem grandes prejuízos. Como nos mostra o texto de Viriato da Cruz, o povo colonizado apoderou-se da Língua Portuguesa para africanizá-la, na construção de uma língua literária claramente independente da de Portugal. Em outras palavras: fundamentalmente, a *langue* parece a mesma, mas já é outra a dinâmica da *parole*. No caso, o que vai importar é a construção de uma estética literária africana, capaz de exprimir, numa língua de cultura ou de civi-

lização escrita, que é a portuguesa, o sentimento profundo do povo, diante da grandeza e da precariedade da própria condição humana.

Em suma, convém distingüir, desculpem-me a insistência, com clareza, africanização de aportuguesamento. Os empréstimos lingüísticos que se ajustam à língua portuguesa nada têm a ver com o fenômeno de africanização e sim com o de aportuguesamento, enriquecendo-se o vocabulário da língua de Camões. Em tudo isso, o importante não é ter muitas línguas ágrafas, e há 1900 em África, mas dispor, ao lado delas, de uma língua de civilização escrita, no caso a portuguesa, que é a sexta língua materna mais falada no mundo, ocupando o imenso espaço etnolingüístico da lusofonia, com mais de duzentos milhões de falantes. E o novo milênio exige, bem sabemos disso, o fortalecimento dos grandes blocos lingüísticos, entre eles incluindo-se o da Língua Portuguesa, já agora com a presença de Timor Leste, ao lado das cinco nações africanas de língua oficial portuguesa, estas últimas um tanto seduzidas pelo inglês ou pelo francês, infelizmente, e ao lado do Brasil e de Portugal. E vamos concluir com os seguintes versos de António Ferreira:

Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
a portuguesa língua, e, lá onde for,
senhora vá de si, soberba e altiva.
Se'té 'qui esteve baixa e sem louvor.
culpa é dos que a mal exercitaram,
esquecimento nosso e desamor.

Muito obrigado pela generosa atenção!

Eis os textos usados:

Sô Santo

Poema angolano de Viriato da Cruz

Lá vai o Sô Santo...
Bengala na mão
Grande corrente de ouro, que sai da lapela
Ao bolso... que não tem um tostão.

Quando Sô Santo passa
Gente e mais gente vem à janela:

- “Bom dia, padrinho...”
- “Olá...”
- “Beça, cumpadre...”
- “Como está?...”
- “Bom-om di-a sô Santo!...”
- “Olá, povo!...”

Mas por que é saudado em couro?
Por que tem muitos afilhados?
Por que tem corrente de ouro
A conferir sua pobreza?...
Não me responde, avó Naxa?

– Sô Santo teve riqueza...
Dono de musseques e mais musseques...
Padrinho de moleques e mais moleques...
Macho de amantes e mais amantes,
Beça-nganas bonitas
Que cantam pelas rebitas:

“Muari-ngana Santo
 dim-dom
ual’o banda ó calaçala
 dim-dom
chaluto mu muzumbo
 dim-dom”

Sô Santo...

Banquetes p’ra gentes desconhecidas
Noivado da filha durando semanas
Kitoto e batuque prò povo cá fora
Champanha, ‘ngaieta tocando la dentro...

Garganta cansando:

“Coma e arrebenta
e o que sobrar vai no mar...

“Hum-hum

Mas deixa...

Quando o Sô Santo morrer,
Vamos chamar um kimbanda
Para ‘Ngombo nos dizer
Se a sua grande desgraça
Foi desamparo de Sandu
Ou se é já próprio da Raça...

Lá vai...

descendo a calçada,
A mesma calçada que outrora subia,
Cigarro apagado, bengala na mão...

...Se ele é o símbolo da Raça
ou vingança de Sandu...

(Poemas, 1961)

Essa negra fulô

Jorge de Lima

Ora, se deu que chegou
(isso já faz muito tempo)
no bangüê dum meu avô
uma negra bonitinha
chamada negra Fulô.

Essa negra Fulô!

Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!

(Era a fala da Sinhá)

– Vai forrar a minha cama
pentear os meus cabelos
vem ajudar a tirar
a minha roupa, Fulô!

Essa negra Fulô!

Essa negrinha Fulô!

ficou logo pra mucama
para vigiar a Sinhá
pra engomar pro Sinhô!

Essa negra Fulô!

Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!

(Era a fala da Sinhá)

vem me ajudar, ó Fulô,
vem abanar o meu corpo
que eu estou suada, Fulô!
vem coçar minha coceira,
vem me catar cafuné,
vem balançar minha rede, vem me contar uma história, que eu estou
com sono, Fulô!

Essa negra Fulô!

“Era um dia uma princesa
que vivia num castelo

que possuía um vestido
com os peixinhos do mar.
Entrou na perna dum pato
saiu na perna dum pinto
o Rei-Sinhô me mandou
que vos contasse mais cinco.”

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô? Ó Fulô?
Vai botar para dormir
esses meninos, Fulô!
“Minha mãe me penteou
minha madrasta me enterrou
pelos figos da figueira
que o Sabiá beliscou.”

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Fulô? Ó Fulô?
(Era a fala da Sinhá
chamando a negra Fulô.)
Cadê meu frasco de cheiro
que teu Sinhô me mandou?

– Ah! Foi você que roubou!
Ah! Foi você que roubou!

O Sinhô foi ver a negra
levar couro do feitor.
A negra tirou a roupa.
O Sinhô disse: Fulô!

(A vista se escureceu
que nem a negra Fulô)

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô? Ó Fulô?
Cadê meu lenço de rendas,
cadê meu cinto, meu broche,
cadê meu terço de ouro
que o teu Sinhô me mandou?
Ah! foi você que roubou.
Ah! foi você que roubou.

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

O Sinhô foi açoitar
sozinho a negra Fulô.
A negra tirou a saia
e tirou o cabeção,
de dentro dele pulou
ninha a negra Fulô.

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô? Ó Fulô?
Cadê, cadê teu Sinhô
que Nosso Senhor me mandou?
Ah! Foi você que roubou,
foi você, negra Fulô?

Essa negra Fulô!

SESSÃO 7 – 1º DE ABRIL

Tema: *Vida e obra de Mattoso Câmara Jr.*
Coordenador: Walmírio Macedo (LLP/UFF)

VARIAÇÃO E VARIANTES NAS EDIÇÕES DE *PRINCÍPIOS DE LINGÜÍSTICA GERAL* DE MATOSO CÂMARA JR.: QUESTÕES FILOLÓGICAS E LINGÜÍSTICAS

Nilda Cabral
UFF/LLP

A escolha do texto

A eleição de um texto para objeto da organização de uma edição crítica envolve, em determinadas circunstâncias, uma espécie de ‘intuição’ que parece nortear, num primeiro momento, essa escolha. ‘Intuição’ entendida como “ato de ver, perceber; discernir” alguma coisa nova, vista a partir de um campo específico de observação e sobre a qual se tem apenas um conhecimento generalizado. Podemos também considerar essa escolha como resultante do faro profissional, de uma capacidade de que a prática do ofício vai equipando o indivíduo para fazer opções, para enxergar o que é pertinente para a sua práxis, e que, no caso do crítico textual, o levaria a ver num texto não só as possibilidades privilegiadas que ofereceria de aplicação do método e das técnicas do seu fazer científico, mas também a pertinência de submetê-lo a um tratamento crítico-filológico.

É possível, assim, que em alguma medida essa intuição de especialista, aliada à intimidade com os textos teóricos em geral e com os textos matosianos em particular, tenha orientado a escolha feita pelo Professor Maximiano de Carvalho e Silva do texto de *Princípios de Lingüística Geral*, de Mattoso Câmara Jr., para objeto da organização de uma edição crítica e comentada. Na verdade, mais do que uma ‘intuição’, esse projeto daria continuidade ao seu trabalho pioneiro entre nós de publicação de edições com estabelecimento crítico de textos não-literários, textos de cunho teórico, de que são exemplos notá-

veis a 6.^a edição de *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de M. Said Ali (1966) e, mais recentemente, o texto crítico da 3.^a edição de *História de um Pintor: contada por ele mesmo*, de Antônio Parreiras (1999).

Para a realização desse projeto de edição de *Princípios* constituiu o professor Maximiano, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, uma equipe de pesquisadores da qual eu fazia parte. Entretanto, esse projeto foi interrompido numa fase incipiente, em que ainda estavam sendo feitos os primeiros confrontos dos textos.

Autorizada por seu idealizador e tendo-o sempre como interlocutor generoso, entusiasmado e inspirado, pude contar com suas inestimáveis sugestões para reformular o projeto inicial a fim de apresentá-lo como proposta de tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, com o título de *Edição Crítica de Textos Científicos: proposta de edição crítica de Princípios de Linguística Geral*, de Mattoso Câmara Jr. Orientada pela professora Elza Miné da Rocha e Silva, uma vez concluída e aprovada a tese, dei continuidade à organização da edição proposta.

Atualmente, essa edição crítica e comentada de *Princípios*, de que retirei os subsídios para o presente trabalho, encontra-se em fase final de preparação, tendo em vista sua publicação em livro.

A recensão

Antes de examinarmos as divergências textuais detectadas nas edições de *Princípios*, é preciso refazermos alguns passos da pesquisa realizada, para melhor contextualização das passagens a serem comentadas.

Ao efetuarmos a recensão desse *corpus* matosiano, a busca de manuscritos revelou-se infrutífera. Consultados seus editores de longos anos da Livraria Acadêmica, hoje Padrão, em busca de notícias de tais originais, tivemos como resposta a informação de que não era procedimento usual da editora conservar esse tipo de material. Da mesma forma resultou inútil nossa ida à Universidade Católica de Petrópolis, em cuja biblioteca central, sob os cuidados abnegados e solitários de Maria das Neves Krüger, encontrava-se parte do que foi doado àquela casa, pela viúva de Mattoso Câmara, de sua biblioteca particular e de seu acervo pessoal de documentos (manuscritos diversos, cadernos de anotações, cartas, fotos, pastas com recortes, etc.).

Entretanto, nosso desconhecimento da existência de manuscritos não afastava a possibilidade de terem sido conservados os chamados ‘exemplares de trabalho’, isto é, exemplares de edição anterior que o autor utiliza para fazer à mão as modificações que deseja incluir na edição seguinte a ser publicada, configurando-se este exemplar anotado como um novo manuscrito, que passa

a valer como original da edição que o filólogo tem em vista. No caso deste texto de Mattoso Câmara, conjecturamos terem existido originais dessa natureza, uma vez que, de edição para edição, retomou sistematicamente o texto de *Princípios* para modificá-lo com substituições, acréscimos, supressões e deslocamentos que deram a cada edição uma feição particular e única. Nada encontrando que se caracterizasse como tais exemplares, e sabedores de que seu acervo, antes de ser destinado à Universidade Católica de Petrópolis, foi visitado por pessoas que teriam recebido doações da viúva, restou-nos examinar, nesse estágio de pesquisa do *corpus* desse texto matosiano, unicamente sua tradição impressa.

Nossas investigações confirmaram a trajetória editorial de *Princípios* já estabelecida por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, nos seus *Dispersos* de Mattoso Câmara (1972): há cinco publicações em vida do autor, todas por ele validadas, não havendo motivos para duvidar da autenticidade das inúmeras modificações introduzidas nos textos, de edição para edição, o que vale dizer que as variantes neles registradas podem ser atribuídas à inteira responsabilidade de seu autor.

As edições cotejadas

Foram cotejados os seguintes textos das edições de *Princípios de Lingüística Geral*, que apresentamos a seguir precedidos das letras maiúsculas com que os designamos na nossa edição crítica:

- A – Fascículos de 146 a 163 de Lições de Lingüística Geral: 1939 e 1940.** Professadas na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, de setembro de 1938 a janeiro de 1939, publicadas na *Revista de Cultura*, no Rio de Janeiro.
- B – 1ª edição: 1941.** Edição de F. Briguier Editores, impressa pela Gráfica Sauer, no Rio de Janeiro.
- C – 2ª edição: 1954.** Edição da Livraria Acadêmica, impressa pela Gráfica Olímpica, no Rio de Janeiro.
- D – 3ª edição: 1959.** Edição da Livraria Acadêmica, impressa na Compositora Gráfica Lux, no Rio de Janeiro
- E – 4ª edição: 1964.** Edição da Livraria Acadêmica, impressa pela Gráfica Olímpica, no Rio de Janeiro.

A – Lições de Lingüística Geral (1939-1940)

A gênese da tradição impressa de *Princípios* está na publicação, na *Revista de Cultura*, do curso de Lingüística ministrado por Mattoso Câmara, na Universidade do Distrito Federal, no ano letivo de 1938 (setembro de 1938 a

janeiro de 1939). Com o título de *Lições de Lingüística Geral* e o subtítulo, entre parênteses – (*professadas na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, de setembro de 1938 a janeiro de 1939*) – foram as *Lições* numeradas em romanos de *I a XII* e objeto das seguintes publicações nesse periódico:

Lições I: 1939. Ano 13, n° 146 : p. 99-104 (06 p.)

Lições II: 1939. Ano 13, n° 147 : p. 183-89 (07 p.)

Lições III: 1939. Ano 13, n° 148 : p. 216-22 (07 p.)

Lições IV: 1939. Ano 13, n.° 149 e 150: p. 279-84 (06 p.)

Lições V: 1939. Ano 13, n° 151 : p. 43-47 (05 p.)

Lições VI: 1939. Ano 13, n° 152, 153 e 154 : p. 81-86 (06 p.)

Lições VII: 1939. Ano 13, n° 155 e 156 : p. 177-85 (09 p.)

Lições VIII: 1940. Ano 14, n° 157: p. 21-27 (07 p.)

Lições IX: 1940. Ano 14, n° 158 : p. 83-88 (06 p.)

Lições X: 1940. Ano 14, n° 159 e 160 : p. 141-46 (06 p.)

Lições XI: 1940. Ano 14 n° 161 e 162: p. 202-208 (07 p.)

Lições XII: 1940. Ano 14, n° 163: p. 11-17 (07 p.)

Uma vez verificadas as características de autenticidade das cinco publicações, o exame de suas relações estemáticas confirmou como *texto definitivo* de *Princípios*, o texto *ne varietur*, o último publicado em vida do autor – *E (4ª edição – 1964)* –, eleito como o texto-de-base de nossa edição crítica.

O cotejo sistemático dessas edições revelou ainda configurar-se em cada uma delas um ânimo autoral diferente, pois em nenhuma se repete integralmente o texto da anterior.

A variação textual: a palavra do autor

O exame preliminar de cada edição e a leitura dos prefácios autorais de *Princípios de Lingüística Geral* permitiram-nos, desde logo, constatar as profundas diferenças entre os textos. Chamavam especialmente a atenção as alterações vislumbradas entre o texto de *Lições de Lingüística Geral* – publicado em fascículos de 1939 a 1940 na *Revista de Cultura* – e o da 1ª edição em livro, de 1941 (*dessa edição princeps foi publicada uma reimpressão em 1942*). Da mesma forma era evidente o salto entre esta 1ª edição, de 1941, e a 2ª, de 1954. Na passagem da 2ª para a 3ª edição, de 1959, também eram sensíveis as diferenças, mesmo num exame ainda superficial. A 3ª edição e a 4ª, de 1964, última em vida de Mattoso Câmara (que morreu em 1970), pareciam conter lições muito próximas, o que apontava para a edição de 1959

como o momento em que o texto adquirira a sua configuração final, reproduzida, com poucas e não muito importantes modificações na 4ª edição, de 1964.

No caso específico de *Princípios de Lingüística Geral*, de Mattoso Câmara, o prefácio autoral não é o que Genette (1987:54-97; 105-218) denomina prefácio *original*, isto é, o prefácio que surge no momento da primeira publicação da obra. Não figurando na 1ª edição em livro, de 1941, – que só ostenta o prefácio de Sousa da Silveira – o prefácio autoral de *Princípios*, ainda na classificação daquele autor, é um prefácio *ulterior*, cujo momento canônico é a 2ª edição. O que temos é um autor que se dirige pela primeira vez a seus leitores apenas quinze anos após a primeira aparição pública de seu texto. E o faz com o propósito, entre outros, de dizer como *Princípios* deve ser lido. Este prefácio inaugural seria mantido até a 4ª edição (1964), aparecendo, ao lado dele, na 3ª edição, de 1959, uma nota prévia brevíssima.

Para o nosso propósito interessava especialmente, nessa narrativa do autor sobre o processo de produção de sua obra, examinar a maneira como ele concebe, de edição para edição, as mudanças introduzidas na elaboração da matéria, na disposição e articulação desse conteúdo e na sua redação propriamente dita. De posse dessas revelações do autor sobre sua obra e sua concepção de criador acerca da verdade do seu texto naquele momento particular da sua produção, o próximo passo seria confrontar essa visão de Mattoso Câmara acerca de seus *Princípios de Lingüística Geral* com o que o exame do próprio texto iria revelar. Deixar que *Princípios* falasse por si e desvendasse, de dentro, a sua verdade sobre as mudanças nele efetuadas por seu criador.

Refazendo esses passos iniciais da pesquisa, retomaremos aqui alguns segmentos desses prefácios que contam o que Mattoso Câmara pensava das mudanças que introduziu, a partir da 2ª edição, e das motivações dos seus procedimentos.

Conta-nos ele, na *nota prévia* dessa 2ª edição (de 1954), que, uma vez esgotada há muito a 1ª edição (de 1941), publica novamente a obra, advertindo que *foi revisto cuidadosamente o trabalho*, para apresentar em seguida as razões desse procedimento. A primeira que alega é de caráter genérico e se vale de palavras de Herculano para registrar que *dez anos não passam debalde para a inteligência humana*; acrescenta uma outra, de caráter particular, que comprova a validade da primeira para a história de *Princípios* – *houve uma viagem de estudos do Autor, de 1943 a 1944, aos Estados Unidos, com um contacto direto com grandes figuras da ciência, norteamericanas e européias, e uma maior experiência didática adquirida com a regência da disciplina de Lingüística, na Faculdade Nacional de Filosofia, desde 1948.*

Ora, àquela altura da trajetória de seu pensamento teórico, as bases européias de sua formação humanística já estavam postas. Portanto, esse contato mais íntimo com a lingüística norte-americana era algo a ser anotado, apesar de ele nos advertir de que teve o *empenho [...] de não modificar o plano do livro e cingi-lo ao assunto que de início nele se focalizou*, o qual se encontrava delimitado no subtítulo – *como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa* (o título, portanto, deveria também merecer nossa atenção, uma vez que já se configurava como uma variante textual). Segue ele nos dizendo que também *não se alterou essencialmente o pensamento diretor* da obra, tendo sido executado apenas *o que em linguagem militar se chamaria ‘uma retificação de linhas’*.

Deparamo-nos em seguida com a revelação de um tipo de mudança que nossa intuição apontava poder se constituir em matéria-prima de nossos comentários: *as grandes modificações realizaram-se no estilo e na exposição*. E isto se deu, diz-nos ele, de tal forma que: a) procurou-se tornar o estilo *mais claro e incisivo*, num procedimento que buscou *principalmente* resolver *em frases curtas períodos demasiadamente longos e compactos* e b) tornar a apresentação *mais didática e acessível*, num procedimento marcado pela *distribuição das notas e adoção de subdivisões dentro dos capítulos* e pelas *constantes remissões a umas e outras*.

Tínhamos aí, de forma explícita, uma busca formal de aprimoramento de traços que possivelmente são aqueles pertinentes à linguagem científica: o rigor e a precisão (*mais... incisivo*), a clareza (*mais claro*) e a vocação pedagógica (exposição *mais didática e acessível*).

Continuando a leitura desse prefácio tão revelador do processo de produção do texto nessa etapa de sua história, o autor nos faz saber que em *vários pontos fizeram-se ampliações de detalhe, que pareceram úteis, e em alguns, ao contrário, supressões*.

Ofereciam-se, assim, para serem examinados, da ótica da Crítica Textual e registrados sistematicamente, esses procedimentos autorais de acréscimo, supressão, substituição e deslocamento, o seu caráter e o seu significado na nova verdade desse texto da 2ª edição.

Chegamos ainda, nesse mesmo prefácio, à explicitação de uma outra vertente de mudança, a do chamado *discurso de referência*, presente nos textos de vocação científica como uma de suas marcas, segundo Greimas (1986, p.47-48). Matoso constata que *é claro que o rol dos trabalhos manuseados foi ampliado com o que veio a ser lido depois da 1ª edição e com o que depois dela foi publicado*. Para depois confessar: *Não foram – é verdade – poupadas as citações, e o autor não se arrepende disso. Como singelo expositor didático, quis explicitamente apoiar-se nas grandes obras e idéias que*

vigoram na lingüística contemporânea. Manteve ele, porém, **a atitude de evitar o que se chama propriamente uma bibliografia**, prevalecendo a intenção de facultar ao leitor **o meio de conferir a exatidão das citações [...] ou pesquisar com vagar uma indicação rapidamente feita.**

Quanto ao seu lugar no conjunto das obras da área de conhecimento em que se insere esse **compêndio**, embora **modesto** e escrito por um autodenominado **singelo expositor didático** continua, na altura de sua 2ª edição, **a ser o único existente em língua portuguesa** – afirmação que será retificada apenas na 4ª edição, última publicada em vida do autor e em que ele declara, em nota de pé de página, que depois **desta data [1954], apareceu em Portugal, como publicação interna da Universidade de Coimbra, o excelente curso de Herculano de Carvalho (Carvalho, 1962).**

Continuando nosso percurso de leitura e exame dos prefácios, chegamos ao da 3ª edição, de 1959, de apenas um parágrafo, em que reafirma as linhas gerais de mudança, já configuradas na edição anterior. Assim, registra ele que foram feitas **as ampliações necessárias para manter o compêndio em dia com a atividade bibliográfica** e que esta 3ª edição **modifica até certo ponto o plano de distribuição da matéria**, sempre com **o propósito de tornar a exposição cada vez mais didática**, como resultado da sua **já longa experiência do ensino da lingüística**, sendo o seu curso **o primeiro** e, até aquela data, 1958 (data do prefácio), **ainda o único a ser feito em nosso país.** Com o mesmo propósito didático, acrescentou a cada capítulo um **Sumário, fixando as idéias fundamentais debatidas, e uma lista pequena e selecionada de Leituras Subsidiárias.**

A variação textual: o confronto dos textos

O cotejo dos textos de *Princípios* para localizar as divergências textuais anunciadas pelo autor e organizá-las no registro de variantes, colocou-nos diante de uma questão taxionômica a resolver, ou seja, o que considerar, neste texto matosiano, uma variante textual? Isto porque, no desdobramento do texto ao longo das edições, as atualizações e reformulações teóricas muitas vezes modificavam os segmentos confrontados por completo, não restando uma única palavra em comum, subsistindo apenas a idéia teórica que motivara a elaboração do segmento primeiro, germe do desdobramento.

Embora já existindo a edição crítica de Rudolf Engler do *Cours de linguistique générale*, de Ferdinand de Saussure (1968), a especificidade dos problemas apresentados por este texto e pelo de *Princípios* não permitiu que fosse tomado como modelo norteador de muitos procedimentos a serem concretizados no texto matosiano. Dessa forma, em várias etapas da organização de nossa edição, na insuficiência – e até mesmo ausência – de parâmetros a

serem seguidos, vimo-nos diante da necessidade de realizar algumas adaptações nos procedimentos canônicos de elaboração de tais edições, especialmente no que diz respeito à definição do que considerar *variante textual* e ao seu registro no aparato crítico.

Assim, na falta de padrões canônicos a seguir, e lembrando a advertência de Tavani (1990:37) quando nos diz que

a casuística textual é tão variada e complexa que qualquer princípio geral acaba por se revelar impotente para satisfazer todas as dúvidas que atormentam o editor; todas as manifestações concretas da sua insuficiência, que não são e nunca serão todas e em qualquer caso previsíveis,

tomamos a decisão de considerar variantes os segmentos dos capítulos que, nas redações autorais em exame, tratassem da mesma matéria ou idéia teórica, independentemente da existência de palavras comuns ou da localização do segmento no texto.

Assim, consideramos um caso de variante de um mesmo segmento e não segmentos distintos, passagens como as do exemplo seguinte, extraído do capítulo *I – Lingüística: seu Objeto*, linhas 431-437:

Vimos que a língua é uma instituição humana, mas cabe assinalar, ainda com SAUSSURE, que se distingue das demais por duas circunstâncias precípuas. Em primeiro lugar, dela participam todos os indivíduos da coletividade em cada instante da vida, o que não acontece, por exemplo, com os preceitos jurídicos ou os ritos religiosos, sempre de aplicações espaçadas e circunscritos, em cada uma, a determinado grupo de indivíduos. Em segundo lugar, o sinal lingüístico é ARBITRÁRIO, ou, noutros termos, não é motivado pelas idéias que representa, nada impedindo que um conceito qualquer se associe a uma série qualquer de sons, ao passo que, alhures, nas outras instituições humanas, há uma conveniência necessária entre os meios empregados e os fins colimados”⁽¹⁴⁾

Cada um desses elementos lingüísticos é ARBITRÁRIO em referência à representação mental a que corresponde. Simboliza essa representação por uma convenção tácita do ambiente social, sem ser motivado pela idéia que comunica e nele se integra¹. É o que logo ressalta, como frisa Saussure, ante “a diferença entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes” (Saussure, 1922, 100).

Tal é o princípio do caráter arbitrário do SIGNO ou símbolo lingüístico².

O segmento que vai de *Vimos que a língua* até *grupo de indivíduos* foi eliminado e o segmento mantido ganhou uma nova redação na qual pode ser pinçada uma palavra-chave, comum aos dois segmentos – ARBITRÁRIO. São variantes porque tratam da mesma matéria ou idéia teórica sobre a linguagem: a arbitrariedade do signo lingüístico, em duas passagens divergentes.

Portanto, diante de passagens que um primeiro exame fazia supor procedimentos do autor de eliminação ou acréscimo, fez-se necessário, a cada passo do confronto das várias redações com o texto-base, investigar possíveis correspondências da matéria tratada.

A colação do texto-base (E-1964) com as redações anteriores revelou um grande número de variantes. E a apresentação dessas inúmeras variantes, de forma econômica e inteligível, resultou em mais um problema a ser resolvido.

Na versão preliminar de nosso texto crítico, estampamos o texto-base, criticamente fixado, na página direita e *as variantes* das Lições, da 1^a., da 2^a. e da 3^a. edições dispostas em duas colunas na página esquerda

Cada variante é indicada pelo número da linha do texto-base, seguindo-se a letra que designa a edição: **A** (Lições-1939-40), **B** (1^a edição – 1941), **C** (2^a edição – 1954) e **D** (3^a edição – 1959).

O contexto verbal imediato em que ocorrem as variantes foi alargado, em favor da inteligibilidade das mesmas, de tal forma que podem ocorrer segmentos invariantes mais ou menos longos antes e depois das variantes ou intercalados a elas. *Em todos os casos as variantes foram transcritas em negrito* e os demais segmentos invariantes sem qualquer destaque.

O registro a seguir exemplifica esses critérios adotados.

Registro de Waninates-Cap. V: *As Unidades Significativas*, p.94

A (1939-40) / B (1941)

- 290 A/B : "o índio nunca pode transmitir a idéia
292-94 A/B : assimilar a distinção". Só contém em si
294 A/B : é um semantema {A : pura. / B : puro⁽⁹⁾ }

[Nota] B : (8) Edward Sapir, *Language*, New York, 1921, pg. 29.

- 295-303 A/B : Esses três tipos teóricos de vocábulos {A: formais / B: mórficos} oferecem na prática múltiplas variantes, porque podem aparecer num vocábulo mais de um semantema e mais de um morfema. O verbo português *prever*, por exemplo, contém dois semantemas de importância diversa (*pre-* e *v-*), e é da concatenação dos dois que resulta a idéia global; *belíssimas* tem 3 morfemas (de superlativo, de feminino, de plural).

- 303-[Subt.] [Em continuação a este segmento e finalizando a lição em A e o capítulo em B, há o parágrafo seguinte, que não apresenta segmento correspondente em E.]
A/B : É ainda em SAPIR que iremos buscar um exemplo expressivo de como semantemas e morfemas podem emaranhar-se num {A : vocábulo / B : vocábulo⁽⁹⁾ } :

Wü-to-kuchum-punku-rügani-yugwi-va-ntü-mü,

vocábulo paiute acentuado na 2ª sílaba, a partir do princípio, e com a debilidade característica do fonema final, significa *aqueles que vão sentar-se e cortar à faca um touro preto*, e reúne múltiplos semantemas e morfemas assinalados na nossa transcrição pelos {A : hífenes de separação. / B : hífenes. }

[Nota] B : Edward Sapir, *Language*, New York, 1921, pg. 31. Sapir não adotou, intencionalmente, uma transcrição fonética rigorosa.

[Subt.] [Não há] [Entre as linhas 303 e 304]

304-25 [Não há]

C (1954)

- 292 C : a distinção (CLXXVII- 29).
294 C : sem morfema de número.
296-97 C : mais de um morfema. Analogamente, pode
299-301 C : tipo mais comum numa língua como a nossa é o do vocábulo constituído de um semantema com um ou mais de um morfema ; assim, *belíssimas* tem o semantema / bel / e 3 morfemas = / íssim / (categoria de superlativo), / a / (categoria de feminino), / s / (categoria de plural).

[Subt.] C : 32. *A análise lingüística*. [Entre as linhas 303 e 304]

305-306 C : FORMAS MÍNIMAS (quer semantemas, quer morfemas),

306 C : ou PRESAS (cf. § 28). As

312-18 C : circunstância de que o semantema ou o morfema, da mesma sorte que o fonema, pode apresentar VARIANTES POSICIONAIS, ou ALOMORFES (como o fonema tem variantes posicionais ou alofones)(cf. § 16). Assim, no fr. /vuzemε/ *vous aimez*, como em /vuaale/ *vous allez*, /vuugε/ *vous allez*, temos o morfema /vua/, que é variante posicional de /vu/ diante de vogal (cf. /vucrie/ *vous criez*, diante de consoante; /εvu/ *c'est vous*, diante de pausa). Analogamente, em português, o morfema de plural /s/ tem a variante posicional ou alomorfe /es/ quando "preso" a um semantema terminado em /r/, como *mar* (*mares*). § Em segundo lugar

318-19 C : Em relação aos morfemas, em português

319-21 C : formas mínimas distintas /a/ em *pedra*, onde assinala a categoria de gênero, e /a/ em *canta*. É fácil distingui-los

322-23 C : a que se prendem (semantema nominal, significando um ser em *pedra* ; semantema verbal, significando

[Não há em E (1964) matéria correspondente ao último parágrafo de C (1954), transcrito a seguir.]

C : [Entre as linhas 323 e 324] Finalmente, como veremos no capítulo seguinte, há morfemas sutis, que não consistem num fonema ou num grupo de fonemas, mas num fonema supra-segmental (intensidade, altura, quantidade) ou até num processo gramatical de alternância ou de repetição de fonemas, quando não na ausência de fonema (morfema-zero) ou na ordem em se dispõe o vocábulo na frase.

324-25 C : [Não há]

D (1959)

318-19 D : Em relação aos morfemas, em português, são

319-21 D : formas mínimas distintas -a em *pedra*, onde assinala a categoria de gênero, e -a em *canta*. É fácil distingui-los

Voltando ao capítulo *I – Lingüística: seu objeto*, linhas 307-323, o registro a seguir ilustra o vetor de mudança que identificamos como *desdobramento*, na direção do qual o texto se amplia e se atualiza tornando-se mais objetivo e mais claro, em nome da intenção didática da sua natureza de compêndio. Tentando identificar a dobra primeira e os novos vínculos que ela gera, surpreendemos esse processo em vários níveis de organização do texto.

Em *A* (1939-40) e *B* (1941) temos o seguinte parágrafo:

A ciência moderna, de acordo com a doutrina, hoje clássica, do mestre suíço FERDINAND DE SAUSSURE ⁽¹²⁾, distingue, ao lado da LÍNGUA, o DISCURSO (*la parole*), que é a atividade lingüística nas múltiplas e infindáveis ocorrências da vida do indivíduo. Essa distinção entre LÍNGUA e DISCURSO, que, como observa o professor polaco contemporâneo DOROSZEWSKI, “faz parte do acervo de idéias atualmente admitidas e até enraizadas em lingüística”⁽¹³⁾, é uma das luminosas interpretações saussurianas na ciência da linguagem, e, no âmbito social, corresponde à que se depreende entre as imposições gerais da sociedade e a atividade de cada um de nós, também sujeita às inspirações do pensamento individual.

A explicitação das idéias de Saussure de *langue* e *parole* e do seu lugar nos estudos da lingüística deu a este parágrafo a configuração com que ocorre em *E* (1964), desdobrado em três segmentos:

Foi o reconhecimento dessa verdade que se cristalizou na doutrina, hoje clássica, do mestre suíço Ferdinand de Saussure: a LÍNGUA (fr. *la langue*) é um sistema de elementos vocais comum a todos os membros de uma dada sociedade e que a todos se impõe como uma pauta ou norma definida. A seu lado, distingue Saussure a FALA, ou, mais precisamente, o DISCURSO (fr. *la parole*), que é a atividade lingüística nas múltiplas e infindáveis ocorrências da vida do indivíduo¹.

Para Saussure, a lingüística propõe-se a estudar a LÍNGUA; e nos DISCURSOS individuais, que considera e analisa, só lhe devem interessar os elementos vocais coletivos e a sua organização normal.

Essa distinção entre LÍNGUA e DISCURSO, que, como observa, com pouca simpatia, o lingüista polonês Doroszewski, “faz parte do acervo de idéias, atualmente admitidas e até enraizadas em lingüística” (Doroszewski, 1938, 88), é uma das luminosas interpretações saussurianas na ciência da linguagem. No âmbito social, corresponde *grosso modo* à distinção entre as imposições gerais da sociedade e a atividade de cada um de nós, também sujeita às inspirações do pensamento individual.

Da mesma forma desdobram-se as frases para abrigar a inclusão de dados novos, como podemos ver na primeira frase de *A/B* do exemplo apresentado: a inclusão da definição de *langue* desdobrou-a em duas frases, que passaram a constituir um parágrafo.

Em todos os níveis vistos de organização do texto – capítulo, subdivisão de capítulo, parágrafo, frase – o desdobramento é comandado pelo propósito do autor de um desenvolvimento progressivo da informação e revela o rigor na atualização da informação científica – seja ela nova ou já preexistente no texto, caso em que aparece reformulada, com um novo enfoque ou uma nova valoração.

Tudo se passa metonimicamente, como se o texto reagisse em cadeia, de tal forma que substituições, acréscimos, supressões e deslocamentos o reorganizam, atendendo aos vetores de desdobramento (atualização) e clareza (rigor/precisão), mantendo-se fiel à sua vocação pedagógica e conferindo-lhe cada vez mais o estatuto de texto científico. É o que observamos na ampliação progressiva do segmento transcrito a seguir do capítulo *V – As unidades significativas*, linhas 183-195:

A/B: Aceitar a realidade lingüística do vocábulo não importa, entretanto, em considerá-lo a *unidade da fala*, como fazem alguns lingüistas (Gardiner, por exemplo). A doutrina legítima é considerar o vocábulo { **A. formal / B. mórfico** } na fala **em perfeita** correspondência com o vocábulo **fonético** na fonação, **onde, como vimos**, a verdadeira unidade é a **SÍLABA: assim** como o vocábulo **fonético tem existência real, assinalada por determinados caracteres fonéticos, mas não é a unidade da fonação, o vocábulo na fala não é a unidade, embora tenha existência não menos real.**

C: Aceitar a realidade lingüística do vocábulo não importa, entretanto, em considerá-lo a unidade significativa por excelência como fazem alguns lingüistas (Gardiner, por exemplo). **Ele está no âmbito das significações como o vocábulo fonético no âmbito da fonação. Trata-se de uma divisão intermediária entre o conjunto enunciado e as unidades significativas em que se divide em última análise esse conjunto.** A doutrina legítima é considerar o **vocábulo na fala, ou discurso oral, em correspondência com o vocábulo na fonação, onde vimos que a verdadeira unidade não é ele, pois é por sua vez aí deduzível em**

D/E: Aceitar a realidade lingüística do vocábulo não importa, entretanto, em considerá-lo a unidade significativa por excelência como fazem alguns lingüistas (Gardiner, por exemplo). Ele está no âmbito das significações como o vocábulo fonético no âmbito da fonação. Trata-se de uma divisão intermediária entre o conjunto enunciado e as unidades significativas em que se divide em última análise esse conjunto. A doutrina legítima é considerar o **vocábulo na fala, ou discurso oral, em correspondência com o vocábulo na fonação, onde vimos que a verdadeira unidade não é ele, pois é por sua vez aí deduzível em**

sílabas e em elementos últimos que são os fonemas. Assim como o vocábulo fonético, que é uma realidade fônica, não constitui a unidade da fonação, o vocábulo significativo, lingüisticamente real, não é a unidade significativa, mas antes deduzível em elementos últimos de significação ou FORMAS MÍNIMAS (ing. *minimal form*).

sílabas e em elementos últimos que são os fonemas. Assim como o vocábulo fonético, que é uma realidade fônica, não constitui a unidade da fonação, o vocábulo significativo, lingüisticamente real, não é a unidade significativa, mas antes deduzível em elementos últimos de **significação: as FORMAS MÍNIMAS (ing. *minimal form*), ou MORFEMAS, lato sensu, (gr. *morphē* “forma”), cujo limite não coincide, necessariamente, com o limite fonético das sílabas.**

O núcleo gerador das mudanças efetuadas neste segmento é a afirmação de *A/B* (1939-40/1941): *Aceitar a realidade lingüística do vocábulo não importa, entretanto, em considerá-lo a **unidade da fala**, como fazem alguns lingüistas (GARDINER, por exemplo).*

Forma-se, portanto, uma constelação de variações ou mudanças que se enredam conservando uma lógica interna conferida pelos vetores de atualização da informação científica e de clareza (rigor e precisão) da formulação lingüística, tendo em vista o propósito pedagógico do texto a que o autor deu o destino de compêndio.

Algumas considerações finais

As origens da Crítica Textual, voltadas para os textos religiosos e os textos literários da antigüidade greco-latina, assim como a ênfase dada, num determinado estágio de sua história, aos textos medievais, explicam o caráter da vasta bibliografia que privilegia, enfaticamente, esse viés de aplicabilidade.

Acrescente-se, a essa visão diacronicamente limitadora, o preconceito sincrônico que valida apenas a sua preocupação com os textos literários, excluindo do seu exame crítico os mais variados tipos de textos que coexistem num determinado estado da vida das sociedades e de sua cultura e que, no seu conjunto e nos liames que mantêm entre si, formam a tessitura desse real e

dessa realidade humana que, em última instância, se pretende decifrar nessa aventura em busca de um saber, qualquer que seja a área em que se situe.

Com o intuito de contribuir para a fixação do alcance dos procedimentos ecdóticos aplicados a textos modernos e contemporâneos, partimos assim do pressuposto de que a aplicação da Crítica Textual a textos ditos não-figurativos ou não-literários, textos de vocação científica como é *Princípios de Lingüística Geral*, de Mattoso Câmara Jr., não só é do seu alcance, como confirma o seu papel interdisciplinar entre as ciências: valendo-se delas para a consecução de seu objetivo final – a editoração de edições críticas –, a elas oferece este seu produto derradeiro, como uma nova e instigante fonte para investigações particulares e específicas.

Quero aqui lembrar Gaston Bachelard (1986:159) quando diz que *As belezas do pensamento científico não são belezas oferecidas à contemplação. Elas se mostram contemporâneas ao esforço de construção*. Esse esforço de construção de um postulado científico, no qual reside sua beleza intrínseca, é sempre e inelutavelmente acompanhado do esforço de construção de um texto em que se plasma e se materializa essa reflexão teórica para que possa ser comunicada, exteriorizada. Texto no qual se surpreende e se desvenda essa beleza e que permite sua fruição nessa instância de sua configuração

O registro das variantes textuais de *Princípios* permite a fruição intelectual desse texto visto na perspectiva do seu processo de produção, isto é, possibilita acompanhar o percurso de uma reflexão teórica sobre a linguagem que se faz texto. Percurso de produção intelectual em que a inteligibilidade e a univocidade da formulação lingüística são funções determinantes. Construção textual que se dá com todas as angústias, hesitações, avanços e recuos, com todos os silêncios/rasuras, resultado de todas as campanhas de escritura de que nos fala a Crítica Genética. E sobre esse desafio em que se constitui, também para o autor de um texto científico, a formulação de suas teorias na “impura linguagem dos homens”, como definiu o poeta Quintana a linguagem humana verbal no seu poema *Bem-aventurados*, atesta-nos nosso lingüista maior, Ferdinand de Saussure, em carta (Starobinski, 1974:11) de que faz parte o seguinte fragmento:

[...]absolutamente incompreensível se eu não fosse obrigado a confessar-lhe que tenho um horror doentio pela pena, e que esta redação me causa um suplício inimaginável, completamente desproporcional à importância do trabalho.

Para mim, quando se trata de lingüística, isto é acrescido pelo fato de que toda teoria clara, quanto mais clara for, mais inexprimível em lingüística ela se torna, porque acredito que não exista um só termo nesta ciência que seja fundado sobre uma idéia clara e que assim,

entre o começo e o fim de uma frase, somos cinco ou seis vezes tentados a refazê-la.

A variante surge quando Mattoso Câmara empreende a busca do fundamento teórico atualizado: as modificações operadas no texto de uma edição para outra mostram um autor em sintonia com o avanço das pesquisas lingüísticas fora do Brasil e com a preocupação pedagógica de dominar as proposições de diferentes autores para fazê-las objeto de conhecimento e reflexão de seus leitores. E isto acompanhado do esforço de apuração, de refinamento do discurso teórico de forma a reduzir a polissemia dos termos e formulações e torná-los mais claros porque mais rigorosos e precisos, mais didaticamente encadeados.

Assim, a configuração de cada edição – especialmente a 1ª (1941), a 2ª (1954) e a 3ª (1959) – registra a verdade textual e editorial daquele estágio do pensamento lingüístico de Mattoso Câmara e da cientificidade de seu texto. A cada retomada do texto, que já adquirira ele próprio o *status* de obra de referência, o seu autor auto-constitui-se como interlocutor e convoca para esse diálogo com o texto já escrito um novo conjunto de autores e idéias, com os quais plasma o novo texto à custa das substituições, acréscimos, eliminações e deslocamentos. E desta rede de modificações, gerada no entrelaçamento desses processos, surge a nova versão que, por sua vez, dará forma lingüística à reflexão teórica de Mattoso Câmara naquele momento da sua história de pesquisador da ciência que abrigava suas investigações, a Lingüística Geral.

Neste *Princípios de Lingüística Geral* não formulou, certamente, um corpo de doutrina. Mas este não era o seu propósito declarado. Queria, na verdade, escrever um compêndio, um resumo de doutrinas que divulgasse e reverberasse as idéias lingüísticas que vigoravam nos grandes centros acadêmicos europeus e norte-americanos.

Disposto a fazer do seu texto de *Princípios* um lugar por excelência dessa divulgação pedagógica pioneira – de que se nutriu largamente a academia brasileira – não hesitou em modificar o texto de uma edição para outra, incluindo variantes que atestam o seu empenho de atualização teórica, que se faz acompanhar das mudanças que julgava necessárias para apurar o caráter científico da sua linguagem, na direção da clareza e do rigor da exposição e do encadeamento de seu pensamento lingüístico.

Daí o grande viés da mudança ser o desdobramento, a explicitação que se dá desde o nível maior da organização do texto, até à minúcia da mudança lexical. Nesse movimento de variação, o procedimento macro reformula e redimensiona a organização dos capítulos, faz surgirem títulos e subtítulos, redesenha os parágrafos, deles desentranhando idéias-núcleos que geram novos segmen-

tos, enquanto que o procedimento micro refina o texto nas instâncias da pontuação, da sintaxe, das formas lexicais.

E o texto todo se move: um capítulo se desdobra em capítulos, que fazem surgir novos títulos, segmentos inteiros se reordenam e determinam a criação de subtítulos, que também irão, por sua vez, se desdobrar em novos subtítulos; um parágrafo gera vários parágrafos, uma frase se multiplica em frases e uma palavra em novas palavras.

Instaura-se, assim, um ritmo de mudança que revela a pulsação latente do texto, nas suas diferentes retomadas, mas sempre na direção da reelaboração e apresentação de um texto científico-didático preciso e atualizado.

Partindo do pressuposto de que a atividade crítico-filológica não se aplica apenas a textos literários, mas também a textos de vocação científica, submetemos aos procedimentos ecdóticos o texto de *Princípios de Lingüística Geral*, de Mattoso Câmara, pela sua representatividade na área de saber em que se insere e pela comprovação da pertinência filológica de se proceder à comparação dos textos de sua tradição impressa.

Isto comprovado, ou seja, a justeza e a legitimidade de se submeter o texto ao crivo ecdótico, a justificativa da escolha, tendo em vista um juízo de valor do mesmo, era tarefa perfunctória, uma vez que essa obra de Mattoso Câmara *se define e se impõe* por si mesma no âmbito da investigação científica em que se situa, como destacou Sousa da Silveira, no prefácio à primeira edição, de 1941: *Mas para que falar de um compêndio, de redação clara e exposição metódica e substancial conteúdo, que se define e impõe por si próprio?*

A despeito dessa evidência, não é demais lembrar aqui o caráter pioneiro de seu autor no ensino e na divulgação das idéias lingüísticas no Brasil. Professor vocacionado, sua competência pedagógica é atestada por seus alunos e consignada no testemunho de um dos mais ilustres dentre eles, ainda Sousa da Silveira, no prefácio à 1ª edição:

Esse discurso pedagógico, restrito de início aos limites da academia, vai além dela com a publicação de suas *Lições de Lingüística Geral*, na *Revista de Cultura* (1939-40), gênese da 1ª edição em livro (1941), de tal forma que faz o seu emérito prefaciador atestar também o seu pioneirismo nessa instância de divulgação da nova ciência – a Lingüística – entre nós:

A leitura atenta do livro do Professor Mattoso Camara porá ordem dentro de muito cérebro onde as noções lingüísticas ainda se aglomeraram confusamente.

Não menos convicto das virtudes acadêmicas do autor e do livro irá mostrar-se o não menos ilustre prefaciador da 5ª edição (1977), Silvio Elia:

Este livro cumpriu o seu destino.

Publicado pela primeira vez em 1941, [...] a sua aparência modesta não deixava suspeitar o que de inovador e renovador dentro dele palpitava. Na verdade, nascia a Lingüística no Brasil e quiçá no mundo de língua portuguesa.

Continua Silvio Elia afirmando ser o livro *um clássico em nossa literatura científica, uma obra consagrada, ideal para introdução nos estudos de Lingüística Geral*. Acompanhar esse percurso editorial de *Princípios*, com a sistematização filológica proposta, favorece não apenas a compreensão da evolução do pensamento lingüístico de Mattoso Câmara, mas também – em virtude do papel privilegiado que o autor e sua obra ocupam na bibliografia de língua portuguesa das ciências da linguagem – a compreensão e o registro mais exatos das condições concretas da origem e divulgação acadêmica dos princípios da lingüística geral entre nós e da renovação que promoveu nos estudos e no ensino da nossa gramática.

Mesmo um exame superficial das variantes registradas revela a riqueza do material de pesquisa aí configurado. Procedendo às reconstituições textuais e acompanhando a trajetória das mudanças, surpreende-se o *in fieri* de um texto de vocação científica em produção, a reflexão teórica que se faz texto, a construção de uma linguagem referencial que dá forma a esse fazer cognitivo sobre a própria linguagem.

Concordamos com o professor Silvio Elia quando considera ter *Princípios de Lingüística Geral* cumprido seu destino: aquele de compêndio didático divulgador das grandes doutrinas lingüísticas de sua época. No nosso entender tudo se passa como se, assumindo essa instância referencial como uma marca desse seu texto, Mattoso Câmara estivesse se assenhoreando dos princípios básicos da lingüística geral para, numa etapa posterior, proceder à sua aplicação à língua portuguesa, projeto que deixou anunciado em *Estrutura da Língua Portuguesa* e que resultou inacabado, com sua morte prematura.

Podemos considerar que o percurso teórico de Mattoso Câmara reverbera, em larga medida, o percurso teórico da Lingüística no Brasil, no âmbito da pesquisa pura e da pesquisa voltada para o estudo e o ensino da gramática da língua portuguesa.

Em face disso, consideramos que este nosso trabalho, que se inscreve numa vertente ainda não canônica da Crítica Textual, contribui para a investigação e a comprovação da justeza de sua aplicabilidade a um conjunto riquíssimo e ainda não muito explorado de textos que se situam fora do registro literário, mas que, inquestionavelmente, pertencem a esse universo de produção de sentidos por meio da linguagem humana. Não percorrer, exaustivamente, esses espaços textuais, significa abrir mão ou privar-se de uma coleta de dados lin-

güísticos e culturais que certamente contribuem de forma decisiva para desvendar e explicar os mecanismos que regem a produção cognitiva das ciências humanas.

Referências bibliográficas

- ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. Com um prefácio do Prof. Serafim da Silva neto. Estabelecimento do texto, revisão, notas e índices pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966.
- BACHELARD, Gaston. Le rationalisme appliqué. *Apud* COQUET, J.-C. O sujeito epistêmico e seu discurso. In GREIMAS, A. J. e LANDOWSKI, E. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986.
- GENETTE, Gerard. *L'instance préfacielle*. Seuil. Paris: Ed du Seuil, 1987.
- GREIMAS, A. J. e LANDOWSKI, E. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986.
- PARREIRAS, Antônio. *História de um pintor: contada por ele mesmo*. Organização do plano geral e preparação do texto crítico sob a orientação e direção de Maximiano de Carvalho e Silva, com a colaboração de Maria Teresa Kopschitz de Barros. 3. ed. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1999.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Edição crítica por Rudolf Engler. Alemanha, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1968.
- STAROBINSKI, Jean. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- TAVANI, Giuseppe. Alguns problemas de edição crítica – Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, USP, São Paulo, n. 31, 1990, p. 35-48.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. “A seleção dos dispersos de Joaquim Mattoso Camara Jr.”. In *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. xxi-xliv.

A MORFOLOGIA NA OBRA DE MATTOSO CÂMARA

Horácio Rolim
UERJ/ABF/LLP

É notório que a contribuição de Mattoso Câmara se estendeu a vários campos da língua portuguesa sob aspectos lingüísticos e filológicos. Contudo, para se aquilatar a perspicácia do eminente lingüista, é indispensável uma leitura atenta de suas obras, quando poderemos avaliar a renovação constante de suas idéias.

Destaque-se, inicialmente, a *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, elaborada entre 1963 e 1965 e revista pelo autor, atendendo a solicitação da Universidade de Chicago, cuja publicação se deu em 1972, traduzida por Anthony Naro. No Brasil, foi publicada em 1975 pela Padrão – Livraria Editora.

O mesmo não ocorreu com a obra *Estrutura da Língua Portuguesa*, editada em 1970, após a morte do autor, que não reviu as provas, apresentando vários erros de impressão e conteúdo que podem ser constatados nas páginas 9, 46, 50, 63, 85, 97, 104, 105. Como exemplificação, citarei dois casos. Na pág. 63, parágrafo 4, ao exemplificar alomorfe, lê-se: “No tempo futuro, a que pertence cantaremos, falaremos, etc., há também a variante -rá, que aparece em falará, cantará ou em falarás, cantarás. “Vê-se que houve troca entre o sufixo modo-temporal que é -rá e a variante -re que aparece na 1ª pessoa do singular e na 1ª e 2ª pessoas do plural: cantarei, cantaremos, cantareis.”

Na pág. 97, 4º parágrafo, lê-se: “...a 2ª conjugação conclui com a 3ª (temi, parti)”. O verbo não é conclui, mas conflui, termo este usado constantemente por Mattoso Câmara.

Após esta pequena introdução, passemos a demonstrar algumas assertivas mattosianas que vêm desafiando o tempo.

Em *Princípios de Lingüística Geral*, Mattoso distribui os afixos em prefixo, infixo e sufixo.

Ainda se discute muito a existência de infixo em português. Há autores que o vêem em vocábulos como: *café+z+al*; *chuva+r+ada*; *café+t+eira* etc., chamando de infixos os elementos *z*, *r* e *t* que aparecem entre o radical e o sufixo. Terão estes elementos alguma função, alguma especificação significativa? Não. Não apresentam tais traços, logo, não sendo pertinentes, não são

infixos. Lembra Mattoso que havia infixos no grego e no latim. Formas como *vincimus* (presente) e *vicimus* (perfeito) do v. *vincere*, distinguem-se pelo infixo nasal. Daí Mattoso Câmara ter afirmado no *Dicionário de Filologia e Gramática*: “Na língua portuguesa não há infixo como mecanismo gramatical.” E propõe uma análise coerente e econômica, considerando *-zal*, *-rada*, *-teira* variantes sufixais. Se são elementos insignificativos, não são morfemas.

Vê-se que Mattoso Câmara adere ao princípio de E. Nida¹ que reúne nos morfemas aditivos o prefixo, o infixo, o sufixo e o suprafixo. Não constituindo morfema, não cabe uma análise mórfica. Parece-nos incontestável a lição de Mattoso Câmara²: “A análise mórfica está inelutavelmente ligada aos valores significativos e funcionais.” De acordo com Mattoso também está Laurie Bauer³ que, tomando o exemplo do diminutivo *animalzinho* em português, descreve o *-z-* como “um elemento que não constitui morfema.”

Cabe, aqui, também uma referência ao morfema zero. Mattoso Câmara, na 3ª edição de *Princípios de Lingüística Geral* (1959), inclui no morfema zero o morfema subtrativo ao exemplificar a palavra *mar* que, segundo ele, foi tirada do plural *mar-es*. E, ao referir-se ao morfema subtrativo, cita Nida, na conhecida obra *Morphology*. Contudo, Nida distingue claramente esses dois tipos de morfema. Explica morfema zero na pág. 46 “quando há uma ausência significativa de um traço formal em alguma parte ou partes de uma série”, dando como exemplo a palavra *sheep*. Mais adiante, na pág. 75, define morfemas subtrativos: “Fonemas podem ser subtraídos das raízes como igualmente acrescentados a elas para indicar alguma diferença de sentido. Tais subtrações são, contudo, muito mais raras do que as adições”. Cita exemplos no francês: *bonne / bon*; *grande / grand* etc.

Na 4ª edição de *Princípios de Lingüística Geral*, de 1964, chegando a uma sexta reimpressão em 1973, mas revista e aumentada em vida pelo autor, constata-se a alteração do texto sobre morfema zero, onde se lê: “No caso em que a ausência de morfema expressa uma categoria definida (ex. port. mar em face de mares) tem-se o morfema zero”.

Em outro parágrafo, explica distintamente o morfema subtrativo: “Já o morfema subtrativo é aquele que resulta da redução fônica de um semantema”. E, em nota de rodapé, exemplifica no português os femininos *irmã* e *órfã* que se formaram pela redução do ditongo *-ão* dos masculinos: *irmão* e *órfão*.

¹ Nida, E. A. - *Morphology – The Descriptive Analysis of Words*, 2a. ed., Ann Arbor The University of Michigan Press, 1970.

² *Problemas de Lingüística Descritiva*, 2ª. ed., Petrópolis, Editora Vozes, Ltda., 1969, p.144

³ Bauer, Laurie – *English Word-Formation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

Outra contribuição de Mattoso Câmara que merece destaque é a flexão de gênero, analisada sob um critério estruturalista que veio substituir os precários critérios vital, que distingue seres animados e inanimados; o pessoal que distingue pessoas e coisas, e o sexual, que distingue masculino e feminino.

Em geral, em nossas antigas gramáticas, com honrosas exceções, sempre se misturam gênero gramatical com sexo animal, classificando os gêneros em masculino, feminino, epiceno e comum de dois, distribuição esta já encontrada em Donato, gramático latino do século IV d. C.

Ressalte-se aqui que o primeiro gramático da língua portuguesa, Fernão de Oliveira, 1536, não copia Donato, distribuindo o gênero em : masculino, feminino, indeterminado (isto). Também o primeiro gramático brasileiro de obra publicada no Brasil, Antônio da Costa Duarte⁴ tem o cuidado de não misturar gênero gramatical com sexo animal. Assim se expressa: “A nossa língua tem somente dois gêneros: masculino e feminino.”

Como é por demais conhecido, Mattoso Câmara distribuiu os nomes em temáticos e atemáticos. Nos primeiros, o índice temático é uma das vogais -a, -e, -o, como casa, ponte, livro. São atemáticos os terminados em consoante ou vogal tônica: mar, sabiá, tatu. Diz-nos Mattoso que “o gênero está imanente na palavra”. Observe-se que as vogais dos nomes temáticos não coincidem obrigatoriamente com a indicação de gênero, como é o caso entre (o) livro, (a) tribo, (a) casa, (o) poeta, (o) pente, (a) ponte. Daí reconhecer Mattoso Câmara que a marca de gênero em português se faz extrinsecamente pelo artigo. Em pianista, palavra de dois gêneros, por exemplo, só a presença de um determinante marcará o gênero. Quando ocorre flexão, que só se efetua num número reduzido de nomes, esta se processa pelo acréscimo do morfema -a, desinência de gênero feminino, em oposição ao masculino, forma não marcada Ø: aluno - aluna, mestre - mestra. E a flexão, que não é generalizada, constitui, assim, uma forma redundante na indicação de gênero.

Pode também ocorrer que haja semelhança de forma, mas significação diferente em palavras indicativas de “coisas” que Mattoso⁵ explica “estarem na base de outros conceitos, às vezes um tanto fugidios, como: o sapato, a sapata, o barco, a barca”.

Logo, não apresentam flexão de gênero pela especialização de sentido. A significação de barco não é a mesma de barca. São palavras diferentes no

⁴ Duarte, Antonio da Costa- *Compendio da Grammatica Portugueza*, Maranhão, Typographia Nacional, 1829.

⁵ Câmara, J. Mattoso – *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio, Padrão Livraria Editora, 1975, p.78

emprego frasal. Assim a análise será: *barc -o* (rad + VT o) e *barc -a* (rad + VT a) Não há desinência de gênero.

É oportuna a lição também precisa de outro lingüista na análise de palavras desse tipo. Trata-se do Prof. Walmírio Macedo⁶ que assim distribui as palavras:

Palavras femininas: mulher, casa

Palavras femininas de outras (flexão): senhor, senhora

Palavras de forma feminina: bolsa (em relação a bolso) mas não feminino de bolso.

Deve-se levar em conta, na formação do feminino, que ocorrem naturalmente certas alterações morfofonêmicas. Exemplifiquemos alguns casos: *mestre / mestra*: para o acréscimo da desinência -a de feminino, há a supressão da vogal átona final -e. Em *avô / avó* dá-se a alternância vocálica através da qual se fará a distinção de gênero.

Várias outras alterações podem surgir em vocábulos como *ateu* ao qual se acresce a desinência de gênero -a, com a supressão da semivogal /w/: *atea*, desfaz-se o hiato pela epêntese da semivogal /y/ *ateia*, ocorrendo, finalmente a abertura de timbre da vogal: *atéia*.

Nos nomes terminados em -ão, Mattoso explica os seguintes casos:

- 1º - dá-se apenas a supressão da vogal temática: *órfão - órfã*;
- 2º - há adjunção da desinência -a e desnascalação em consequência do hiato: *leão - pl. leões* (aqui Mattoso parte da forma teórica do plural leõ+a = leoa);
- 3º - há supressão da vogal temática que aparece no plural *valentão - valentõ(es)*, passagem da nasalidade à sílaba seguinte, com uma consoante dental, e acréscimo da desinência -a = *valentona*.

Vejam os a formação de número.

Mattoso explica que, nas palavras terminadas em vibrante /r/ e sibilante /z/, a vogal temática suprimida no singular aparece no plural: *mar-es; paz-es*.

Nas palavras terminadas na líquida lateral /l/, Mattoso parte da forma com a reposição da vogal temática -e, podendo ocorrer os seguintes casos:

- 1º - A líquida vem precedida das vogais: *a, e, o, u*.

Por exemplo, a forma *animale* apresentará as seguintes alterações morfofonêmicas: adição da desinência plural -s, supressão da líquida: *animaes*

⁶ Macedo, Walmírio – *Gramática da Língua Portuguesa*, Rio, Presença editora, 1991, p.112 e 113.

e oclusão da vogal temática para formar ditongo: *animais*. As mesmas alterações no plural terão palavras como: *papel*, *anzol*, *azul*.

2º- A líquida precedida de -i átono: *facile+s*.

Há, além da adição da desinência de plural -s, supressão da líquida: *facies*, passagem do i a e: *facees*, logo uma assimilação e, em seguida, a ditongação através da oclusão da vogal temática: *fáceis*.

Esta análise aparece na obra *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, elaborada entre 1963 e 1965. Mais tarde, em *Problemas de Lingüística Descritiva*, 1969, Mattoso faz outra análise: *facile+s*: adição da desinência de plural -s, supressão da líquida: *facies* e permuta entre a vogal temática e a vogal do radical: *fáceis*.

No caso do i tônico e falta da vogal temática: *canil+s*, além da adição da desinência de plural -s, ocorre a supressão da líquida: *canis*.

Mattoso não exclui em seu critério de análise uma pronúncia como a do Rio de Janeiro, em que a líquida posvocálica foi substituída pela semivogal /w/: *papew*, *anzow*, *animaw*, caso em que admite alternância do /w/ para /y/: *papéis*, *anzóis*, *animais*. Com o i tônico só ocorre a supressão do /w/ *caniw* +s = *canis*.

Nos nomes terminados no ditongo -ão apresenta a explicação de três casos:

1º- só há adição da desinência de plural: *mão*- *mãos*, *mãe*, *mães*;

2º- ocorrem outras alterações e Mattoso parte da forma do plural para o singular:

a) exemplo: *leõe(s)* - *leão*: há alternância do o para a e mudança do tema e para o.

b) exemplo *cãe(s)* - *cão*: só mudança do tema: e para o.

Para esta análise dos nomes em -ão, Mattoso⁷ apresenta a seguinte justificativa: “A descrição genuinamente sincrônica tem de partir dos temas teóricos (que devem ter entrada nos dicionários, em vez da inexpressiva forma singular)”.

Passemos à morfologia verbal, onde, parece-nos, maior foi a sua contribuição.

Tanto em *Problemas de Lingüística Descritiva* quanto em *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Mattoso Câmara apresenta capítulo específico da constituição mórfica verbal. Destaquem-se, também, dois preciosos artigos insertos em *Dispersos*⁸, obra, como se sabe, que reúne artigos e confe-

⁷ *Problemas*, op. cit., p.61.

⁸ *Dispersos*, de J. Mattoso Câmara Jr., organização por Carlos Eduardo Falcão Uchoa, Rio, Editora Lucerna, 2004, p. 131 e p. 127.

rências do autor feitos no Brasil e no estrangeiro, reunião essa que se deve à competência e dedicação de seu discípulo, o eminente professor e lingüista Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Esses artigos intitulam-se: *Para o estudo descritivo dos verbos irregulares* e *A propósito de um vulgarismo do Português do Brasil*.

Demonstra, inicialmente, a importância do real reconhecimento da vogal temática dentro do sistema atual da língua, sem utilização de critério diacrônico, como ocorreu na gramática tradicional, que chegou a incluir o verbo pôr e seus derivados numa 4ª conjugação. Não é o infinitivo, como geralmente se utiliza, a forma ideal paradigmática para o destaque da vogal temática. Haja vista que há verbos, como *ter*, *vir*, *pôr*, que apresentam infinitivo aтемático. Mattoso sugere que se parta da 2ª pessoa do singular do presente do indicativo e, principalmente, do perfeito para o reconhecimento da vogal temática. Aliás, há divergência entre os autores em considerar o índice temático como tipo de morfema, adverte Mattoso Câmara, e conclui: “mas não há dúvida que o índice temático participa do mecanismo gramatical”.

Sobre o índice temático ter significado, trago o argumento lúcido de um grande mestre: O Prof. Valter Kehdi⁹ que, no artigo *O Problema do Infixo em Português*, dá-nos a seguinte explicação: “Saliente-se que as vogais temáticas verbais nem sempre são morfemas vazios. No par *amas* - *ames* é a oposição a / e que permite distinguir o presente do indicativo do presente do subjuntivo; aqui, a vogal temática é morfema significativo”.

O verbo pôr claramente não apresenta no infinitivo vogal temática -e, da 2ª conjugação, mas também as vogais -e- e -i- de *ter* e *vir* não constituem vogais temáticas, mas simples vogais do radical. Tal ausência se comprova no presente do indicativo: tenho, ponho, venho, à exceção, é claro, da 2ª e 3ª pessoas do singular e 3ª pessoa do plural do verbo pôr: *pões*, *põe* e *põem*. Essas formas apresentam o radical até o elemento palatal nasal mais a desinência número-pessoal. O mesmo ocorre no imperfeito do indicativo: *tinha*, *punha*, *vinha*; no presente do subjuntivo: tenha, ponha, venha e no futuro do presente e do pretérito que, como sucede no infinitivo, o radical real termina no arquifonema nasal N: ten-, pon-, vin/ven que é suprimido diante da vibrante -r, daí: *ter*, *pôr*, *vir* e *terás*, *porás*, *virás*; *terias*, *porias*, *virias*.

Vê-se que, até aqui, não há vestígio da vogal temática. Analisemos o tempo perfeito e os que dele se formam: *tiv-e-ste*; *pus-e-ste*, *vi-e-ste*. Entre o radical e a desinência número-pessoal aparece o elemento -e-. Também nos tempos: *mais-que-perfeito*: *tiv-e-ra-s*; *pus-e-ra-s*; *vi-e-ra-s*; *imperfeito do sub-*

⁹ *Revista Filologia e Lingüística Portuguesa*, n° 3, Universidade de S. Paulo, 1999, p. 191-196

juntivo: *tiv-e-sse-s*; *pus-e-sse-s*; *vi-e-sse-s* e no futuro do subjuntivo: *tiv-e-re-s*; *pus-e-re-s* e *vi-e-re-s* mantém-se o elemento *-e-* entre o radical e o sufixo modo-temporal, que é a real vogal temática da 2ª conjugação a que pertencem os três verbos. A inclusão do verbo *vir* na 3ª conjugação, sobre ser errônea, não apresenta a mínima fundamentação mórfica. A este fato alude Mattoso Câmara, explicando: “que para a sua inclusão na 3ª conjugação não poderíamos invocar senão argumento histórico (*venire*) o qual não é pertinente numa descrição sincrônica” (*A propósito de um vulgarismo do Português do Brasil*, in *Dispersos*¹⁰).

Outros verbos merecem atenção especial, como os verbos *dar* e *ver*. Enquanto o primeiro nos tempos do presente pertence à 1ª conjugação (*dás, das, darás, darias*), nos tempos do perfeito pertence à 2ª conjugação (*deste, deras, desses, deres*), o segundo nos tempos do presente, cuja vogal temática é *-e-*, pertence à 2ª conjugação (*vês, verás, verias*), mas nos tempos do perfeito pertence à 3ª conjugação (*viste, viras, visses, vires*).

Não cause admiração um verbo pertencer a mais de uma conjugação. A análise mórfica feita por Mattoso Câmara é do sistema atual da língua a cuja estrutura pertencem os elementos depreendidos.

Outra descrição de Mattoso Câmara é reconhecer na terminação *-ia* o sufixo modo-temporal do imperfeito do indicativo nos verbos da 2ª e 3ª conjugações, e não *-a*, como preferem outros autores, caso este que traria confusão com o presente do subjuntivo. Para desfazê-la, julgamos coerente o critério de Mattoso.

Destaque-se também que ele não aceita a terminação *-ram* como desinência número-pessoal do perfeito, a qual destoa completamente do elemento desinencial de 3ª pessoa do plural. Mattoso mantém como desinência o elemento nasal N (arquifonema), e a forma *-ra* como sufixo modo-temporal assimilado ao *mais-que-perfeito*, ocorrendo, daí, um *sincretismo*, como em *cantaram* em que só o contexto irá defini-lo.

Na formação de participípios, Mattoso distingue coerentemente as formas paradigmáticas e as formas supletivas. Há verbos que, além da forma paradigmática, caracterizada pelo sufixo *-do* após a vogal temática (*amado, temido, partido*), mantêm formas supletivas, como *aceito, eleito, expulso*. Outros só possuem as formas supletivas: *posto, visto, feito, escrito* que não apresentam a vogal temática nem o sufixo próprio do participípio, formando-se de um radical “impredizível” e da vogal do tema nominal *-o*. Ocorre também na língua a criação de novas formas supletivas de participípio como *pago, ganho, gasto, pego*.

¹⁰ op. cit. p. 128, nota 6.

Caso interessante é a forma *morto*, um adjetivo proveniente do particípio perfeito do verbo “*mori*”, em português *morrer*, que possui o particípio paradigmático *morrido*. A referida forma foi incorporada como particípio supletivo do verbo *matar*, além da forma já existente *matado*.

É comum definir-se o processo de derivação parassintética como: “processo formador de palavras em que se acrescentam prefixo e sufixo simultaneamente”. Como se trata de derivação, pressupõe-se que os afixos sejam derivacionais. Na prática, contudo, os autores incluem exemplos como: aterrar, embarcar etc. em que só aparece o prefixo, visto que a terminação *-ar* apresenta elementos de flexão. Quando Mattoso Câmara¹¹ se refere a verbos tirados de nomes, explica: “outro mecanismo é dar ao nome flexão verbal concomitantemente com um dos prefixos (en-) ou (a-): acalmar, embandeirar”. Mas em nota de rodapé apresenta a seguinte justificativa: “É o que na tradição gramatical se chama derivação “parassintética”. Aspeia a palavra parassintética. Somos levados a admitir que Mattoso Câmara, afastando-se da tradição gramatical, não considera derivação parassintética casos como os exemplificados: acalmar, embandeirar, mas apenas processo de formação lexical. Anteriormente, já exemplificara casos de real parassintetismo, destacando os sufixos derivacionais *-ec-*, *-ej-* em amanhecer, apedrejar.

No processo de composição por aglutinação, em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, Mattoso Câmara reafirma o critério sincrônico por ele utilizado na depreensão dos elementos mórficos da língua portuguesa, ao só admitir essa união de radicais, quando se “possam depreender as formas aglutinadas. Caso contrário, tratar-se-á de vocábulo primitivo”. Deduz-se, daí, que os elementos constitutivos devem ter curso livre na língua. Não constituem exemplos de aglutinação em português palavras como: *vinagre* e *fidalgo*, geralmente exemplificadas em nossas gramáticas. A primeira já se formara no latim corrente: *vinuacre*, e a segunda já apresenta os elementos aglutinados (de filho de algo) desde o séc. XIII, 1273: “fidalgos”, como registra José Pedro Machado¹².

Mais uma vez repetimos a lição de Mattoso Câmara¹³: “A análise mórfica está inelutavelmente ligada aos valores significativos e funcionais”.

Mattoso Câmara¹⁴ também desfez a confusão que ocorre em algumas de nossas gramáticas, incluindo a categoria do grau na flexão. Assim se expressa

¹¹ *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, p. 228 e nota n° 18.

¹² *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 1ª. ed., Lisboa, Editorial Confluência, 1952.

¹³ *Problemas*, op. cit.p. 44.

¹⁴ *Idem*, *ibidem*.

sobre a noção de grau: “A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática”.

Explica ainda Mattoso que “os adjetivos em português apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de morfema derivacional o alto grau de qualidade que expressam: tristíssimo, facilimo, nigérrimo. Não é flexão de grau pois faltam-lhe as condições estabelecidas, como: 1) Não há obrigatoriedade no emprego desses adjetivos com morfema de superlativo ou grau intensivo. É a rigor uma questão de estilo ou preferência pessoal”. Podemos assim exemplificar: Ela é queridíssima, ela é muito querida, ela é bastante querida. “2) Em segundo lugar, estamos muito longe de uma sistematização coerente, para todos os adjetivos, como sucede com a flexão de plural e de gênero feminino”. Quero chamar a atenção para o fato de que a inclusão do grau na derivação é acolhida por grandes mestres nacionais e estrangeiros. Cito apenas três. Said Ali¹⁵ também inclui o grau na derivação como se pode constatar na seguinte explicação: “Chamam-se aumentativos os nomes derivados que exageram a significação dos respectivos nomes”.

Evanildo Bechara¹⁶ em sua gramática ensina: “Há três tipos de graduação na qualidade expressa pelo adjetivo: positivo, comparativo e superlativo. Como já dissemos, a gradação em português se expressa por mecanismo sintático ou derivacional” (pág. 149). “O sintético (superlativo) é obtido por meio de sufixo derivacional -íssimo (ou outro valor intensivo)”.

Walmírio Macedo¹⁷ explica: “Outro aspecto que é importante ressaltar é que o grau é uma derivação e não uma flexão, como é geralmente conhecido.”

Concluindo:

Quero crer que tenhamos dado, ainda que rápida, uma visão das contribuições de Mattoso Câmara a aspectos morfológicos do português, contribuições estas bem atualizadas.

Algumas tentativas de contestação têm surgido, mas elementares, carecendo da extensa fundamentação lingüística que notabilizou Mattoso Câmara.

¹⁵ *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, 3ª. ed., S. Paulo, Companhia Melhoramentos, s/d, p.53.

¹⁶ *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª. ed., Rio, Editora Lucerna, 1999, p. 148,149.

¹⁷ Op. cit. p. 123.

A SINTAXE DE J. MATTOSO CÂMARA JR.: NOVAS CONSIDERAÇÕES

Valter Kehdi
USP/ABF

Tem-se dado pouca importância à contribuição de Mattoso Câmara no que se refere aos estudos de sintaxe (e, particularmente, da sintaxe portuguesa), considerando-se que os trabalhos do autor se concentraram na fonêmica e na morfologia.

Não se pode, contudo, deixar de reconhecer a proposta mattosiana de uma sintaxe rigorosa, elaborada e, sobretudo, explorável, marcada fundamentalmente pela teoria sintagmática de Francis Mikus. Resenhada por Mattoso Câmara em sua “Crônica lingüística – a teoria sintagmática de Mikus” (inserida nos *Dispersos*, p.62-74), essa teoria reveste-se de capital importância para que se compreendam aspectos básicos da sintaxe mattosiana.

Dentre os seis textos de F.Mikus, mencionados por Mattoso Câmara, o mais explícito e abrangente é o ensaio intitulado “Quelle est en fin de compte la structure-type du langage?”, cujas idéias essenciais resumimos a seguir.

Mikus insiste na necessidade de se depreender a estrutura fundamental da linguagem e afirma, em seguida, que essa estrutura está representada pelo sintagma, que se apresenta em toda a arquitetura da língua. O caráter linear da cadeia da fala impõe à linguagem estruturas específicas unidimensionais, dentre as quais o sintagma merece especial atenção.

Imaginando um estado lingüístico embrionário, vê a linguagem constituída por frases sintéticas primitivas (monorremas, como Cão!, por Vejo um cão!).

Num primeiro momento, esses monorremas apresentam-se justapostos, em séries abertas, sem coerência interna. Num segundo momento, a simples justaposição dá lugar à coordenação: Late! Cão!, com enunciados autônomos. Tem-se, assim, a coordenação por correlação. Em seguida, os dois elementos acabam tornando-se complementares e unem-se em uma espécie de oposição: O cão late (determinado e determinante). Dessa forma, a coordenação é o ponto de partida da sintagmática. Considera que a coordenação, que opera com signos homofuncionais, representa uma sintaxe primitiva, relativamente à construção sintagmática. Esta é caracterizada pela oposição funcional fundamental, de sujeito e predicado, na qual se basearão todas as oposições ulterio-

res, no sentido de que a sintagmática será a sintaxe dos signos heterofuncionais e heterocategoriais.

Ao abordar a sintagmática horizontal ou sincrônica, ressalta que a frase, como todo sintagma discursivo, é uma estrutura lingüística realizada na fala segundo um modelo sintagmático fornecido pelo sistema da língua.

O sintagma horizontal é uma estrutura dialética e livre, e por essas duas características estreitamente ligadas, pode exprimir a multidimensionalidade do mundo. O sintagma predicativo (como qualquer outro) é dialético; é binário, se levamos em conta seus dois termos, o determinado e o determinante, reunidos em oposição dialética (em tese e antítese). São simultaneamente abolidos e conservados pelo terceiro momento dialético, a síntese, que é sempre, em face dos dois termos iniciais, algo novo, uma unidade superior, que não se identifica com a simples soma dos significados dos constituintes. O sintagma horizontal é livre, no sentido de que pode desagregar-se e refazer-se através das comutações que a língua permite. Em oposição a ele, temos as estruturas coordenativas; se, para Saussure, todo estado de língua se reduz às teorias dos sintagmas e das associações (paradigmas), é nestas últimas que se enquadra a coordenação (cujos membros constituem uma série em aberto).¹

Reconhece que, genética, funcional e estruturalmente, o núcleo predicativo é o protótipo de qualquer sintagma e o gerador da sintagmática não predicativa.

A primazia do sintagma predicativo permite ao autor estabelecer dois campos na sintagmática horizontal: a microssintagmática (centrada em torno do sujeito e do predicado) e a macrossintagmática, regidas pelas mesmas leis gerais. Na primeira, levam-se em conta os termos da oração e os microelementos constitutivos destes últimos; na segunda, consideram-se as estruturas sintagmáticas complexas constituídas de vários sintagmas predicativos combinados entre si (conhecida sob a designação de “sintaxe das orações” principais e subordinadas). É na macrossintagmática que funciona o mecanismo transpositivo que permite a passagem das orações autônomas a equivalentes funcionais de termos mais simples.

A transposição é um processo que pode apresentar-se na micro e na macrossintagmática. A título de ilustração, vejamos um exemplo na microssintagmática: em o bracelete de minha mãe, o substantivo mãe (transponendo) funciona como determinante graças ao transpositor de (determinado). Na macrossintagmática, só ocorrem transposições funcionais dos sintagmas predicativos autônomos (transponendos):

¹ Consulte-se, no *Dic. de ling. e gram.*, o verbete sintagma, em que se pode reconhecer, de modo mais visível, a influência de F.Mikus sobre M.Câmara.

Vejo: ele está doente

Vejo que ele está doente,

em que o transponendo é a oração autônoma ele está doente; o transpositor é a conjunção que, e o transposto a oração (que) ele está doente – obj.dir. O determinado é que, e o determinante o transponendo ele está doente.

Ressalte-se que, na teoria de Mikus, se dá especial importância às transposições funcionais. Estas já tinham sido reconhecidas por Charles Bally, em *Linguistique générale et linguistique française*, e também por Lucien Tesnière, no mecanismo da translação, em *Éléments de syntaxe structurale*, entre outros, e representam uma posição geral e sólida em estudos posteriores de sintaxe. Consistem no reconhecimento de dois níveis de estrutura – as básicas e as derivadas – e, mais recentemente, foram exploradas por Emilio Alarcos Llorach, em sua *Gramática de la lengua española* (§§ 291 e 297), bem como por Evanildo Bechara, na *Moderna gramática portuguesa* (p.462 e ss.).²

Pode-se integrar ao quadro de Mikus as considerações que faz Mattoso Câmara sobre dois pares opositivos de relações sintáticas. No primeiro, temos o contraste entre relações necessárias e livres; no segundo, o contraste entre cerradas e soltas. A concordância do adjetivo com o substantivo é, em português, um exemplo de relação necessária e solta, pois o adjetivo pode conectar-se com mais de um substantivo e antepor-se ou pospor-se a este último; por outro lado, a relação entre a preposição e seu conseqüente é cerrada. O emprego dos infinitivos flexionado e não flexionado é, com frequência, a ilustração de uma relação livre, pois o uso de um e de outro é, muitas vezes, facultativo.³ Vê-se, portanto, que os dois pares não constituem compartimentos estanques. Ressalte-se que as relações cerradas e as soltas se associam ao problema da coesão dos termos oracionais e estão, portanto, relacionadas com o mecanismo sintático da colocação. Por sua vez, as relações necessárias e as livres conectam-se mais com a regência e a concordância.

Contudo, cumpre esclarecer que a sintagmática de F. Mikus se concentra, sobretudo, no eixo sintagmático, em detrimento do paradigmático. Como, para Mattoso Câmara, os dois eixos são igualmente importantes⁴, é natural que não se dê uma adesão total à teoria de Mikus. A ênfase no eixo sintagmático justifica, também, a recusa de Mattoso Câmara a uma análise em constituintes imediatos no campo da sintaxe, embora o autor a tenha aceitado no terreno da

² Esclareça-se que, na *Mod.gram.port.*, o mecanismo da transposição está integrado no quadro mais amplo da sintaxe funcional de Eugenio Coseriu.

³ Cf. *Contrib.*, p.64.

⁴ Cf. *Dispersos*, p.57-61 (e, também, p.96-100 e 166-170).

morfologia, onde realiza a descrição das flexões nominal e verbal segundo o modelo do Item e Arranjo (IA)⁵. Ressalte-se, ainda, que as vinculações que o autor estabelece entre sintaxe e estilística o impedem de aceitar uma sintaxe essencialmente formalista.

Em suas considerações sobre o eixo paradigmático, Mattoso Câmara também leva em conta o princípio do binarismo, agora na perspectiva de R. Jakobson. A título de ilustração, mostremos como o autor o aplica aos tempos do subjuntivo em português. Inicialmente, contrapõe o presente ao imperfeito, nas orações subordinadas em geral: “Suponho que seja verdade” / “Supus que fosse verdade”. Aqui, não cabe o futuro e é o imperfeito a forma marcada, em contraposição ao presente, a forma não marcada; prova-o o fato de ser o presente o tempo empregado em contextos de neutralização. Com efeito, ao lado de “Pedi a ele que viesses”, é também aceitável “Pedi a ele que venha”.⁶

Outra oposição, de valor modal (e não mais temporal, como a acima explicada), dá-se entre o imperfeito e o futuro, nas orações subordinadas adverbiais condicionais (em que fica excluído o presente): “Se fosse verdade, eu partiria sem demora” / “Se for verdade, eu partirei sem demora”. Neste caso, o imperfeito exprime o irreal, enquanto o futuro expressa o potencial. Considerando-se que o imperfeito também pode exprimir o potencial, como em: “Se você viesses amanhã, eu lhe agradeceria”, é a forma não marcada, em oposição ao futuro.⁷ Com relação a este último, assinale-se que tem, em nossa língua, uso restrito, circunscrito a construções que expressam futuridade hipotética.⁸

Na esteira de G. Gougenheim, Mattoso Câmara também reconhece três tipos de oposições entre as formas: as servidões gramaticais, que ocorrem quando o contexto frasal impõe ao falante o uso exclusivo de um morfema, por exemplo, o uso obrigatório do subjuntivo em certas orações subordinadas; as variações estilísticas, quando a escolha entre duas formas possíveis, sem diferença de sentido, é ditada por razões de ordem estilística, ou seja, de expressividade, como no par “o amor e a amizade verdadeira” / “o amor e a amizade verdadeiros”, com dupla possibilidade de concordância; e, finalmente, as oposições significativas, nos casos em que a escolha implica diferença de sentido, como nos exemplos: “...pode-se crer que o dito antipapa procedia em boa fé e sem peca-

⁵ Esclareça-se que a análise em constituintes imediatos corresponde ao modelo do IA.

⁶ Note-se que, em francês, o presente do subjuntivo substitui o imperfeito em praticamente todos os casos, ou seja, é a forma marcada a que tende a desaparecer.

⁷ Lembre-se que, em espanhol, o futuro do subjuntivo foi praticamente eliminado.

⁸ Para uma apresentação abrangente das oposições privativas nos tempos verbais, consulte-se Câmara Jr. – *Estrut...*, p.87-93.

do” (Bern., N.Flor., 3º, 154) (com indicativo) / “Creio que ele seja o nomeado” (com subjuntivo).⁹

Como são as oposições significativas que nos permitem depreender o sentido básico dos morfemas, cumpre também esclarecer como os diferentes tipos de oposição aqui mencionados se articulam entre si. Essa preocupação é fundamental para que se avalie nos devidos termos a obra de Mattoso Câmara *Uma forma verbal portuguesa*, em que o autor enfoca os diferentes empregos da forma em ria, com vistas à depreensão do seu valor básico (modal ou temporal), sem negligenciar os usos marcados pela expressividade, como já o indica o subtítulo: *Estudo estilístico-gramatical*.

Encerrando nossas considerações, queremos salientar que, aqui, foi nosso objetivo levantar aspectos básicos que alicerçam a sintaxe mattosiana e constituem pontos de partida indispensáveis para uma reflexão mais segura a respeito de importantes fatos da sintaxe portuguesa.

Bibliografia

- ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid, Espasa Calpe: 1994.
- BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. 4.éd. Berne, Francke: 1965.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro, Lucerna: 1999.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3.ed.rev. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1977.
- _____. *Dicionário de lingüística e gramática*. 17.ed. Petrópolis, Vozes, 1996.
- _____. *Dispersos*. nova ed.rev.e ampl. Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- _____. *Uma forma verbal portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1956.
- GOUGENHEIM, G. *Système grammatical de la langue française*. nouveau tirage. Paris, D’Artrey, 1962.
- KEHDI, V. – *A morfologia e a sintaxe portuguesas na obra de J.Mattoso Câmara Jr.* Tese de livre-docência. São Paulo, FFLCH-USP, 1998.
- _____. “A sintaxe em Mattoso Câmara”. *D.E.L.T.A.* São Paulo, 20: 105-127, 2004 (Vol. 20: Especial).
- MIKUS, F. “Quelle est en fin de compte la structure-type du langage?” *Lingua*, Amsterdam, III (1): 430-470, Feb.1952.
- TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2.éd. Paris, Klincksieck, 1969.

⁹ Cf. Gougenheim, G – *Système ...*, p.99-100.

SESSÃO 8 – 1º DE ABRIL

Tema: *Vida e obra de Mattoso Câmara Jr.*

Coordenador: Evanildo Bechara (LLP / ABL / UERJ / UFF)

LEMBRANÇAS DO CONVÍVIO COM O PROF. MATOSO CÂMARA

Maximiano de Carvalho e Silva
(LLP/UFF)

1. Primeiras lembranças

Nesta sessão de encerramento do I Colóquio Internacional “A Língua Portuguesa no Mundo da Lusofonia” comemorativa do centenário de nascimento do Professor Joaquim Matoso Câmara Júnior, quero registrar num singelo depoimento o privilégio que tive de conhecer pessoalmente em 1948 essa grande figura do magistério brasileiro, de me ter tornado seu discípulo e de daí por diante, até o ano de 1970, ter tido muitas oportunidades de estar com ele, em seu ambiente de trabalho e até mesmo algumas vezes em sua casa, onde de forma tão simples e acolhedora sabia receber os amigos e admiradores do imenso trabalho que realizou no campo das ciências da linguagem.

Já formado no Curso de Letras Neolatinas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, obtive autorização para ser aluno-ouvinte das aulas de Matoso Câmara uma pequena turma de dois alunos regulares apenas, do Curso de Letras Clássicas, naquele exato momento que assinalava o retorno do grande lingüista e filólogo ao ensino universitário, continuando em sua trajetória de pioneiro no trabalho de apresentar e difundir no Brasil os fundamentos da teoria da linguagem e a aplicação dos mesmos aos estudos superiores da língua portuguesa.

Em meu depoimento apontarei ainda como uma das características marcantes da atuação magisterial de Matoso Câmara a sua preocupação de acompanhar e incentivar o progresso dos seus antigos alunos, alguns dos quais, trabalhando com ele mais de perto, puderam mais tarde testemunhar o que foram as suas modelares atividades docentes e as atividades que desenvolveu incan-

savelmente de pesquisador e divulgador não apenas dos seus próprios estudos de lingüística geral e de língua portuguesa, mas também dos estudos mais importantes realizados no país e no estrangeiro.

2. Os discípulos de Matoso Câmara na FNF

Continuando a freqüentar a Faculdade após a minha formatura em dezembro de 1947, para não perder o contato com mestres e professores da minha particular estima, soube da inclusão da disciplina de Lingüística Geral no curso de Letras Clássicas pelo meu contemporâneo de estudos e colega em algumas disciplinas Rosalvo do Valle, que ainda não completara o seu curso de graduação.

Na minha ignorância do alcance da iniciativa de fazer retornar a Lingüística ao ensino universitário, fui então procurar o Professor Sousa da Silveira, para saber dele se o estudo dessa ciência me seria de maior utilidade. Não ouvi apenas uma resposta afirmativa, mas uma resposta enfaticamente afirmativa, com informação adicional referente ao valor do Professor Matoso Câmara que muito tocou a minha sensibilidade.

Incentivado pelas palavras de quem sabia com rara percepção reconhecer os verdadeiros valores, fui procurar o novo professor, e dele obtive autorização para assistir como ouvinte às suas aulas.

Foi assim que tive ensejo de ouvir durante o ano de 1948, na companhia dos dois alunos regulares somente – Rosalvo do Valle e Solange Pereira de Vasconcelos ¹ – as preleções com que Matoso Câmara acrescentou à sua vida profissional uma etapa mais avançada de divulgação das idéias e dos grandes nomes da Lingüística Geral.

Levado pelas múltiplas referências de Mattoso à obra de Ferdinand de Saussure, conheci os pontos principais do pensamento e da doutrina saussuriana, cuidando logo de adquirir um exemplar daquela edição do *Cours de Linguistique Générale* em tradução espanhola lançada no final do ano de 1945 em Buenos Aires. ²

Possuindo também a primeira edição de *Princípios de Lingüística Geral Como Fundamento Para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa*

¹ Solange, brilhante aluna de Letras Clássicas, alguns anos depois de formada ingressou na vida religiosa, com o nome de D. Teresa, no mosteiro das monjas beneditinas, em Belo Horizonte, a que prestaria relevantes serviços como tradutora e intérprete de textos religiosos, afeita desde os tempos da Faculdade ao trato com as línguas e com as culturas grega e latina.

² Ferdinand de Saussure, *Curso de Lingüística General* – Publicado por Charles Bally y Albert Sechehaye con la colaboración de Albert Riedlinger. Traducción, prólogo y notas de Amado Alonso. Buenos Aires, Editorial Losada, 1945.

sa³, publicado em 1941, pude acompanhar as preleções de Mattoso Câmara com verdadeiro encantamento. De alguns pontos guardei mais viva lembrança.

Numa aula inicial, ele tratou de um assunto que foi sempre objeto de muitas especulações entre os estudiosos da matéria – a origem da linguagem humana – para situá-lo fora do campo de investigações da lingüística propriamente dita.

As lições sucessivas fizeram os três alunos daquela turma entender e assimilar conceitos e termos novos, como as hoje tão conhecidas noções de língua e discurso, estudos sincrônicos e diacrônicos, arbitrariedade do sinal lingüístico e muitas outras mais.

Lembro-me de uma aula em que ele nos falou dos progressos da Lingüística nos Estados Unidos, dando notícia dos encontros que tivera com grandes figuras de quem nós alunos quase nada sabíamos até então, como Roman Jakobson e Edward Sapir, e ensinando-nos a valorizar a obra de cada um deles. Estava assim Mattoso no desempenho de uma das mais nobres tarefas do seu magistério: a de difundir com seriedade e clareza o pensamento de pioneiros de diversos campos de investigação lingüística e de ciências afins, como por exemplo a Etnologia. Foi através desta e de outras aulas que tivemos o alerta para não nos cingirmos ao estudo de uma ciência isoladamente.

3. Benefícios principais

Tendo-se infiltrado em meu espírito no curso secundário inúmeros preconceitos dominantes no ensino gramatical e literário, sobre os quais Sousa da Silveira não tivera oportunidade de falar nas suas lições de Filologia e Lingüística Portuguesa, foram para mim de extraordinária importância as aulas em que Matoso Câmara tratou do verdadeiro conceito de evolução lingüística e do empréstimo e sua amplitude. Acostumado às campanhas puristas de condenação aos estrangeirismos de modo geral – mormente os galicismos e anglicismos, apontados como vícios de linguagem insanáveis, – adquirir então com a explanação de Matoso sobre os empréstimos como decorrência natural dos intercâmbios culturais a visão nova que afastaria do meu espírito os velhos preconceitos alimentados pela desorientação que campeava no ensino da língua.

Ficaram nítidos, pelas explicações que deu a respeito de cada um deles, os termos que usava durante essas preleções, muitos dos quais por ele introduzidos na nomenclatura gramatical brasileira, como por exemplo *fonêmica*. O Mestre ainda hesitava entre duas formas novas para distinguir de *fonética* ou *fonologia*, palavras marcadas por um duplo sentido – *fonêmica* ou *fonemática*, e acabou optando pela forma mais simples.

³ V. edição de F. Briguiet, Rio de Janeiro, que traz na capa a data de 1942.

4. Nos anos posteriores

Por tudo isto, depois de concluído esse primeiro período de contato com Matoso Câmara, nunca mais deixei de dar atenção ao que ele fazia. Vi bem que, sempre procurando mostrar-se atualizado, o Mestre, em artigos de jornais e revistas de que era colaborador constante, dava notícia dos seus avanços no campo da teoria da linguagem e da lingüística aplicada ao ensino de línguas. Com o passar dos anos, na Livraria Acadêmica, nosso ponto de encontro habitual, Matoso fazia questão de oferecer a mim e a outros discípulos, com dedicatórias sóbrias mas marcadas de funda afetividade, as novas edições dos *Princípios* (a 2ª, de 1954, a 3ª, de 1959 e a 4ª, de 1964), porque tinha certeza de que acompanhávamos com o maior interesse a evolução do seu pensamento lingüístico.

5. Dois períodos distintos na vida universitária

Na sua carreira de professor da Faculdade Nacional de Filosofia pude perceber ao longo dos anos que Matoso Câmara conquistou desde logo extraordinário prestígio pela atuação em sala de aula e com a publicação de livros e artigos em que ficava patente a relevância dos ensinamentos que ministrava em atividade docente do mais alto significado.

Acolhido na Faculdade como único docente de disciplina autônoma, na categoria de professor adjunto, atendeu com simplicidade a todos os requisitos para chegar com o passar do tempo à posição de professor catedrático, na regência da mesma disciplina que ele lecionara em 1938 na antiga Universidade do Distrito Federal. Todavia, nunca teve condições efetivas para que seu justo anseio se realizasse. Muito acatado por colegas de magistério, de diferentes áreas do conhecimento, que o reconheciam como figura singular, e gozando de permanente prestígio entre os alunos, que o fizeram Parainfo de várias turmas, de nada lhe valeram os títulos de doutor e de livre-docente obtidos em memoráveis provas públicas e o apreço de colegas do magistério como Sousa da Silveira, que desde os tempos da UDF sempre lhe dera todo o apoio, patrocinara a primeira publicação das suas lições de Lingüística nas páginas da *Revista de Cultura* do Padre Tomás Fontes e prefaciara a edição de 1941 dos *Princípios de Lingüística Geral*.

Depois dos anos tranqüilos em que se firmou o seu renome, vieram os tropeços que tanto perturbariam a sua caminhada. Surgiram principalmente em 1952 como decorrência dos sérios desentendimentos com o principal dirigente do setor de Letras da Faculdade, a partir das provas públicas a que Matoso se submeteu para a obtenção do título de livre-docente em Língua Portuguesa. Passou a ser tratado pelos seus desafetos na Faculdade, em momento sombrio

da história da instituição que contrastava com o esplendor da década de 40, como um concorrente indesejável a posto de maior relevo no quadro docente. Por isso, não permitiram que tivesse o natural desfecho da aprovação a proposta da criação da cadeira de Lingüística Geral no Curso de Letras, que fora apresentada no ano anterior.

Neste meu depoimento, não posso deixar de dizer, contrariando o que tem sido afirmado erroneamente, que não houve aí nenhuma conspiração de filólogos contra o lingüista para impedir que se desse o merecido relevo à Lingüística no ensino universitário. Sousa da Silveira, catedrático de Língua Portuguesa da Faculdade, o mais acatado filólogo daquela época, e os seus discípulos, entre os quais Gládstone Chaves de Melo, Serafim da Silva Neto e outros, sempre tiveram na mais alta conta a atuação de Matoso Câmara como professor de teoria da linguagem.⁴ Outra grande figura do corpo docente da instituição, o Professor Thiers Martins Moreira, catedrático de Literatura Portuguesa e de marcante atuação na administração da Faculdade, demonstrara ao lingüista idêntico apreço ao chamá-lo para participar do Congresso Nacional de Língua Vernácula e para realizar o projeto do *Dicionário de Fatos Gramaticais*, sob as suas vistas como Diretor que também era do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Por conseguinte, as mesquinhas que atingiram Matoso Câmara, de 1952 em diante, entre as quais as que impossibilitaram o reconhecimento da Lingüística Geral como cátedra, a criação de obstáculos para impedi-lo de concorrer em igualdade de condições ao concurso para o preenchimento do cargo de titular de Língua Portuguesa, e mais ainda a humilhação de submetê-lo a exigências descabidas a que não podia opor-se, pela condição subalterna a que fora relegado no quadro docente, tudo isto se explica como represálias de caráter pessoal que se seguiram aos seus sérios desentendimentos com o mais influente e poderoso dirigente do Curso de Letras naqueles anos.

Cartas a amigos particulares, em que teve oportunidade de expandir as suas mágoas e frustrações, deixam bem claro quão profundamente Mattoso sentiu o descaso e a hostilidade com que foi tratado pela alta direção da Faculdade. Idênticos dissabores sofrera o Professor Sousa da Silveira em 1952, às vésperas da sua aposentadoria no serviço público, acintosamente impedido pelo mesmo chefe do Departamento de Letras, apesar de catedrático de Língua Portuguesa, de integrar a banca examinadora das provas de habilitação à livre-docência naquele setor, o que motivaria as seguintes palavras de protesto do próprio Matoso Câmara, um dos inscritos nas referidas provas:

⁴ Cf. o que está comprovado no artigo “Sousa da Silveira e Mattoso Câmara Júnior: Filologia e Lingüística em perfeita sintonia”, que publiquei no número 27-28 da revista *Confluência*, ano de 2004, p. 49-63.

Aproveito o ensejo para lastimar que o Sr. não figure como examinador para a Livre-Docência em Língua Portuguesa, a que me candidatei este ano na Faculdade Nacional de Filosofia. Nunca esquecerei a sua argüição objetiva, serena e percuciente na Banca Examinadora da minha tese para o Doutorado em Letras Clássicas e o senso crítico com que apreciou a nova doutrina fonêmica e a minha tentativa para aplicá-la ao português do Brasil. Acresce que eu gostaria de vê-lo sempre entrosado no progresso da minha carreira de professor universitário, a qual se iniciou no momento em que o Sr. e o Ernesto Faria me indicaram para professor adjunto de Lingüística na antiga Universidade do Distrito Federal em 1937.⁵

6. Relações do lingüista com os seus discípulos

Professor com extraordinária capacidade de se comunicar com os alunos, apesar de uma ou outra aspereza do seu temperamento, capaz de manifestar atitudes de vivo interesse pelo destino dos que realmente desejavam firmar-se na vida do magistério, ele nos distinguia sempre com atenções especiais, como as já mencionadas de oferecer-nos os seus livros e separatas de artigos, novos ou reeditados, ou de chamar-nos a participar dos seus projetos culturais.

Entre os discípulos que por motivos diversos mereceram as suas atenções de quem estava permanentemente interessado em tomar conhecimento dos progressos que faziam, figuram vários participantes deste Colóquio, como Rosalvo do Valle, Maximiano de Carvalho e Silva, Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Adriano da Gama Kury, Walmírio Macedo, José Pereira de Andrade, ex-alunos na FNF, e Leodegário Amarante de Azevedo Filho e Evanildo Bechara, da UERJ. À figura de Matoso Câmara estão também estreitamente ligados dois outros participantes do Colóquio, Luiz Martins Monteiro de Barros e Nilda Santos Cabral, que na fase de iniciação nos estudos de Lingüística Geral foram leitores atentos das suas obras principais.

É traço que deve ser realçado a preocupação do grande Mestre, até os últimos anos de vida, de se cercar de bons colaboradores, dispostos a valorizar o estudo e ensino da ciência da linguagem. No encontro de lingüistas realizado na cidade de Recife em 1968, do qual resultaria a criação da Associação Brasileira de Lingüistas (ABRALIN), cuja presidência lhe foi confiada, tendo tido oportunidade de conhecer Luiz Martins Monteiro de Barros, que iniciava a carreira universitária como assistente de Lingüística do professor Carlos Eduardo

⁵ Trecho de uma carta de Matoso Câmara que se conservava em poder dos herdeiros do filólogo, transcrito em meu livro *Sousa da Silveira / O Homem e a Obra / Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, Rio de Janeiro, Presença, 1983, p. 74.

Falcão Uchôa na Universidade Federal Fluminense, e certamente impressionado pelas referências que tivera do jovem professor, convidou-o para trabalhar com ele na Universidade de Santa Úrsula, o que todavia não se efetivou por dificuldades de conciliação dos interesses em jogo.

Rosalvo do Valle, eu e Uchôa fomos os três discípulos que tiveram maior contato com Matoso nos tempos iniciais da FNF, razão pela qual formamos esta mesa do I Colóquio para tratar em extensão da vida e obra do nosso homenageado. Ligado a estes três ex-alunos por circunstâncias especiais, Matoso sempre os fez alvos de atenções particulares, buscando até mesmo incorporá-los ao pequeno grupo dos seus colaboradores em atividades sob a sua direção.

De Rosalvo do Valle fez colaborador na elaboração do *Dicionário de Fatos Gramaticais*, editado pela Casa de Rui Barbosa. Rosalvo, aliás, foi mais do que um colaborador: um autor ou co-autor de vários verbetes do dicionário, por estar mais familiarizado com os estudos clássicos e os estudos de Lingüística Portuguesa diacrônica, como acentuou o próprio Matoso Câmara no prefácio da primeira edição do livro.⁶

A mim me distingui com dois convites, que não pude aceitar, para trabalhar com ele em turmas de Português do ensino secundário, no Colégio Andrews, e me distingui ainda como autor de uma estimulante recensão crítica da minha edição das *Dificuldades da Língua Portuguesa*, publicada em 1957 pela Livraria Acadêmica.⁷

A Carlos Eduardo Falcão Uchôa, ex-aluno, de turma bem posterior, já na década de cinquenta, confiou Matoso Câmara os encargos de seu assistente nos cursos de Letras da Faculdade, ciente das aptidões especiais do mesmo para os estudos de teoria da linguagem e da sua comprovada capacidade didática.

Ligado por circunstâncias especiais a esses três ex-alunos – Rosalvo, Maximiano e Uchôa – Matoso distinguiu-nos mais ainda com as cartas que nos enviou dos Estados Unidos e de outros países, para dar notícias do que fazia no estrangeiro, e para saber das atividades que desenvolvíamos no Brasil.

⁶ O *Dicionário* teve duas outras edições em vida do autor, mas com o título modificado: *Dicionário de Filologia e Gramática*. A editora Vozes reeditou póstumamente o livro, mas lamentavelmente com uma nova alteração do título, que passou a ser *Dicionário de Lingüística e Filologia*, e com acréscimo de verbetes no final do volume, sobre gramática gerativa, elaborados por Francisco Gomes de Matos, os quais na verdade aí figuram como corpo estranho em relação ao plano original do *Dicionário*.

⁷ Esta quinta edição do livro foi o meu primeiro trabalho de índole filológica, de restituição do texto de Saïd Ali ao que se lê na terceira edição, de 1930, a última revista pelo autor, conforme a orientação do Professor Serafim da Silva Neto, que para ela escreveu um prefácio especial.

Merece publicação à parte a correspondência de Matoso Câmara com os seus discípulos, para que se tenha idéia de como ele, tão sóbrio nas suas expansões de afetividade, era no fundo um sentimental que muito apreciava a aproximação com a gente mais jovem. Das suas cartas a Carlos Eduardo Falcão Uchôa algumas já tiveram a merecida publicação.

Entre os preciosos escritos que dele conservo há uma carta de Lisboa, de 9 de outubro de 1962, que não resisto ao desejo de divulgar parcialmente neste depoimento aos que me ouvem com toda a atenção:

Praça de Londres, 11, R. C. E.

Lisboa, Portugal. 9-X-62

Prezado amigo Max:

Suponho que V. e os demais amigos têm acompanhado as minhas andanças pela informação da Acadêmica, com que tenho estado em contacto e sempre mandando lembranças aos “habitués” da casa, entre os quais V. é figura indefectível. Desde 2 de setembro estou em Lisboa, de volta dos U.S.A., onde dei um curso de verão na Universidade de Washington, Seattle, visitei a Universidade de Oklahoma, onde fiz duas conferências, e participei do Nono Congresso Internacional de Lingüistas em Boston, o que em verdade é muita coisa para um pobre professor regente da nossa egrégia Faculdade Nacional de Filosofia. V. não pode imaginar como me foi útil a bela pasta de couro que V. e o Rosalvo e o Uchôa me deram; permitiu-me escrever súmulas detalhadas do curso sobre História da Lingüística e mantê-las comodamente reunidas através da viagem. Em Seattle, um aluno dactilografou-as e mimeografou-as e elas se espalharam despertando certo interesse, de tal maneira que em Boston recebi um convite do Thomas Sebeok, professor da Universidade de Indiana, para publicá-las pela Editora da Universidade, o que já foi combinado⁸. Estou preparando, por outro lado, uma tradução portuguesa que pensei publicar pela Acadêmica, embora o Alberto não me tenha dado resposta à proposta que lhe fiz nesse sentido, além de outras propostas, o que me causou estranheza. Outra boa notícia foi o pedido pela casa Mouton & Co. para traduzir e publicar em inglês os meus *Princípios de Lingüística*, que tive o prazer de verificar que

⁸ Na visita que os participantes deste Colóquio fizeram à Universidade Católica de Petrópolis, para conhecer o acervo de livros, revistas e documentos que pertenceram a Matoso Câmara, sob a guarda da instituição, tivemos Rosalvo do Vale, eu e Carlos Eduardo Uchôa a emoção de encontrar a pasta que lhe oferecemos e de folhear os textos que Mattoso nelas guardou cuidadosamente.

são bastante conhecidos [nos] U.S.A. Digo-lhe tudo isso porque sei como V. é realmente amigo e gostará de saber que tudo me corre bem.

.....
 Dê saudades minhas a todos e para V., com cumprimentos à Senhora, um cordial e sincero abraço.

Mattoso Câmara.

Vê-se pois que por muitas e fundadas razões Matoso conquistou o nosso respeito e a nossa profunda admiração, de tal modo que, discípulos reconhecidos e fiéis, nunca nos esquecemos de exaltar o seu valor em nossas atividades docentes.

De fato, foi para nós uma verdadeira obsessão no exercício do magistério de língua portuguesa saber o que dizia o grande lingüista nos seus novos trabalhos. Menciono aqui como dos livros que mais consultei para a preparação das minhas aulas o *Dicionário de Fatos Gramaticais*⁹ e aqueles da série didática que compôs em parceria com o Professor Carlos Henrique da Rocha Lima.

De modo particular, não posso deixar de mencionar que, tão logo comecei a trabalhar a convite de Rosalvo na antiga Faculdade Fluminense de Filosofia, tivemos imenso prazer de vê-lo um dia diante dos nossos alunos, atendendo a um programa da nossa cadeira de Língua Portuguesa, para receber as devidas homenagens e proferir em data especial o elogio da obra do sábio José Leite de Vasconcelos, como consta do resumo de uma página que deixou em nossas mãos. Para favorecer o acompanhamento da palestra, Matoso levou-nos esse resumo datilografado, com acréscimos do próprio punho no exemplar que deixou em minhas mãos e hoje está conservado em meu arquivo particular. O texto que se reproduz em seguida é prova do imenso apreço do lingüista à figura de Leite de Vasconcelos, a que estava ligado por tantas afinidades, entre elas a exata compreensão do entrelaçamento dos estudos e pesquisas etnológicos e lingüísticos. Ei-lo, na íntegra com indicações abreviadas que não completou:

LEITE DE VASCONCELOS E A ETNOLOGIA PORTUGUESA

Leite de Vasconcelos pertence a uma brilhante equipe que constituiu a época áurea da Filologia Portuguesa: Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis, Vasconcelos de Abreu e mais moço J. J. Nunes; Cândido de Figueiredo foi um sub-produto. Todos entretanto foram especialistas; só Leite de Vasconcelos teve uma visão lata da Filologia. Ultrapassou até a Filologia e foi etnólogo. É justiça recordar que nisto foi precedido por Adolfo Coelho, que considera seu mestre no sentido espiritual.

⁹ Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958.

Não é um prejuízo essa ampliação de campo. Os estudos lingüísticos só ganham a devida profundidade quando se alargam para o âmbito da Etnologia. A língua é uma faceta da cultura e como tal deve ser tratada. Mais do que isso, é o meio por que a cultura se comunica e transmite; reflete toda a cultura, é um microcosmos dela. Foi o que tão bem estabeleceu Humboldt e modernamente Weisgerber e Benjamin Lee Whorf. O exemplo norte-americano, onde o lingüista é doublé de etnólogo e se criou a Etnolingüística.

No tempo de Leite de Vasconcelos havia uma escola filológica preocupada com Etnologia: a das *Wörter und Sachen* (Meringer). Mas só cogitava da cultura material. Leite de Vasconcelos ultrapassou-a pois encarou a cultura espiritual também, numa Etnologia *lato sensu*.

A sua Etnologia foi essencialmente nacional e patriótica. A escola filológica portuguesa de seu tempo o era antes de tudo; continuava a tradição romântica e fazia na Filologia o que o Romantismo fizera na literatura (Garrett) e na história (Herculano). Ora, para Portugal a nota nacionalista reporta-se precipuamente ao passado, à tradição da grandeza pretérita. Mas não se limita a evocar essa grandeza pretérita: esquadrinha as suas origens e releva os vestígios do passado no presente. É neste duplo eixo que se desenvolve a atividade etnológica de Leite de Vasconcelos.

Recapitulação de sua obra etnológica: o Museu Etnológico, as Revistas, os *Opúsculos* e as duas obras de fôlego: *As Religiões da Lusitânia*; *Etnografia portuguesa*. Estas duas obras visavam àquele duplo objetivo; suas próprias palavras.

Plano de *As Religiões da Lusitânia*.

Plano da *Etnografia Portuguesa*. O que aí realizou nos 3 volumes da obra. Método de trabalho em suas próprias palavras. Os excursos etimológicos; as etimologias toponímicas; ex.: Casconha, Gafanha, Algarve, Tejo. O estudo sobre os saloios. Os termos populacionais; *fazenda* e *sítio*, interesse desse estudo para nós.

Alguns temas etnológicos abordados pelo Mestre. A fíg. Os amuletos. A medicina popular e as superstições. Suas palavras a respeito destas. As ligações com os topônimos e os antropônimos, que constituem uma obra à parte do Mestre.

Considerações finais. Como Leite de Vasconcelos entendia a Etnologia; seu quadro. Suas limitações. Apreciação final: mais um coletor extraordinariamente lúcido, metódico e erudito, do que um

etnólogo no sentido amplo do termo. Comparação com Mendes Correia. O seu exemplo para a Filologia no Brasil.

Faculdade Fluminense de Filosofia, 17 de outubro de 1958.

J. Mattoso Câmara Jr.

Anos mais tarde, quando em 1969, como Chefe do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, em Niterói, tomei a iniciativa da criação do nosso Curso de Mestrado em Língua Portuguesa, incluí o nome de Joaquim Matoso Câmara Júnior na relação anexada ao ofício que enviei para exame e aprovação à Comissão Executiva de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade, como um dos poucos professores a serem convidados para compor o corpo docente regular do curso a ser criado. Infelizmente, antes de deferida a nossa pretensão, o grande autor dos *Princípios de Lingüística Geral* veio a falecer, no dia 3 de fevereiro de 1970, o que nos privou da imensa alegria de o ter conosco na fase da implantação da pós-graduação em nosso Instituto de Letras.

Já foi lembrado também, pela Professora Nilda Cabral, que, sendo eu professor e orientador dos pesquisadores de Crítica Textual no Instituto de Letras, sabendo da existência de várias versões dos *Princípios de Lingüística Geral*, e desejoso de comprovar que também os textos de outra natureza, e não apenas os literários, deveriam ser objeto de comparações para o estudo da evolução do pensamento do autor, incluí na relação dos projetos de pesquisa a serem realizados o de uma edição crítica e comentada da obra pioneira de Matoso Câmara, encarregando a referida professora de ser a principal executora do mesmo. As circunstâncias especiais em que vivíamos não permitiram a consecução desse projeto. Todavia, com muita obstinação, passados alguns anos, Nilda Cabral o retomou por conta própria, como tema da tese para obter o título de Doutora em Crítica Textual na Universidade de São Paulo. Acabamos de ouvir, no início da sessão anterior deste Colóquio, a bela exposição que ela nos fez dos propósitos do seu plano de trabalho, cuja realização constitui uma das mais expressivas homenagens ao labor do lingüista que aqui está sendo reverenciado pelos seus relevantes serviços à cultura brasileira.

A Professora Nilda Cabral, que desde algum tempo tem a seu cargo organizar e dirigir os planos de trabalho da disciplina de Crítica Textual no curso de Letras da Universidade Federal Fluminense, depois de obter o título de Doutora em Filologia pela Universidade de São Paulo, com a tese intitulada *Edição Crítica de Textos Científicos: Proposta de Edição Crítica de "Princípios de Lingüística Geral" de Mattoso Câmara Júnior* (São Paulo, 1998), está completando a sua pesquisa, tendo em mira demonstrar que, através da fixação rigorosa das variantes das cinco versões cotejadas (1939-1940 / 1941 / 1954 / 1959 / 1964), se poderá fazer com segurança o estudo da evolução do pensa-

mento lingüístico do autor em foco, e colher elementos para analisar a sua contribuição como introdutor de novos conceitos e de novos termos na nomenclatura lingüística e gramatical brasileira.

Termino aqui o depoimento que me senti no dever de prestar, para acrescentar novos dados ao que já existe de mais importante para a mais ampla visão da vida e obra de Joaquim Matoso Câmara Júnior, uma das mais notáveis figuras da vida cultural brasileira e exemplo do que deve ser um verdadeiro professor.

MATTOSO CÂMARA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
(ILP do Liceu Literário Português/UFF)

Falar sobre Mattoso Câmara é sempre importante para mim, sobretudo num Colóquio Internacional dedicado ao centenário do seu nascimento. Fui seu aluno, fui seu assistente, fui um privilegiado interlocutor dele alguns anos. Foi ele um professor admirável. Foi ele um grande mestre. Foi ele que iniciou a muitos na Lingüística. Foi ele que mostrou a muitos o mundo maravilhoso da linguagem. Foi ele um intelectual que honrou a cultura brasileira, alcançando projeção internacional. Foi ele um determinado no mostrar a sua ciência, sobretudo numa Universidade que lhe concedeu tão limitado espaço. Foi ele, enfim, o autor de uma obra que representou uma ruptura no processo histórico dos estudos sobre a linguagem no Brasil.

Muito já falei e escrevi sobre Mattoso Câmara. Pretendo continuar falando e escrevendo sobre ele, pensando particularmente nas novas gerações de professores. Como silenciar sobre ele, o professor e o lingüista, afortunado que fui de ter convivido e cooperado com este grande homem, responsável pela formação lingüística de tantos que freqüentaram suas aulas, suas palestras e, sobretudo, a sua ampla e norteadora produção acadêmica?

Propus hoje, nesta mesa final do Colóquio dedicada a ele, falar sobre o que escreveu a respeito do ensino da Língua Portuguesa, ressaltando algumas de suas posições merecedoras, a meu juízo, de serem conhecidas, presentes em alguns textos menos divulgados dele. Ressalte-se que Mattoso Câmara nunca deixou de ser professor do vernáculo, desde os primórdios de sua carreira, quando, em 1928, prestou concurso para o ensino da então Prefeitura do Distrito Federal, até o seu fim, ministrando curso de Estrutura da Língua Portuguesa no Mestrado em Lingüística do Museu Nacional, tendo sido professor, ao longo de sua vida, de várias escolas particulares tradicionais do Rio de Janeiro.

O ensino da língua mostra-se uma preocupação constante de Mattoso Câmara em sua extensa bibliografia. Começemos com suas obras didáticas.

Foi autor de duas coleções didáticas: *Elementos da língua pátria*, constituída de três volumes, publicados no período de 1935 a 1938, sobre a qual já procedemos a uma análise crítica (Uchôa e Motta Maia, 1997) e *Curso de*

língua pátria, em colaboração com Rocha Lima, sendo ele autor dos dois volumes intitulados *Gramática* (1944, 1945), com proposição de exercícios, além de um *Apêndice à Gramática* (1954), com noções sucintas de história da língua, também com exercícios, cabendo a Rocha Lima a responsabilidade dos dois volumes da *Antologia*. Esta segunda série didática foi muitíssimo adotada, ao longo dos anos 40 e principalmente dos 50, nas escolas do Rio de Janeiro, alcançando várias edições, até 1959, com expressiva influência sobre o ensino da época. Registre-se apenas, tão somente para dar um exemplo de seu espírito sempre inovador, no volume destinado à 3ª e 4ª séries do antigo ginásio, a apresentação ampla a que procede dos fenômenos fonéticos da ênclise e da próclise, não se restringindo, como era usual, a tratar de tais fenômenos apenas na colocação dos pronomes átonos. Fala, então, de próclise accidental e conseqüências da próclise (1953: 113-115). Em relação a *Elementos da língua pátria*, procuramos, na análise crítica mencionada, documentar “o que julgamos poderem ser consideradas inovações do pensamento do autor relativamente à época em que essa obra foi produzida”. O próprio título desta série didática mereceu um comentário. O primeiro volume foi publicado, em 1935, com o nome de *Elementos de português*. Em 1938, na sua segunda edição, o livro teve o título trocado por *Elementos da língua pátria*, por exigência dos editores, o que definitivamente não agradou ao autor, a julgar pelo que afirma no Prefácio do segundo volume, publicado em 1936, em que reitera firme e publicamente o seu ponto de vista a respeito do assunto, num tom crítico severo, traço que faz parte de sua personalidade e de seu estilo, quando se tratava de posicionar-se diante de interferências leigas e externas com as quais não concordava. (Uchôa e Motta Maia, 1997: 31-32)

Infelizmente esse mesmo amadorismo suscitou ultimamente a questão da denominação da nossa língua, com o intento de suprimir-lhe o título, pleno e líquido que possui, de PORTUGUESA, e os Editores propuseram, em conseqüência, a mudança do nome desse livrinho. Como as condições do estudioso brasileiro lhe impõem naturalmente um cepticismo complacente e desencantado, acedemos à injunção, ressaltando a nossa posição doutrinária, já esposta em vários artigos que publicamos na imprensa diária. (CÂMARA JÚNIOR, 1936: 5-6)

A seguir, destacamos dois pontos focalizados em nosso texto crítico sobre a série didática. O primeiro diz respeito às classes de palavras (*op.cit.*, p. 36-37):

No que se refere ainda ao campo da morfologia, o autor de *Elementos* apresenta, lado a lado, dois quadros de “Classificação de palavras” (CÂMARA JÚNIOR, 1938: 167): um, correspondente ao sistema mais usual na época, de que constam oito classes, a saber:

- 1) Substantivos

- 2) Adjetivos Qualificativos
- 3) Adjetivos Determinativos
- 4) Pronomes
- 5) Verbos
- 6) Advérbios de Modo; Advérbios de tempo, de lugar
- 7) Preposições
- 8) Conjunções

O outro quadro contém a classificação adotada por Mattoso Câmara nos *Elementos*, classificação esta que corresponde quase integralmente ao esquema apresentado anos mais tarde (décadas de 50/60):

- 1) Nomes { substantivos e adjetivos
- 2) Pronomes { adjetivos e substantivos
- 3) Verbos
- 4) Advérbios { nominais e pronominais
- 5) Partículas { preposições e conjunções.

Na última versão da “Classificação dos Vocábulo Formais” (*Estrutura da língua portuguesa*), acoplou, como se sabe, os advérbios com a classe dos nomes e com a dos pronomes e substituiu o termo “partículas” por conectivos.

O segundo ponto refere-se à adequação lingüística (*op.cit.*, p. 39):

O nosso futuro lingüista já revela também alguma preocupação com a adequação de certas construções a cada tipo de linguagem. Assim comenta: “caiu-lhe o filho”. “É comum, *em estilo literário*, empregar o pronome pessoal oblíquo *lhe* junto ao verbo referindo-se ao possuidor daquilo que vem expressar no sujeito ou no complemento da oração.” (Câmara Júnior, 1936: 51). Em outro comentário: “Ainda o não vi”. “Em *linguagem despretenciosa*, porém, não cabe essa construção.” (Câmara Júnior, 1936, p. 106) [grifos nossos].

Quanto à competência a ser exigida dos autores de manuais didáticos, Mattoso Câmara tinha uma opinião bem firmada, explicitada em uma notícia crítica (1959) sobre o livrinho *Exercícios de Português*, de M. Cavalcanti Proença, que aqui reproduzo por reputá-la expressiva e propiciadora de reflexão muito atual:

aqui se vê como é vantajoso que as obras elementares sejam feitas por pessoas igualmente capazes de outras de nível muito mais alto. Ao contrário do que às vezes se diz, o conhecimento profundo da língua não prejudica o professor elementar de português, mas antes

lhe dá a visão exata para ser eficiente dentro da verdade lingüística.
(Uchôa, 2000: 50)

Colocaria, neste rol de obras didáticas, o *Manual de expressão oral e escrita*, texto que resultou dos cursos dados, durante alguns anos, a partir dos inícios de 50, aos Oficiais-Alunos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, cuja 1ª edição só ocorreria em 1961, tendo alcançado, em 77, a 12ª edição. Nesta obra, Mattoso Câmara divulga idéias inovadoras, acerca, por exemplo, da correção da linguagem. Assume, quanto ao certo/errado, uma postura que o distingue da tradição de então:

A correção é, portanto, um conceito muito relativo, e, diante da situação real, há duas maneiras de procurar ser correto:

- a) insistir intransigentemente no que a norma prescreve, mesmo quando seu ditame já está evidentemente quase obsoleto;
- b) assumir uma atitude liberal e compreensiva, aceitando sem relutância coisas novas que já sentimos firmadas.

Os gramáticos e professores de linguagem propendem para a primeira solução. [...] O nosso objetivo deve ser, antes de tudo, não causar estranheza. A atitude intransigente pode não só provocá-la, mas até dar uma sensação de anomalia, que raia pelo ridículo, quando não prejudica a própria inteligibilidade. A atitude liberal, por sua vez, admite uma gradação. A liberalidade excessiva, isto é, a pressa em aceitar todo desrespeito à linguagem normal [= norma culta geral], desde que ele aparece com certa freqüência, pode também determinar resultados contraproducentes, entrando em colisão com convicções mais ou menos generalizadas. (1977: 90-91)

A postura liberal de Mattoso Câmara, em relação ao problema da correção lingüística, fica ainda mais evidente, um pouco adiante, ao distinguir erros de discordâncias de usos, relativas aos casos em que há flexibilidade da norma prescritiva, quando o falante pode escolher um uso em detrimento de outro.

A língua, criada para meio de expressão do espírito humano, que é “ondeante e diverso”, como dizia o velho Montaigne, não pode, em todo o seu âmbito, ser um conjunto de regras fixas à maneira de um jogo de xadrez. Oferece uma tal ou qual diversidade intrínseca, com alternativas de solução em vários casos. Não se trata, então, de erros e sim de discordâncias de usos.

Mencionaria, ainda, entre suas obras de intenção didática, o seu manual *Teoria da análise léxica* (1956), destinado especialmente aos exames de admissão ao curso ginásial e ao curso normal, com proposição de exercícios. Consultando o manual, podem-se encontrar algumas posições que seriam assu-

midas por Mattoso Câmara em seu modelo de descrição gramatical da língua. Assim, explica, sem recorrer evidentemente a termos metalingüísticos não pertencentes à nossa tradição gramatical, a composição em vocábulos como *vinicultura*, *agricultura*, *monocórdio*, *agrícola*, *íncola*, entre outros exemplos. Há várias notas de rodapé, umas com a finalidade de mostrar divergências de posição entre gramáticos e professores, outras de caráter mais erudito, como: “As palavras *próclise* e *ênclise* são formadas de um elemento mórfico radical grego (– cli –) que traz a idéia de ‘inclinação’” (p. 23). Ou ainda: “O nome *esdrúxulo* vem de um nome italiano significando “escorregadio”, porque a enunciação “escorrega” depois da sílaba tônica por mais duas sílabas”. (p. 24)

A preocupação com o ensino da língua, sobre alguns de seus problemas centrais, se evidencia, também, em vários dos ensaios de Mattoso Câmara, pouco conhecidos em geral. Procurarei deixar que ele próprio fale, manifestando as posições que defende, o que justificará as citações frequentes, algumas longas, que se seguirão.

Vale mencionar, em primeiro lugar, o problema da elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira, patrocinada pelo Ministério de Educação e Cultura, cujo texto definitivo foi divulgado em 1958. Tinha a NGB uma evidente finalidade pedagógica: “uma terminologia simples, adequada e uniforme”, com vistas à sua utilização no ensino da língua e em concursos públicos. Mattoso Câmara não participou nem da Comissão Elaboradora, nem da Sub-Comissão Assessora. Sua avaliação, apesar da exclusão de seu nome, é, contudo, em geral, favorável ao resultado alcançado. Expressa-a em duas palestras (Uchôa, 2004: 101-112), em 1960, sobre o texto da NGB, reconhecendo:

De minha parte, tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura: [...] Daí uma multiplicidade quase estonteante, que dá vertigens aos jovens estudantes e aos adultos leigos interessados em questões de linguagem. (Uchôa, 2004: 101)

Por fim, ressalta alguns aspectos importantes e positivos que ela trouxe para o professor do ensino gramatical da Língua Portuguesa, lembrando o tratamento dado aos conceitos de adjetivo e de pronome, o caso da classificação do verbo *pôr* na 2ª conjugação e o enquadramento das formas verbais em *–ria* nas formas do modo indicativo como um futuro do pretérito.

Na segunda destas palestras, Mattoso Câmara tem a oportunidade de condenar o caráter “absorvente” da análise sintática àquela época (e não será até hoje?), no ensino da língua:

O defeito de tal atitude está no caráter “absorvente”, que leva a se desprezar tudo mais em matéria de língua e a se imaginar que a aná-

lise da frase é um estudo que se basta a si mesmo, que não depende de outros e que além dele não há mais nada que mereça estudo na língua materna. (Uchôa, 2004: 107)

Em seu importante ensaio historiográfico-crítico sobre *Os estudos de português no Brasil*, de 1966, Mattoso Câmara, ao se deter, na parte conclusiva de seu texto, sobre o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, explicita “o reconhecimento de que esse ensino tem sido, de maneira geral, um tanto precário e insatisfatório, desde o passado até hoje.” (Uchôa, 2004: 255). Nos parágrafos seguintes, aponta os maiores problemas desse ensino:

Pode-se apontar de início alguns defeitos, logo evidentes. Insiste-se em questões secundárias e que decorrem de outras, deixadas omisssas, como a correção ortográfica, as regras, em grande parte estilísticas, de concordância e regência, o purismo muitas vezes arbitrário na seleção lexical. Toma-se para base do ensino, nas antologias, a língua da literatura, e não a língua literária em sentido lato, [...] sem se atentar que na literatura a língua entra como fator estético e as soluções lingüísticas, que aí se encontram, são por isso inadequadas não poucas vezes ao uso corrente. [...] A falha fundamental, entretanto, imanente no âmago do problema, está na ausência de uma teoria gramatical adequada. (Uchôa, 2004: 255)

Em outro ensaio, de 1967, *Os estudos da língua portuguesa em Portugal e no Brasil*, Mattoso Câmara aponta os três objetivos, segundo ele, do ensino da língua materna:

- 1) ensino da língua-padrão, sob os seus aspectos oral e escrito, de maneira a uniformizar, tanto quanto possível, a comunicação lingüística no território nacional, de acordo com certos padrões, ou valores sociais, em matéria de língua;
- 2) ampliação e sistematização da cultura nacional, no seu sentido antropológico amplo, através da língua, que – como sabemos – é um microcosmo dessa cultura;
- 3) iniciação na língua literária, que se superpõe à língua-padrão como uma língua especial, de finalidade essencialmente estética, mas permeia a língua-padrão escrita, até certo ponto. (1967: 155).

Observe-se que Mattoso Câmara insiste, sempre que pode, na distinção entre língua literária, “entendida como língua geral escrita e estilo formal público da língua oral” e “língua da literatura, de precípua finalidade estética”. (Uchôa, 2004: 232). Para ele, “dos dois sentidos atribuídos à expressão ‘língua literária’, a saber, o de língua comum escrita (segundo preconizam Iordan e Rosetti), e o de língua artística, de finalidades estéticas, se opte pela primeira acepção quan-

do se tem em mira a descrição lingüística”, trecho que colhi de uma intervenção sua durante o I Simpósio sobre Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra, em 1967 (*Actas*, 1968: 56), posição corroborada, de imediato, por Jacinto Prado Coelho: “o que importa, como paradigma para o ensino, é a língua literária *lato sensu*”.

No ensaio de 67, depois de apontar os três objetivos do ensino da língua materna, o lingüista brasileiro tece breves considerações sobre cada um deles, começando justamente pelo terceiro, o relativo à língua literária:

Ora, tanto no Brasil como em Portugal, essa permeabilização da língua-padrão escrita, pela língua literária, fez com que se confundisse uma com a outra, ou, antes, que se tomasse a língua literária [= da literatura] como modelo da língua-padrão escrita. (1967: 155)

E prossegue na avaliação dos dois outros objetivos:

Desprezou-se, por outro lado, a rigor, o aspecto oral da língua-padrão e assim se concentrou o ensino na língua escrita, entendida como sendo a língua literária [da literatura]. O item 2, que destacamos, ampliação e sistematização da cultura através da língua, também foi posto à margem, pois não podemos considerar sequer como uma parcela desse objetivo a exploração de certos fatos de história literária, quais são sucintos dados biográficos e bibliográficos dos autores literários do passado e do presente. O estudo estético dos textos literários, que seria em verdade um aspecto, embora muito parcial, daquele objetivo, não aparece ou ocorre de maneira tão fragmentária, frouxa e assistemática, que perde a utilidade. (1967: 155-156)

Na continuidade deste seu ensaio, Mattoso Câmara critica fortemente “O monopólio da língua literária no ensino secundário” até então, final dos anos 60, pois, “a par da distorção essencial que representa, ainda se torna mais prejudicial por dois dos seus aspectos”:

1) a confusão entre as fases sucessivas da língua literária, com a tendência agravante a insistir na língua literária clássica, que é justamente a menos própria a servir à sociedade e à cultura atual, até mesmo como língua literária exclusivamente, mas muito menos como língua-padrão escrita;

2) a ênfase dada ao critério da “correção”, entendida como um formulário de regras, não raro arbitrarias e incoerentes, tiradas de exemplos das “autoridades” literárias; com o que se perturba o sentimento lingüístico do estudante, quando até não se cria nele uma verdadeira inibição para o eficiente emprego da língua escrita. (1967: 156)

Ainda no mesmo ensaio, de fundamental importância para o conhecimento da posição crítica de Mattoso Câmara em relação ao ensino da língua materna praticado entre nós pelos fins dos anos 60, pode-se constatar a divergência do seu autor com que ele chama de ensino “intuitivo”, ou seja, o ensino em que o professor (não raro se valendo do compêndio escolar) se contenta com selecionar palavras, locuções e frases encontradas nos textos literários para focalizar questões gramaticais. Mattoso vê aí dois grandes inconvenientes:

- 1) perde-se a configuração formal básica, que é preciso fornecer ao aluno para a tomada de consciência do mecanismo gramatical da língua;
- 2) a seleção é feita arbitrariamente [...] (1967: 156-157)

Mattoso defende, pois, para o antigo curso secundário, o ensino sistemático da gramática, a fim de os alunos alcançarem a compreensão do que ele chama a “ossatura gramatical” da língua, que irá possibilitar, pelas suas próprias palavras, o manuseio seguro da língua-padrão.

Mas, segundo ele, tal ensino, se ressentia, como já foi mencionado, de uma teoria gramatical adequada, “porque assenta na gramática tradicional com muitas convenções artificiais e obsoletas”. Afirma incisivamente, no mesmo ensaio, a propósito desta lacuna no ensino da língua:

Chegamos aqui a um ponto crucial do ensino da língua, tanto em Portugal como no Brasil: o desconhecimento, por parte do professor secundário, em geral, dos princípios da lingüística descritiva, que se desenvolveu desde Saussure na Europa e desde Sapir e Bloomfield nos Estados Unidos da América. (1967: 157)

Mattoso Câmara lembra então, a propósito, que, por muito tempo, os nossos Cursos de Letras não tiveram um ensino especial de Lingüística. Entretanto, prossegue o lingüista brasileiro, a mera presença da disciplina no currículo universitário (que se deu, no Brasil, a partir de 1963) não resolveu o problema do preparo dos futuros professores secundários de Português. É preciso levar em conta, por exemplo, segundo ele, que escreveu este ensaio quatro anos apenas após a institucionalização da Lingüística como disciplina acadêmica, que tipo de lingüística é considerada. Com base certamente no conhecimento que tinha de como começava a se desenvolver o ensino da disciplina entre nós, comenta:

Assim, a chamada filologia histórico-comparativa não é a solução indicada para o problema do ensino compreensivo da língua portuguesa, da mesma sorte que não o é uma simples história da lingüística, através dos tempos, ou uma elucubração filosófica sobre a linguagem humana. (1967: 158)

Além do mais, para Mattoso, o ensino universitário de Português não compensava a ausência de princípios gerais de lingüística descritiva, em vista da maneira porque era conduzido:

Não é raro, por exemplo, o caso de restringir-se o professor universitário de língua portuguesa à história da língua literária e à interpretação filológica de textos arcaicos. (1967: 158)

Para mim, o grande papel desempenhado por Mattoso Câmara na progressão dos estudos lingüísticos no Brasil foi justamente o de descrever a língua portuguesa em novas bases, renovando a orientação doutrinária e metodológica dos estudos gramaticais entre nós e propiciando que tais estudos alcançassem o nosso ensino universitário, nos anos 60. Já em seu *Dicionário de fatos gramaticais* (1956), refundido em edição subsequente com o título de *Dicionário de filologia e gramática* (1964), contribuiria para uma teoria gramatical nova. Não só nos campos da fonologia, ou fonêmica, e da morfologia, mas também no da sintaxe. Kedhi (2004: 106) assinala que não se pode deixar de reconhecer a proposta mattosiana de uma sintaxe rigorosa, elaborada e, sobretudo, explorável, particularmente depois da publicação de *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1975). O certo é que a influência de Mattoso Câmara foi decisiva para a mudança que se processou no ensino superior da Língua Portuguesa, onde os estudos sincrônicos passaram a receber um tratamento científico. A influência exercida pela nova descrição gramatical, em bases estruturalistas, da nossa língua sobre a formação de nossos professores de Português, sobre as nossas gramáticas e livros didáticos escapa de todo aos limites desta exposição.

Quero terminá-la, dando a palavra a Sílvia Elia, lingüista de outra orientação, que, não obstante as suas divergências doutrinárias em relação a Mattoso, ao escrever as orelhas da obra *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, reconhece o grande mérito de seu colega e amigo, no dotar o português de uma descrição nova:

Sabe-se que o prof. Mattoso Câmara Jr. encontrou as nossas descrições gramaticais em nível havido por muito “tradicional”. Isso decorria do fato de ter cabido até então à diacronia a parte do leão nos estudos universitários. Os estudos gramaticais eram vistos um tanto despectivamente, e já então ninguém queria ser *gramático* e sim *filólogo* [...] Coube ao prof. Mattoso Câmara Jr., entre outros méritos, o de reabilitar os estudos gramaticais no Brasil. Bem equipado cientificamente, deu início a uma reformulação da gramática da língua portuguesa [...].

No estudo da obra mattosiana, não se pode deixar de lado, pelo esboço aqui apresentado, o seu interesse em refletir sobre ensino do Português, no afã

de contribuir para a sua maior eficiência. Bem que esta exposição que ora findo, poderia, percebi só neste concluir, receber o título, talvez mais expressivo, *Mattoso Câmara, professor de Português*.

Referências Bibliográficas

ACTAS do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea. Coimbra: Coimbra Editora, 1968.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Elementos da língua pátria*: 1ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1938.

_____. *Elementos da língua pátria*: 2ª série. Rio de Janeiro: Briguiet, 1936.

_____. *Elementos da língua pátria*: 3ª série. Rio de Janeiro: Briguiet, 1938.

_____. *Gramática, em Curso de língua pátria*, 1. e 2. séries ginásiais. 6ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1959.

_____. *Gramática, em Curso de língua pátria*, 3. e 4. séries ginásiais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1953.

_____. *Apêndice à Gramática*, 4ª série ginásial e 1ª série colegial. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.

_____. *Manual de expressão oral e escrita*. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Teoria da análise léxica* (para os exames de admissão ao curso ginásial e ao curso normal). Rio de Janeiro: Acquarone-Cuñarro-Salaberry, 1956.

_____. *Dicionário de fatos gramaticais*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1956.

_____. Os estudos da língua portuguesa em Portugal e no Brasil. In: Actas, Informaciones y Comunicaciones, El Simposio de Bloomington, Instituto Caro y Cuervo, Bogotá, 1967, p. 154-65.

_____. Os estudos de Português no Brasil. In: Carlos Eduardo Falcão Uchôa (org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 231-258.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

KEDHI, Válter. A sintaxe em Mattoso Câmara. *Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo: EDUC, vol. 20-especial, 2004, p. 105-127.

UCHÔA, Carlos Eduardo Uchôa e MOTTA MAIA, Maria Christina de. As idéias lingüísticas de Mattoso Câmara Jr. em *Elementos da Língua Pátria* (1935-1938). *Gragoatá*: revista do Instituto de Letras, programa de pós-graduação em Letras da UFF. Niterói: EDUFF, nº 2, 1º semestre de 1997, p. 29-40.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. A colaboração de Mattoso Câmara em *A Cigarra* (1957-1960). *Confluência*: revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, nº 20, 2º semestre de 2000, p. 45-52.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.



Da esquerda para a direita

Carlos Eduardo Uchôa, Horácio Rolim, Maria Emília Barcellos, Ricardo Cavaliere.

MATTOSO CÂMARA E A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Rosalvo do Valle
(UFF – ABF – ILP)

Em 2004, centenário de nascimento do Prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), lingüistas brasileiros, quase todos seus ex-alunos em cursos de graduação ou pós-graduação, lhe prestaram merecidíssima homenagem com publicações que focalizam diferentes aspectos de sua obra ampla e sempre instigadora na diversidade de assuntos de que tratou o mestre.

Uma dessas publicações é a *Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada (D.E.L.T.A.)*, vol. 20: Especial, 2004, EDUC-SP. Os autores, todos, numa impressionante unanimidade reconhecem o pioneirismo do introdutor da lingüística estrutural no Brasil; o espírito inovador daquele que nos trouxe um “novo discurso sobre o estudo da linguagem”, tornando-se inquestionavelmente “o inaugurador da lingüística científica” entre nós.

Chega a emocionar o testemunho, também unânime, de ex-alunos, hoje lingüistas respeitáveis, sobre o mestre inesquecível – respeitabilidade que não perdeu a ternura ao evocar o antigo professor: “o professor modelar até o fim da vida” (Carlos Eduardo Falcão Uchôa); “O Grande Mestre”, “um professor perfeito” (Margarida Basílio); o professor de quem Yonne Leite diz com encantadora humildade intelectual que gostaria de ter herdado também “o espírito lúcido, a clareza da exposição e o amor ao trabalho”.

No prefácio (p. XII), o lingüista Aryon Dall’ Igna Rodrigues – a quem igualmente muito devem os estudos lingüísticos no Brasil –, colega e amigo do homenageado, diz que “o espectro de interesses lingüísticos de Mattoso Câmara Jr. era muito amplo, abrangendo tanto a interpretação sincrônica do português, como o seu desenvolvimento diacrônico, estendendo-se também para as línguas indígenas”.

Os artigos de D.E.L.T.A., porém, privilegiam a “interpretação sincrônica”, salvo algumas referências à *História e Estrutura da Língua Portuguesa*,¹ que, citada várias vezes com os merecidos elogios, não teve uma apreciação mais demorada. No primeiro artigo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa, ao focalizar “o novo discurso metalingüístico na abordagem sincrônica da língua”, lembra uma crítica no mesmo sentido feita por Sílvio Elia na apresentação da

obra editada pela Livraria Padrão. Diz Uchôa: “antes dos estudos descritivos de Mattoso Câmara, a parte do leão nas universidades cabia à diacronia, como objeto central do discurso filológico”. Outros se referem ao livro para documentar aí a posição de Mattoso Câmara sobre alguns pontos críticos, já abordados em outras obras, que mereceram contestações, ou ele reformulou, mesmo quando não as aceitou, como no expressivo exemplo da vibrante /r/. Quem se demora mais na *História e Estrutura* é Válder Kehdi ao tratar de sintaxe, com base no capítulo XI, “A frase portuguesa”. Esclarece, porém, que se fixará na “perspectiva sincrônica”, sem contrastá-la com a perspectiva diacrônica, como faz o autor “ao longo de toda a sua obra”. Nos artigos de D.E.L.T.A. a “parte do leão” coube à sincronia – o que, aliás, não é de estranhar.

Outra homenagem ao mestre é *Para compreender Mattoso Câmara*, de Albertina Cunha e Maria Alice Azevedo Altgott, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2004. O livro tem por objetivo “demonstrar os principais pontos em que Mattoso Câmara segue um caminho distinto dos parâmetros da gramática tradicional” (p. 11). É, pois, um estudo descritivo, sincrônico, e escapa aos propósitos deste meu texto. Na notícia da p. 27, sobre a *História e Estrutura da Língua Portuguesa* as autoras dizem tratar-se “de um trabalho descritivo e histórico das estruturas gramaticais da língua portuguesa”. Não foi propósito das autoras, que continuam zelosamente a atividade docente de seu mestre na Universidade Católica de Petrópolis, abordar a história da língua na sua dupla feição de história externa e de história interna – uma velha dicotomia que Mattoso Câmara não rejeitou. Basta reler o verbete *História* do *Dicionário de Filologia e Gramática*, hoje intitulado, postumamente, *Dicionário de Linguística e Gramática*.

Também em 2004 Carlos Eduardo Falcão Uchôa reeditou seu precioso livro de 1972 – *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.*, 3ª edição revista e aumentada, Rio de Janeiro, Editora Lucerna – “uma das mais belas homenagens póstumas já feitas a Mattoso Câmara”, na opinião da lingüista Yonne Leite (D.E.L.T.A. p. 12). Esta edição acrescenta um novo estudo aos dois anteriores, que “foram expressivamente alterados” (p. 11), e complementa a bibliografia com alguns títulos – o que leva o organizador a crer que agora se tem o “maior levantamento bibliográfico de Mattoso Câmara” (ibidem)... até que se localizem outros textos do incansável estudioso. E a antologia mattosiana enriqueceu-se com seis textos. Agora são vinte e sete.

Com relação ao nosso tema, diz Uchôa (*Dispersos*, p. 31):

ocupa-se da história da língua, desde alguns de seus artigos iniciais do Correio da Manhã (1934), através de estudos como *História externa da língua portuguesa e o Consonantismo histórico português* (nos anos 50), até a sua obra maior no campo da língua portu-

guesa, *História e estrutura da língua portuguesa*, elaborada entre 1963 e 1965, que só vem a ser publicada em português em 1975.

Eis a pista de que precisávamos para estabelecer o *corpus mattosianum* sobre a história da língua portuguesa. Adianto que também na área de estudos diacrônicos o leitor assíduo de Mattoso Câmara reencontrará o velho intento de novas formulações, mais em dia com as reorientações lingüísticas de seu tempo. Foi assim com os *Princípios de Lingüística Geral*, o primeiro compêndio dessa disciplina em língua portuguesa. Assim é com a *História e Estrutura*, o primeiro compêndio em português sobre a história de nossa língua concebida em moldes estruturais, e em todos os seus planos, inclusive o sintático – o que já é uma novidade na bibliografia lingüística luso-brasileira. Esse ânimo inovador, contudo, não o impediu de reconhecer a contribuição de mestres antecessores ou contemporâneos que também trabalharam com seriedade nesse vastíssimo campo das ciências da linguagem, como se pode comprovar em três estudos da Parte IV dos *Dispensos*, itens 4, 5, 6. Quero dizer que os trabalhos de Mattoso Câmara sobre a história da língua portuguesa – desde, digamos, *A etimologia de “escapar”* (um brevíssimo artigo publicado no Correio da Manhã em 22/08/1934) até a *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, editada pela Livraria Padrão em 1975 – só confirmam o renome internacional do autor dos *Princípios de Lingüística Geral*.

Eu poderia até deter-me na *História e Estrutura*, que, última obra, sintetiza as elucubrações diacrônicas de Mattoso Câmara, formalizadas na orientação lingüística que ele assumiu definitivamente. Mas esta limitação não daria uma idéia de conjunto dos estudos diacrônicos do autor nem possibilitaria avaliar a evolução (vale o termo) do pensamento lingüístico de Mattoso Câmara, cujos primeiros textos carregavam as idéias historicistas de seu tempo, mas reinterpretadas dentro de nova orientação doutrinária e sistemática.

É também importante ressaltar, desde logo, que a fundamentação teórica geral já está exposta com segurança nas páginas admiráveis dos *Princípios de Lingüística Geral*, sempre revistas em cada edição “não só para as ampliações necessárias para manter o compêndio em dia com a atividade bibliográfica”, mas para dar-lhes a melhor forma didática (*Princípios*, 3ª ed., 1958, nota prévia). Ou, em forma de verbetes, no *Dicionário de Filologia e Gramática*.

Neste texto (em princípio um roteiro para uma exposição oral no Colóquio) vou partir da Bibliografia de Mattoso Câmara, aqui, em *Confluência*, reproduzida dos *Dispensos*, com dois ou três títulos a mais. Faço uma seleção e um agrupamento provisórios e me dispenso de repetir a indicação técnica das obras. Para obviar a falta de comentários e para avaliar a fortuna crítica de algumas delas, remeto o leitor à *Bibliografia Analítica de Joaquim Mattoso*

Câmara. Organização de Anthony J. Naro e John Reighard, Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro, RJ, 1976.¹

Finalmente, sobre o critério que presidiu à seleção, é indispensável ter em vista que estou entendendo história da língua como o professor Mattoso Câmara entendia no *Dicionário de Fatos Gramaticais*:

HISTÓRIA – Aplicado a uma língua, o conceito de história tem dois sentidos: 1) história externa, dessa língua, na sua expansão territorial, no seu contacto com outras línguas, na repercussão que sobre ela têm os sucessos sociais; 2) história interna, na diacronia (v), das mudanças fonéticas, mórficas, sintáticas, semânticas e léxicas.

Na seleção (provisória, repito) incluo num primeiro grupo:

- 1934: *Pequenas lições de português – A etimologia de “escapar”*.
 1943: *A alternância portuguesa “fui”: “foi”*.
 1946: *Sobre as consoantes palatalizadas*.
 1952: *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*.
 1954: *Curso da Língua Pátria*.
Apêndice à gramática, 4ª série ginasial e 1ª colegial.
 1956: *Dicionário de fatos gramaticais (1ª ed.)*
Uma forma verbal portuguesa.
História externa da Língua Portuguesa.
O consonantismo histórico português.
 1957: *Sobre o futuro romance*.
 1964: *Dicionário de Filologia e Gramática (2ª ed.)*
 1968: *Muta cum Muta em português*.
 1975: *História e estrutura da língua portuguesa*.

Reúno num segundo grupo resenhas ou notícias críticas de gramáticas históricas e de trabalhos sobre o latim:

- 1942: *A pronúncia do latim*.
 Serafim da Silva Neto, *Manual de Gramática Histórica Portuguesa*.
 1958: Ismael de Lima Coutinho, *Pontos de Gramática Histórica*.
 1960: Th. Henrique Maurer Jr., *Gramática do latim vulgar*.

Ponho num terceiro grupo todos os estudos sobre o português do Brasil: os que tratam de questões referentes a línguas transplantadas; os que tratam

da língua escrita, literária ou não – literária; os que focalizam de modo especial a língua falada, etc. Sobre a língua literária do Brasil, releio sempre com admiração (e orgulhoso de ter sido aluno de ambos os mestres!) a transcrição e o comentário do filólogo Sousa da Silveira, no prefácio dos *Princípios de Linguística Geral*, de um trecho do lingüista Mattoso Câmara Jr., ao tratar da influência da língua escrita (*Princípios*, 4ª ed., 1964, p. 284 a 287). Não resisto ao impulso de transcrever um pouco mais do texto mattosiano:

São normais, em verdade, todas e quaisquer mudanças. É normal o empréstimo em seu sentido genérico, e normais são as ações da língua literária e das gírias sobre a língua comum.

Tanto diacrônica como sincronicamente, aliás, a lingüística é o estudo da língua sob todos os seus aspectos, e todos os meios de comunicação lingüística, determinados por quaisquer tipos de vida social, têm de ser considerados manifestações NORMAIS e objeto de ciência”.

Excelente alerta para quem estuda a história da língua.

Num quarto grupo incluo estudos sobre história das idéias referentes à língua portuguesa, de grande utilidade para o historiador da língua, porque contextualizam certos problemas teóricos que freqüentemente voltam à cena das discussões. No caso brasileiro é muito recomendável a leitura de quatro estudos dos *Dispersos*, três já lembrados:

As idéias gramaticais de João Ribeiro;

Said Ali e a língua portuguesa;

Antenor Nascentes e a filologia brasileira; e

Os estudos do português no Brasil.

Sou o primeiro a reconhecer que a seleção e o reagrupamento são arbitrários, como, aliás, ocorre com qualquer distribuição metodológica dessa natureza. Acresce que o leitor assíduo de Mattoso Câmara, interessado especialmente na história da língua, sabe que algumas obras não específicas contêm matéria de seu interesse. É o caso das três teses. Na primeira (1949), de doutorado, *Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa*, o autor faz considerações diacrônicas sobre o problema da líquida vibrante, partindo da geminação em latim. É claro que o autor não está confundindo os dois planos lingüísticos, pois logo abaixo diz incisivamente:

“A análise fonêmica não pode... apoiar-se essencialmente num plano diacrônico. Tem de assentar precipuamente no funcionamento e na estrutura da língua.” (*Para o estudo da fonêmica portuguesa*, p. 107)

Na segunda (1952), de livre docência, *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*, além da referência à gramática comparativa do século

XIX, é matéria de reflexão do historiador da língua o item “A estilística e a evolução lingüística”, em que estão lado a lado Leo Spitzer e Meillet, o genial autor de *Esboço de uma história da língua latina*, quando Mattoso Câmara reconhece em toda mudança histórica da língua a interação do esforço pessoal para a expressividade e de fatores estruturais. E a conclusão da tese aponta para o estudo de uma estilística diacrônica, embora o autor reconheça a complexidade de uma abordagem nessa perspectiva histórica.

A terceira é a tese para a cátedra de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1956), *Uma forma verbal portuguesa*, tese que Mattoso Câmara não chegou a defender porque se afastou do concurso, por fortes motivos pessoais. Na tese há longas incursões na gramática histórica, de cujas pistas Mattoso Câmara parte para a interpretação gramatical sincrônica das formas do futuro português. O estudo da categoria temporal de futuro do latim às línguas românicas, na edição de 1956 impressa no *Jornal do Comércio*, ocupa cinco páginas (28 a 33), sendo retomado a seguir (p. 42, 44, 46). O mesmo ocorre com o futuro do pretérito composto, que mereceu também longa incursão na área indo-européia.

Vou ficando por aqui. Deixo a análise mais detida do *corpus mattosianum* para o I Colóquio Internacional sobre A Língua Portuguesa no Mundo da Lusofonia, nas comemorações do centenário de nascimento do Prof. Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Outras considerações ficarão para as aulas de História da Língua Portuguesa do Curso de Especialização que, em boa hora, o Liceu Literário Português acolheu e tem incentivado.

Aluno de Mattoso Câmara da primeira turma de Lingüística da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1948, no terceiro ano de Letras Clássicas; seu auxiliar de pesquisa na elaboração do *Dicionário de Fatos Gramaticais* (1956), que mereceu a honra da generosa referência na “Explicação preliminar da 1ª edição”, e a dupla honra de não só ser lembrado na “Advertência para 2ª edição” (1963), mas de ali figurar ao lado da lingüista Yonne Leite – na verdade “como morfema – zero (com seu valor implícito decorrente da 1ª edição)” – este ex-aluno, há muitos anos dedicado ao latim e a estudos diacrônicos, pretendeu registrar a contribuição de Mattoso Câmara para estudo da história da língua. E o fez sobretudo pensando nos estudantes de Letras que há uns quarenta anos só fazem nas universidades estudos descritivos, sincrônicos.

É claro que tem todo cabimento “a descrição objetiva e rigorosa de uma língua em seu funcionamento atual” (*Dispersos*, p. 283). Mas vale lembrar nos dias atuais a mesma crítica, absolutamente pertinente, do próprio Mattoso Câmara, em 1953, ao historicismo hegemônico daquela época. A hegemonia agora é dos estudos descritivos. Os que não aceitam esta orientação hegemônica têm todo o direito de dizer com o mesmo Mattoso Câmara e com igual pertinência:

“O estudo histórico tem também... uma grande importância, e é o complemento natural de toda pesquisa lingüística” (*Dispersos*, p. 283).

Concluindo, quero dizer que é possível questionar mais de uma proposta mattosiana em sua obra imensa e vária. Nem faz sentido pensar em aceitação pacífica de todas as formulações do mestre, cuja obra é o melhor exemplo de exercício constante de espírito crítico. Aliás, é a mesma lição de Eugênio Coseriu: “na ciência, a única aceitação verdadeira e profícua é a aceitação crítica”.

Inquestionável, porém, é o lugar especial e definitivo de Mattoso Câmara na historiografia lingüística luso-brasileira: autor do primeiro compêndio de Lingüística geral em português “como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa”; introdutor da lingüística estrutural no Brasil; “inaugurador do ensino da lingüística geral” em Portugal; autor do primeiro compêndio de história da língua portuguesa numa concepção de caráter estrutural.

Nota:

- ¹ Sobre a *História e Estrutura da Língua Portuguesa* cabe registrar as muitas referências da historiadora da língua Rosa Virgínia Mattos e Silva nos dois excelentes volumes sobre o português arcaico, da Editora Contexto, além das considerações, sempre lúcidas, nos artigos que tem publicado em revistas e boletins especializados. Para a fortuna crítica da obra, vale lembrar que a autora considera a *História e Estrutura* “essencial para uma compreensão mais globalizante da história do português, não encontrado em qualquer outro trabalho que sobre o tema se tenha feito no Brasil ou em Portugal” (D.E.L.T.A., vol. 4, nº 1, 1988, p. 109). E em Portugal outro registro gratíssimo: no artigo da também notável historiadora da língua, Clarinda de Azevedo Maia, *Algumas reflexões sobre a disciplina ‘História da Língua Portuguesa’*, *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. XXI, 1996-1997 da Universidade de Coimbra.



Da esquerda para a direita
Carlos Eduardo Uchôa, Rosalvo do Valle, Evanildo Bechara, Maximiano de Carvalho, Francisco
Gomes da Costa.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

Dr. Francisco Gomes da Costa

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ao encerrar este Colóquio sobre a Língua Portuguesa no mundo da lusofonia, só me cabe agradecer, em nome do Liceu Literário Português e no meu próprio, a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para o êxito desta iniciativa.

Desde a Comissão Organizadora à Comissão Executiva; desde os mestres universitários que vieram de mais longe – de Portugal, da França, da Alemanha, de Angola, de Cabo Verde, de Macau e de Timor-Leste, ou dos que vieram de outros Estados do Brasil; dos coordenadores e conferencistas que deixaram ao longo de cada sessão de trabalho o brilho de sua inteligência e de seu saber; dos professores e alunos que participaram diariamente das palestras e intervenções; dos funcionários que deram o apoio logístico, a todos quero agradecer e dizer-lhes do quanto estamos felizes por termos realizado, com sucesso, este Colóquio concebido e organizado para ser mais uma contribuição do Liceu Literário Português ao estudo e à valorização da língua.

Com o nosso reconhecimento a todos, fazemos a promessa de continuar na linha do rumo que traçamos para a nossa instituição. E essa linha de rumo converge para que o Liceu Literário Português possa ser cada vez mais um referencial de excelência para o ensino, a pesquisa e o estudo do idioma. No âmbito dessa promessa está também a firme convicção de que podemos contar, no próximo ano, ou em 2007, com a vossa presença e participação em um novo encontro, quando voltaremos não só a fazer uma avaliação do estado da língua no espaço da lusofonia, como também considerar os desafios emergentes para a sua defesa e expansão no mundo.

Permito-me ainda dizer, antes de terminar, do nosso orgulho por termos contado neste Colóquio com mestres excepcionais e especialistas de primeira linha abordando as diversas temáticas que compuseram a programação do Colóquio. Enriqueceram-nos com suas lições e esperamos contar a partir de agora com a colaboração permanente e inestimável de cada um. Para todos, o Liceu passa a ser uma casa de portas abertas – não precisarão nunca de bater para entrar, tal como acontecia, noutros tempos nas velhas aldeias transmontanas. Entre, você é de casa.

A todos desejamos o maior sucesso no seu magistério e as maiores felicidades pessoais.

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Confluência

ASSINATURA

Os nossos leitores poderão receber em suas residências a revista, ao preço de R\$ 25,00, correspondente ao número 27 e 28 (duplo) do 1.º e 2.º semestres de 2004, ou de R\$ 30,00, para a assinatura anual dos números 29 e 30 (duplo) do 1.º e 2.º semestres de 2005, mais a despesa de porte, caso utilizem os serviços dos correios.

Estes preços são válidos para os números anteriores, com exceção do 1 ao 5, que estão esgotados.

Para os pedidos do exterior o preço de cada número será de US\$ 10.00 (dez dólares americanos) e de US\$ 20.00 (vinte dólares americanos) para a anuidade, mais as despesas de remessa.

Os interessados deverão enviar o seu pedido com os dados solicitados na ficha abaixo, e remetê-lo, acompanhado do comprovante de depósito para:

Confluência – Instituto de Língua Portuguesa
Rua Senador Dantas, 118 – 2.º andar – Centro
CEP 20031-201 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (21) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (21) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – www.liceuliterario.org.br

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
REVISTA CONFLUÊNCIA

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço completo: _____

Desejo receber: *Confluência* 27 e 28 *Confluência* 29 e 30

Data ___ / ___ / ___ Assinatura _____

Os depósitos deverão ser feitos em qualquer agência do Banco Itaú em favor de: Liceu Literário Português – Banco Itaú – Agência São José – 0310, conta corrente nº 42171-4 – Rio de Janeiro – RJ.